

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Departamento de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Relações Internacionais

Wagner Martins dos Santos

**OS GOVERNOS DE GEORGE W. BUSH (2001-2008) E A CONSTRUÇÃO DO
INIMIGO: uma análise pós-estruturalista**

Belo Horizonte

2016

Wagner Martins dos Santos

**OS GOVERNOS DE GEORGE W. BUSH (2001-2008) E A CONSTRUÇÃO DO
INIMIGO: uma análise pós-estruturalista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes.

Área de concentração: Instituições, Conflitos e Negociações Internacionais.

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237g Santos, Wagner Martins dos
Os governos de George W. Bush (2001-2008) e a construção do inimigo:
uma análise pós-estruturalista / Wagner Martins dos Santos. Belo Horizonte,
2016.
202 f. : il.

Orientador: Cristiano Garcia Mendes
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Discursos parlamentares. 2. Estados Unidos - Política e governo. 3. Bush,
George W. (George Walker), 1946- - Guerra contra o terrorismo, 2001. 4.
Discursos americanos. I. Mendes, Cristiano Garcia. II. Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais. III. Título.

Wagner Martins dos Santos

**O GOVERNO DE GEORGE W. BUSH (2001-2008) E A CONSTRUÇÃO DO
INIMIGO: uma análise pós-estruturalista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Instituições, Conflitos e Negociações Internacionais.



Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes - PUC Minas (Orientador)



Prof. Dr. Otávio Soares Dulci - PUC Minas



Prof. Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes - UFMG

Belo Horizonte, 30 de março de 2016

*Aos meus pais Mauricio Francisco e Luzinete
Martins, sem os quais, nada disso teria
acontecido.*

AGRADECIMENTOS

Tu és o meu Deus, render-te-ei graças; tu és o meu Deus, quero exaltar-te. Rendei graças ao Senhor, porque ele é bom, porque a sua misericórdia dura para sempre (Sl. 118, 28-29).

Bom é render graças ao Senhor, e cantar louvores ao teu nome, ó Altíssimo [...] (Sl. 92, 1).

Não é fácil lembrar todos os momentos vividos desde o início do Mestrado e agradecer a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para esta realidade. No entanto, o salmista lembra que é bom agradecer! É bom ser grato e externar esta gratidão! E seguindo a recomendação dele, externo aqui alguns sinceros agradecimentos que foram essenciais para esta importante etapa.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, fiel e eterno companheiro que nunca me abandona. Agradeço por ter o privilégio de ser seu servo e buscar segui-lo diariamente.

Aos meus pais, sem os quais, absolutamente nada dessa etapa teria sido construída. Agradeço por terem, munidos da consciência de que um futuro se constrói pela educação, se esforçado durante estes dois anos para me proporcionar a conclusão do Mestrado.

Ao meu orientador Cristiano Mendes, por ter compartilhado comigo do tema desde o início do mestrado e me ajudado a desenvolver o projeto. Pelas sempre valiosas orientações, tópico por tópico, parágrafo por parágrafo, e por todo o auxílio eficaz e coerente para que o resultado esperado fosse sendo desenvolvido. Agradeço ainda o fato de nunca ter hesitado em repassar conhecimento, emprestado material e me ajudado a desenvolver o trabalho.

Ao Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, por ter me acolhido e confiado a oportunidade da realização do Mestrado. A excelência e dedicação dos professores e funcionários, sempre atenciosos e dispostos a ajudar no que for necessário para o crescimento de seus alunos é algo que ficará marcado em mim e que merece ser registrado nesta oportunidade.

Aos professores e amigos que fiz durante este período, em especial: Fátima Anastasia, Otávio Soares Dulci, Matilde Souza, Diego Ribeiro, Patrícia Prado, Douglas Evangelista, Luciana Leal e Leandro.

Às bibliotecárias Roziane e Rosane, pela sempre prestativa atenção e pelas preciosas ‘aulas’ de normalização da ABNT. Muito obrigado por todo auxílio competente e eficaz.

Aos meus amigos que deixei em Recife e que sempre oram por mim. Em especial: José Barbosa (Zinho), Elvis Miller, Amaro, Francisco e Betânia.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Finalmente, a todos que contribuíram de alguma forma para que este sonho se tornasse realidade.

If you're not with me, then you're my enemy
(SKYWALKER, 2005)

RESUMO

Esta dissertação analisa os discursos dos dois governos do ex-presidente norte-americano George W. Bush (2001-2008) e os elementos discursivos que permitiram os Estados Unidos, durante seu mandato, construir o 'inimigo' e, com isso, ser capaz de justificar suas ações externas, ocasionando, em última instância, a guerra. Utilizando a perspectiva teórica pós-estruturalista das Relações Internacionais, e partindo da assertiva de que o discurso importa e se constitui na própria realidade, o estudo revela a importância da prática discursiva nesse processo, mostrando as estratégias utilizadas pelo ex-presidente, sobretudo após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Palavras-chave: Discurso. Inimigo. Estados Unidos. George W. Bush.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the governments of ex-president George W. Bush (2001-2008) and the discursive elements that allowed the United States, during his period, to construct the 'enemy' and, thus, be able to justify their external actions, leading, in last instance, to war. Using the poststructuralist theoretical perspective of International Relations and based on the assertion that the discourse matter and is closely connected to the construction of reality, this study reveals the importance of discursive practice in this process, showing the strategies used by the former president, especially after the attacks of September 11, 2001.

Key words: Discourse. Enemy. United States. George W. Bush.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fases da “modernidade” em séculos	45
FIGURA 2 - Concepção tridimensional do discurso.....	84
FIGURA 3 - Níveis de análise: sincronia e diacronia	87
FIGURA 4 - Estrutura analítica.....	141
FIGURA 5 - Estrutura analítica da pesquisa	142
FIGURA 6 - Localização de temas na agenda discursiva anterior ao 11/9.....	178
FIGURA 7 - Localização de temas na agenda discursiva após o 11/9.....	178

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Pressupostos básicos do pós-positivismo.....	57
QUADRO 2 - Comparativo entre a modernidade e a pós-modernidade.....	66
QUADRO 3 - Grandes debates nas Relações Internacionais	69
QUADRO 4 - Diferenças entre americanos e terroristas - <i>self</i> e <i>other</i>	157

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Presença de ameaças entre 20/1/2001 - 10/9/2001	145
GRÁFICO 2 - Presença mensal de ameaças entre 20/1/2001 - 10/9/2001.....	146
GRÁFICO 3 - Presença geral de ameaças entre 20/1/2001 - 31/12/2008.....	176
GRÁFICO 4 - Percentual de ameaças entre 20/1/2001 - 31/12/2008	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de discurso
ADM	Armas de destruição em massa
CP	Ciência Política
EUA	Estados Unidos da América
GF	Guerra Fria
ISA	International Studies Association
NSCT	National Strategy for Combating Terrorism
NSS	National Security Strategy
OM	Oriente Médio
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PE	Política Externa
RI	Relações Internacionais
SCC	Sociologia do Conhecimento Científico
URSS	União Soviética
WTC	World Trade Center

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
1 POSITIVISMO E PÓS-POSITIVISMO: DUAS VERTENTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	37
1.1 A vertente positivista	37
1.1.1 Pressupostos do positivismo	38
1.1.2 Positivismo e o projeto da modernidade	44
1.2 O contraponto do pós-positivismo	52
1.2.1 Origens históricas do pós-positivismo	52
1.2.2 Pressupostos do pós-positivismo	56
1.2.3 Pós-positivismo e o projeto da pós-modernidade	61
1.2.4 Os <i>grandes debates</i> das RI e a emergência do Reflexivismo	68
2 A VERTENTE REFLEXIVISTA	73
2.1 Construtivismo	73
2.1.1 O construtivismo como meio-termo	73
2.1.2 O argumento construtivista	75
2.1.3 Identidade e subjetividade	79
2.1.4 A anarquia internacional	80
2.1.5 Análise de discurso construtivista	82
2.2 Pós-estruturalismo	85
2.2.1 Estruturalistas e pós-estruturalistas	85
2.2.2 O movimento pós-estruturalista	90
2.2.3 Descentralização do sujeito	95
2.2.4 Desconstrução	97
2.2.5 O mundo como texto	100
2.2.6 Análise de discurso pós-estruturalista	102
2.3 Pós-estruturalismo nas RI	106
2.3.1 Início do pós-estruturalismo nas RI	106
2.3.2 Inside/outside	109
2.3.3 Soberania estatal	112
3 O ‘PERIGO’ SOB A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA	125
3.1 A virada pós-estruturalista nos estudos de segurança internacional	125
3.1.1 A subjetividade do perigo	127
3.2 A criação da identidade estatal	131
3.2.1 A relação entre política externa e identidade	135

4 A CONSTRUÇÃO DO ‘INIMIGO’ DURANTE OS GOVERNOS DE GEORGE W. BUSH (2001-2008)	139
4.1 Os discursos de Bush e a abordagem pós-estruturalista	139
4.2 A construção do ‘inimigo’ nos discursos de Bush	143
4.2.1 A caracterização do ‘inimigo’ antes do 11 de setembro	143
4.3 A caracterização do ‘inimigo’ após o 11 de setembro	147
4.3.1 O terrorismo e a construção identitária dos terroristas: <i>self</i> e <i>other</i>	148
4.3.2 Democracia como aspiração universal	157
4.3.3 A narrativa sobre Saddam Hussein	167
4.3.4 O perigo das armas de destruição em massa	172
4.3.5 Comparação entre antes e depois do 11 de setembro	176
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	185

INTRODUÇÃO

Os atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001 foram capazes de revelar à sociedade norte-americana a sua vulnerabilidade em um nível até então jamais imaginado pelos americanos. A consciência da insegurança foi capaz, inclusive, de acarretar profundas transformações na política do país e na forma como o país devia se relacionar com os demais entes soberanos. Poucos dias após os atentados, o então presidente George W. Bush proferiu uma clara e coerente visão de mundo em seu pronunciamento, construindo uma imagem que delinearía a identidade americana, separando aqueles que seriam seus aliados daqueles que seriam seus inimigos, ao passo que a própria política externa seria também baseada nessa percepção de mundo. A comoção por parte da sociedade norte-americana foi tamanha que o evento chegou a ser considerado como o maior atentado da história contra os Estados Unidos (EUA) (DAADLER; LINSAY, 2003; SCHONBERG, 2009).

Mas essa afirmação não é verdadeira. Schonberg (2009) lembra que se compararmos com o ataque japonês à base militar americana de Pearl Harbor em 1941 - que foi capaz até mesmo de contrabalançar significativamente o equilíbrio de forças militares no mundo, levando os Estados Unidos a entrarem na Segunda Guerra Mundial - verificamos que o dano material foi bem maior que os atentados de 11 de setembro. Isso não significa que o ocorrido em 11/9 não tenha relevância para a história mundial. O impacto foi enorme, porém não provocou mudanças significativas no equilíbrio de forças no mundo e tampouco fez surgir uma nova potência militar capaz de confrontar o poder bélico norte-americano. Esse fato nos leva, então, a considerar a seguinte assertiva: não são as questões materiais as responsáveis por explicar os fatos, mas a perspectiva e interpretação dos atores em relação aos eventos.

O que mudou após o 11/9 não foi o mundo, mas a percepção que os americanos têm dele face a sua posição privilegiada em questões militares e econômicas. Esta dissertação é uma tentativa de entender esse processo, os significados que a sociedade americana, mas sobretudo que o governo do ex-presidente Bush atribuiu a esse fenômeno e sua relação com ele no que concerne à dicotomia amigo/inimigo. Em virtude da importância concedida ao fato para a política norte-americana, esta pesquisa buscará compreender como foi construída discursivamente essa dicotomia através dos discursos do ex-presidente Bush (2001-2008). Quem os Estados Unidos são, quem são seus amigos e inimigos e o que é desejável em um ambiente internacional é definido através de um processo subjetivo, construído essencialmente pelos discursos dos atores envolvidos nesse processo e que orienta a percepção e ação deles nesse contexto.

Nesses termos, haja vista a importância concedida ao evento, levantamos algumas questões importantes que serão discutidas nesta pesquisa: como foi construída discursivamente a noção de ‘inimigo’ pelo governo do ex-presidente Bush? Quais elementos podem ser apontados nessa construção? Qual a relação entre discurso e a construção da realidade? E qual é a relação entre a política externa e a formação da identidade estatal?

Para respondermos a essas perguntas, investigaremos como o discurso político é capaz de moldar a visão de mundo dos atores, mas sobretudo se constituir na própria realidade. Nesses termos, inferimos que os discursos políticos são, como afirma Hansen (2006): “*construções analíticas - e não objetos empíricos - por meio do qual a construção e conexão das identidades e políticas podem ser estudados*”¹ (HANSEN, 2006, p. 46, tradução nossa). E é esse discurso, capaz de modificar a percepção dos atores envolvidos em relação a um determinado assunto, que tentaremos analisar nesta pesquisa.

Perspectiva teórica

A centralidade concedida ao discurso como capaz de se constituir na própria realidade tem sido o elemento por excelência da perspectiva teórica a ser aplicada neste trabalho: o pós-estruturalismo. Se o discurso é a própria realidade, sem possibilidade de separação entre eles, estudar as narrativas torna-se sinônimo de estudar a própria realidade. Lene Hansen (2006), ao analisar a ação dos grupos políticos, entende que não há como separar o discurso da elaboração das políticas, nem o contexto em que ele é proferido. Ao mesmo tempo, o discurso político também seria social, pois é legitimado na esfera pública por atores que possuem legitimidade para impor uma interpretação a respeito dos fatos. Dessa forma, a representação política dos fatos está ligada a um conceito de identidade cunhado discursivamente (EPSTEIN, 2008; HANSEN, 2006).

Nenhuma concretude material possui significado longe da prática discursiva. É através do discurso que os indivíduos, as sociedades e os Estados apreendem a noção de si mesmo, do mundo que vivem e o que é externo a eles. Um discurso é mais do que um conjunto de significados, ele é um arcabouço coerente de ideias, conceitos e categorias sobre um determinado objeto específico, capaz de delimitar e moldar as mais múltiplas percepções em relação a ele. O discurso é, portanto, algo aberto e dinâmico.

Haja vista tal importância, esta pesquisa está preocupada em analisar como os discursos

¹ Texto original em inglês: Foreign policy discourses are [...] analytical constructions - not empirical objects - through which the construction and linking of identity and policy can be studied.

proferidos após os atentados de 11 de setembro pelo governo do ex-presidente Bush foram capazes de legitimar, em esfera pública, uma visão particular de mundo, delimitando quem são os Estados Unidos, e sua visão sobre os demais atores internacionais. Essa visão peculiar foi capaz de orientar as ações externas americanas, ocasionando, em última instância, a intervenção e a guerra.

Ora, se o discurso é a própria realidade, como afirma o pós-estruturalismo, devemos então considerar que não haveria nenhuma sociedade sem discurso, agindo de forma aglutinadora em torno dos significados que dotariam determinada comunidade de características particulares. Um discurso poderoso, ou seja, aquele que reverbera por muito tempo mesmo após o término de um ou mais eventos está no coração desta pesquisa. Mesmo após uma década, as imagens, os símbolos, os mitos construídos em torno do 11/9 continuam a reverberar a cada possível ameaça terrorista, a cada ascensão de grupos extremistas e a cada desafio a ser enfrentado pelos americanos em nível internacional.

A dificuldade das teorias tradicionais, tais como a abordagem realista/neorrealista e liberal/neoliberal em lidar com fatores subjetivos e instáveis nos levam a considerar o pós-estruturalismo como pertinente para o trabalho. O argumento tradicional, ao considerar o Estado como racional e auto interessado na tomada de decisões, desconsidera as crenças, valores e ideias que cercam os interesses motivadores de suas ações. No entanto, o término da Guerra Fria (GF) revelou que fatores sociais e ideacionais também importam, e são capazes de orientar a percepção dos atores em torno de determinado assunto.

Outra característica importante a ser destacada para esta pesquisa, em virtude da relevância do discurso como formador da noção de realidade, é a relação entre a política externa e identidade como mutuamente construídas. Dizer que a identidade é discursivamente construída por intermédio das ações políticas significa argumentar que é mediante a formulação e implementação delas que a identidade estatal se forma. Nesses termos, o pós-estruturalismo diverge de outra teoria - o construtivismo. Enquanto os construtivistas consideram a identidade um elemento fixo e dado, pós-estruturalistas argumentam o oposto, mostrando que nada é pré-determinado e nem estático. Afirmar que há uma relação entre a política externa e a identidade estatal significa dizer que não há identidade objetiva ou produzida fora dos limites discursivos.

Na ênfase que é dada aos fatores discursivos como determinantes na política externa, esta pesquisa está amparada em uma forte literatura teórica que tem ganhado importância sobretudo a partir da década de 1990. Pensadores como Jacques Derrida, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault fornecem a base analítica que é amplamente contemplada nas Relações Internacionais por autores como David Campbell, Cynthia Weber, Janice Thomson, Lene

Hansen, Richard Ashley, R.B.J Walker, Jens Bartelson, Maja Zehfuss, entre outros. O arcabouço crítico-analítico fornecido por esses autores, bem como uma análise aprofundada do pós-estruturalismo, será relevante e apresentada ao leitor oportunamente.

Estrutura dos capítulos

Após a breve discussão sobre a temática desta pesquisa e a perspectiva teórica a ser utilizada nesta dissertação, explico agora como estão divididos os capítulos desta dissertação. No primeiro capítulo, apresento ao leitor as duas grandes vertentes das ciências sociais: o positivismo e o pós-positivismo. E por qual motivo esta explanação inicial é importante? Basicamente, considero relevante situar o leitor a respeito de como tem sido a relação humana quanto à produção de conhecimento na sociedade e sua relação com ele. Por um lado, alguns considerando a necessidade da racionalidade e da empiria para se entender os fatos, e por outro, a crítica dessa relação, que não seria objetiva e racional, mas subjetiva, discursiva e ideacional. Essa distinção, revelando duas perspectivas diferentes se torna importante até mesmo para mostrar onde se situa o arcabouço teórico a ser utilizado e como o mesmo será mobilizado na pesquisa. Ainda no primeiro capítulo, mostro como essas duas vertentes se refletem na teoria das Relações Internacionais² (RI).

O segundo capítulo é dedicado à análise das duas principais abordagens reflexivistas - o construtivismo e o pós-estruturalismo. No caso do construtivismo, explico o motivo pelo qual é considerado um meio-termo e como a teoria compreende questões sensíveis às RI, tais como anarquia internacional e a realidade como sendo socialmente construída. Já no caso do pós-estruturalismo, explico o surgimento da abordagem, como ela lida com as ‘verdades universais’ e sobretudo a importância da desconstrução. Na última parte do capítulo, analiso como os postulados pós-estruturalistas se entrecruzam nas Relações Internacionais através do *Inside/Outside* e na noção de soberania estatal.

O terceiro capítulo, tendo como base toda a discussão feita nos dois primeiros, analisa como a noção de ‘perigo’ é interpretada pelo pós-estruturalismo. A análise é dividida em duas partes: na primeira, apresento a virada pós-estruturalista nos estudos de segurança internacional, e na segunda apresento a relação entre a política externa e a criação da identidade estatal, argumentando que ela não é fixa e atemporal, mas construída discursivamente mediante as

² Neste trabalho utilizaremos a expressão Relações Internacionais (RI) para nos referirmos ao campo da disciplina, e relações internacionais ao abordarmos fatos e acontecimentos que não são ligados diretamente ao campo disciplinar.

práticas de política externa, sobretudo na relação entre o *self* e o *other*.

O quarto e último capítulo analisa os discursos do governo do ex-presidente George W. Bush (2001-2008) e os elementos discursivos que serviram para conceber um 'novo' inimigo. Nesses termos, analisamos quatro elementos: terrorismo, armas de destruição em massa, Saddam Hussein e Democracia, e como eles se comportaram nos discursos de Bush antes e depois do 11 de setembro de 2001.

1 POSITIVISMO E PÓS-POSITIVISMO: DUAS VERTENTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O verdadeiro espírito positivo consiste em ver para prever, a fim de prover (COMTE, 1978, p. 122).

Neste primeiro capítulo, apresento as duas grandes vertentes das ciências sociais: o positivismo e o pós-positivismo. Seus pressupostos, origens históricas e vínculos com o projeto da modernidade e da pós-modernidade serão contemplados ao longo dos tópicos. Esta parte inicial é relevante, pois as abordagens teóricas a serem analisadas ajudarão o leitor a identificar as características de cada teoria e o motivo pelo qual são consideradas positivistas ou pós-positivistas. Mais do que analisar pressupostos, meu objetivo é mostrar que a própria construção da realidade está ligada a um conjunto de elementos teóricos que visam explicar a ação humana no mundo, seja de forma contemplativa ou ativa. Da mesma forma, em âmbito internacional, as duas vertentes aqui apresentadas se mostram presentes na percepção de como as ações estatais podem se fazer representar.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira apresento os pressupostos do positivismo e, na segunda, do pós-positivismo, e como ambos divergem substancialmente em seus projetos para a sociedade. Ao final do segundo tópico, analiso como os pressupostos se refletem na teoria das Relações Internacionais (RI) através dos ‘grandes debates’ da área.

1.1 A vertente positivista

A vertente teórica positivista é a que mais tem influenciado as pesquisas nas ciências sociais desde o séc. XIX (SMITH, 2000). Segundo Neufeld (1995), essa clara dominação dos métodos de pesquisa positivista se justifica por dois motivos: (1) a ausência de elementos críticos que possam fazer frente e trazer uma emancipação teórica podem explicar a predominância do positivismo nas ciências sociais; (2) a predominância do positivismo não foi desafiada durante muito tempo. Isso explicaria o fato de apenas a partir da década de 1990 o positivismo ter sido questionado pelos chamados reflexivistas.

A relevância do positivismo, claramente sentida também na teoria das Relações Internacionais justifica a importância analítica deste tópico. Apesar de nosso foco maior ser nas teorias reflexivistas, entender os pressupostos positivistas e como eles se refletem nas ciências sociais, em especial na teoria das RI nos ajuda a situar o contraponto que será analisado posteriormente.

1.1.1 Pressupostos do positivismo

Intimamente ligado às ciências sociais,³ o positivismo possui três variantes que são cruciais para entendermos seus pressupostos: a comtiana, o positivismo lógico e a que baseia a evolução do conhecimento humano nos princípios da física, sendo as duas últimas as mais relevantes para essa pesquisa.

A primeira variante, desenvolvida por Auguste Comte durante o séc. XIX,⁴ buscou desenvolver uma “ciência da sociedade” baseada em métodos das ciências naturais e amparada pela observação. Para Comte (1978, 2009), a ciência positiva seria capaz de trazer um distinto estágio de desenvolvimento para o conhecimento humano, que evoluiria, a princípio, do estado teológico para o metafísico e, finalmente, para o estado positivo.⁵ Todas as ciências passariam naturalmente por essas três etapas de evolução do conhecimento, que corresponderiam à mudança do estágio primitivo para o intermediário e, por fim, para o científico. Para Comte, as ciências deveriam ser hierarquicamente organizadas com a matemática na base, a biologia e a química no centro, e a sociologia no topo da pirâmide. Esse pensamento foi crucial no séc. XIX para as ciências sociais, influenciando Karl Marx, Engels e Durkheim.

Comte acreditava que o positivismo seria capaz de trazer uma concepção unificada da ciência, que permitiria a objetividade do conhecimento na forma de leis causais dos fenômenos. Essa unificação só seria possível através de três aspectos: (1) o conhecimento positivo seria ‘verdadeiro’ se ele correspondesse a fatos empíricos; (2) o conhecimento positivo seria ‘objetivo’ se ele fosse orientado sem referências teológicas ou ideologias metafísicas; e (3) o positivismo seria unificado se conseguisse estudar o mundo social em similitude ao mundo natural (NEUFELD, 1995). Embora desenvolvido durante o séc. XIX, esse pensamento ainda

³ A exemplo: Keat; Urry (1975), Lloyd (1995), Bryant (1985), Kolakowski (1972), Outhwaite (1987), Halfpenny (1982), e Bernstein (1976).

⁴ É importante destacar que foi Auguste Comte quem cunhou o termo “Positivismo”, bem como “Sociologia”.

⁵ Para Comte, a evolução do conhecimento humano poderia ser estruturada de acordo com a sua *lei dos três estados*: o teológico, o metafísico e o positivo. Todas as ciências humanas passariam por essas três etapas. No estado teológico, a quantidade de observações dos fenômenos se reduz a nada, e, por isso, a imaginação possuiria um papel importante, pois o homem só conseguiria explicar a diversidade das coisas através da crença na intervenção constante de seres sobrenaturais. O mundo só faria sentido com a presença de deuses e espíritos. No segundo estado - o metafísico -, ainda haveria um contato com o sobrenatural e sua relação com os problemas humanos, mas a diferença residiria na maneira como as coisas se originariam - ao invés do abstrato, seria o concreto, e no lugar da imaginação, a busca seria dada pela argumentação. Ao invés de empregar a explicação das coisas aos agentes sobrenaturais, os substitui cada vez mais por entidades ou abstrações personificadas. Finalmente, o terceiro e último estado, o positivo, ao contrário dos dois anteriores, subordina a imaginação e argumentação à observação. Comte (1978), no entanto, lembra que isso não signifique a defesa ao empirismo puro, ou redução de todo o conhecimento à busca de fatos isolados. Ao invés de buscar meramente as causas, enfatiza as relações constantes entre os fenômenos observáveis, daí resultando em leis. Somente através da observação de fenômenos e a sua constante repetição é que permite alcançar o “espírito positivo” (COMTE, 1978; COMTE, 2009; GANE, 2006; NICHOLSON, 1996; PICKERING, 1993).

é responsável por amparar estudos no que concerne à importância nas regularidades das ações humanas e sua comparação ao mundo natural (SMITH, 1996).

A segunda variante, o positivismo lógico - também chamado lógica empírica -, emergiu a partir da década de 1920, tendo Moritz Schlick como seu precursor, e ficou conhecido como Círculo de Viena. Essa vertente dominou o pensamento filosófico, em especial o norte-americano, até a década de 1960. Ao analisar o surgimento do positivismo lógico, Rogers (1996) resume:

No início do século XX, Moritz Schlick chegou na Universidade de Viena vindo da pequena cidade de Kiel, no norte da Alemanha, e iniciou um círculo informal de estudiosos que, semelhante a ele, queria discutir o “novo positivismo”. O Círculo de Viena, como pode ser conhecido, era composto por pensadores da filosofia, matemática, lógica e ciência. Entre esses estudiosos estavam Otto Neurath, Herbert Feigl, e Rudolf Carnap. [...] Citando David Hume, Auguste Comte, e John Stuart Mill como antecessores intelectuais, **o Círculo de Viena argumentava que todo conhecimento pode ser dividido em proposições formais e factuais**. Para as ciências sociais, as ideias sobre proposições factuais eram importantes. **Proposições factuais eram empiricamente verificáveis, possíveis de testar como verdadeiras ou falsas**. A preocupação na época era que a filosofia não poderia contribuir na progressão conhecimento, a menos que ela se divorciasse de preocupações metafísicas e problemas da Verdade, absolutos, e questões conceituais sobre motivos, intenções e comportamentos normativos. Se as proposições não pudessem ser testadas como verdadeiras ou falsas, eles não poderiam contribuir para o acúmulo de conhecimento de forma significativa⁶ (ROGERS, 1996, p. 8, tradução nossa, grifo nosso).

Entendido nesses termos, o positivismo lógico⁷ buscava enfatizar o fato de que todo o conhecimento reside apenas em lógicas empíricas, que sejam passíveis de análise e comprovação (STOCKER, 2006). Autores como Karl Popper, Thomas Khun, Imre Lakatos e Paul Feyerabend foram defensores desse pensamento. Para eles, a filosofia deveria se resumir a proposições científicas que pudessem ser experimentadas, e a ciência teria o papel de analisar se essas proposições seriam legítimas ou não. Tudo o que não estivesse dentro do pensamento racional e não fosse passível de teste e aprovação científica, não poderia ser considerado

⁶ Texto original em inglês: In the early part of the twentieth century, Moritz Schlick arrived at the University of Vienna from the small town of Kiel in northern Germany and began an informal circle of scholars who, similar to him, wanted to discuss the "new positivism". The Vienna Circle, as it can be known, was made up of thinkers from philosophy, mathematics, logic, and science. Among these scholars were Otto Neurath, Herbert Feigl, and Rudolf Carnap. [...] Citing David Hume, Auguste Comte, and John Stuart Mill as intellectual predecessors, the Vienna Circle argued that all knowledge could be divided into formal and factual propositions. For the social sciences, the ideas about factual propositions became important. Factual propositions were empirically verifiable, possible to test as true or false. The concern at the time was that philosophy could contribute to progress in knowledge unless it divorced itself from metaphysical concerns and problems of Truth, Absolutes, and conceptual questions over motives, intentions, and normative behavior. If propositions could not be tested as true or false, they could not contribute to the accumulation of knowledge in any significant way.

⁷ O Positivismo lógico/Círculo de Viena também é chamado de Neopositivismo, pois ao mesmo tempo que buscou reafirmar os preceitos básicos cunhados pelo Positivismo, procurou dotar a filosofia histórica de características científicas e reducionistas.

conhecimento empírico (SMITH, 1996). Valores culturais, sentimentos, emoções e preferências seriam apenas expressões individuais, mas não conhecimento (AYER, 1940, 1959).

Autores como Ayer (1940, 1959), ainda argumentaram que a observação e a experiência seriam critérios centrais em uma teoria científica, a ponto de ir longe, e declarar que qualquer fato que não possa ser confirmado pela observação, ou não seria dotado de lógica (juízos analíticos) ou seria apenas uma análise particular, sem valor e rigor científico. Dessa forma seria possível definir o que seria, ou não, ciência. Nas palavras de Smith (1996): “[...] empiristas acreditam que a ciência pode repousar sobre uma mesa de pedra de observação pura, e a partir deste alicerce pode ser estabelecida, por indução, toda a estrutura científica”⁸ (SMITH, 1996, p. 19, tradução nossa). Corroborando com essa assertiva, Morgenthau (1940), ao explicar a respeito dos métodos a serem empregados por uma análise positivista, infere que a: “Filosofia positivista restringe o objeto do conhecimento científico para assuntos que podem ser verificados por meio de observação, e, assim, exclui do seu domínio todas questões, a priori, de natureza metafísica”⁹ (MORGENTHAU, 1940, p. 261).

Ressalto o fato de que, para os positivistas do Círculo de Viena, apenas a observação não seria suficiente para conhecer, em sua plenitude, os fatos sociais. O uso da razão como fator balizador dessas relações também se faz necessário. O Círculo de Viena, conforme explica Zammito (2004), reconheceu a importância vital da lógica e da Matemática no pensamento científico como um sistema capaz de representar o conhecimento e dar a ele um significado, não dotado de subjetividade, mas com a capacidade de revelar uma possível ‘neutralidade’ científica, e dotá-la de razão. Christopher Lloyd (1995), a respeito do positivismo lógico, explica que:

[...] refere-se a um programa de integração de todas as investigações empíricas, supostamente com base no método das ciências naturais [...]. Caso uma investigação não possa, em princípio, realizar-se de um modo factual e objetivista, que busque descobrir a (sic) leis que regem os fenômenos, supostamente também não poderá, a rigor, ser chamada de ciência, ou ciência potencial, e assim suas descobertas não terão o status de genuíno conhecimento. Traça-se uma nítida demarcação entre conhecimento e crença (LLOYD, 1995, p. 89).

A terceira variante tem sido a que mais tem influenciado as ciências sociais desde a década de 1960. O principal argumento residiria no fato de que todo o conhecimento deve ser baseado nos princípios da física que, de acordo com Lloyd (1995) e Smith (1996), seriam

⁸ Texto original em inglês: [...] empiricists believe that science can rest on a bedrock of such pure observation, and from this bedrock can be established, by induction, the entire scientific structure.

⁹ Texto original em inglês: Positivist philosophy restricts the object of scientific knowledge to matters that can be verified by observation, and thus excludes from its domain all matters of an a priori, metaphysical nature

quatro: o logicismo, o verificacionismo empírico, a distinção entre teoria e observação, e a causalidade.

O *logicismo* parte do pressuposto de que a confirmação ou negação das teorias científicas deve ser balizada mediante a lógica dedutiva, conforme explica Lloyd (1995), ao afirmar que é: “[...] a tentativa de mostrar que a confirmação objetiva das teorias científicas deve conformar-se aos cânones da lógica dedutiva” (LLOYD, 1995, p. 90). Tal princípio se esforça para revelar as formas pelas quais se poderia construir um raciocínio correto. Mas o que seria um raciocínio correto? Seria aquele que entende que a conclusão a que deve chegar o pesquisador deve ser a melhor mediante as informações disponíveis e hipóteses levantadas. Partindo de princípios maiores e tidos como verdadeiros, o pesquisador busca estabelecer relações com uma premissa menor para, a partir da lógica, chegar a uma verdade daquilo que se propõe. Não haveria alternativa intermediária, pois a análise lógica seria capaz de revelar o que seria falso ou verdadeiro na pesquisa a ser realizada mediante o cruzamento das proposições e hipóteses sugeridas. Um argumento é considerado válido se, ao supormos que suas premissas são verdadeiras, a conclusão seja obrigatoriamente verdadeira também (SMITH, 1996). Nicholson (1996), ao explicar tal princípio, resume:

Uma teoria é um conjunto de proposições com alguns postulados, que são tidos como a base dessa teoria, um grupo de implicações que, logicamente deduzidos desses postulados, são derivados. Um conjunto suficiente de proposições deve ser testável (refutável) pela observação de modo que a teoria como um todo seja confirmada ou refutada pelas observações, no sentido de que, se for verdade, todas as proposições são confirmadas tanto por observação direta ou por dedução lógica daqueles que se está tentando confirmar¹⁰ (NICHOLSON, 1996, p. 132-133, tradução nossa).

O *verificacionismo empírico* reside na afirmação de que apenas as proposições empiricamente verificáveis seriam válidas para a ciência. A busca por evidências e experiências sensoriais seriam capazes de separar o que seria conhecimento do que seria apenas costume ou tradição. E essas evidências seriam manifestas justamente através das constantes experiências que permitiriam ao pesquisador separar o que seria verdadeiro ou falso. Daí residiria a importância dos testes e comprovações através da constante observação, ou verificação (SMITH, 1996). Lloyd (1995), ao tratar desse princípio, resume:

¹⁰ Texto original em inglês: A theory is a set of propositions such that from some postulates, which are assumed as the basis of the theory, a set of implications, logically deduced from these postulates, are derived. Sufficient of the propositions must be testable (refutable) by observations that the theory as a whole is confirmed or refuted by observations, in the sense that, if true, all propositions are confirmed either by direct observation or by logical deduction from those which are so confirmed.

[...] a ideia de que só são científicas as proposições que possam ser empiricamente verificadas ou rejeitadas (isto é, proposições sintéticas) ou que sejam verdadeiras por definição (isto é, proposições analíticas). As proposições sobre “estruturas” não-observáveis são, quando muito, instrumentais, isto é, meramente ficções convenientes destituídas de conteúdo de verdade. As proposições sintéticas “a priori”, que constituem afirmações de fato feitas antes de qualquer experiência do mundo, são completamente descartadas (LLOYD, 1995, p. 90).

A *distinção entre teoria e observação* parte do pressuposto de que haveria uma separação entre o pesquisador e o que ele se propõe a pesquisar.¹¹ Tal variante acredita ser possível uma neutralidade teórica entre ambos, sem interferência dos valores pessoais e arcabouço ideológico do pesquisador de modo a interferir em seu estudo. E seria justamente essa separação entre teoria e observação que serviria como garantia de que a pesquisa estaria adequada (ZAMMITO, 2004). Mas é importante destacar que essa separação não significa uma indiferença e não-conciliação entre ambos. Juízos de valor não devem ocupar grande espaço nas pesquisas científicas, pois tudo o que parte do imediatismo e da impressão que o pesquisador lança sobre o que estuda, pode incorrer numa ausência de neutralidade e erro. A verdadeira ciência revelaria o caminho metodológico que utilizou para se chegar em algo, ao passo que as premissas pessoais não oferecem tal arcabouço. O juízo de valor é particular, e se o pesquisador utiliza esse recurso, naturalmente separará o que considera bom ou ruim em sua pesquisa. Em suma, para que o pesquisador consiga distinguir seus valores pessoais de uma pesquisa verdadeiramente científica, deve incorrer num esforço de intelecto, e buscar analisar a realidade independente deles (SMITH, 1996; WEBER, 2001). Nicholson (1996) explica que, pelo fato de os seres humanos serem dotados de intelecto, poder-se-ia argumentar da possibilidade constante de interferência entre o seu estudo e suas inspirações subjetivas, ao passo que o pesquisador, por estar em posição privilegiada, deve saber separar os seus valores pessoais do conhecimento científico. Lloyd (1995), ao analisar tal proposição, explica que se trata de uma: “[...] *ideia de que há uma estrita separação entre observações e proposições teóricas sobre fenômenos não-observáveis. As observações constituem a base da verificação de teorias, mas não são determinadas por estas, sendo teoricamente neutras*” (LLOYD, 1995, p. 90).

Finalmente, a *causalidade*, ou lógica causal, busca estabelecer um relacionamento constante de causa para serem relacionados aos eventos observados. Nada surgiria sem alguma motivação que despertasse seu surgimento. Qualquer proposição poderia ser motivada ou causada por algum evento ou força que, naturalmente, seríamos impotentes para modificar. Ao

¹¹ Para uma leitura aprofundada, cito Weber (2001), onde trata da “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais e na Ciência Política.

pesquisador caberia analisar esses eventos causais e dota-los de rigor científico-analítico para entender suas motivações e consequências (SMITH, 1996). Lloyd (1995) explica que:

[A causalidade] se baseia na ideia de [...] uma conjunção constante entre eventos. Os eventos são vistos como causas de eventos subsequentes e o universo se caracteriza por regularidades desvendáveis entre tipos de eventos. Dessa perspectiva, só os eventos podem ser estudados; assim, os empiristas têm de decompor e reduzir os processos ao que consideram como suas cadeias constituintes de eventos. O modo como se chega exatamente a leis universais do tipo “B é sempre causado por A” é uma questão central para os empiristas (LLOYD, 1995, p. 184).

Os quatro pressupostos foram extremamente importantes para as ciências sociais desde a década de 1960, influenciando autores como Carl Hempel, Ernest Nagel, Rudolf Carnap e Karl Popper. O trabalho de Carl Hempel, como explica Smith (1996), desenvolveu ideias importantes para se explicar os eventos e as influências que eles recebem. Carl Hempel argumentou que os eventos analisados poderiam ser compreendidos através de ‘leis gerais’, e mediante ao levantamento destas, postulados seriam criados e balizados ao sistema maior, e caso fosse, mediante o incorrer da pesquisa, considerado verdadeiro, poderia se aplicar a todos. Também entendia que condições precedentes poderiam influenciar o resultado de algo (causa e efeito), de modo que haveria uma necessidade de entender as motivações precedentes para se conhecer os resultados que elas motivaram (SMITH, 1996).

Nicholson (1996), também reforça a importância das premissas analisadas e exemplifica nas ciências sociais a aplicação de seus pressupostos. A quantificação, por exemplo, ferramenta importante nas ciências sociais, faria parte de um pressuposto positivista amplamente utilizado para verificar as proposições levantadas.¹²

Além disso, Nicholson (1996) explica outro importante pressuposto positivista aplicado às ciências sociais: a Teoria da escolha racional. A partir da década de 1960, alguns autores foram proeminentes nesse sentido, tais como Boulding (1962), Rapoport (1974) e Schelling (1960), e ainda na década de 1980 com Brams (1985) e Axelrod (1984). A escolha racional é amplamente aplicada às proposições estratégicas de análise, particularmente chamada de ‘teoria dos jogos’. Todas essas proposições são positivistas no sentido de se apoderar de seus pressupostos e métodos para incorrerem numa análise (NICHOLSON, 1996). O objetivo central da escolha racional é levantar uma série de proposições em que os tomadores de decisão se

¹² Embora utilize de recursos matemáticos, não significa que a matemática seja necessariamente positivista, mas que fornece elementos que são utilizados por diversas ciências, tais como a generalização. Suponhamos, por exemplo, a seguinte hipótese: ‘Pessoas ruivas geralmente possuem olhos azuis’. Para se analisar quantitativamente tal afirmação, é necessária uma análise quantitativa significativa que possa, a partir de uma média geral da amostragem, confirmar ou refutar tal proposição. A quantificação tem por objetivo testar as teorias e dota-las de razão, separando o que é verdadeiro do que seria imaginativo (NICHOLSON, 1996).

veem envolvidos em um conjunto de alternativas que geram consequências, e a depender de suas escolhas, resultados lógicos resultam, e acarretam outra série de consequências (VASQUEZ, 1995).

Os pressupostos positivistas aqui analisados revelam uma constante preocupação: a busca por uma distinção entre o que é científico ou não. Mas não apenas isso: a própria natureza, a essência da ciência, sua ontologia é o ponto central da análise. O positivismo, mais do que um conjunto de proposições, parte do pressuposto da possibilidade de uma neutralidade científica, se julgando neutro e capaz de separar os dados referentes a uma pesquisa do próprio pesquisador. Sendo assim, o que é mais significativo para Nicholson (1996), é o fato de que, levando tais pressupostos a sério, os seres humanos estariam fadados à impotência da ação, pois se estamos destinados a obedecer a regularidades constantes e forças impessoais sobre as quais não podemos fazer quase nada, é prudente considerar que as regularidades guiarão as ações humanas. De fato, a generalização permitiria uma base coerente e nos forçaria a entender que há algo correto a ser buscado, visando, com isso, a neutralidade humana e contemplação dos fenômenos que seriam recorrentes e difíceis de serem alterados.

1.1.2 Positivismo e o projeto da modernidade

Primeiramente, é importante entender que a relação entre o positivismo e o projeto da modernidade seria a da busca por um caminho ótimo, capaz de orientar a sociedade no sentido da libertação em relação ao passado e superstições que seriam derrubadas pelo avanço tecnológico. Por ser um longo período, Best e Kellner (1991), ao analisarem a ‘modernidade’, explicam que se constitui num período histórico cuja evolução se dá desde o fim da Idade Média até a metade do séc. XX. A característica básica seria a de uma inovação, dinamismo e constante novidade. As análises teóricas, enfatizando a posição central do homem e da razão como responsáveis pelo conhecimento e progresso da sociedade, mostrariam a importância do conhecimento como balizador do novo momento pelo qual a humanidade passaria.

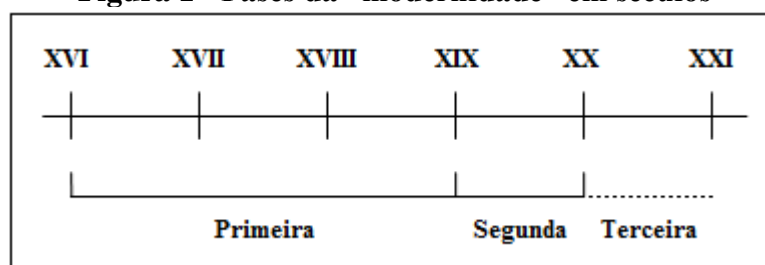
A respeito desse novo momento, Vasquez (1995), infere que a modernidade seria o caminho para o progresso da humanidade. Ser moderno significaria ser livre de superstições e ignorâncias caducas da Idade Média, visando a libertação do indivíduo de credências que não conseguem ser comprovadas através de métodos científicos. Ser moderno é ter a certeza de que há um caminho ótimo a ser seguido, e apenas um caminho, que pode ser alcançado por intermédio da razão, da ciência e do avanço tecnológico (TAYLOR, 2005; VASQUEZ, 1995). Berman (1986) reforça essa ideia e completa:

É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz (BERMAN, 1986, p. 13).

Ser moderno seria encontrar um ambiente de aventura, poder, crescimento e alegria, além de transformações constantes de tudo ao redor. Mas ao mesmo tempo que visa transformar, acarretaria uma destruição de tudo o que se tem e se sabe sobre si próprio. Fronteiras geográficas seriam excluídas, religião e ideologias experimentariam uma mudança profunda (TAYLOR, 2005). Ser moderno é viver em um universo que, como disse Marx e Engels (1998): “*tudo o que é sólido e estável, se desmancha no ar*” (MARX; ENGELS, 1998, p. 71).

Visando detalhar o grande período histórico datado desde o fim da Idade Média, utilizo o esquema analítico de Berman (1986), onde divide a modernidade em três fases: (1) a primeira iria do início do séc. XVI até o fim do séc. XVIII; (2) a segunda fase começaria com a grande onda revolucionária de 1790, tendo posteriormente a Revolução Francesa como ponto crucial; (3) e a terceira fase iniciaria a partir do séc. XX. A figura a seguir ilustra a divisão das três fases em séculos.

Figura 1 - Fases da “modernidade” em séculos



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de BERMAN, 1986, p. 16.

Na primeira fase, segundo Berman (1986), as pessoas ainda iniciariam o experimento de uma vida moderna, porém sem ter ainda noção do novo momento pelo qual passariam. Jean-Jacques Rousseau pode ser considerado o símbolo da primeira fase. Tendo sido o primeiro a usar o termo *moderniste* no sentido em que seria posteriormente usado durante o séc. XIX, ele foi a matriz de algumas das mais importantes tradições modernas: “[...] do devaneio nostálgico à auto especulação psicanalítica e à democracia participativa” (BERMAN, 1986, p. 17). E ainda sobre Rousseau, Berman (1986) completa:

Rousseau era, como se sabe, um homem profundamente perturbado. Muito de sua angústia decorre das condições peculiares de uma vida difícil; mas parte dela deriva de sua aguda sensibilidade às condições sociais que começavam a moldar a vida de milhões de pessoas. Rousseau aturdiu seus contemporâneos proclamando que a sociedade europeia estava “à beira do abismo”, no limite das mais explosivas conturbações revolucionárias (BERMAN, 1986, p. 17).

Na segunda fase, iniciada a partir do séc. XIX, a característica social se modifica de forma substancial, se desenvolvendo e tomando forma dinâmica e diferenciada das anteriores, valorizando a experiência moderna e o avanço científico. Máquinas a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, zonas industriais e cidades emergindo com maior rapidez, jornais diários trazendo o avanço na informação, telégrafos, telefones, entre outros instrumentos comunicativos; Estados nacionais se fortalecendo, conglomerados de multinacionais surgindo, movimentos sociais capazes de mobilizar a massa trabalhadora contra uma possível opressão de cima, e um mercado mundial aumentando o desperdício e diminuindo a durabilidade do que se produz (BERMAN, 1986).

Apesar das inúmeras mudanças ocorridas a partir do séc. XIX, dando continuidade ao projeto de uma sociedade cada vez mais moderna, todos os importantes modernistas eram contra esse ambiente, a ponto de desejarem fazê-lo ruir ou explora-lo em sua natureza mais profunda. Apesar disso, se mostram sensíveis às novas possibilidades, e positivos embora radicais quanto às negações veementes pelo qual a humanidade se aprofundara (BERMAN, 1986).

Se por um lado, na primeira fase, Rousseau foi figura importante, nessa segunda, caracterizada como um ambiente complexo, Berman (1986) cita primeiramente Karl Marx e, posteriormente, Friedrich Nietzsche.

Primeiro, Marx, falando um inglês desajeitado, mas convincente, em Londres, em 1856. “As assim chamadas revoluções de 1848 foram apenas incidentes desprezíveis”, ele começa, “pequenas fraturas e fissuras na crista seca da sociedade europeia. Mas denunciaram o abismo. Sob a superfície aparentemente sólida, deixaram entrever oceanos de matéria líquida, que apenas aguardam a expansão para transformar em fragmentos continentes inteiros de rocha dura”. As classes dirigentes do movimento reacionário de 1850 dizem ao mundo que tudo está sólido outra vez; porém não está claro se eles próprios acreditam nisso. De fato, diz Marx, “a atmosfera sob a qual vivemos pesa várias toneladas sobre cada um de nós - mas vocês o sentem?”. Um dos propósitos mais firmes de Marx foi fazer o povo “sentir”; eis por que suas ideias são expressas através de imagens tão intensas e extravagantes - abismos, terremotos, erupções vulcânicas, pressão de forças gravitacionais -, imagens que continuarão a ecoar na arte e no pensamento modernista do nosso tempo. Marx continua: “Há um fato eloquente, característico deste nosso século XIX, um fato que nenhuma facção ousa negar”. O fato básico da vida moderna, conforme a vê Marx, é que essa vida é radicalmente contraditória na sua base (BERMAN, 1986, p. 19).

Marx proclamava o caráter paradigmático do Modernismo. Seu caráter revolucionário, proclamando o nascimento de “novos homens”, modernos, capazes de eliminar as contradições advindas da modernidade, distorções e abismos sociais em que homens e mulheres eram forçados a viver. Pelo seu teor ácido e crítico, Marx se torna um visionário, conectando o futuro e o passado. Como um modernista, Berman (1986) cita a sua capacidade dialética. Em seu *Manifesto*, sua dinâmica social alcança o caráter revolucionário ao proclamar a abolição da burguesia.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção, e, desse modo, todas as relações sociais. A conservação, sem alterações, do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. O permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos (sic) distinguem a época da burguesia de todas as outras. Todas as relações fixas e enferrujadas, com o seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo o que era sólido e estável, se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são por fim obrigados a encarar com os olhos bem abertos a sua posição na vida e as suas relações recíprocas (MARX; ENGELS, 1998, p. 71).

Sua característica revolucionária revela o teor da modernidade. Uma das características do modernismo é, além do teor revolucionário, as constantes interrogações e respostas a serem dadas sobre o que esperar do futuro, de modo a não cometer os mesmos erros do passado, e segundo Berman (1986), Marx, nesse aspecto, o representou bem.

Já para Nietzsche, o curso da história moderna era dialético e irônico ao mesmo tempo. Os ideais cristãos levariam o próprio Cristianismo ao colapso, a ponto de proclamar haver chegado o ápice da crise religiosa e afirmado: “*Deus está morto!*”¹³ (NIETZSCHE, 2001, p. 120, tradução nossa). E essa grande mudança, para ele, acarretaria: “*o advento do Nihilismo*”¹⁴ (NIETZSCHE, 1968, p. 3, tradução nossa).¹⁵ O objetivo de Nietzsche era pregar que a humanidade estaria em uma crise de valores e, ao mesmo tempo, se redescobrendo e criando novas possibilidades. O homem moderno nunca estaria plenamente satisfeito com suas condições, e o único estímulo que nos comoveria seria o infinito, o incomensurável (BERMAN, 1986). A modernidade para Nietzsche, ao invés de representar o progresso e desenvolvimento

¹³ Texto original em inglês: God is dead!

¹⁴ Texto original em inglês: the advent of Nihilism.

¹⁵ O termo nihilismo deriva do latim *nihil*, nada. É caracterizado pela desvalorização da morte e a ausência de busca por sentidos e respostas aos “porquês” da vida. É o fascínio e obsessão e *vontade do nada*. Não procura verdades absolutas nem universais. É a negação de desperdício da busca por uma recompensa futura que possa dar sentido aos sofrimentos passageiros que experimentamos na terra (NIETZSCHE, 1968; PECCORARO, 2007).

estaria na verdade representando: “[...] o apogeu de uma civilização [...] o momento final de uma profunda decadência, de um processo de esgotamento de toda força criativa” (PECCORARO, 2007, p. 17).

Em seu livro *Além do Bem e do Mal* (2005), Nietzsche, assim como Marx, entende que as características da modernidade estariam tornando tudo ao contrário. Berman (1986) explica:

Nesses pontos limiares da história exibem-se - justapostos quando não emaranhados um no outro - uma espécie de *tempo* tropical de rivalidade e desenvolvimento, magnífico, multiforme, crescendo e lutando como uma floresta selvagem, e, de outro lado, um poderoso impulso de destruição e autodestruição, resultante de egoísmos violentamente opostos, que explodem e batalham por sol e luz, incapazes de encontrar qualquer limitação, qualquer empecilho, qualquer consideração dentro da moralidade ao seu dispor. [...] Nada a não ser novos “porquês”, nenhuma fórmula comunitária; um novo conluio de incompreensão e desrespeito mútuo; decadência, vício, e os mais superiores desejos atacadados uns aos outros, de forma horrenda, o gênio da raça jorrando solto sobre a cornucópia de bem e mal; uma fatídica simultaneidade de primavera e outono. [...] Outra vez o perigo se mostra, mãe da moralidade - grande perigo - mas desta vez deslocado sobre o indivíduo, sobre o mais próximo e mais querido, sobre a rua, sobre o filho de alguém, sobre o coração de alguém, sobre o mais profundo e secreto recesso do desejo e da vontade de alguém (BERMAN, 1986, p. 21, grifo do autor).

O sentido que o ser humano moderno possui de si mesmo é uma constante aptidão a tudo o que se apresenta a ele. Mas se sua predisposição é tão grande, como fará para encontrar os recursos que o permitam abarcar e competir em um mundo envolto em tantos significados? Nietzsche acredita que a solução da vida moderna para esses dilemas seja, simplesmente, o de deixar viver. Em sua crítica às mudanças advindas a partir do séc. XIX, Nietzsche entende que a única moralidade que faria sentido na modernidade seria o de se tornar medíocre (BERMAN, 1986; NIETZSCHE, 2005).

Outro tipo de característica moderna, segundo Nietzsche, seria o da busca constante por uma história que não o permita cometer os mesmos erros do passado. Daí resulta a tentativa de não aceitar os erros primitivos, ao passo que se mostra insatisfeito com o seu presente, resultando numa caminhada contínua em busca de si mesmo. O ser humano moderno é incapaz de aceitar um “figurino perfeito”. O próprio Nietzsche, em relação a essa variação da modernidade, lembra que a busca por algo que preencha o ser humano é contínua. “*Nós modernos, nós semibárbaros. Nós só atingimos nossa bem-aventurança quando estamos realmente em perigo*” (NIETZSCHE, 2005, p. 148). E completa: “*Esta medida é estranha para nós. Confessamo-lo, aquilo que provoca interesse é precisamente o infinito, o desmensurado*” (NIETZSCHE, 2005, p. 148). Mesmo assim, ele acredita que é possível vencer esse estado de perigo constante. Sua fé em uma nova espécie de homem em oposição ao de hoje o permite

acreditar em novos valores que o tirem da condição de submisso aos perigos iminentes advindos da modernidade.

Finalmente, a terceira fase, que se inicia a partir do séc. XX (BRANCH, 2014), experimentou uma profunda transformação intelectual, mas acima de tudo uma expansão tecnológica até então nunca imaginada pelos modernistas do séc. XIX.

A modernidade do séc. XX é caracterizada como distanciamento e indiferença. Supressão da diversidade e polarizações foram implantadas, a exemplo das Guerras experimentadas no limiar do século, estratificando e separando regiões e ideias características de cada continente. A nova estética, encampada pela recente tecnologia formara, nas palavras de Herbert Marcuse (1991), o ‘homem unidimensional’, e ao invés de uma noção comunitária, o novo homem passa a uma busca frenética pela sua realização e satisfação advinda com o consumo e novas práticas de realização pessoal (BERMAN, 1986; BEST; KELLNER, 1991). Complementando as afirmações de Berman (1986) e Best e Kellner (1991), Lyotard (1986) explica que a modernidade também é definida pela sua confiança em um projeto que seja possível de descrever o progresso humano. Ela pontua em direção a um futuro no qual os problemas humanos serão resolvidos. E essa crença acarretou duras críticas. Assim, como Karl Marx e Friedrich Nietzsche na segunda fase da modernidade, os teóricos da terceira fase não diminuíram o seu teor crítico e as insatisfações advindas com as transformações sociais e tecnológicas.

Se analisarmos os escritos dos pensadores do séc. XX e o que eles entendem a respeito da modernidade em comparação ao do século anterior, notaremos uma diminuição da perspectiva e espectro imaginativo. No séc. XIX havia uma entusiasmada busca por algo novo, lutando sempre em meio às contradições. As tensões particulares permitiam o florescimento do poder criativo do homem. Já no séc. XX, polarizações e totalizações se sobrepuseram ao teor criativo. A modernidade do séc. XX é de distanciamento e indiferença, onde o homem é incapaz de transformar e modificar (BERMAN, 1986).

As constantes descobertas da ciência, o lugar que ocupamos no universo, a industrialização e o avanço da produção transformam nosso ambiente em algo novo, ao passo que o modo antigo de vida se esvaiu, acelerando os processos de mudança e permitindo uma explosão demográfica que prejudica pessoas habituadas em seu habitat ancestral, empurrando-as aos novos locais ‘civilizados’ (BERMAN, 1986).

Nas palavras de Best e Kellner (1991), a nova era pela qual passou a humanidade produziu um processo de individualização, secularização, industrialização, diferenciações culturais, urbanização e racionalização, que juntos constituiriam o ‘mundo moderno’. Mas

também propiciou uma série de novas instituições, práticas e discursos, cuja finalidade seria legitimar um novo modo de dominação e controle por parte de quem deteria tal poder.

Nesse sentido, Porter (1994), ao analisar as características da modernidade, afirma:

A modernidade pode ser vista como envolvendo uma atitude em relação ao tempo - mais especificamente, a visão de que a mudança é constante e que a história é um progresso, envolvendo o crescente domínio da natureza e da perfeição da humanidade. A modernidade pode ser vista como uma narrativa principal que constitui o indivíduo como sujeito e cujas ações são disciplinadas pelo seu compromisso com a razão universalizante¹⁶ (PORTER, 1994, p. 112).

Alguns críticos da modernidade do séc. XX, tais como Max Weber, acreditava que seus contemporâneos não passavam de pensadores sem espírito e coração, ao passo que julgavam haver chegado o tempo do desenvolvimento na sociedade. Para ele, não apenas a sociedade moderna vivia numa espécie de cárcere, mas também sem espírito, identidade pessoal - um 'sem ser'. Aquele homem capaz de julgar o que está a sua volta, de responder com ousadia aos perigos que se apresenta, ironicamente se vê num: "*cárcere de ferro*" (BERMAN, 1986, p. 26) que ele mesmo criou no séc. XX. E como carcereiros, desprovidos de liberdade e dignidade, a prisão existencial e seu vazio seriam as únicas coisas de que necessitariam (BERMAN, 1986).

Max Weber não depositava muita fé no povo, tampouco nas lideranças que ele escolhia para governar, daí resulta sua perspectiva política de um liberalismo sob constante ameaça. Muitos pensadores do séc. XX, como afirma Berman (1986), entendiam que o mundo era caracterizado pelas massas sem sensibilidade, espiritualidade e dignidade, agindo como meros reprodutores de ideologias já consolidadas. Em seu livro *One-dimensional man*,¹⁷ publicado durante a década de 1960, Herbert Marcuse (1991) proclama que tanto Marx quanto Freud já eram obsoletos. Não apenas o teor revolucionário, caracterizado pelas lutas de classe e sociais do séc. XIX estaria errado, mas também as contradições psicológicas do homem seriam abolidas pelo Estado e sua administração, sendo capaz de ditar quais rumos deveriam ser seguidos. As massas sequer possuiriam ego, identidade, e suas almas seriam sedentas de tensão e dinamismo; suas ideias, necessidades e dramas não eram delas, ao passo que o sistema seria capaz de satisfazer seu vazio interior. Para preencher esse vazio e se confortar, o consumo materializado em automóveis, casas, cozinhas bem equipadas seriam capazes de dar sentido ao desejo que o ser humano ainda não saberia exatamente do que se trata (BERMAN, 1986).

¹⁶ Modernity can be seen as involving an attitude toward time - more specifically, the view that change is the only constant and that history is progress, involving increasing mastery of nature and perfection of humanity. Modernity can be seen as a master narrative that constitutes the individual as a subject whose actions are disciplined by his or her commitment to universalizing reason.

¹⁷ Em português: O homem unidimensional.

Nesse sentido, Michel Foucault exerce um papel fundamental na modernidade, ao mesmo tempo que revela características, como diz Berman (1986), torturantes e intermináveis em torno dos temas weberianos do ‘cárcere de ferro’ e das inutilidades humanas. Em suas obras, Foucault analisa prisões, asilos, hospitais e uma série de instituições desenvolvidas pelo Estado no intuito de regular e estruturar a sociedade comandada por ele. Foucault não entende ser possível uma liberdade, seja dentro ou fora das instituições. Ele não concebe qualquer possibilidade de liberdade, e critica os que pensam que ela seja possível. Os impulsos e desejos humanos não seriam resultado de sua liberdade interior, mas apenas uma resposta aos estímulos criados pela moderna tecnologia que teria o poder de tornar a nossa vida um mero objeto voltado ao prazer imediato e suas sensações e prazeres. O teor revolucionário, capaz de derrubar tiranias e elaborar novas constituições, para Foucault, era uma mera regressão aos moldes feudais, ao passo que entendia que revoluções apenas trocariam um grupo governante por outro que teria as mesmas ações de seu anterior. Toda crítica, portanto, seria vazia, pois a condição humana apenas troca indivíduos para ligá-los a outros, reproduzindo o que ele chamou de: “*discurso do poder*” (BERMAN, 1986, p. 33).

O “*discurso do poder*” seria aquele proferido por quem, em determinadas épocas, possui locus privilegiado para impor uma verdade. E essa(s) verdade(s) teria(m) um efeito universal e inibidor. O próprio Foucault (2005) assim pondera:

[...] seria o que se poderia chamar de efeito inibidor próprio das teorias totalitárias, quero dizer, em todo caso, das teorias envolventes e globais. Não que essas teorias envolventes e globais não tenham fornecido e não forneçam ainda, de maneira bastante constante, instrumentos localmente utilizáveis [...]. Mas elas só fornecem, acho eu, esses instrumentos localmente utilizáveis com a condição, justamente, de que a unidade teórica do discurso fique como que suspensa, em todo caso recortada, cindida, picada, remexida, deslocada, caricaturada, representada, teatralizada, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 10).

Sendo assim, os pressupostos positivistas, outrora analisados, se refletem bem em seu projeto para a sociedade. Metanarrativas, desejando enquadrar toda a sociedade em características únicas, a busca constante por uma “verdade” que sirva para orientar os homens em sua constante batalha pelo que dê sentido à sua vida, entre outros elementos, são-nos úteis para entendermos como a modernidade produziu uma série de instituições disciplinares, práticas e discursos que visavam legitimar os modos de dominação e controle da sociedade (BEST; KELLNER, 1991; FOUCAULT, 2005).

1.2 O contraponto do pós-positivismo

Assim como fizemos com a análise do positivismo, levantando seus pressupostos basilares e entrecruzamento com a modernidade, analisaremos, também, o pós-positivismo, considerado o contraponto ao conjunto de ideias até então apresentadas. A diferença não reside apenas em um conjunto de proposições, mas sobre a natureza da ciência e o papel dos seres humanos enquanto portadores de conhecimento. A relevância que é dada às questões subjetivas em detrimento das objetivas e da linguagem em detrimento da empiria, entre outros, são alguns pressupostos que serão analisados.

1.2.1 Origens históricas do pós-positivismo

O estudo das raízes históricas do pós-positivismo, contraponto aos temas basilares defendidos pelo positivismo, nos leva a considerar a filosofia e teoria científica desenvolvida por Friedrich Nietzsche no séc. XIX, e alguns pensadores a partir da década de 1950, tais como Michel Foucault, Thomas Kuhn, Willard van Orman, Donald Davidson, Roland Barthés e Jacques Derrida.¹⁸ Esses estudiosos buscavam se contrapor aos princípios básicos do positivismo e propor novos conceitos que iam de encontro ao empirismo, ou lógica empírica, propagada em especial através dos pensadores do Círculo de Viena, embora tenham sido influenciados por eles (LYOTARD, 1986; ZAMMITO, 2004). Sendo assim, trataremos de suas críticas, com especial foco em Nietzsche e Foucault.

O pós-positivismo, a priori, surge na filosofia da ciência e evolui em filosofia da linguagem. O ponto de virada decisiva se deu através da publicação de Thomas Kuhn, em 1962, ao propor uma revolução das estruturas científicas ao teorizar a respeito do fato de que a ciência empírica necessitaria de uma interferência semântica, ou seja, um reposicionamento da linguagem para se buscar respostas às proposições levantadas e que a análise lógica, tendo a observação como balizador fundamental, não conseguira dar vazão. Para Thomas Kuhn (2013), a teorização científica carecia de um arcabouço semântico, daí a importância dada à linguagem como capaz de resolver essa lacuna. Da mesma forma, não creditando valor ao pressuposto causal desenvolvido por Hilary Putnam, entendia que apenas uma revolução linguística seria capaz de trazer um novo enfoque às questões epistemológicas de pesquisa (KUHN, 2013; ZAMMITO, 2004). Nesse sentido, para se compreender a ciência, ou os fatos sociais, seriam

¹⁸ Analisaremos melhor a importância de Derrida para este trabalho mais à frente, daí a razão de não nos alongarmos em sua perspectiva agora.

necessárias duas coisas: (1) situa-los em um processo histórico e, por conseguinte, (2) em um contexto social. Para se alcançar esse objetivo, propuseram primeiramente a união da história da ciência com a filosofia da ciência, e em segundo momento a criação da Sociologia do conhecimento científico (SCC). Estudiosos como Imre Lakatos e Larry Laudan se debruçaram na primeira análise, enquanto David Bloor e Barry Barnes na segunda. No entanto, a tentativa de união dos preceitos sociológicos com o conhecimento científico não evoluiu (GROFF, 2004). Nas palavras de Zammito (2004), a tentativa de casamento entre as duas perspectivas acabou, na verdade, em divórcio.

A problemática entre as duas abordagens se mostrou um universo muito maior, de modo que a solução não poderia ser resumida numa união forçada entre os princípios positivistas e uma relativização linguística a ser aplicada nas análises. As tentativas de associação e similitude foram infrutíferas. Ambas abordagens eram enigmáticas e inconsistentes para serem balizadas juntamente. A partir daí, como explica Zammito (2004), deu-se o início da crise do positivismo e seu pressuposto empírico analítico nas ciências. A crise, no entanto, não pressupõe o fim da abordagem teórica, mas a necessidade de reposicionamento, bem como o fortalecimento de outros pressupostos agora nascentes.

As ideias desenvolvidas por Nietzsche representaram, nesse contexto, papel relevante ao afirmar que, ao invés do racionalismo Iluminista, a característica predominante do início do séc. XX era o niilismo,¹⁹ que seria manifesto através de uma ausência de busca por qualquer comprometimento moral e que buscasse dar sentido à existência humana (PECCORARO, 2007). Sua crítica se articulava com a rejeição dos ideais de progresso e crescimento. Para ele, corroborando com Max Weber, o advento da racionalidade desumanizaria o homem, a ponto de colocá-lo numa “jaula de ferro” (NIETZSCHE, 1968).

Ao propor conceitos como a “morte de Deus”, “vontade de potência” e “transvaloração de valores”, Nietzsche desenvolve o que chama de perspectivismo crítico em torno da epistemologia racionalista. Daí resulta sua preocupação em relação ao fato de que haveria

¹⁹ Segundo Nietzsche (1968), podemos dividir o niilismo em duas categorias: negativo e positivo; e a estes, subdividi-los em passivo e ativo. O niilista negativo é aquele que compreende que a vida não tem valor e que o ser humano está só e desamparado no universo. É a vontade do nada. Reconhece os valores antigos como sendo falsos, porém se considera impotente para destruí-los e fixar novos valores. Já o niilista positivo é aquele que, embora reconheça que os valores criados são todos falsos, se esforça para exercer sua *vontade de potência* para criar novos valores e firmar sua existência sem o constante vínculo à Deus (desapego). No caso de Nietzsche, por exemplo, ele seria um niilista positivo e ativo, pois reconhece que tudo o que é construído parte apenas de perspectivas, mas que esse reconhecimento não o impede de exercer sua vontade, ao passo que os cristãos seriam negativos e passivos, pois lançam mão de possíveis mudanças para jogar ao transcendental, à Deus, a melhora para os sofrimentos experimentados na terra. É a certeza de que dias melhores virão, mas não na terra. A classificação leva em conta o impulso e a visão que se tem da vida e da morte, e qual a atitude a ser tomada nessas duas dicotomias (NIETZSCHE, 1968; PECCORARO, 2007).

apenas narrativas a respeito do mundo, e não uma explicação. Até mesmo a crítica antifundacionista, para Nietzsche, era apenas uma perspectiva de tentar explicar como as coisas são (NIETZSCHE, 1968; PECCORARO, 2007).

Sua afirmação a respeito da ‘morte de Deus’ expressa seu sentimento em relação à falta de rumo que a sociedade passou a tomar. Se a religião havia perdido espaço como fonte legítima da moral, a substituição pela ciência havia levado o homem a um caminho não menos perigoso. Tal concepção levou Nietzsche a desconsiderar tanto a valoração transcendental quanto as leis objetivas universais do positivismo. Sendo assim, devido à ausência de uma base sólida que pudesse dar real sentido à existência humana, sem que incorresse em erros, chegaria o tempo do advento do niilismo. A partir desse advento, o autor passa a investigar como a moral se refletiria na vida das pessoas (RESENDE, 2011). Para ele, não haveria uma moral final, verdadeira e absoluta, mas apenas a individual. Com isso, Nietzsche reforça a crítica na busca por uma ‘verdade’. Apenas a verdade de cada ser humano é que teria sentido, acarretando uma pluralidade de verdades, cada uma pertencendo a seu contexto temporal e ao agente que a produz.

Para Nietzsche, não haveria uma realidade dada ou exógena ao indivíduo, mas uma interação constante entre ambos. Não há condições de o conhecimento ser objetivo aos moldes positivistas (separação entre pesquisador e objeto pesquisado), tampouco a possibilidade de uma verdade. O mundo é um *continuum* de ações que se entrecruzam e não se chega a um estágio final. Conceitos fechados e esquemáticos, em seu ponto de vista, seriam algo impossível de se conceber.

Agora conseguimos entender o que ele entende por “*vontade da potência*”. É a representação do homem,²⁰ que possui autonomia e é agente de suas próprias ações. O homem não deve ser visto como capaz de impor vontade aos outros, mas como consciente de seus atos. O homem é criativo, é livre e pode exercer sua ‘vontade de potência’ para criar, inovar, e não se prender em jaulas de ferro que limitem suas ações (NIETZSCHE, 1968).

Já para Foucault (1998), outro proeminente que ajudou a fixar as bases históricas pós-positivistas, o interesse repousava essencialmente em entender as condições históricas específicas da produção do conhecimento humano. Em sua análise a respeito das Ciências Humanas, Foucault (1998) entendia que elas não eram naturais e nem pré-determinadas, mas representavam um tipo de conhecimento que se tornou dominante em determinada época. Se o

²⁰ A representação, nesse caso, não é no sentido cartesiano, platônico, onde o homem é apresentado como o centro. Nietzsche se refere aos impulsos humanos em virtude de sua autonomia, onde seria capaz de exercer a sua ‘vontade’.

conhecimento não é natural, então ele possui uma história que revelaria como ele passou a existir e se fixar como verdadeiro. Daí resulta sua relação entre poder e conhecimento. Conforme explica Resende (2011): “[...] a produção de conhecimento se faz possível apenas na presença de um discurso dominante que autoriza o que pode ser pensado, dito e imaginado sobre a realidade. Trata-se de uma relação tão estreita e coconstitutiva que ele denominou de “poder/saber” (RESENDE, 2011, p. 44).

Partindo do pressuposto de que a história estaria repleta de elementos que revelariam a dominação de determinados saberes em detrimento de outros, Foucault analisa áreas como a medicina, as prisões, os manicômios, a sexualidade, entre outros. Seu trabalho revelava como os discursos dominantes criavam e recriavam os horizontes do conhecimento humano. Ao analisar criticamente a modernidade, ele afirmava que a produção do saber científico funcionaria como um discurso de legitimação de caráter universal. Ao conseguir se tornar dominante, se fortalece e se auto proclama correto, privilegiando uns e excluindo outros. Nesse sentido, Foucault (1998) infere:

[...] A verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instancias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1998, p. 12).

Se no passado a Igreja ditava as regras a respeito do que seria a verdade, na modernidade ele passou a ser controlado por quem detinha os meios científicos para tal. O saber, as tradições, ganham status de ‘verdade’ na modernidade, e aqueles que o detém buscam perpetuar o que os assegura posição privilegiada. Conforme afirma:

Assim é a noção de tradição: ela visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem [...] (FOUCAULT, 2008, p. 23).

Isso não significa que ele não reconheça a importância do conhecimento científico, mas que procura evidenciar que não há neutralidade nesse conhecimento por parte de quem o produz, mas sempre um conjunto de valores que sustenta o status neutro e perene das ideias.

Sendo assim, tanto Nietzsche quanto Foucault, bem como demais autores pós-

positivistas, entendendo não haver possibilidade unificada entre as duas abordagens (positivista e pós-positivista), derrubaram o compromisso que implicaria numa busca pela ‘lógica’ nas abordagens teóricas. O Holismo,²¹ que reforçava os ideais positivistas, foi aos poucos sendo abandonado, diminuindo a importância de generalizações e aumentando a importância das fragmentações no exercício analítico. Nesse sentido, a crítica ao princípio central do positivismo lógico - a empiria e a distinção entre pesquisador e objeto pesquisado - começou a ser questionado quanto a sua validade, e no intuito de analisar com maiores detalhes as críticas, dedicamos o próximo tópico a um aprofundamento a respeito dos pressupostos do pós-positivismo.

1.2.2 Pressupostos do pós-positivismo

Emergindo de uma série de críticas ao positivismo, em especial nas ciências sociais, a visão pós-positivista se baseia na crença de que as mais diversas e múltiplas análises podem ser válidas, dependendo da perspectiva que se é lançada sobre a pesquisa. A ‘verdade’, tão buscada pelos positivistas, não seria algo além de uma perspectiva que tem por objetivo se firmar como ‘certa’. O cerne da análise seria a problemática da limitação do conhecimento e como lidar com ele. Mais especificamente, trata-se de um repúdio ao conceito de ‘verdade’ e sua pretensão universalista (SAAR, 2002; TAYLOR, 2005). Figuras importantes como Nietzsche, Richard Rorty, Hilary Putnam, Michel Foucault, Paul Feyerabend, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard, entre outros, desenvolveram escritos onde problematizam as pretensões universais de uma ‘verdade’, alegando que ela diz pouco ou quase nada de uma determinada pessoa ou grupo social. Antes, seria a imposição de um ponto de vista que pretende ser neutro, mas que esconde seu real objetivo: ser a bússola delimitadora do que seria, ou não, conhecimento (GROFF, 2004; SMITH, 1996; WAEVER, 1997). Nesse sentido, Nietzsche (1968) já afirmara: “[...] *não existe nenhuma verdade; não há nenhuma propriedade absoluta das coisas, nenhuma ‘coisa em si’ [...]*”²² (NIETZSCHE, 1968, p. 14, tradução nossa).²³

²¹ O termo Holismo vem do grego “Holos”, que significa “todo” ou “inteiro”. O termo é utilizado para explicar que o mundo, apesar de estar conectado em diferentes estruturas, apenas o “todo” ou a soma de todas as diferenças é que importa, dando um sentido final e geral às coisas. Não é reducionista, e vê o mundo através de generalizações e integrações centrais. O paradigma holístico emerge de uma crise da ciência, de uma crise do paradigma cartesiano-newtoniano, que postula a racionalidade, a objetividade e a quantificação como únicos meios de se chegar ao conhecimento. Esse paradigma busca uma nova visão, que deverá ser responsável em dissolver toda espécie de reducionismo. A holística força um novo debate no âmbito das diversas ciências e promove novas construções e atitudes (TEIXEIRA, 1996).

²² Texto original em inglês: [...] there is no truth, that there is no absolute nature of things nor a "thing-in-itself" [...].

²³ É importante destacar que essa afirmação não implica dizer que ela própria seja ‘verdadeira’. Assim estaria

Nesses termos, a crítica pós-positivista reside em suas premissas antiessencialistas, ou seja, rejeita a ansiedade cartesiana de uma busca por certezas a partir do qual possam conhecer o real nas mais diversas perspectivas. Ao contrário, todo o processo de análise leva em conta algum tipo de interpretação (perspectiva) que, por sua vez, está envolta em outras interpretações sobre a natureza e o significado do mundo. Não seríamos capazes de observar uma realidade social a não ser pelos mecanismos e ferramentas que usamos para interpreta-las; e a realidade, por não ser acessível aos seres humanos de forma empírica, não existiria; tudo é apenas uma representação do real que, constantemente, busca possuir o status de ‘verdade’.

Em suma, dez pressupostos podem ser citados como timoneiros para as análises pós-positivistas. São eles:

Quadro 1 - Pressupostos básicos do pós-positivismo

1. Teorias não podem ser reduzidas a observações;
2. O método científico não é meramente vinculado à lógica;
3. Observação não é teoricamente neutra;
4. Teorias não são historicamente cumulativas;
5. Os fatos são carregados de teoria;
6. A ciência não é isolada a partir de indivíduos humanos;
7. A ciência não é isolada da sociedade;
8. O método não é atemporal e universal;
9. A lógica não deve ser privilegiada;
10. Não há abismo entre fato e valor.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de HOOKER, 1985, p. 156-157.

Os dez pontos destacados por Hooker (1985) não se restringem a um pensador, mas a um conjunto de ideias levantadas por vários autores como contraponto aos pressupostos positivistas. Fica clara uma preocupação em relação a produção do conhecimento na sociedade, não de forma neutra e separada de quem a produz, mas entrecruzada com os mais diversos contextos. Eles revelam a preocupação constante em não reduzir o papel do pesquisador a uma contemplação de sua pesquisa mediante fatos e hipóteses levantadas, mas o coloca como centro da ação, não entendendo ser possível um ‘abismo’ entre pesquisador e objeto pesquisado.

O que importa, tendo em vista a relação entre pesquisa e pesquisador, seria a interpretação ou os significados atribuídos a ela. As análises significariam apenas sentenças, e como tal, poder-se-ia entender seu conteúdo a partir das interpretações dadas. Pós-positivistas esvaziam a pretensão da filosofia empírica de estar acima do pesquisador, mas ao fazê-lo abrem

incorrendo no mesmo caminho positivista. Nietzsche deixa claro que até mesmo suas afirmações são perspectivas. Não há verdade absoluta.

espaço para uma infinidade de novas interpretações que surgem como contestadores, embora não as considere indesejáveis (ZAMMITO, 2004).

Como resultado, autores pós-positivistas, entendendo não ser possível reduzir as teorias através da observação, derrubaram o compromisso que implicaria num sustentáculo para as abordagens positivistas. Zammito (2004) explica que, para os positivistas, a teoria é independente do pesquisador, enquanto para os pós-positivistas, analisando criticamente essa afirmação, afirmam o oposto. Friedrich Nietzsche (1968), de forma contundente, já afirmara:

Contra o positivismo, que a respeito dos fenômenos afirma - “Há apenas *fatos* ” - eu diria: Não, fatos são precisamente o que não existe, apenas **interpretações** . Não podemos estabelecer qualquer fato “em si”: talvez seja loucura querer fazer uma coisa dessas.

“Tudo é subjetivo”, você diz; mas até isso é interpretação. O “sujeito” não é algo dado, é algo acrescentado e inventado e projetado por trás do que se há. - Finalmente, é necessário postular um interprete por trás da interpretação? Mesmo isso seria invenção, hipótese.

Na medida em que a palavra “conhecimento” tem algum significado, o mundo se torna cognoscível; mas é *interpretável* por outro lado, não há qualquer significado por trás disso, mas incontáveis significados. - “ **Perspectivismo** ”²⁴ (NIETZSCHE, 1968, p. 267, tradução nossa, grifo nosso).

O abismo provocado pelos pós-positivistas, devido à ruptura com os pontos centrais positivistas, motivou o surgimento de temas importantes e, até então, não relevantes das análises lógicas positivistas, tais como cultura, gênero, discurso como percepção da realidade e construção social. Não há dificuldade para esses autores entenderem que a realidade não é dada nem regida por leis imutáveis a qual todos são submetidos. Antes, os agentes são capazes de moldar, de forma constante, a realidade, bem como participar de forma ativa dessa mudança. A não-aceitação de uma “verdade” absoluta e universal permite que a interpretação dada à essa realidade leve em conta crenças e valores que moldam a percepção do indivíduo a respeito dos fatos (SMITH, 1996).

Eis então o ponto nevrálgico da análise pós-positivista: nada há que seja pré-determinado, estático, dado; até mesmo a própria natureza humana, considerada pelos positivistas como repleta de características inerentes à sua existência (uma posse), não escaparia ao perspectivismo pregado pelo pós-positivismo (GROFF, 2004). Nesse sentido, Vasquez

²⁴ Texto original em inglês: Against positivism, which halts at phenomena - "There are only *facts* " - I would say: No, facts is precisely what there is not, only interpretations. We cannot establish any fact "in itself": perhaps it is folly to want to do such a thing.

"Everything is subjective" you say; but even this is interpretation. The "subject" is not something given, it is something added and invented and projected behind what there is. - Finally, is it necessary to posit an interpreter behind the interpretation? Even this is invention, hypothesis.

In so far as the word "knowledge" has any meaning, the world is knowable; but it is *interpretable* otherwise, it has no meaning behind it, but countless meanings. - “Perspectivism”.

(1995) resume:

[...] para eles [pós-positivistas] a verdade empírica nunca é uma preocupação; para eles há apenas [...] construções de significados. Não há textos pré-definidos. Não há natureza; não há herança animal; não há biologia; não há química, nem genética. Não há cérebros humanos,²⁵ mas apenas criações advindas da imaginação e da mente humana. Para eles [pós-positivistas], a humanidade e seu mundo é plástico - sem autor - onde cada leitor pode criar seus próprios significados²⁶ (VASQUEZ, 2004, p. 224, tradução nossa).

Ora, se não há nada pré-determinado, inferimos que a indefinição e a dúvida são constantes. A essência, a fonte primária das coisas é descartada para os pós-positivistas. Em seu lugar ficaria o discurso como o construtor dessa realidade, envolto em múltiplas interpretações (perspectivas) sob as quais não nos caberia definir, delimitar e nem hierarquizar (GROFF, 2004).

Partindo do pressuposto de que variáveis outras que não o empirismo ou lógica empírica sejam relevantes, pós-positivistas partem do pressuposto de que os discursos²⁷ é que importam, e a depender do contexto histórico em que for proferido, condiciona o modo como as pessoas pensam e respondem aos fenômenos que se apresentam. O discurso permite a fixação de significados, mas ao mesmo tempo revela que não é neutro, mas parte de interesses de quem os deseja fixa-lo. No entanto, é importante destacar que o mesmo discurso que permite a fixação também é capaz de revelar suas instabilidades e contra discursos que dão origem às contradições. E ao invés de as repelirmos, devemos abraça-las. Ao invés de tentarmos resolver ou controlar, devemos examina-las. Cria-se, com isso, um esforço para se produzir uma consciência da complexidade e fragilidade das práticas que os próprios seres humanos criam por sua interação. A luta, portanto, é constante para se construir novos significados e saberes (RYAN, 2006).

Nesse sentido, Groff (2004), ao tratar da ‘realidade’ como discursivamente construída explica que cada discurso teria suas próprias regras sobre o que constitui e determina o que seria verdadeiro mediante suas reivindicações. Não haveria uma maneira de testar se a história estaria mais próxima de uma verdade a ser considerada, pois cada contexto ditaria os rumos e

²⁵ Cérebros humanos, nesse caso, não se refere exatamente ao principal órgão do sistema nervoso, mas sim no sentido da racionalidade humana.

²⁶ Texto original em inglês: [...] for them empirical truth is never really a concern; for them is only [...] constructions of meaning. There are no pre-given texts. There is no nature; there is no animal inheritance; there is no biology; there is no chemistry, no genetics. There are no human brains, but only of human minds and imagination. For them, humanity and its world are plastic – authorless – where every reader can make his or her own meaning.

²⁷ Dedicaremos nos próximos tópicos uma análise mais detalhada a respeito da análise de discurso e como influenciará em nossa pesquisa.

as características de cada período. Em suma, partindo do pressuposto de que o conhecimento não é neutro, mas dotado de valores, ele próprio seria fictício e não-representacional. Seria um produto da mente humana, envolto em constantes mudanças e dicotomias, não tendo, com isso, relação necessária com o real. A suposta unidade, estabilidade, permanência e perenidade seria uma ilusão facilmente reivindicada quando colocada em um contexto histórico (SMITH, 1996).

E ao tratar da relação entre o discurso e o contexto em que é proferido, Groff (2004) ainda lembra que as novas descobertas não poderiam ser separadas do próprio contexto, nem poderiam ser reduzidas a análises empíricas. A análise do contexto seria capaz de justificar a lógica da ação ou fato analisado. O impulso do pós-positivismo em relação às questões discursivas se fortaleceu ainda mais com as considerações generativas para a análise dos fatos, ou seja, ao se analisar algo, seria necessário um entendimento a respeito dos fatos predecessores que serviram para gerar o que se iria analisar.²⁸ Daí resultaria a importância dos valores, da cultura, dos elementos psicológicos, da subjetividade, entre outros como justificadores contextuais, não se separando o pesquisador do objeto da pesquisa (GROFF, 2004). Uma vez que a realidade é infinita, o conhecimento por parte do pesquisador é limitado, tendo a necessidade de fragmentar seu objeto de pesquisa e limitar o campo de atuação que será analisado. A total separação (objetividade) é incompatível, pois o pesquisador estuda um mundo no qual ele próprio está inserido (MENDES, 2008; WEBER, 2001).

Ao valorizarem o discurso, pós-positivistas acabam por aumentar o campo de pesquisa, ao contrário de o reduzirem a fatos causais e pré-determinados. O fato de entenderem que vivemos em um contexto, ao passo que nossa visão de mundo influencia na forma como pensamos, comportamos e organizamos a nossa vida, permite que se entenda a forma como abordamos determinada temática. Não há, portanto, conhecimento neutro. Enquanto os positivistas acreditam que seus métodos de pesquisa e dados espelham a realidade, pós-positivistas acreditam que tais métodos de investigação espelham a perspectiva de representação desses pesquisadores. Enquanto os primeiros se esforçam para descobrir objetivamente a verdade escondida por trás de cada sujeito, pós-positivistas interrompem a previsibilidade em favor da subjetividade (RITCHIE; RIGANO, 2001).

O novo contexto pelo qual passara as abordagens científicas, ao considerar novas perspectivas e a filosofia, ao entender que o pesquisador não era separado do objeto de sua pesquisa, entre outros, levantaram a questão do direito de os próprios cientistas avaliarem suas

²⁸ É importante destacar que não estamos tratando de causa e efeito. O contexto histórico (genealogia) é importante para os pós-positivistas no sentido de mostrar que o que aparentemente é neutro, na verdade seguiu o curso das mudanças históricas provocadas pelas pessoas. Daí a importância da genealogia para revelar as mudanças.

teorias. Não apenas balizarem sobre o que seria verdadeiro ou falso, mas também apreciar suas realizações de modo que não desprezasse a competência e determinação real dos profissionais acadêmicos. O certo/errado das pesquisas passou a ser relativizado, e mesmo não se chegando a um ponto conclusivo, as bases até então fixadas poderiam ser úteis futuramente para novas pesquisas a serem realizadas. E esses fatos levaram a uma ruptura com os preceitos positivistas até então dominantes e que ditavam os rumos que uma pesquisa ‘verdadeira’ deveria seguir (ZAMMITO, 2004). Para os positivistas, o fato de a observação ser “independente” do teórico é que permite a sua garantia e validade. Já para os pós-positivistas, questionando tal separação, procuravam demonstrar definitivamente que essa distinção não era sustentável. Não haveria condições de um vocabulário observacional neutro, tampouco separação entre ambos. O pesquisador não seria neutro em sua pesquisa.

Não havendo soluções universais para os problemas, não haveria, portanto, conclusões impossíveis de se modificar ao longo do tempo. No entanto, como alerta Ritchie e Rigano (2001), não podemos supor que pós-positivistas absorvam uma característica meramente contemplativa e passiva dos fatos que nos rodeiam sem qualquer teor crítico. A diferença residiria na precaução à tomada de medidas dogmáticas e autoritárias, trocando-as por uma reflexão crítica do que se apresenta. A “verdade” não seria empírica ou pré-determinada, mas construída pelo diálogo constante, donde surgem interpretações conflitantes e múltiplas possibilidades de ação (RYAN, 2006).

1.2.3 Pós-positivismo e o projeto da pós-modernidade

A relação que existe entre pós-modernidade e pós-positivismo pode ser caracterizada principalmente pela exclusão de uma ‘verdade universal’ que seja capaz de levar a sociedade a um caminho ótimo em sua busca pelo progresso. Em seu livro intitulado *A condição pós-moderna* (1986), Jean-François Lyotard analisa o conceito de pós-modernidade e busca demonstrar que ele se relaciona à abolição da ideia de ‘verdade’ que durante séculos foi a principal arma de poder. Além de discorrer a respeito da sua decadência em uma sociedade dita pós-moderna, Lyotard (1986) mostra que as transformações ocorrem, também, na produção cultural e no próprio estilo de vida das pessoas. O pós-moderno é marcado pela incredulidade ante o discurso filosófico de pretensões atemporais e universalizantes. Antes, o saber seria cibernético, informatizado, científico, virtual e artificial. A verdade nada mais seria do que o resultado da vitória do discurso mais atraente, ou daquele mais forte e que possui os mecanismos adequados para se impor sobre os demais (KARASEK, 2010; LYOTARD, 1986;

TAYLOR, 2005). Sendo assim, o mais importante nesse processo de modificação para uma sociedade pós-moderna, seria a ‘crise da ciência’ e suas pretensões universalizantes. Cada um de nós vive em uma espécie de encruzilhada, e não seríamos capazes de formar combinações perfeitas e estáveis em nossa relação comunicativa.

Logo no início do seu livro, Lyotard (1986) deixa claro qual o seu objetivo:

Este estudo tem por objetivo a condição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. Decidiu-se nomeá-la “pós-moderna”. A palavra está em uso no continente americano, na escrita de sociológicos e críticos. Ela designa o estado da cultura após as transformações que afetaram a regra dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do fim do século XIX. Essas transformações serão situadas aqui relativamente à crise das narrativas (LYOTARD, 1986, p. xv).

Sua discussão entende, como pós-moderna, uma condição cultural presente nas sociedades mais desenvolvidas. Essas sociedades seriam caracterizadas pelo rápido desenvolvimento econômico e tecnológico, resultantes das transformações científicas outrora iniciadas no final do séc. XIX, tendo o pós-Segunda Guerra Mundial como seu ápice. O que interessa à Lyotard é entender como, à medida que a sociedade evolui para a condição pós-moderna, o saber em tal sociedade também se altera. Essa “condição”, em suas palavras, representaria a crise das metanarrativas²⁹ de legitimação do saber, conforme pondera:

Originariamente, a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelam-se como fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras do jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando este metadiscorso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que a isto se refere para se legitimar. [...]. Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos (LYOTARD, 1986, p. xv-xvi).

Nestes dois trechos, o autor revela sua preocupação nos metadiscursos que, amparados pela ciência, indicariam um suposto caminho “ótimo” a ser seguindo, enquanto tudo o mais seria tido como ‘fábula’. Em sentido oposto, Lyotard (1986) reforça que na sociedade pós-moderna haveria uma incredulidade em relação a esses metarrelatos. Eles não indicariam uma ‘verdade’, mas apenas um relato que, em detrimento de todos os demais, é tido como verdadeiro.

²⁹ Metanarrativas, para Lyotard, seria a crença de uma concretude da racionalidade no mundo. Grandes narrativas, como também chama, residiram no fato de um consenso entre o emissor e o receptor. Uma proposição seria verdadeira se, ao ser emitida, é considerada possível de encontrar seu fim pelos meios racionais, daí “lançando luz” sobre o que se emite, de modo a tornar a proposição inteligível e universal (LYOTARD, 1986).

Para o autor, a condição pós-moderna é estranha à positividade, que não consegue enxergar a deslegitimação. Se as metanarrativas são cunhadas com esforço no intuito de serem “verdades”, como lidar com um possível esgotamento e eliminação de algo outrora consolidado? O saber pós-moderno, ao contrário, refina a sensibilidade para com as diferenças, ao passo que reforça nossa capacidade de suportar o que nos é estranho.

A diferença entre a modernidade e a pós-modernidade, portanto, estaria presente na percepção de que na primeira, os diferentes tipos de saber, de acordo com as regras do jogo que cria, buscam se referenciar em algo que lhes confira crédito universal e o dote de legitimidade quanto a sua veracidade. As ciências criam verdades e leis mediante a observação de sua regularidade, visando à universalização do bem-comum. Na segunda, o conhecimento é marcado pela dúvida constante, desconstrução, desconfiança, interpretação, inverdades e suspeitas. A alternativa pós-moderna não delega sua legitimidade, mas a confere em sua própria narrativa (LYOTARD, 1986). Best e Kellner (1991) reforçam essa explanação, e explicam que o pós-moderno é capaz de produzir novos conceitos e teorias políticas, bem como representar o multifacetado fenômeno da vida humana em sociedade.

Não haveria, teorias unificadas ou uma coerente corrente de proposições verdadeiras. A estética pós-moderna emerge de um sentimento de revolta contra os aspectos alienadores de uma sociedade industrial e que tem a razão como centro de sua autossatisfação intelectual. Nesses termos, Best e Kellner (1981) explicam que os pós-modernos:

[...] afirmam que, nos meios de comunicação de alta tecnologia na sociedade, processos contemporâneos emergentes de mudança e transformação, estão produzindo uma nova sociedade pós-moderna e os seus defensores afirmam que a era da pós-modernidade constitui uma nova etapa da história e formação sociocultural que requer novos conceitos e teorias. Os teóricos do pós-modernismo (Baudrillard, Lyotard, Harvey, etc.) afirmam que as tecnologias, como computadores e mídias, novas formas de conhecimento, e mudanças no sistema socioeconômico estão produzindo uma formação social pós-moderna. Baudrillard e Lyotard interpretam estes desenvolvendo novos tipos de informação, conhecimento e tecnologias, enquanto os teóricos neomarxistas como Jameson e Harvey interpretam o pós-moderno em termos de desenvolvimento de uma etapa superior do capitalismo marcada por um grau de penetração do capital e homogeneização em todo o globo. Esses processos também estão produzindo um aumento da fragmentação cultural, as mudanças na experiência do espaço e do tempo, e novos modos de experiência, subjetividade e cultura³⁰ (BEST; KELLNER, 1981, p. 3, tradução nossa).

³⁰ Texto original em inglês: [...] claim that in the contemporary high tech media society emergent processes of change and transformation are producing a new postmodern society and its advocates claim that the era of postmodernity constitutes a novel stage of history and novel sociocultural formation which requires new concepts and theories. Theorists of postmodernity (Baudrillard, Lyotard, Harvey, etc.) claim that technologies such as computers and media, new forms of knowledge, and changes in the socio-economic system are producing a postmodern social formation. Baudrillard and Lyotard interpret these developments in terms of novel types of information, knowledge, and technologies, while neo-marxist theorists like Jameson and Harvey interpret the postmodern in terms of development of a higher stage of capitalism marked by a degree of capital

Outra característica importante destacada por Lyotard (1986) em relação à sociedade pós-moderna seria o da diferença entre o saber narrativo e o saber científico.³¹ No primeiro, o saber não se reduz à ciência, e nem ao conhecimento. As narrativas seriam histórias que as próprias comunidades contam para si no intuito de explicar sua existência no presente e desejos para o futuro. Assim, nas palavras do autor, tal saber seria:

[...] aquilo que torna alguém capaz de proferir “bons” enunciados denotativos, mas também “bons” enunciados prescritivos, avaliativos ... Não consiste numa competência que abranja determinada espécie de enunciados, por exemplo, os cognitivos, à exclusão de outros. [...] O relato é a forma por excelência deste saber, e isto em muitos sentidos. [...] Primeiro, estas histórias populares contam o que se pode chamar de formações (Bildungen) positivas ou negativas, isto é, os sucessos ou os fracassos que coroam as tentativas dos heróis; e estes sucessos ou fracassos ou dão sua legitimidade às instituições da sociedade (função dos mitos), ou representam modelos positivos ou negativos (heróis felizes ou infelizes) de integração às instituições estabelecidas (lendas, contos). Estes relatos permitem então, por um lado, definir os critérios de competência que são os da sociedade nas quais eles são contados, e, por outro lado, avaliar, graças a estes critérios, as *performances* que aí se realizam, ou podem se realizar.

Em segundo lugar, a forma narrativa, diferentemente das formas desenvolvidas dos discursos do saber, admite nela mesma uma pluralidade de jogos de linguagem: encontram facilmente lugar no relato dos enunciados denotativos que versam, por exemplo, sobre o céu, as estações, a flora e a fauna; dos enunciados deônticos que prescrevem o que deve ser feito quanto a estes mesmos referentes ou quanto ao parentesco, à diferença dos sexos, às crianças, aos vizinhos, aos estrangeiros, etc. (LYOTARD, 1986, p. 37-38, destaque no original).

Nota-se, nas palavras de Lyotard, que não apenas características dotam a sociedade pós-moderna, mas a própria construção e do saber por parte dos seres humanos ganha papel central. O objetivo não é somente o critério da verdade, mas também os critérios da eficiência, da justiça, da beleza e da felicidade.

Já a pragmática do saber científico se dá por outros vieses. O objetivo da ciência seria a realização de um enunciado explicativo. Ao exemplificar através da declaração de Copérnico de que a: “*trajetória dos planetas é circular*” (LYOTARD, 1986, p. 44), Lyotard mostra que o objetivo do pesquisador é presumir uma veracidade de tal enunciado que seja garantido a fim de inviabilizar contestações e se firmar como correto. No entanto, tal emissário da informação, requer que seu receptor valide suas provas, qualificando-o como potencial destinatário. Há uma relação de parceria, como explica Lyotard, entre destinador e destinatário, permitindo a formação de pares visando a construção de uma narrativa universal (LYOTARD, 1986).

penetration and homogenization across the globe. These processes are also producing increased cultural fragmentation, changes in the experience of space and time, and new modes of experience, subjectivity, and culture.

³¹ É importante destacar que a palavra ‘narrativo’, para Lyotard, se refere à forma discursiva do saber tradicional.

Devido à importância e diferenças entre o saber narrativo do saber científico, Lyotard (1986) pondera cinco características centrais do saber científico, característico das sociedades modernas:

- 1 O saber científico exige isolamento de um jogo de linguagem, o denotativo; e a exclusão dos outros. O critério de aceitabilidade de um enunciado é o seu valor de verdade [...]. Assim, é-se um erudito (neste sentido) se se pode proferir um enunciado verdadeiro a respeito de um referente; e cientista se se pode proferir enunciados verificáveis ou falsificáveis a respeito de referentes acessíveis aos *experts*.
- 2 Este saber encontra-se assim isolado dos outros jogos de linguagem cuja combinação forma o vínculo social. Em relação ao saber científico, ele não é mais uma componente imediata e partilhada como o é o saber narrativo. É uma componente indireta, porque torna-se uma profissão e dá lugar a instituições, sendo que nas sociedades modernas os jogos de linguagem se reagrupam sob a forma de instituições animadas pelos participantes qualificados, os profissionais.
- 3 No seio do jogo da pesquisa, a competência requerida versa unicamente sobre a posição do enunciador. Não existe competência particular como destinatário [...]. E não existe nenhuma competência como referente. Não existe aqui, como no narrativo, algo como saber ser o que o saber diz que se é.
- 4 Um enunciado de ciência não extrai nenhuma validade do que é relatado. Mesmo em matéria de pedagogia, não é ensinado senão enquanto é sempre presentemente verificável por argumentação e prova. [...]. Desta maneira, o saber acumulado em enunciados aceitos anteriormente pode sempre ser recusado. Mas, ao contrário, todo novo enunciado, se for contraditório em relação a um enunciado anteriormente admitido que verse sobre o mesmo referente, não poderá ser aceito como válido a não ser que refute o enunciado precedente com argumentos e provas.
- 5 O jogo da ciência implica então uma temporalidade diacrônica, isto é, uma memória e um projeto. Supõe-se que o remetente atual de um enunciado científico tenha conhecimento dos enunciados precedentes que dizem respeito a seu referente (bibliografia) e não proponha um enunciado sobre este mesmo assunto a não ser que ele difira dos enunciados precedentes (LYOTARD, 1986, p. 46-48).

Essas cinco propriedades, para Lyotard (1986), devem ser lembradas por duas razões: mostrar que há uma clara diferença entre o saber narrativo, característico das sociedades pós-modernas, do saber científico nas modernas, e mostrar que, apesar das diferenças, a existência da primeira é tão necessária quanto a segunda. Ambas são formadas por conjuntos de enunciados apresentados como regras específicas do saber, que são considerados bons de um lado, e não tão válidos por outro (LYOTARD, 1986).

É importante destacar, a despeito das diferenças propostas por Lyotard, que a ciência não se torna irrelevante em seu papel como produtora de conhecimento, apenas toma outra forma nas sociedades pós-modernas. A multiplicidade de jogos de linguagem, base para a

formação de vínculos sociais, não seriam dotadas de metarrelatos que as oriente, mas de intersecções entre pequenas narrativas na formação do sujeito individual. A ciência já não é considerada necessária pelo papel que desempenha no progresso em direção a uma liberdade absoluta e conhecimento absolutos dos homens. Ele sofre um declínio, como explica Lyotard, em seu poder regulatório sobre os processos de verificação. Não haveria questão sem resposta, mas questões que se mostram, em princípio, irrespondíveis (LYOTARD, 1986). O objetivo não seria o da verdade, mas da performatividade e aumento do desempenho do conhecimento científico.

Não apenas Lyotard se debruçou no estudo das características das sociedades pós-modernas. Assim como ele, outros autores abriram o leque de movimentos políticos que abarcam novas perspectivas. Visando sistematizar as diferenças entre os modernos e pós-modernos, Resende (2011) propõe o quadro a seguir.

Quadro 2 - Comparativo entre a modernidade e a pós-modernidade

MODERNIDADE (Positivismo)	PÓS-MODERNIDADE (Pós-positivismo)
Racionalismo, cientificismo, positivismo	Reflexivismo, relativismo, pós-positivismo
Indivíduo autônomo e soberano	O indivíduo é produto das estruturas sociais e somente se imagina autônomo e soberano
A verdade é absoluta e universal	Não existe uma verdade, e sim "verdades"
A humanidade progride e evolui	Progresso e evolução não são predestinados
Concepção linear e progressiva da História	A História possui descontinuidades
A História é a narrativa do que "realmente aconteceu"	A "História" é ditada por quem tem poder, cada narrativa expressa interesses específicos
Existe uma realidade "lá fora"	Realidade como construção social
Separação entre objeto e observador	Observar é interagir
O conhecimento é acumulável	Conhecimento pode ser desconstruído
O conhecimento é neutro de valores	Toda teoria é para alguém e para algo
Conhecimento para solucionar problemas, promover a ordem e o equilíbrio	Conhecimento para reflexão crítica, opor resistências, desestabilizar o neutralizado
Teoria unificada e empirismo	Nenhuma teoria é capaz de explicar tudo
Metanarrativas	Múltiplas narrativas em disputa
Saberes centralizados e autorizados	Saberes difusos, subversivos e contestadores
Categorias e conceitos inequívocos	Crítica à reificação de conceitos e categorias
Teoria para solução de problemas	Teorias críticas
Ênfase na unidade, continuidade, coerência, uniformidade, permanência e estabilidade	Fragmentação, alternância, instabilidade, descontinuidade, incoerência e diferenças
Ênfase no controle, na hierarquia, na coesão, na centralização e na ordem	Ênfase na resistência, oposição, descentralização, desordem, subversão
Controle e previsibilidade	Acaso e contingência
Causalidade	Sincronicidade
Ênfase na homogeneidade e igualdade	Heterogeneidade e diferenças celebradas
Profundidade e conteúdo	Superficialidade e aparências

Realidade, autenticidade	Hiper-realidade, representações, simulações
Símbolos e significados fixos	Símbolos e significados instáveis e mutáveis
Dicotomias definidas: mente/corpo, dentro/fora, orgânico/inorgânico	Hibridismos, ambiguidades, questionamento das dicotomias naturalizadas
Limites e fronteiras definidas	Limites e fronteiras difusas e porosas
Identidades fixas, unificadas e centradas	Identidades descentradas, em fluxo
Estado-nação como <i>locus</i> privilegiado	Celebração do local e do global: "glocal"
Poder centralizado, unificado, autoritário	Difuso, disperso, fragmentado, democrático
Macropolítica	Micropolítica
Linguagem descreve e nomeia a realidade	Linguagem constrói a realidade
Articulação de "cima para baixo"	Articulação de "baixo para cima"
O autor detém a interpretação última	Barthes: "Morte ao autor. Viva o leitor"
O artista cria e possui a arte	O artista é reprodutor de arte, colagem, montagem, pastiche, releituras, mixagem
Supremacia do livro impresso e da biblioteca como sistema de saber autêntico	A hipermídia transcende os limites do impresso, intertextualidade digital
Mídia centralizada, redes de notícias internacionalizadas, conglomerados de entretenimento	Nichos e segmentação, <i>Youtube, Facebook, Twitter, Wikipédia</i> , blogs, rádios e canais locais e independentes, <i>web streaming</i>
Analogico, monocromático e conservador	Digital, multicromático e revolucionário
Produtos unos, acabados e autenticados	<i>Work-in-progress</i> , reciclagem, <i>remake</i>

Fonte: RESENDE, 2011, p. 32.

Pauline Rosenau (1992), também pondera a respeito das características pós-modernas em detrimento do modernismo ao afirmar que eles (pós-modernos), entendem haver razões para uma ampla desconfiança em relação às reivindicações da modernidade, tais como a existência de uma moral universal e “interpretações profundas” a respeito do que seria melhor para todos. A modernidade não é uma força de libertação, ao contrário, seria uma fonte de subjugação, opressão e repressão. Pós-modernos desafiam as análises globais, mundiais, seja de caráter político, religioso ou social. Não formulam um conjunto de suposições alternativas aos modernistas, mas afirmam a impossibilidade de se estabelecer qualquer alicerce para o conhecimento humano. Os pós-modernos mais radicais chegam a afirmar a ausência de uma certeza, de modo que seja necessário aprender a viver se buscar explicações e aceitar o relativismo filosófico (ROSENAU, 1992).

Pós-modernos ainda questionam a possibilidade de fronteiras disciplinares rígidas entre todos os ramos científicos, na arte, na literatura, na cultura e na vida. Como alternativa, oferecem a indeterminação constante e a diversidade em vez da unidade, centralidade e diferença. Em vez da síntese, a complexidade, e ao invés da simplificação, a indeterminação. Há uma rejeição a uma unificação, coerência e referencial concreto. Não haveria identidade estável do sujeito, o que se refletiria até mesmo no texto e no leitor. A importância do autor é

diminuída, mas não excluída, ao passo que aumentam o significado do texto e do leitor mediante o contexto que se é produzido (ROSENAU, 1992). Conforme afirma Barthes (1977), ao dizer que: “[...] o nascimento do leitor se dá à custa da morte do autor”³² (BARTHES, 1977, p. 148, tradução nossa).

Nesse sentido, Porter (1994) explica que:

A noção de um sujeito, ou de um “homem” como agente racional, é rejeitado pelos pós-modernistas. O sujeito é descentralizado, a “morte do autor” é anunciada, e a noção de que a história é coerente, que há uma “meganarrativa”, é rejeitada. A representação em todas as formas, incluindo a linguística, política, ciência, e artes, é rejeitada e tida como fraudulenta, e o foco no específico, no local, e nas diversas origens é defendido³³ (PORTER, 1994, p. 108, tradução nossa).

É nesse contexto, mediante as diferenças entre positivistas e pós-positivistas, claramente sentidas em ambiguidades quanto ao projeto para a sociedade, que possuímos elementos importantes para aplicarmos às Relações Internacionais. A depender dos pressupostos teóricos, conseguimos qualificar as teorias em seu princípio ontológico e dotá-las de características positivistas ou pós-positivistas, que trataremos a seguir.

1.2.4 Os *grandes debates* das RI e a emergência do Reflexivismo

Se aplicarmos os pressupostos analisados até agora às Relações Internacionais, somos levados a considerar os chamados *grandes debates* da área. São eles que permitem a delimitação do campo de estudo e estabelecem os limites a serem abordados. Todas as teorias positivistas e pós-positivistas são enquadradas e analisadas pelo curso da história e o período em que tiveram sua ascensão e enfraquecimento (WAEVER, 1997).

Seguindo, portanto, a ordem dos debates, o idealismo e o realismo na década de 1940³⁴ seria o primeiro; behaviorismo e tradicionalismo entre 1950 e 1960 o segundo;³⁵ realismo, liberalismo e marxismo durante a década de 1970, neorealismo, neoliberalismo e neomarxismo

³² Texto original em inglês: [...] the birth of the reader must be at the cost of the death of the author.

³³ Texto original em inglês: The notion of a subject, or of a “man” as a rational agent, is rejected by postmodernism. The subject is decentered, the “death of the author” is announced, and the notion that history has coherency, that there is a “master narrative”, is rejected. Representation in all its forms, including linguistics, politics, science, and art, is rejected as fraudulent, and a focus on the specific, on the local, and on pastiche is advocated.

³⁴ É importante destacar que o primeiro debate se cristalizou na década de 1940, porém desde o período chamado ‘entre guerras’ (1919-1939) que ele ocorria. Para uma leitura aprofundada do primeiro debate, cito: Carr (1981), Morgenthau (2003), Cox & Sjolander (1994) e Waever (1997).

³⁵ Para uma leitura aprofundada sobre o segundo debate, cito: Kaplan (1966), Bull (1966), Holsti (1985), Lapid (1989).

em 1980 o terceiro; e finalmente, o quarto debate iniciando a partir da década de 1990 entre racionalistas e reflexivistas³⁶ (SMITH, 1996; WAEVER, 1997; WIENER, 2003, 2006). O quadro a seguir ilustra os quatro *grandes debates*.

Quadro 3 - Grandes debates nas Relações Internacionais

	Primeiro	Segundo	Terceiro		Quarto
Abordagem teórica	Idealismo x Realismo	Behaviorismo x Tradicionalismo	Realismo x Liberalismo x Marxismo	Neorealismo x Neoliberalismo x Neomarxismo	Racionalistas x Reflexivistas
Perspectiva temporal	1940	1960	1970	1980	1990

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de WAEVER, 1997.

Do primeiro ao quarto debate as teorias eram amparadas em pressupostos positivistas, possuindo locus privilegiado na explicação dos fatos e fenômenos inerentes à área.³⁷ Essa continuidade só foi rompida com o surgimento dos chamados reflexivistas, caracterizados pela valorização das questões subjetivas em detrimento das objetivas. As críticas eram destinadas, sobretudo, aos pressupostos defendidos no terceiro debate, no que ficou conhecido como debate neo-neo.³⁸

Reflexivistas seriam caracterizados pela ênfase na interpretação e reflexão dos atores como central para as instituições. Normas e Regimes não poderiam ser estudados de forma positiva, mas sim de maneira intersubjetiva através de métodos não-positivistas. Também discordavam da escolha racional como guia dos interesses dos atores. Tanto as instituições como os atores interagem de forma mútua, se completando pelas diferenças, e quase sempre de

³⁶ Os reflexivistas representam os pós-positivistas, que podem ser divididos entre os construtivistas e os pós-estruturalistas. Dedicaremos o próximo capítulo à análise das duas abordagens, daí a razão de não nos alongarmos nele agora.

³⁷ Este fato é reforçado através do debate da década de 1960. O surgimento e uso da Teoria da Escolha Racional e da Teoria dos Jogos reforçou os pressupostos racionais. Até então, as teorias eram até menos científicas e ‘racionais’ se comparadas em seus métodos de pesquisa. Para uma análise aprofundada sobre os ‘grandes debates’, e sobre a Teoria da Escolha Racional e a Teoria dos Jogos cito as obras: Waever (1997), Brown; Ainsley (2005), Snidal (2013), Elster (1986), Lichbach (2003), Gilboa (2010), Ferejorn; Pasquino (2001), Smith (2000).

³⁸ O debate neo-neo é assim chamado pelo fato de o tripé realismo, liberalismo e marxismo ter se modificado a partir da década de 1980 para neorealismo, neoliberalismo e neomarxismo. Dentre as principais semelhanças entre eles: (1) os atores são racionais e suas preferências são decididas racionalmente; (2) os Estados são os principais atores do sistema internacional; (3) a segurança é a principal preocupação do Estado; e (4) o sistema internacional, em virtude da ausência de um poder superior que regule os Estados, é anárquico. Já dentre as diferenças: (1) neorealistas partem da premissa de que os Estados buscam ganhos absolutos, enquanto neoliberais relativos; e (2) a cooperação, para os neorealistas, é baseada em interesses, e não é fácil de ser aprofundada, enquanto para os neoliberais a cooperação é o objetivo principal a ser buscado entre os Estados. Para uma leitura aprofundada sobre o debate neo-neo e seus pressupostos, cito as obras: Keohane (1984, 1988), Waltz (1979), Milner (1993), Mearsheimer (1995, 2007), Keohane e Nye (2001), Keohane e Axelrod (1985), Sterling-Folker (2013), Krasner (1983), Baldwin (1993), Resende (2011).

forma subjetiva (WAEVER, 1997). A ruptura fez com que um abismo metodológico fosse criado entre os pressupostos, como afirma Waever (1997):

Não! não há tolerância repressiva entre racionalistas e reflexivistas. Eles preferem ver uns aos outros como prejudiciais, às vezes como ‘maus’, definitivamente não como um grupo paralelo legítimo. De acordo com os reflexivistas, as ideias dominantes são corresponsáveis por suportar uma ordem repressiva, enquanto muitos racionalistas veem os pós-modernistas como subversivos, anticientíficos e geralmente uma má influência para os estudantes. A maioria dos racionalistas se percebem como reformadores, não defensores do status quo, pós-modernistas também são vistos como um problema político pelo fato de eles supostamente desenvolverem uma crítica e julgamento moral. No outro eixo, não há incomensurabilidade entre os contendores sobre ganhos relativos e absolutos, pois eles insistem em compartilhar premissas básicas, definições e critérios de avaliação³⁹ (WAEVER, 1997, p. 22, tradução nossa).

Os reflexivistas entendiam possuir a capacidade de explicar melhor o sistema internacional do que as teorias positivistas e seu viés racional. A dinâmica humana, argumentam, é infinita, e não pode ser limitada por conceitos universais. Os reflexivistas entendem que a subjetividade, e não a objetividade é que deve ser levada em consideração ao tratarmos das ações humanas. E da mesma forma que as relações humanas ocorrem por fatores subjetivos, as relações internacionais também culminariam como reflexo dessa subjetividade em ambiente macro, internacional. Ora, se partirmos do pressuposto de que a realidade não é objetiva, como afirmam os racionalistas, não haveria, portanto, separação entre crenças e valores da própria prática de seus atores. O mundo não seria dado, mas construído à medida que novos conhecimentos são apreendidos e colocados em prática, de forma constante e mutável, especialmente por aqueles que detém locus diferenciado para impor aos demais o seu entendimento a respeito dos fatos (WAEVER, 1997).

Assuntos como linguagem, identidade, e não apenas sujeito/objeto passaram a ser levados em conta em uma análise. A interação dos atores, portanto, influencia e modifica as estruturas, tornando-as dinâmicas. Dessas críticas, duas novas grandes abordagens teóricas se cristalizaram: o construtivismo e o pós-estruturalismo. Haja vista a importância do construtivismo e, em especial, do pós-estruturalismo, para este trabalho, e sua posição emergente a partir do início da década de 1990 como abordagens teóricas, analisaremos cada

³⁹ Texto original em inglês: No! There is no such repressive tolerance among rationalists and reflectivists. They rather see each other as harmful, at times almost ‘evil’, definitely not as a legitimate parallel enterprise. According to reflectivists, the mainstream is co-responsible for upholding a repressive order, while many rationalists see postmodernists as subversive, anti-scientific and generally a bad influence on students. Since most ‘rationalists’ perceive themselves as reformers, not defenders of the status quo, postmodernists are also seen as politically problematic because they allegedly demobilize enlightened critique and moral judgement. On the other axis, there is no incommensurability among the contenders over relative and absolute gains, because they insist on sharing basic premises, definitions and criteria of evaluating proofs.

uma, seus principais pressupostos e relevância analítico-metodológica para as análises das Relações Internacionais. Sobretudo, ao tratarmos do pós-estruturalismo, destacaremos a sua importância para esta pesquisa e como ele será mobilizado nos demais capítulos.

2 A VERTENTE REFLEXIVISTA

*A realidade é socialmente construída*⁴⁰
(BERGER; LUCKMAN, 1966, p. 13, tradução nossa).

*[...] nada existe fora do discurso [e por isso] não há realidade*⁴¹
(CAMPBELL, 2013, p. 235, tradução nossa).

Este capítulo é dedicado à análise das duas principais abordagens da vertente reflexivista do *quarto debate*: o construtivismo e o pós-estruturalismo. Embora ambos sejam reflexivistas, o construtivismo é menos radical na relativização dos fatos se comparado aos pós-estruturalistas. No caso construtivista, analisamos o motivo pelo qual ele é considerado o meio-termo entre as abordagens positivistas e pós-positivistas, seus pressupostos centrais, e seu entendimento a respeito da anarquia internacional. Já no pós-estruturalismo, abordagem teórica mais relevante para esta pesquisa, analisamos o surgimento do movimento pós-estrutural e como lida com as questões acerca da relativização das verdades e a desconstrução. Também verificamos como o pós-estruturalismo foi inserido nas RI e sua contribuição aos estudos a soberania estatal e a clássica obra *Inside/outside* de R.B.J Walker.

2.1 Construtivismo

Até o fim da década de 1980, o papel que a linguagem exercia sobre a construção da realidade, bem como das análises teóricas em RI era praticamente ignorado pelas abordagens principais - neorealismo e o neoliberalismo. Partindo do pressuposto de que existia uma realidade a priori, as questões linguísticas e discursivas ocupavam um lugar marginal. É nesse contexto que surge a crítica construtivista. Os subtópicos a seguir resumem as críticas do construtivismo e sua importância para as análises internacionais.

2.1.1 O construtivismo como meio-termo

Comumente inserido dentro das análises pós-modernas, o construtivismo se distancia dos pressupostos positivistas, que analisam pelo viés puramente racional os fatos. Mas ao mesmo tempo não compartilha de todos os princípios pós-positivistas de relativização dos fatos

⁴⁰ Texto original em inglês: reality is socially constructed.

⁴¹ Texto original em inglês: [...] everything is language [...] there is no reality.

e acontecimentos internacionais. Dessa forma, ao não compartilhar de toda a relativização para se analisar os fatos, se julga um meio-termo (ADLER, 1997; ZEHFUSS, 2002). O sucesso do construtivismo - apesar das críticas⁴² - como um legítimo rival do neorrealismo e do neoliberalismo, advém justamente de sua posição como um meio-termo nas análises teóricas das RI. Nem compartilha de um racionalismo puro e empírico, e nem sucumbe às críticas radicais do pós-estruturalismo (GUZZINI, 2013). Daí resulta a importância em destacarmos o fato de ser um elo entre as abordagens teóricas. Adler (1997) ressalta esse fato e explica:

O construtivismo está no meio termo porque se interessa em entender como os mundos *material*, subjetivo e intersubjetivo interagem na construção social da realidade, e porque, mais do que considerar exclusivamente como as estruturas constituem as identidades e os interesses dos agentes, ele pretende também explicar como, antes de tudo, os *agentes individuais* constroem socialmente essas estruturas. Consequentemente, o construtivismo pertence ao centro da matriz, no ponto denso em que todas as linhas se intersectam⁴³ (ADLER, 1997, p. 330, tradução nossa, itálico do autor).

Sendo, então, um meio-termo, Wiener (2003) ressalta este fato, explicando a capacidade do construtivismo de, apesar de se distanciar dos pressupostos puramente racionais, ainda conseguir dialogar com ambos os lados.

Por ser considerado um meio-termo, há uma tendência em considerar o construtivismo junto com o pós-estruturalismo numa mesma perspectiva reflexivista, mas a linha tênue que separa os pressupostos é crucial para se entender a perspectiva construtivista, bem como sua contribuição para se analisar os fenômenos das relações internacionais. O centro do debate construtivista: “[...] não é sobre ciência versus interpretação literária ou ‘relatos’, mas sobre a própria natureza da ciência social [...]”⁴⁴ (ADLER, 1997, p. 320, tradução nossa). O construtivismo abandona a concepção naturalista da ciência como sendo baseada em princípios físicos e se aproxima de uma abordagem de ciência social que é, em sua essência, social, e como tal, não se limita a regras estáticas, mas mutáveis constantemente. Ao mesmo tempo que não nega a existência de uma realidade, acredita que ela não seja imutável, estática; nós a construímos e modificamos constantemente através da interação social. Para entender essa mutabilidade dos atores e sua capacidade constante de escolhas, Waldrop (1992) exemplifica:

⁴² A exemplo, Zehfuss (2002).

⁴³ Texto original em inglês: Constructivism seizes the middle ground because it is interested in understanding how the material, subjective and intersubjective world interact in the social construction of reality, and because, rather than focusing exclusively on how structures constitute agent’s identities and interests, it also seeks to explain how individual agents socially construct these structures in the first place. Consequently, constructivism belongs in the center of the matrix, the dense dot where all the lines intersect.

⁴⁴ Texto original em inglês: [...] the core of the debate about Constructivism is not science versus literary interpretation or ‘stories’ but the nature of the social science itself [...].

suponhamos que uma pedra seja arremessada ao ar de forma aleatória. Ela só poderá ter uma resposta às forças físicas que atuam sobre ela. No entanto, se arremessarmos um pássaro ao ar, ele pode responder de diversas maneiras. Embora as mesmas forças físicas atuem sobre a pedra e sobre o pássaro, o comportamento de ambos se diferencia substancialmente.⁴⁵

Adler (1997), complementando este exemplo, sugere:

Finalmente, pegue um grupo de pessoas, uma ou várias nações e metaforicamente arremesse-os ao ar. Para onde, como, quando e por que eles vão não é inteiramente determinado por forças ou constrangimentos físicos; no entanto, do mesmo modo não depende inteiramente de preferências pessoais e escolhas racionais. Depende também de seu conhecimento compartilhado, do significado coletivo que eles atribuem à situação, de sua autoridade e legitimidade, das leis, instituições e recursos naturais que eles usam para achar seu caminho, de suas práticas, ou mesmo, algumas vezes, de sua criatividade conjunta⁴⁶ (ADLER, 1997, p. 321, tradução nossa).

Enquanto realistas, neorealistas e neoliberais explicam as relações internacionais como respostas às forças que atuam nos atores a partir de um ambiente externo e alheio às suas vontades, os construtivistas relativizam essas ações, e buscam trazer a dinâmica social para dentro das análises (ADLER, 1997, 2013). Wiener (2003) e Christiansen, Jorgensen e Wiener (1999) ainda reforçam que o fato de o construtivismo se aclamar um meio-termo entre as abordagens permite que a teoria seja capaz de dialogar com ambos os lados.

2.1.2 O argumento construtivista

O entendimento a respeito de que a ‘realidade é socialmente construída’ se constitui no principal argumento construtivista (BERGER; LUCKMANN, 1991). Em torno dele, todas as demais alegações convergem.

Para entender o que os construtivistas entendem por ‘construção social’, três pontos devem ser destacados, a saber: (1) a ideia de construção social sugere diferentes atores em diferentes contextos, ao invés de uma única realidade objetiva. Construtivistas têm procurado explicar como é possível ocorrer a mudança em nível macro, internacional. As teorias tradicionais em RI assumem a não-variação no tempo e espaço em relação aos Estados, além

⁴⁵ Este exemplo está em Waldrop (1992, p. 232).

⁴⁶ Texto original em inglês: Finally, take a group of people, a nation, or various nations and metaphorically toss them in the air. Where they go, how, when and why, is not entirely determined by physical forces and constraints; but neither does it depend solely on individual preferences and rational choices. It is also a matter of their shared knowledge, the collective meaning they attach to their situation, their authority and legitimacy the rules, institutions and material resources they use to find their way, and their practices, or even, sometimes, their joint creativity.

de priorizar as similitudes e regularidades com o objetivo da generalização. Em sentido oposto, construtivistas mostram a importância de se analisar os contextos históricos para se entender os conflitos e a cooperação, tanto em tempos de paz, quanto em guerra; (2) construtivistas enfatizam a dimensão social nas relações internacionais, e demonstram a importância das normas,⁴⁷ regras e da linguagem nesse processo. No caso do fim da Guerra Fria,⁴⁸ por exemplo, mais do que fatores materiais, seu fim se deu por questões ideacionais; a importância das normas de intervenção humanitária e da expansão dos valores democráticos como necessários para o crescimento econômico conseguem explicar melhor o seu fim do que os fatores materiais; e (3) construtivistas argumentam que, longe de ser uma realidade objetiva, a política internacional é: “*o mundo que nós fazemos*”⁴⁹ (ONUF, 1989, p. xi, tradução nossa). Em resposta ao excesso de estruturas criadas pelos neorrealistas e neoliberais, os construtivistas enfatizam a noção de agência (agentes).⁵⁰ Isso não significa inferir que os agentes são completamente livres para fazer o que querem, mas que o processo de interação permite a multiplicidade de escolhas com os outros.⁵¹ Nisso reside a afirmativa de que as relações internacionais são uma construção social, e não existem independente das ações humanas. Estados e demais atores não se limitam a agir de forma cíclica e racional, mas interagem constantemente, modificando e ressignificando o mundo (FIERKE, 2013).

O aporte sociológico construtivista e o entrecruzamento entre ‘realidade’ e ‘conhecimento’ são justificados pela relatividade social com que a teoria trata os fenômenos. O que é ‘real’ para uma pessoa pode não ser para outra. A necessidade do aporte sociológico se dá em virtude da observação de que há diferenças substanciais entre as sociedades em termos de conhecimento e como ele se constitui. E para os construtivistas, esse conhecimento, capaz de produzir a convergência de vários entendimentos sociais, só se dá de forma coletiva, não individual. A realidade de todos os dias é construída de forma intersubjetiva, mediante o compartilhamento do conhecimento com os demais (BERGER; LUCKMANN, 1991; FIERKE, 2013; POULIOT, 2004).

⁴⁷ De acordo com Checkel (1998), normas são entendimentos coletivos que dirigem o comportamento dos atores. Normas não são definidas por fatores materiais, embora ajudem a defini-los. Para os construtivistas, os agentes (Estados) e as estruturas (normas globais) são mutualmente constituídos.

⁴⁸ Para os construtivistas, o fim da Guerra Fria mostrou que o mundo não é fixo e não obedece a leis naturais imutáveis. O mundo não existe independente das ações humanas (GUZZINI, 2013).

⁴⁹ Texto original em inglês: World of our making.

⁵⁰ É importante destacar que os neorrealistas e neoliberais também lidam com a questão dos agentes, assim como os construtivistas, mas a forma como as teorias lidam difere: para os primeiros, os agentes são impotentes, para o segundo, são relevantes para criar e modificar a percepção do mundo.

⁵¹ Guzzini (2013) reforça este alerta, e explica que é um erro achar que os construtivistas, pelo fato de defenderem que o mundo é o que fazemos dele, poderíamos construir qualquer mundo de acordo com a nossa própria vontade. O autor alerta que a construção dos significados atribuídos ao mundo é intersubjetiva e coletiva, e não meramente individual.

A chave para se entender esse processo, de acordo com o construtivismo, está no interacionismo simbólico. De um modo geral, pode-se dizer que o interacionismo simbólico é uma perspectiva que permite entender como os indivíduos interpretam as coisas e as outras pessoas com que interagem, e como essa interpretação orienta o comportamento individual em situações específicas (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010; ZEHFUSS, 2002). Segundo Blumer (1986), três premissas são cruciais para entender o interacionismo simbólico: (1) os seres humanos agem, em sua relação com as coisas, mediante o significado que elas têm para eles. Isso inclui tudo o que circunda o homem no mundo - objetos físicos (árvores, cadeiras); outros seres humanos - pai, mãe, uma vendedora de loja, os amigos e inimigos; instituições - escolas, governo, igreja; todos eles orientam as ideias e ações individuais e coletivas na vida diária; (2) o significado das coisas é derivado mediante a interação social que as pessoas têm ambas com as outras; (3) esses significados são modificados através de um processo interpretativo usado pela pessoa na forma como ela lida com as coisas que encontra.

O aporte sociológico da abordagem construtivista nos leva a considerar outro ponto importante: essa ‘realidade socialmente construída’ mediante a interação, bem como o compartilhamento intersubjetivo que cimenta a vida social só é possível mediante um nevrálgico fator - a linguagem. Searle (1995) explica que a linguagem é essencialmente constitutiva da realidade. É impossível ter estruturas como dinheiro, casamento, governo e propriedade privada sem alguma forma de linguagem e os símbolos que seriam parte constitutiva dessas estruturas, dotando-as de sentido. E se os fatos requerem linguagem, então a linguagem requer outra linguagem que possa dota-la de sentido, e então teríamos regras infinitas que circulariam, interagindo e dando significado às coisas. Daí a ênfase que o mundo é uma ‘construção social’ e não dado naturalmente (SEARLE, 1995).

Os pontos centrais da análise construtivista nos levam a considerar que a história é fruto das ações humanas - das práticas sociais. Embora concordem que o ambiente em que os agentes tomam decisões seja material, e que esse fator importe, ele só possui significado dentro de um contexto em que está inserido (CHECKEL, 1998; COPELAND, 2006; REUS-SMITH, 2005). É esse contexto e a percepção dos agentes nele que dotará as estruturas de significados (BIERSTEKER; WEBER, 1996; CHECKEL, 1998). Um arsenal nuclear nas mãos da Coreia do Norte provoca uma reação aos EUA diferente de um arsenal nuclear nas mãos do Canadá, por exemplo. Embora a estrutura bélica seja a mesma (o arsenal), a percepção atribuída a cada um e o potencial de utilização de tal recurso material é diferente.

Se a história é fruto das ações humanas, os construtivistas nos fazem considerar outro pressuposto importante: os entendimentos coletivos como base para as mudanças sociais. Adler

(1997) explica que até mesmo as instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos; elas foram reificadas pela consciência humana, difundidas, consolidadas até que fossem tidas como necessárias e inevitáveis. A capacidade de ação humana possui grande impacto sobre a forma como os atores sociais significam o mundo material de forma coletiva. E são esses entendimentos coletivos que fazem as pessoas serem como são (POULIOT, 2004).

Contudo, é importante destacar que os entendimentos coletivos são consolidados por intermédio da chamada intersubjetividade. Mas o que seria a intersubjetividade? Segundo Adler (1997), os significados intersubjetivos não são apenas um conjunto de crenças dos indivíduos que professam de forma coletiva. Mais do que isso, seria um conhecimento compartilhado por todos, e que se comprometem com essas práticas no intuito de reproduzi-las. Esse conhecimento intersubjetivo está preso às rotinas e práticas sociais. Eles definem a própria realidade social (ADLER, 1997). Já Guzzini (2013) complementa e explica que a intersubjetividade é melhor entendida através de uma analogia com a linguagem. Os idiomas, por exemplo, não passaram a existir sem o avanço da comunicação. Eles não existem independente de sua utilização, caso contrário nunca teriam existido. Os idiomas existem em consonância com os significados compartilhados dos usuários e reproduzidos através de suas práticas. A linguagem não é privada, mas intersubjetiva e coletiva.

Se levarmos o argumento construtivista para o âmbito das ações estatais, notamos claramente a prática do interacionismo simbólico, explicado anteriormente. Elas (as ações estatais) só são possíveis mediante um contexto social intersubjetivo. Atores desenvolvem sua relação com os outros mediante as normas e práticas. Na ausência destas, o exercício do poder, bem como suas ações, seria desprovido de sentido. Só há sentido nas coisas se houver um entendimento coletivo do que elas são e como são. Quando não há consenso intersubjetivo, o objeto carece de sentido, e as bases que sustentariam seu significado inexistem (HOPF, 1998). É nesse sentido que Hopf (1998) completa: “*Relações estáveis entre os Estados requer identidades intersubjetivas que sejam duráveis o suficiente para assegurar padrões previsíveis de comportamento*”⁵² (HOPF, 1998, p. 174, tradução nossa). Os interesses estatais não seriam sempre os mesmos, mas fruto das práticas sociais que mutualmente constituem agentes e as estruturas.⁵³

⁵² Texto original em inglês: Durable expectations between states require intersubjective identities that are sufficiently stable to ensure predictable patterns of behavior.

⁵³ Para o Construtivismo, o poder das práticas é o poder de produzir significados intersubjetivos em uma estrutura social. Os significados das ações dos membros de uma determinada comunidade se tornam fixos mediante as práticas constantes destes. Por sua vez, as práticas têm o poder de reproduzir comunidades, incluindo a comunidade internacional. A política externa, por exemplo, é um tipo de prática social, pois define competências sociais e assegura as fronteiras estatais que diferenciam o que é doméstico do que é internacional

2.1.3 Identidade e subjetividade

Como exposto no tópico anterior, o aporte sociológico se constitui na fonte para os argumentos construtivistas sobre a interação social. Wendt, em especial, dedicou tempo para mostrar que a abordagem (neo)realista estaria errada - não é um fato imutável que o ambiente internacional esteja fadado a um sistema de autoajuda. Ao contrário, o ambiente internacional é criado e recriado pelos processos de interação. E a chave para entender esse processo estaria no fato de que as identidades dos atores não são dadas, mas desenvolvidas e sustentadas pela interação (HOPF, 2000; WENDT, 1992, 1996, 1999). Desde a publicação de seu artigo *Anarchy is what states make of it* em 1992, a sustentação de Wendt de que as relações internacionais não são uma arena dada com preferências externas aos atores, mas socialmente construída, permanece central.

De acordo com Wendt, é a intersubjetividade, mais do que o aspecto material das estruturas que influencia o comportamento. Por sua vez, as estruturas são constituídas pelos significados coletivos. Os atores adquirem identidades estáveis ao participarem de ações coletivas. Nesses termos, as identidades acabam sendo a propriedade dos atores internacionais que afetam e motivam sua disposição comportamental. Identidades são significativas pelo fato de fornecerem a base dos interesses que orientará o comportamento dos atores (WENDT, 1999; ZEHFUSS, 2001).

É importante destacar, contudo, que o construtivismo não está preocupado em analisar a formação da identidade em si, mas como o conceito de identidade se torna crucial para o argumento construtivista. De acordo com Wendt, a vida diária da política internacional é um processo contínuo de (re)significação identitária em torno do qual a expectativa e resultados dos atores convergem. A identidade importa não apenas quando analisamos específicos Estados, mas ela é a chave para entender o argumento sistêmico construtivista.

O que é importante é que o conceito de identidade integra diferentes possibilidades analíticas. A identidade se relaciona aos aspectos intersubjetivos das estruturas e, portanto, seu significado estabiliza um afastamento do argumento puramente materialista (WENDT, 1999) em direção a uma realidade socialmente construída. A assertiva de que as identidades e não apenas o comportamento dos atores são formados pela interação vai de encontro à abordagem racionalista. De acordo com esse argumento, racionalistas, como os defensores da teoria dos jogos, admitem que as identidades mudam, mas apenas antes dos interesses, fora do âmbito

(HOPF, 1998).

daquilo que os construtivistas defendem.

Construtivistas, por outro lado, estão preocupados em mostrar que as identidades podem mudar mediante a interação, e que esse fato importa. Além disso, a assertiva de que as definições de identidade, que são por sua vez sujeitas a mudança, influenciam nas práticas de segurança e em última instância no tipo de anarquia que será estabelecida no sistema de autoajuda entre os Estados. As identidades fornecem a categoria sob a qual a mudança pode ocorrer mesmo em processos relativamente estáveis. Conforme Wendt (1999) argumenta: “*identidades podem ser difíceis de mudar, mas elas não são cravadas em pedra*”⁵⁴ (WENDT, 1999, p. 21, tradução nossa).

2.1.4 A anarquia internacional

Uma vez que a anarquia internacional é considerada um ponto central para as análises teóricas das Relações Internacionais (HOPF, 1998), o construtivismo também possui uma explicação peculiar para esse fenômeno. Alexander Wendt (1992) nos oferece uma crítica alternativa a esse pilar estrutural nas relações internacionais. Enquanto para o neorealismo a autoajuda seria uma consequência inevitável da anarquia (WALTZ, 1979), para Wendt (1992) a anarquia possui múltiplos significados para diferentes atores baseados em sua comunidade de entendimentos intersubjetivos e suas práticas. E se múltiplos entendimentos a respeito da anarquia são possíveis, então diversas interpretações podem surgir a respeito dos níveis onde será mais, ou menos, anárquico (HOPF, 1998; WENDT, 1992).

Para o construtivismo, as pessoas agem em direção a um determinado objeto, incluindo outros atores, mediante os significados que esses objetos representam para elas. No caso dos Estados, as ações se diferenciam entre aqueles que são considerados amigos/aliados daqueles considerados inimigos, pois não se espera uma situação ameaçadora do Estado amigo, o que não se repete para com os inimigos. A anarquia e a distribuição de poder aos moldes neorealistas são insuficientes para explicar, por exemplo, o motivo pelo qual o poder militar americano possuía diferentes significados para os mísseis britânicos em comparação com os soviéticos. A razão estaria na percepção atribuída pelos Estados Unidos a ambos: os significados intersubjetivos desenvolvidos entre americanos e britânicos diferem em relação aos soviéticos (WENDT, 1992). A distribuição de poder é capaz de afetar o cálculo dos atores, mas como isso ocorre depende das expectativas e dos entendimentos intersubjetivos entre si

⁵⁴ Texto original em inglês: [...] identities may be hard to change, but they are not carved in stone.

mesmo e o outro.

Deve haver, portanto, uma reciprocidade em relação às expectativas construídas entre os atores. É nesse sentido que Wendt (1992) infere que a: “*Anarquia é o que os Estados fazem dela*”⁵⁵ (WENDT, 1992, p. 395, tradução nossa). Se a sociedade esquece, por exemplo, qual o papel social da universidade, a prática entre professor e aluno deixam de existir, pois é na universidade que se consuma o papel social deles. Da mesma forma, em âmbito internacional, se os EUA e a União Soviética (URSS) decidem que não são mais inimigos, a Guerra Fria acaba, pois não há mais reciprocidade em relação à consideração de ameaças advindas entre eles. São os significados coletivos que orientam as ações (HOPF, 1998; WENDT, 1992).

O construtivismo, considerando que as relações entre os atores são socialmente construídas na anarquia, e que as identidades são a base dos interesses, inferem que os Estados não possuem um portfólio de interesses e preferências dadas que possam carregar consigo independente do contexto social. Ao contrário, os interesses na anarquia internacional são definidos de acordo com as situações. Daí a razão de não creditar valor aos significados pré-determinados às ações dos atores (WENDT, 1992). Nesses termos, Wendt (1992) pondera: “*As identidades são a base dos interesses. Os atores não possuem um conjunto de interesses pré-definidos, em vez disso eles definem os interesses de acordo com o contexto social que se apresenta*”⁵⁶ (WENDT, 1992, p. 398, tradução nossa). Identidades guiam interesses na anarquia e, como consequência, suas ações. E completa: “[...] *identidades e interesses são constituídos por significados coletivos que estão sempre em processo. Como Sheldon Stryker enfatiza, ‘o processo social é um dos que constrói e reconstrói a si próprio e a relação social’*”⁵⁷ (WENDT, 1992, p. 407, tradução nossa).

Se o comportamento dos atores é orientado pelas identidades, Wendt (1999) discute como diferentes tipos de anarquia podem surgir mediante a interação desses. O tipo de anarquia a prevalecer dependerá, de acordo com este argumento, do tipo de concepção de segurança que os atores tiverem, de como eles interpretam suas identidades em relação aos outros. Questões de segurança, por exemplo, variam de acordo com a percepção de perigo que possuem. Identificações positivas, por exemplo, tenderão a gerar percepções positivas e altruístas. E a depender dessas percepções positivas ou negativas, eles serão mais ou menos dispostos a se

⁵⁵ Texto original em inglês: Anarchy is what states make of it.

⁵⁶ Texto original em inglês: Identities are the basis of interests. Actors do not have a "portfolio" of interests that they carry around independent of social context; instead, they define their interests in the process of defining situation.

⁵⁷ Texto original em inglês: [...] identities and interests are constituted by collective meanings that are always in process. As Sheldon Stryker emphasizes, "The social process is one of constructing and reconstructing self and social relationship.

engajar em processos coletivos de segurança com outros Estados. Em suma, a identidade acaba sendo a chave para o desenvolvimento de diferentes culturas anárquicas.

Finalmente, no intuito de mostrar que a anarquia não possui uma única lógica, Wendt (1992, 1999) nos apresenta três tipos de lógica anárquica: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, que se baseiam nos diferentes papéis desempenhados entre o Eu e o Outro no sistema internacionais: inimigo, rival e amigo, respectivamente. Nesses termos, não haveria uma única lógica anárquica, mas várias, das quais os atores atribuem diferentes papéis uns aos outros.

2.1.5 Análise de discurso construtivista

A análise de discurso pode ser considerada o elemento-chave para as análises reflexivistas. Todavia, no caso do construtivismo, ao se julgar um meio-termo, sua análise se diferencia do pós-estruturalismo por não sucumbir a uma relativização total dos fatos. O vínculo entre concretude material e discurso é o que daria sentido a um certo contexto. Em outras palavras, os significados existentes no contexto social é que são capazes de orientar os discursos dos atores, diferindo, portanto, do pós-estruturalismo, para o qual nenhuma concretude material possui significado longe da prática discursiva.

Segundo Mussalim (2006), a análise de discurso (AD) pode ser dividida em três fases. A primeira (AD-1), de origem saussurreana, a segunda (AD-2) construtivista, e a terceira (AD-3) pós-estruturalista.⁵⁸ Para entendermos como o construtivismo lida com o discurso, é importante fazer uma breve explanação da primeira fase.

A primeira fase (AD-1) nos leva a considerar as características do estruturalismo de origem saussurreana das ciências sociais. Ao tratar o discurso como uma estrutura, a linguagem ganha um status lógico, dotada de coerência e passível de ser analisada de forma científica. Através das regularidades é que a linguagem ganharia sentido e seria independente de quem a produz. *“A linguística, assim, acaba por se impor com relação às ciências humanas, como uma área que confere cientificidade aos estudos”* (MUSSALIM, 2006, p. 103). Mussalim (2006), a respeito dessa primeira fase, pondera:

Na conjuntura estruturalista, a autonomia relativa da linguagem é unanimemente reconhecida. Isso porque, devido ao recorte que as teorias estruturalistas da linguagem fazem de seu objeto de estudo - a língua -, torna-se possível estudá-la a partir de regularidades e, portanto, apreendê-la na sua totalidade (pelo menos é nisso que crê o estruturalismo), já que as influências externas, geradoras de irregularidades, não

⁵⁸ Dedicaremos um tópico específico sobre a análise de discurso pós-estruturalista. Por esse motivo não faremos sua explanação agora.

afetam o sistema por não serem consideradas como parte da estrutura. A língua não é apreendida na sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo. Daí “estruturalismo”: é no interior do sistema que se define, que se estrutura o objeto, e é este objeto assim definido que interessa a esta concepção de ciência em vigor na época. [...] O estruturalismo de vertente saussurreana define as estruturas em função da relação que elas estabelecem entre si no interior de um mesmo sistema linguístico. Essa relação é sempre binária – ou seja, os elementos são sempre tomados dois a dois - e se organiza a partir do critério diferencial, que determina que todos os elementos do sistema se definem negativamente (MUSSALIM, 2006, p. 102).

Nessa abordagem, aspectos históricos e sociais são marginalizados, e a estrutura é analisada de forma independente e através de lógicas analíticas. Aquele que produz o discurso apenas repete significados já concretizados em lógicas já estabelecidas. Segundo Mussalim (2006), cada processo discursivo é gerado por uma máquina discursiva. Nesse sentido, diferentes processos discursivos referem-se a diferentes máquinas discursivas, cada uma delas idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma. E completa: “*Na AD-1, [...] o sujeito não poderia ser concebido como um indivíduo que fala (“eu falo”), como fonte do próprio discurso. O sujeito [...] é concebido como sendo assujeitado à maquinaria, já que está submetido a regras específicas que delimitam o discurso que enuncia*” (MUSSALIM, 2006, p. 133).

A análise feita por Fairclough (2001) a respeito da tradição saussurreana também explica que:

Na tradição iniciada por Ferdinand de Saussure (1959), considera-se a fala como não acessível ao estudo sistemático, por ser essencialmente uma atividade individual: os indivíduos usam uma língua de formas imprevisíveis, de acordo com seus desejos e suas intenções, uma *langue* (língua) que é em si mesma sistemática e social. Os lingüistas (sic) nessa tradição identificam a *parole* para ignorá-la, pois a implicação da posição saussurreana é que qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema, da *langue*, e não de seu ‘uso’ (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90, itálico do autor).

Na segunda fase da análise do discurso (AD-2), de matriz construtivista, há um rompimento com a noção de que o discurso seria um sistema fechado e limitado às questões binárias, como acreditava a tradição saussurreana da linguagem. Foucault⁵⁹ (2008) através do seu livro *A arqueologia do saber* desfere duras críticas aos conceitos até então dominantes acerca da prática discursiva. Para ele, elas estariam intimamente ligadas aos contextos históricos. Seria mediante as características de determinado contexto que os discursos são produzidos. O discurso não seria neutro. No discurso alguma coisa seria formada mediante uma

⁵⁹ Embora Foucault seja geralmente considerado um autor pós-estruturalista, em relação à análise do discurso ele pode ser alocado de forma intermediária, construtivista, pelo fato de conceber uma realidade material. Isso não significa dizer que o autor em si seja construtivista, mas que em termos de análise de discurso se encaixa com o que a AD-2 propõe.

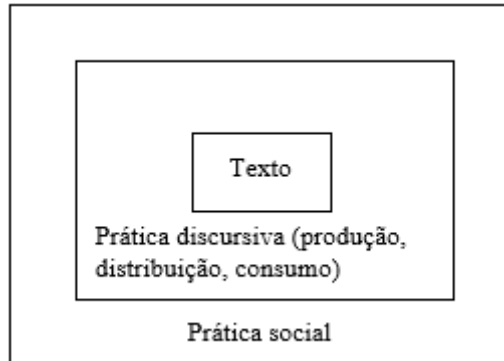
clara identificação com algo existente. E esse algo: “[...] *existe, subsiste, muda, desaparece, de acordo com regras igualmente definíveis*”⁶⁰ (EDKINS, 1999, p. 45-46, tradução nossa). E de acordo com Edkins (1999) o próprio Foucault enxerga seus trabalhos como parte desse ‘algo’.

Mussalim (2006) corrobora com Edkins (1999) ao tratar dessa segunda fase. A formação discursiva passou a ser intimamente vinculada a partir de determinadas práticas sociais.

Assim, uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva. Assim, uma FD [formação discursiva], ao definir-se sempre em relação a um externo, ou seja, em relação a outras FDs, não pode mais ser concebida como um espaço estrutural fechado. Ela será sempre invadida por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas. Neste sentido, o espaço de uma FD é atravessado pelo pré-construído, ou seja, por discursos que vieram de outro lugar (de uma construção anterior e exterior) e que são incorporados por ela numa relação de confronto ou aliança (MUSSALIM, 2006, p. 119).

De maneira geral, a segunda fase da análise do discurso procura sempre vincular a prática discursiva a um contexto social, conforme ilustrado por Fairclough (2001):

Figura 2 - Concepção tridimensional do discurso



Fonte: FAIRCLOUGH, 2001, p. 101.

Se, na primeira fase, o discurso era fechado em uma espécie de ‘máquina discursiva’, nessa segunda ele passou a ser considerado mediante uma interação entre diversas máquinas discursivas, porém mantendo o princípio de unidade. É nesse sentido que Foucault concebe o discurso. O papel da análise de discurso, explica Mussalim (2006), seria o de estabelecer regras para cada formação discursiva. O fechamento do discurso em fronteiras ainda é conversado, apesar da consideração de fatores outros como capazes de interferir na formação do discurso. Pode-se, então, perceber que a AD-2, apesar da mudança, trouxe pouca inovação à AD-1 no que diz respeito ao objeto de análise.

⁶⁰ Texto original em inglês: [...] exists, subsists, changes, disappears, according to equally definable rules.

No caso da AD-3, de matriz pós-estruturalista, dedicaremos um subtópico específico (2.2.6), haja vista o próximo tópico ser dedicado à análise dos postulados do pós-estruturalismo.

2.2 Pós-estruturalismo

Os pressupostos teóricos do pós-estruturalismo se constituem na fonte principal para esta pesquisa. Toda análise feita anteriormente foi importante para entendermos onde ele se situa e quais as bases de sua crítica. A partir de agora, no entanto, focaremos em suas premissas, e os capítulos posteriores terão como base analítica os seus argumentos. E assim como fizemos com o construtivismo, faremos também com o pós-estruturalismo. A importância que é dada às questões discursivas em detrimento das objetivas, entre outros pontos, serão analisados agora.

2.2.1 Estruturalistas e pós-estruturalistas

O movimento estruturalista tem sua origem na linguística estrutural desenvolvida por Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson. Saussure ensinava acerca da linguística geral entre 1907-1911, e após sua morte em 1913 seus ex-alunos publicaram um compendio de suas aulas intitulado *Course in General Linguistics*. Saussure entendia a linguagem como um grande sistema de significação, sempre vendo os elementos de forma binária, relacional. Através da distinção entre a abordagem científica e o estudo histórico das línguas, Saussure faz uma separação entre *la parole*, ou seja, a fala real, da *la langue*, o sistema formal de linguagem que governa a fala. Seu interesse era compreender a função dos elementos linguísticos, e não a causa deles (CULLER, 1976; PETERS, 2000).

Em suma, três pontos são destacados a respeito de seu pensamento: (1) a natureza arbitrária do ‘signo’; (2) a distinção entre *langue* e *parole*; e (3) o caráter social da linguagem.

No primeiro ponto, Saussure entendia que a ‘palavra’ era um ‘signo’ composto por significante e significado. Nenhum deles causaria o outro, pois seriam mutuamente relacionados, dependeriam um do outro para que tivessem sentido. Questões identitárias, por exemplo, ocorreriam de forma relacional, como função das diferenças entre elas. A relação entre significante e significado seria, portanto, arbitrária. “*O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo*

linguístico é arbitrário”⁶¹ (SAUSSURE, 1959, p. 70, tradução nossa).

Não haveria nada no mundo que faça com que algo seja associado a um conceito particular, o que seria entendido pelo fato de diferentes línguas terem diferentes significantes para um mesmo significado. O signo, portanto, representaria a junção do significante e do significado (PETERS, 2000). Jonathan Culler (1976) assim define a concepção estruturalista da linguagem elaborada por Saussure:

[...] não se trata simplesmente do fato de que a língua é um sistema de elementos que são inteiramente definidos por suas mútuas relações no interior do sistema, embora isso seja verdade, mas do fato de que o sistema linguístico é constituído por diferentes níveis de estrutura; em cada nível, podem-se identificar elementos que contrastam e se combinam com outros elementos para formar unidades de nível superior, mas os princípios estruturais em cada nível são fundamentalmente os mesmos⁶² (CULLER, 1976, p. 49, tradução nossa).

Se o primeiro princípio da teoria da linguagem de Saussure consiste exatamente na relação entre a natureza arbitrária do signo, o que isso exatamente significa? Significa que não haveria vínculo natural ou inevitável entre o significante e o significado. Culler (1976) ilustra da seguinte maneira: na língua inglesa usamos um determinado significado representado por *dog* (cachorro) para nos referirmos a um animal de determinada espécie. Mas se em outra comunidade, esse mesmo *dog* for entendido por *lod*, *tet*, *bloop* ou qualquer outro nome que confira significado a ele, não haveria razão apenas para considerar *dog* como único nome para representar determinada espécie animal.

O signo é arbitrário pelo fato de não haver um vínculo intrínseco entre significante e significado. O caráter arbitrário de *dog* o diferenciaria dos demais pelo fato de não haver vínculo exatamente igual que desse o mesmo significado a ele. De forma simples, *dog* é entendido como *dog* pelo fato de se diferenciar de *cat* (gato), *bird* (pássaro), entre outros. E essa característica dotaria as coisas de sentido de forma linear dentro de uma comunidade.

O próprio Saussure (2006) também exemplifica:

[...] a idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à seqüência (sic) de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência (sic), não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as

⁶¹ Texto original em inglês: The bond between the signifier and the signified is arbitrary. Since I mean by sign the whole that results from the associating of the signifier with the signified, I can simply say: the linguistic sign is arbitrary.

⁶² Texto original em inglês: [...] not simply that a language is a system of elements which are wholly defined by their relations to one another within the system, though it is that, but that the linguistic system consists of different levels of structure; at each level one can identify elements which contrast with one another and combine with other elements to form higher-level units, and the principles of structure at each level are fundamentally the same.

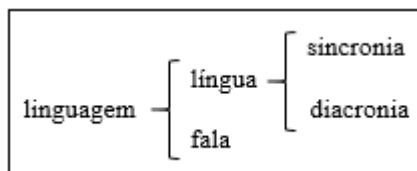
línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Oclus*) do outro (SAUSSURE, 2006, p. 81-82).

Para Saussure, não há termos positivos na estrutura linguística. Dito de outra forma, o signo “cadeira”, por exemplo, não é presente em si mesmo. Ao contrário, nós apenas sabemos que “cadeira” é “cadeira” quando alguém a diferencia de uma “mesa”, de um “banco”, e assim por diante. O significado de “cadeira” não é dado, mas produzido em contradição, arbitrariedade com outros signos da estrutura linguística (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010).

Mas ao mesmo tempo que o signo, ao ganhar sentido se diferenciando dos demais, se torna perene e com uma carga de imutabilidade, ele também pode possuir um caráter mutável. Para Saussure, o tempo é capaz de, dentro das comunidades linguísticas, deslocar a relação entre o significante e significado das coisas. A evolução histórica modifica os conceitos e os vínculos sob os quais o signo se sustenta. Ou seja, o ‘tempo’ modifica o que, em princípio, seria estático (MENDES, 2008). “*Pelo fato de ser arbitrário, o signo é totalmente sujeito à história, e a combinação de um momento particular de um dado significante e significado é o resultado contingente de um processo histórico*”⁶³ (PETERS, 1976, p. 36, tradução nossa).

Se então o que outrora era estático pode se modificar ao longo do tempo, Saussure infere que a linguística possui tanto um caráter estático quanto evolutivo, gerando dois níveis de análise: um sincrônico e outro diacrônico. O primeiro seria abordado pela linguística gramatical tradicional. No estudo da fala e da comunicação, apenas a abordagem sincrônica importa. A lei sincrônica é geral e coletiva. Já na abordagem diacrônica, as mudanças ocorridas ao longo do tempo no processo histórico são estudadas. Enquanto o primeiro é generalista, o segundo é imperativo e não-geral. A linguística sincrônica busca relações lógicas e psicológicas que visem encontrar similitudes formadoras da consciência coletiva (SAUSSURE, 2006). A figura a seguir ilustra os dois níveis de sincronia e diacronia.

Figura 3 - Níveis de análise: sincronia e diacronia



Fonte: Adaptado de SAUSSURE, 1959, p. 98.

O segundo ponto é a distinção entre *langue* e *parole*. *La langue* é o sistema da

⁶³ Texto original em inglês: Because it is arbitrary, the sign is totally subject to history, and the combination at a particular moment of a given signifier and signified is a contingent result of the historical process.

linguagem, ou seja, a linguagem como um sistema de formas particulares, enquanto *parole* é o ato da fala que torna possível a linguagem. *La langue* é o que individualmente está associado quando se aprende uma língua, por exemplo, um conjunto de formas que estão associadas a determinada comunidade linguística. É um produto social aglutinador dessa comunidade. No ato da *parole*, quem discursa combina elementos de um sistema linguístico e dota-os de formas concretas e manifestações psicológicas, bem como sons, significados etc. Em suma, *la langue* é o sistema de formas linguísticas, enquanto *parole* é a combinação e externalização desses elementos (CULLER, 1976).

Finalmente, o terceiro ponto ressalta os aspectos sociais da teoria da linguagem desenvolvida por Saussure. De acordo com Culler (1976), ao se analisar a linguagem, estamos ao mesmo tempo analisando o caráter social em que ela está inserida. O que é importante destacar é o fato de diferentes significados linguísticos para diferentes tipos de sociedade. A questão é entender como, em diferentes comunidades, o significado atribuído às coisas toma forma e reflete, através da linguagem, essas peculiaridades. Daí conseguimos entender como os signos são dotados de mutabilidade nos diferentes contextos. Essa é considerada uma virtude do trabalho de Saussure, não se limitar apenas à análise linguística das coisas e como elas ganham sentido, mas trazer a relação social para essa análise.

O pensamento de Saussure no início do séc. XX foi crucial para o desenvolvimento do estruturalismo ao longo do mesmo século, influenciando antropólogos e filósofos como Lévi Strauss e Jacques Lacan e Louis Althusser. Estruturalistas aplicaram o conceito linguístico-estrutural para fornecer uma base sólida de compreensão dos fatos sociais. Lévi Strauss, por exemplo, aplicou a análise linguística para estudar a mitologia, os sistemas parentais e outros fenômenos antropológicos, enquanto Lacan desenvolveu uma análise psíquica dos fenômenos. Já Althusser ficou conhecido pelo seu marxismo estrutural. O objetivo deles era analisar os fenômenos, definir estruturas e analisar as relações entre as partes como um grande sistema de significados (BEST; KELLKER, 1991).

Essas estruturas seriam governadas por códigos e regras inconscientes, ao passo que a linguagem dotaria as coisas de significados mediante uma série de oposições binárias. A análise estrutural focaria nas regras que organizam os sistemas sociais, analisando as práticas e divisões entre sacro/profano nas sociedades tradicionais, comunidade/individualidade nas modernas, entre outras tantas oposições binárias. A análise estrutural é dotada de objetividade, coerência, rigor, verdade e proclama um status científico para suas análises, que seriam capazes de excluir qualquer subjetividade e experiências pessoais (BEST; KELLKER, 1991).

Ainda segundo Best e Kellner (1991), a revolução estruturalista pode ser descrita como

um fenômeno social em termos de linguística e estruturas sociais, regras, códigos e sistemas, ao passo que busca o rigor científico e rejeita o humanismo de suas análises. Althusser, por exemplo, pregava a eliminação do humanismo nas ciências humanas em sua análise marxista.

A partir da década de 1960, no entanto, contrastando com as análises estruturalistas, filósofos como Emile Benveniste e Jacques Derrida argumentavam que não era a linguagem em si que dotava o mundo de significado, e que os signos, tão defendidos por Saussure, não possuíam relação imediata com um referencial; também entendiam que esses significados atribuídos às coisas não eram nem unitários e tampouco estáveis. Em contraste ao que afirmava os estruturalistas, os pós-estruturalistas, como ficaram conhecidos, enfatizavam de forma radical que questões como linguagem, cultura e a própria sociedade não possuíam qualquer referencial lógico sob os quais pudesse ser compreendida (BEST; KELLNER, 1991).

Para os pós-estruturalistas, pelo contraste [com o estruturalismo] o significado é apenas um momento em um processo sem fim de significação, onde o significado é produzido, não em uma relação estável e referencial entre sujeito e objeto, mas apenas dentro do jogo infinito e intertextual de significantes⁶⁴ (BEST; KELLNER, 1991, p. 21, tradução nossa).

Os pós-estruturalistas atacavam as pretensões científicas do estruturalismo, que buscava construir uma base sólida para se estudar a cultura, a fundação primária das coisas, as verdades universais e as certezas existentes nos sistemas sociais. Ao afirmarem que os estruturalistas estavam sendo humanistas no sentido de reproduzirem a imutabilidade da natureza humana, os pós-estruturalistas revelavam que não havia qualquer rompimento com a prática humanista, tão buscada pelos seus rivais.

Ao contrário dos estruturalistas, que confinavam a linguagem a uma estrutura fechada de oposições binárias, os pós-estruturalistas invertiam a lógica do significante e significado,⁶⁵ revelando a dinâmica e instabilidade da linguagem, e não como estruturas fechadas. O significado seria apenas um momento sem fim envolto em inúmeros outros referenciais. Allison (1973b) reforça esse pensamento e afirma:

O que é surpreendente na reivindicação de Derrida é a objeção de que o significado linguístico nunca pode estar completamente presente. Não pode nunca possuir um teor absoluto de significado, uma identidade absoluta ou significado unívoco na

⁶⁴ Texto original em inglês: For poststructuralists, by contrast, the signified is only a moment in a never-ending process of signification where meaning is produced not in a stable, referential relation between subject and object, but only within the infinite, inter-textual play of signifiers.

⁶⁵ Essa crítica pós-estruturalista de encontro à assertiva estruturalista de que quando um significante encontra seu significado, a estrutura conceitual em torno daquilo é fechada, se esgota, pois encontrou seu fim, seu significado.

linguagem. Todos estes valores são negados uma vez que se admite a sua dependência a elementos não-presentes. O significado nunca pode ser isolado ou realizado em abstração de seu contexto, por exemplo, o seu contexto linguístico, semiótico ou histórico. Cada contexto, por exemplo, é um sistema de referência, um sistema de significantes, cuja função e ponto de realidade estão além da presença⁶⁶ (ALLISON, 1973b, p. xxxviii, tradução nossa).

De acordo com Best e Kellner (1991), muitos pós-estruturalistas seguiram Derrida em relação a sua concepção de lógica inversa do significado das coisas. As diferenças entre os estruturalistas e os pós-estruturalistas apenas se acentuaram. Mais atenção foi dada às questões subjetivas e instáveis, as diferenças e aos elementos que eram considerados marginais da cultura e da vida humana diária.

É importante destacar, contudo, que os estruturalistas também utilizam as abstrações para explicar os fenômenos. A diferença estaria no fato de que, enquanto os estruturalistas consideram a sustentação das estruturas lógicas por meio de coerências, o pós-estruturalismo vai no sentido oposto, mostrando que as estruturas se sustentam pelas contradições. Os significados só são compreendidos por meio de sua negação, e a repetição constante de algo acaba por fixá-lo e diferenciá-lo dos demais. Daí resultaria a sustentação das estruturas. Mais atenção é dada à subjetividade e às diferenças como elementos fundamentais das estruturas diárias e elementos culturais (BEST; KELLNER, 1991).

2.2.2 O movimento pós-estruturalista

Emergindo das críticas ao estruturalismo, o pós-estruturalismo encontra suas raízes na filosofia desenvolvida por alguns pensadores desde a década de 1960. A soma dos componentes desenvolvidos por Derrida, Deleuze, Lyotard, Foucault, Kristeva, Nietzsche, Baudrillard, Heidegger, entre outros, se constitui no principal aporte teórico do pós-estruturalismo. O prefixo “pós” não nos pode levar a considerar uma ruptura ou total exclusão com os preceitos estruturalistas. O próprio Jacques Derrida, um dos nomes mais relevantes da abordagem pós-estrutural interpreta o “pós” da expressão “pós-estruturalismo” como algo que vem depois no intuito de ampliar o estruturalismo, colocando-o na direção certa (PETERS, 2000). Sturrock (2003), nesse sentido, afirma:

⁶⁶ Texto original em inglês: What is striking in Derrida's claim is the objection that linguistic meaning can never be completely present. There can never be an absolutely signified content, an absolutely identical or univocal meaning in language. All these values are denied to meaning once we admit its dependence upon nonpresent elements. Meaning can never be isolated or held in abstraction from its context, e.g., its linguistic, semiotic, or historical context. Each such context, for example, is a system of reference, a system of signifiers, whose function and reality point beyond the present.

O pós-estruturalismo não é ‘pós’ no sentido de este ter eliminado o estruturalismo, é ‘pós’ somente no sentido de vir depois e ter buscando ampliar o estruturalismo em sua direção correta. O pós-estruturalismo é uma crítica ao estruturalismo feita a partir de seu interior: isto é, ele volta alguns dos argumentos do estruturalismo contra o próprio estruturalismo e aponta certas inconsistências fundamentais em seu método, consistências que os estruturalistas ignoraram⁶⁷ (STURROCK, 2003, p. 122-123, tradução nossa).

E Peoples e Vaughan-Williams (2010) completam: “*Derrida não argumentava contra ou ‘criticava’ Saussure. Ao contrário, ele trazia a questão do atraso temporal para o estruturalismo de Saussure em relação à produção de significados da linguagem*”⁶⁸ (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 64, tradução nossa).

Por sua vez, a abordagem tem o estudo acerca do conhecimento humano como sua principal ferramenta de análise dos fenômenos. Esse é o fio condutor das análises pós-estruturais. É importante destacar que o conhecimento humano, no caso do pós-estruturalismo, não significa incorrer num estruturalismo, para o qual se poderia chegar a um conhecimento seguro através de um mapeamento das estruturas com rigor e metodologia científica. Para o pós-estruturalismo, o conhecimento escapa, atravessa a racionalidade, e não se prende às suas margens (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2005; ZEHFUSS, 2013).

Nem mesmo o núcleo de uma determinada análise é confiável, significativa e mais importante do que está fora das fronteiras. Isso porque a distinção clara entre o que está dentro dos limites de uma análise do que está fora não é possível. A crítica a esta distinção básica (Inside/Outside) leva o pós-estruturalismo para muito além dos anseios estruturalistas. O conhecimento estruturalista trata a mudança apenas quando as estruturas observadas se alteram. No entanto, apesar de considerar essa possibilidade, a busca constante é sempre no sentido de analisar os padrões repetitivos e generaliza-los para se chegar a um porto seguro de compreensão dos fenômenos e transforma-los em leis (PRZEWORSKI; TEUNE, 1982; WILLIAMS, 2005). Derrida (2002) já criticara esse anseio estruturalista: “*Ser estruturalista é prender-se em primeiro lugar à organização do sentido, à autonomia e ao equilíbrio próprio, à constituição acabada de cada momento, de cada forma; é recusar deportar para a categoria de acidente aberrante tudo o que um tipo ideal não permite compreender*” (DERRIDA, 1995, p. 47).

⁶⁷ Texto original em inglês: Post-structuralism is not ‘post’ in these sense of having killed Structuralism off, it is ‘post’ only in the sense of coming after and of seeking to extend Structuralism in its rightful direction. Post-structuralism is a critique of Structuralism conducted from within: that is, it turns certain of Structuralism’s arguments against itself and points to certain fundamental inconsistencies in their method which Structuralists have ignored.

⁶⁸ Texto original em inglês: Derrida did not argue against or ‘critique’ Saussure. Instead, he brought the issue of temporal delay to Saussure’s structuralist account of the production of meaning in language.

O pós-estruturalismo acaba sendo uma abordagem radical ao analisar o conhecimento humano e como ele é produzido na sociedade. O limite, o núcleo duro de algo é desprezado em favor de uma expansão das fronteiras que limitariam o conhecimento. Mas o que essa crítica em favor de uma expansão significa? Significa que qualquer forma de conhecimento considerado bom ou moral é quase sempre feito amparado em determinados limites, e não podem ser entendidos separados dele. São esses limites que permitiriam a concreta validação de uma afirmativa sobre algo. O núcleo, as fronteiras, seriam um esteio seguro: a verdade de uma nação estaria em suas fronteiras, nos limites onde é possível a proliferação de uma comunidade política, por exemplo. Já a verdade da mente humana estaria onde ela conseguisse provar, através do poder da ciência, o que seria certo ou errado, e qual o caminho ótimo a ser seguido (WILLIAMS, 2005).

Nenhuma análise pós-estruturalista define limites como algo cognoscível, ou seja, passível de ser conhecido em sua inteireza. Assim fosse, incorreria no mesmo erro estruturalista de se obter núcleos duros da verdade dos fatos. Cada pensador, para o pós-estruturalismo, é capaz de definir seus próprios limites do que considera verdadeiro. Mas embora pareça simples, até isso varia e é controverso, pois se concordam que não há verdade pura, na própria base utilizada para se construir determinada 'verdade', já estaria inclusa a sua própria ruína e fracasso. O limite é, portanto, algo incompreensível que só pode ser abordado através de constantes rupturas e mudanças (ZEHFUSS, 2013).

Mas, então, se o limite pode ser abordado por intermédio de rupturas e mudanças, como isso ocorre? Pós-estruturalistas traçam os efeitos do limite como 'diferença'. Mas a diferença não é no sentido estruturalista de coisas identificáveis, mas sim no sentido de variações abertas, processos de diferenciação. Enquanto para os estruturalistas a mudança incorre numa possível ruptura com uma verdade outrora construída, para os pós-estruturalistas essa ruptura é a própria construção do conhecimento. Como efeito, tem-se transformações, mudanças e reavaliações. O objetivo é o de transformar o núcleo e mudar o que outrora seria fixo e perene (WILLIAMS, 2005).

Em outras palavras, o que o pós-estruturalismo propõe não é dar respostas finais sobre algo, mas mostrar que, na prática, o que parece ser simples e estrutural esconde e impede novas reivindicações. Não se trata de argumentos pautados pela observação individual ou coletiva que vise a estabilização conceitual. A ausência de estabilização é que permitiria justamente que algo se mantivesse estável. A vontade é a da busca constante, porém sem verdades definitivas à vista. O pós-estruturalismo é constantemente revivido pela abertura ao novo, à diferença. Qualquer certeza absoluta e universal incorre fatalmente em erro (BEST; KELLNER, 1991; MENDES,

2008; WILLIAMS, 2005).

Entretanto, o pós-estruturalismo não pode ser reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, ou um método, uma teoria. Segundo Peters (2000), devemos nos referir a ele como um movimento de pensamento - uma rede complexa que molda diferentes formas de crítica. O pós-estruturalismo é interdisciplinar, e se apresenta das mais múltiplas e diversas formas.

Outro ponto consensual entre os autores pós-estruturalistas diz respeito ao papel exercido pelas pessoas (sujeito) nas relações sociais. O sujeito cartesiano, conforme explica Edkins (1999) é caracterizado pela centralidade, consciência e racionalidade, e descarta o que o coloca em dúvida, buscando sempre a ‘verdade’ que ele julga ser. Descartes (1998), por exemplo, em sua afirmação clássica: “*Eu penso, logo existo*”⁶⁹ (DESCARTES, 1998, p. 21, tradução nossa), reafirma a centralidade humana a despeito de seus valores e crenças pessoais e comunitárias. O sujeito é separado de influências externas e não se deixaria influenciar por significados alheios às suas concepções do mundo.

Em sentido oposto, pós-estruturalistas invertem a lógica cartesiana do sujeito ao entenderem que nada é fixo e permanente. A subjetividade permite uma constante transformação através de um processo contínuo de relacionamento com os meios sociais construídos pela interação. O sujeito se torna descentralizado,⁷⁰ e as estruturas que, para os cartesianos são idealizadas de forma racional, passam a ser desconstruídas e consideradas apenas como perspectivas (EDKINS, 1999).

É importante destacar, contudo, que o fato de o sujeito cartesiano ser descartado, não significa que o pós-estruturalismo incita uma rejeição a si mesmo (ao sujeito). A questão levantada é que não se pode enxergar o ser humano longe dos contextos históricos, linguísticos e de suas experiências adquiridas. Nossa relação com as coisas não é separada dos diversos contextos. Quando nós achamos, por exemplo, que o nosso pensamento, o nosso “eu” é mais certo que o dos demais, estamos refletindo uma limitação contextual, social, das causas externas e alheias ao nosso contexto. Somos levados a considerar a nossa consciência como uma presença verdadeira. E essa presença, como explica Derrida (1973a), não é separada dos limites

⁶⁹ Texto original em inglês: I think, therefore I am,

⁷⁰ Para exemplificar como a descentralização do sujeito ocorre, Edkins (1999) utiliza a teoria feminista como exemplo. O sujeito cartesiano ideal seria “branco, protestante, homem e heterossexual”, e essas características o diferenciariam dos demais. Em sentido oposto, feministas retiram a noção do sexo como diferencial capaz de separar o que seria ‘do homem’ do que seria ‘da mulher’. Feministas colocam a questão de gênero de forma neutra, pois entendem que, ao diferenciar, estruturas de dominação são criadas por quem detém o monopólio ideológico que, nesse caso, seria do homem. Ao quebrar as hierarquias e estruturas nas quais o sujeito é amparado, há um choque de estruturas e uma nova abordagem é lançada, tirando a estabilização, característica básica cartesiana. A mudança provoca a interação, característica das abordagens pós-positivistas.

externos, da linguagem que usamos, das experiências sociais e formas de conhecimento. Daí resulta o que o autor chama de impossibilidade de presença pura (DERRIDA, 1973a; WILLIAMS, 2005; ZEHFUSS, 2002). E se formos além na inversão da lógica cartesiana, entenderemos que ao contrário de moldar o contexto, é o contexto que cria o sujeito. A lógica é inversa.⁷¹

Para Derrida, o mundo não pode funcionar na base de pressupostos logocêntricos. O resultado de sua crítica aponta fundamentalmente em relação aos diferentes conceitos do ‘real’ ou da ‘realidade’ e como ela é representada. Para ele, ainda que houvesse uma ‘realidade’ ou algo que possa ser aclamado ‘real’, nós nunca teríamos acesso a ele, a não ser através das nossas representações. Com efeito, o que nós conceituamos como ‘real’ é, na verdade, um efeito das representações. É a necessidade humana em ter algo que possa ser palpável, comprovável, verdadeiro. E no desejo de provarmos que as nossas ideias, por exemplo, fazem um determinado sentido, seguem uma lógica, expressões como “mostrar”, “revelar”, “tornar claro/lançar luz sobre”, entre outros, visam demonstrar como essas ideias estariam em concordância com a presença ‘real’. Nesse ponto, ao analisar a questão da ‘metafísica da presença’ o que Derrida chama atenção é o fato de considerarmos a representação sempre inferior ao ‘real’, à presença, ao que conseguimos ver. Há, portanto, uma clara diferença entre presença e ausência, identidade e diferença, dentro e fora. A presença serviria como uma rocha segura para nossos pensamentos apenas se pudermos torna-la pura e absoluta. Derrida, contrariando esse pensamento denominado por ele como logocêntrico, afirma que não haveria uma presença pura (DERRIDA, 1973a; ZEHFUSS, 2002).

A natureza radical e controversa do pós-estruturalismo acarretou uma série de críticas à abordagem. Williams (2005) nos apresenta algumas delas, a saber: (1) um limite deve ser definido em termos de um núcleo central que teria precedência sobre ele, uma causa que o motivaria. Nesses termos, qual o limite do limite a ser defendido?; (2) não faria sentido falar em diferença pura, pois assim ela acabaria sendo tratada como algo cognoscível. Afinal, apenas algo que seja identificável pode ser questionável e, em contrapartida, modificado; (3) a verdade pressupõe uma coerência e, portanto, algum tipo de núcleo duro; (4) ao se negar um núcleo, cai-se no relativismo, onde tudo passa a ser relativo. Se todas as reivindicações ocorrem em relação a crenças e valores diferentes, como podemos escolher justamente entre as diferentes reivindicações? Como podemos negar valores extremos?; e (5) o bem moral depende de um núcleo, uma verdade norteadora. Se tudo é relativo, devemos abandonar a moralidade? Muitos

⁷¹ Em suma, o que se quer afirmar é que o que se chama de ‘contexto’ também é discursivamente criado.

valores conquistados não podem ser meramente relativizados.

Os questionamentos vão de encontro às premissas centrais do pós-estruturalismo, e abarcam questões acerca do senso comum sobre a natureza da verdade e da moralidade humana. Essas objeções têm levado os pós-estruturalistas a uma reflexão crítica de seus argumentos. As respostas às críticas apresentadas podem ser resumidas, seguindo a ordem numérica, da seguinte maneira: (1) não há nenhum núcleo duro conhecido que não pressuponha algum limite. O limite viria em primeiro lugar, e não o núcleo, como afirmam os estruturalistas. A ordem, portanto, é inversa; (2) o sentido atribuído a algo é mais do que o conhecimento. Há coisas que despertam nosso interesse justamente pelo fato de não podermos identifica-los; (3) embora a ‘verdade’ pressuponha uma coerência, a variação das ‘verdades’ ou a ausência destas também torna algo coerente; (4) negar coisas absolutas, tais como um núcleo duro, não significa incorrer na negação da ação e aceitação de tudo de forma passiva; (5) longe de negar a ética e a moral, a defesa de um núcleo central das coisas é que seria capaz de esconder as diferenças. A supressão da moralidade se dá mais em virtude da busca por verdades fundacionais que exclua tudo o que estranho, do que a liberdade das coisas absolutas e opressoras (WILLIAMS, 2005).

2.2.3 Descentralização do sujeito

Jacques Derrida, em sua desconstrução do pensamento de Saussure em relação à arbitrariedade do signo, desconstrói os argumentos do autor a partir de relativizações daquilo que é considerado como natural e científico por ele. Ao não problematizar, Derrida explica que as assertivas são passadas de forma imperceptível, gerando, com isso, uma aparente estabilidade no sentido das coisas.

Nesses termos, a principal crítica de Derrida é em relação ao logocentrismo, que seria capaz de sustentar o status perene das ideias. Mas o que seria o logocentrismo? O próprio Derrida (1973a) assim o define: “*O logocentrismo é uma metafísica etnocêntrica, num sentido original e não relativista*” (DERRIDA, 1973a, p. 98). O logocentrismo parte do pressuposto de que existe um sujeito racional, que seria dono de sua própria vontade e reprodutor dela, não de forma relativa, mas objetiva e científica. Seus discursos seriam dotados de uma característica atemporal e natural. Nesse sentido, ao tratar a relação dos significantes com o sujeito logocêntrico, este apenas teria a capacidade de dar um sentido às coisas que já possuiriam um status objetivo e material.⁷² A ideia logocêntrica permite a sustentação da dicotomia analisada

⁷² É importante destacar que Derrida não está pregando o idealismo, ou seja, a substituição da concretude material por uma noção de realidade ideacional. Assim estaria incorrendo na mesma dicotomia estruturalista, apenas

anteriormente entre o que está dentro de tudo o mais que estaria fora. Dentro seria o lugar da verdade, da consciência, da razão, enquanto fora seria apenas um ambiente representacional, infiel ao verdadeiro, e por este motivo, periférico e irreal (DERRIDA, 1973a).

Essa dicotomia permite separar o que seria racional do mundo fictício da representação. Tudo o que estiver fora da linguagem, da racionalidade, seria ruim e apenas uma imperfeita representação do que seria verdadeiramente representado por intermédio da linguagem. Nas palavras de Derrida (1973a) essa relação permite: “[...] *proteger e exaltar a fala [...]. Ao mesmo tempo despreza-se a escritura*” (DERRIDA, 1973a, p. 349).

A metafísica logocêntrica, que é também a metafísica da escritura fonética, se estabelece a partir de um sistema de oposições comandado por uma escala de valores que promove o rebaixamento da escritura, por considerá-la mera técnica a serviço da *phoné*, na dependência da qual se encontra o *logos*. Uma boa escritura - interior, natural, viva, inteligível, que guarda proximidade com a essência do ser — se opõe a uma má escritura - externa, artificial, morta, sensível, distanciada da verdade e da essência do ser. É esse sistema de oposições que se encontra tematizado em Platão e que percorre todo o discurso filosófico que se denuncia na leitura desconstrutora (GLOSSÁRIO..., 1976, p. 56, destaque no original).

Derrida, ao criticar o logocentrismo sob o qual se sustenta a ideia de um ser racional, cartesiano, ciente de suas ações, explica que a sua existência só é possível quando não se problematiza a relação ausência/presença. Uma metafísica etnocêntrica, portanto, considera o autor do discurso como a fonte de toda a verdade, de todo o *logos*. Logo no início do seu livro Gramatologia, Derrida (1973a) enumera os pilares em que se sustenta esse princípio.

- 1 O conceito da escritura num mundo onde a fonetização da escritura deve, ao produzir-se, dissimular sua própria história;
- 2 A história da metafísica que, apesar de todas as diferenças e não apenas de Platão a Hegel (passando até por Leibniz) mas também, fora dos seus limites aparentes, dos pré-socráticos e Heidegger, sempre atribuiu ao *logos* a origem da verdade em geral: a história da verdade, da verdade da verdade, foi sempre, com a ressalva de uma excursão metafórica de que deveremos dar conta, o rebaixamento da escritura e seu recalçamento fora da fala ‘plena’;
- 3 O conceito da ciência ou da cientificidade da ciência – o que sempre foi determinado como lógica – conceito que sempre foi um conceito filosófico, ainda que a prática da ciência nunca tenha cessado, de fato, de contestar o imperialismo do *logos*, por exemplo, fazendo apelo, desde sempre e cada vez mais, à escrita não-fonética (DERRIDA, 1973a, p. 4).

O cerne do pensamento logocêntrico, típico das sociedades ocidentais se suporta em

com ordens invertidas ao que propõe Saussure. O que Derrida alerta é que o caráter representacional do mundo é a sua própria realidade, uma vez que qualquer acesso ao real por meio das representações que fazemos. Se alguém afirma que algo é ou não é, essa é a realidade que faz sentido para ele, portanto é. O nome, ou a atribuição dada a algo se torna a própria realidade. Nesse sentido, não podemos considerar Derrida como um autor idealista, mas um empirista radical pelo fato de ele vincular as representações à própria construção da realidade.

suas afirmações científicas, ou que se julgam científicas. Derrida (1973a), contrariando essa ideia, propõe a desconstrução dessa centralidade ao denunciar o arcabouço moral que sustenta a lógica de Saussure e que é descreditada por ele. A desconstrução nesse sentido não é apenas uma mera inversão dos polos, onde estaria incorrendo na mesma metodologia estruturalista com ordens invertidas. O autor quer subverter essa necessidade de ter uma base científica que desse firmeza e status perene às ideias. Na subversão da ordem, o que antes era marginal (escritura) passa a ter status central, não como núcleo duro de algo, mas como capaz de, mediante as representações, constituir a própria realidade (MENDES, 2008; DERRIDA, 1973a). Sobre esse processo e o papel da escritura, Derrida (1973a) infere:

A escritura é a dissimulação da presença natural, primeira e imediata do sentido à alma no *logos*. Sua violência sobrevém à alma como inconsciência. Assim, desconstruir esta tradição não consistirá em invertê-la, em inocentar a escritura. Antes, em mostrar por que a violência da escritura não sobrevém a uma linguagem inocente. Há uma violência originária da escritura porque a linguagem é primeiramente, num sentido que se desvelará progressivamente, escrita. A ‘usurpação’ começou desde sempre. O sentido do bom direito aparece num efeito mitológico de retorno (DERRIDA, 1973a, p. 45).

2.2.4 Desconstrução

Jacques Derrida é considerado não apenas um dos principais filósofos do séc. XX, mas também o grande nome do pensamento pós-estruturalista. Em seu livro *Gramatologia*, Derrida (1973a) nos apresenta a *desconstrução*, que viria a ser seu maior legado e parte integrante das críticas pós-estruturais. A relação entre o pós-estruturalismo e a desconstrução, conforme alerta Williams (2005) não é meramente de elementos que são utilizados como ferramenta pela teoria. O pós-estruturalismo é a própria prática da desconstrução. Não há como separar um do outro, assim incorreria no mesmo risco estruturalista da diferença entre o que está dentro do que está fora.

Jonathan Culler (1983) explica que: “*Desconstruir um discurso é mostrar as bases filosóficas em que ele se assenta, ou as oposições hierárquicas em que ele repousa, através da identificação no texto das operações retóricas que produzem a suposta base do argumento, o conceito-chave ou premissa*”⁷³ (CULLER, 1983, p. 86, tradução nossa). A explicação de Culler (1983) nos leva a considerar que, ao se desconstruir determinado discurso, ocorre uma inversão da hierarquia estrutural na qual ele se sustenta. O próprio Derrida (1973a), ao tratar da estrutura

⁷³ Texto original em inglês: To deconstruct a discourse is to show how it undermines the philosophy it asserts, or the hierarchical oppositions on which it relies, by identifying in the text the rhetorical operations that produce the supposed ground of argument, the key concept or premise.

afirma: “a estrutura, ou melhor a estruturalidade da estrutura, embora tenha sempre estado em ação, sempre se viu neutralizada, reduzida: por um gesto que consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa” (DERRIDA, 1973a, p. 230). Inverter essa ordem acarreta uma troca das posições. O que antes era marginal passa a ser central, e vice-versa. O que antes era fixo, hierárquico e linear passa a ser contraditório e descentralizado.

É importante esclarecer que a simples inversão dos polos não deve ser considerada desconstrução de forma completa. A mera inversão estaria incorrendo na mesma atitude estruturalista, apenas com ordens invertidas. Sendo assim, a desconstrução é uma: “Operação que consiste em denunciar num determinado texto (o da filosofia ocidental) aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, em desrecalar o que foi estruturalmente dissimulado nesse texto” (GLOSSÁRIO..., 1976, p. 17). Essa denúncia não seria apenas uma inversão, mas uma anulação completa nas bases sob a qual determinado texto se sustenta.

A leitura desconstrutora da metafísica ocidental se apresenta como a discussão dos pressupostos, dos conceitos dessa filosofia, e, portanto, a denúncia de seu alicerce logo-fono-etnocêntrico. Apontar o centramento é mostrar aquilo que é “relevado” (*relevé*) no texto da filosofia; apontar o que foi recalcado e valorizá-lo é a fase do *renversement*. A leitura desconstrutora propõe-se como leitura descentrada e, por isso mesmo, não se reduz apenas ao movimento de *renversement*, pois se estaria apenas deslocando o centro por inversão, quando a proposição radical é a de anulação do centro como lugar fixo e imóvel. Derrida diz que, em Lévi-Strauss, no uso do “mito de referência”, há “um abandono declarado de toda referência a um *centro*, a um *sujeito*, a uma *referência* privilegiada, a uma origem ou a uma arquia absoluta”. O descentramento é, pois, a abolição de um significado transcendental que se constituía como centro do texto. Descentramento é a independência total da cadeia dos significantes (GLOSSÁRIO..., 1976, p. 17, itálico nosso).

E essa independência seria capaz de libertar o texto de uma hierarquia privilegiada que tenderia a dar um sentido coerente e lógico a ele. Tendo em vista esse movimento proposto por Derrida de descentralização, Williams (2005) explica que a análise desconstrucionista deve problematizar cinco pontos: (1) origem; (2) presença; (3) traços; (4) *différence*; ⁷⁴ e (5) *jeu*. ⁷⁵

No primeiro ponto, em relação à *origem*, Williams (2005) explica que o argumento estruturalista entende que a busca por uma origem, por raízes históricas é sempre algo a ser buscado. A busca por algo puro, em torno do qual todas as demais coisas descendem se torna crucial para se entender os fatos. Há uma ânsia para se buscar, por exemplo, de onde viemos e para onde vamos. As origens nos fazem reviver um saudosismo, ainda que não tenhamos estado

⁷⁴ Optou-se por não traduzir “*différence*”, haja vista ser a forma original, na língua francesa, encontrada nas traduções pesquisadas.

⁷⁵ Optamos, também, por não traduzir “*jeu*” nem usar a versão inglesa “play” (jogo).

naquele período a ser lembrado. Em sentido oposto, Derrida considera que não existe origem pura das coisas, um ponto inicial. Origens são apenas projeções do que supostamente originou algo. A origem nada mais é do que uma sequência dos próprios fatos predecessores. Nas palavras de Williams (2005): “*As origens também são originadas: a origem tem uma origem*”⁷⁶ (WILLIAMS, 2005, p. 32, tradução nossa).

O segundo ponto, a *presença*, diz respeito ao desejo estruturalista de se levantar pontos sob o quais não seja possível haver dúvida. São os chamados pontos de presença. A presença de um autor de determinado livro, por exemplo, seria a legítima fonte de conhecimento de uma obra escrita por ele. Tendo até mesmo mais valor do que o seu livro. Na presença do autor, não haveria espaço para dúvidas, pois ele seria a fonte primária do que foi escrito. A presença seria o ponto exato onde um determinado texto, por exemplo, encontra sua verdade pura. Derrida, no entanto, desconstrói essa ideia, e mostra que não existe presença pura. São justamente os múltiplos significados atribuídos às coisas que a dotam de sentido, e não o contrário (WILLIAMS, 2005).

O terceiro ponto, os *traços*, se esforça para mostrar que tanto a origem quanto a presença possuem significado nos textos. Há sempre uma representação a ser considerada. Os rastros (traços) de algo revelariam que algo foi legitimado como possuindo um determinado significado-fim. Qualquer fenômeno encontra seu significado fora dele.⁷⁷ Derrida, no entanto, mostra que não existe algo neutro, sem motivações predecessoras. Todo fenômeno, texto, sempre possui vestígios (traços) de outros anteriores, de modo que não se pode conhecer uma essência ‘pura’ de algo pelo simples fato de ela nunca ter existido. Não existe limites externos independente de vestígios anteriores. Derrida, em Gramatologia, mostra que até mesmo o ponto de percepção atribuído a algo não é um ponto de presença pura. As coisas ganham sentido mediante às contradições e não similitudes (WILLIAMS, 2005).

O quarto ponto, a *différence*, vai em sentido oposto à noção de ‘diferença’ estruturalista. Enquanto para o estruturalismo, as diferenças seriam estruturas identificáveis em torno do qual tudo descenderia, para Derrida a *différence* justificaria uma constante abertura e incompletude às coisas, dotando-as de significados. Enquanto aos estruturalistas importa encontrar diferenças no sentido de oposições binárias (bem/mal, certo/errado), para Derrida o sentido das coisas não se dá através das similitudes, mas da controvérsia. O significado das coisas muda constantemente e não há limites pré-estabelecidos de adequação ou propriedade (WILLIAMS,

⁷⁶ Texto original em inglês: Origins are therefore also themselves originated: the origin has an origin.

⁷⁷ Este ponto encontra guarida nos pressupostos positivistas de separação entre pesquisador e objeto pesquisado. Seria possível, “de fora” analisar as características de um fenômeno.

2005).

Finalmente, *jeu* indica a frouxidão das estruturas e a abertura ao novo. As diferentes estruturas estão sempre abertas às interpretações. Não existe significado único, ou apenas uma única linha argumentativa, mas múltiplas e que não seguem a uma única ordem sequencial. Desconstruir é, portanto, se abrir para a criatividade, multiplicidade. Ao contrário do que pode parecer, desconstruir não é acabar, demolir, mas também não pode justificado como um ‘novo sentido’ atribuído às coisas sem incorrer no mesmo risco estruturalista. Desconstruir é algo contínuo, que não se significa ou explica (WILLIAMS, 2005). *Jeu* é sempre o dilema da ausência e da presença; mas de forma radical, é preciso pensar antes da alternativa da presença e da ausência mediante a possibilidade do *jeu*, e não inversamente. Em outras palavras, ser e não ser ao mesmo tempo, e não em ordem hierárquica.

Os cinco pontos, embora resumidos, representam o grande aporte crítico de Derrida na *Gramatologia*. Desconstruir é inquietar os conceitos que são tomados como estáveis e centrais, e revelar as infinitas contradições que o permitem se estabilizar. A lógica derridiana é inversa à estruturalista. Para Derrida, essas oposições estruturais não são neutras, mas hierárquicas. Ao se hierarquizar algo, privilegia-se determinados conceitos e significados em detrimento de todos os outros.

2.2.5 O mundo como texto

Conforme analisamos anteriormente ao tratarmos das diferenças entre estruturalistas e pós-estruturalistas, Saussure (2004) compreende a relação entre significante e significado, bem como a linguagem oral e escrita como sustentadas a partir de um signo. Essa sustentação, segundo o autor, seria ocasionada pela arbitrariedade que existe na relação entre o conceito e a imagem que o representaria. Apesar da linguagem possuir um caráter social, não poderíamos incorrer a uma negação do fato de que cada cultura ou comunidade linguística possui uma lógica própria para relacionar e significar as imagens aos seus respectivos conceitos (SAUSSURE, 2004).

Nessa relação, Saussure (2004) concebe à escrita um lugar marginal, periférico em sua relação com a linguagem. Para ele, a linguagem sempre precedeu a escrita, ou seja, a escrita seria apenas uma representação gráfica da fala. E essa característica básica tornaria sempre a escrita algo secundário nessa relação, sendo posterior à linguagem (SAUSSURE, 2004).

Jacques Derrida (1973a), contrariando essa lógica, argumenta que haveria uma contradição no pensamento de Saussure (2004). Para ele, ao tratar a escritura como secundária,

no intuito de apenas representar a linguagem, Saussure (2004) não havia considerado a possibilidade de o mesmo poder ser feito em relação à linguagem e o que ela representa. Ou seja, ele estaria negligenciando o fato de que a mesma lógica representacional entre a linguagem e a escritura poder ser utilizada em ordem inversa, garantindo a ela o mesmo status. Nesse sentido, Derrida (1973a) afirma: *“Os limites já começaram a aparecer: por que um projeto de lingüística geral, desenha os limites de seu campo dele excluindo como exterioridade em geral, um sistema particular de escritura, por importante que seja este, e, ainda que fosse de fato universal”* (DERRIDA, 1973a, p. 47-48).

A dicotomia entre a linguagem e a escritura somente se torna possível quando se considera a relação dentro/fora nesse processo, ou seja, ‘dentro’ estaria a língua, enquanto a escrita estaria ‘fora’. Essa dicotomia é que sustentaria a relação. Mas não apenas isso, para que essa assertiva se sustente, é necessário que se exerça um juízo de valor nesse processo: o mundo interior seria o correto, contendo a essência verdadeira do significado das coisas, ao passo que o exterior, representado pela escritura, seria uma mera representação da primeira, sem necessária relação com o ‘real’. Nesses termos, seria possível uma ciência da língua, capaz de analisar o seu caráter representacional, o que não se aplicaria à escritura (MENDES, 2008; SAUSSURE, 2004).

A linguagem, segundo Saussure, pelo seu caráter imediato, seria uma espécie de reflexo coerente da intenção de quem a profere, ao passo que a escrita, por ser exterior, deveria ser tratada como irrelevante. A escrita esconderia o real sentido das coisas, a verdadeira intenção do sujeito. Nada além de uma instância irrelevante. Por não saber representar com a mesma precisão da linguagem, seria periférica. Derrida (1973a), no entanto, embora não exclua a dicotomia que serve como sustentáculo para a argumentação de Saussure, explica que apenas ao se considerar julgamentos valorativos é que a argumentação dele se mantém. As questões valorativas esconderiam o teor científico que Saussure tenta colocar nessa relação, no intuito de considerar a objetividade da lingüística em detrimento da escrita. O pensamento de Saussure apenas se sustenta se considerarmos que o que está dentro do núcleo duro de algo existe de forma independente do que está fora, ou seja, a escrita (DERRIDA, 1973a; MENDES, 2008).

Derrida (2004) ainda ressalta o fato de que a exclusão da escrita corre mediante um processo de aceitação da própria linguagem como preponderante nessa relação. O caráter natural da língua ressaltada por ele seria contraponto ao caráter social da escrita. No entanto, se considerarmos que a escrita é um produto, uma extensão da linguagem, então haveria uma incoerência naquilo que seria harmônico (linguagem) ao que seria periférico (escrita). *“Tudo ocorre, então, como se Saussure quisesse ao mesmo tempo demonstrar a alteração da fala pela*

escritura, denunciar o mal que esta faz àquela, e sublinhar a independência inalterável e natural da língua. ‘A língua independe da escritura’” (DERRIDA, 2004, p. 50).

As críticas desferidas por Derrida (2004) sobre a relação entre escritura e linguagem estaria no descentramento desta e a revalorização da primeira. Ou seja, a escrita não seria uma mera representação do mundo sem qualquer relação com o ‘real’, o próprio mundo estaria sendo representado por intermédio da escrita. Ela seria capaz, inclusive, de englobar a própria linguagem. Se os seres humanos apenas têm acesso às imagens das coisas, a própria noção destas estaria sendo representada através da escrita. Representar algo, para Derrida, significa dar sentido de presença ao mesmo. Não há nada além da própria representação. O acesso ao ‘real’, portanto, ocorre por intermédio das nossas representações. Nesse sentido, o autor infere:

A representação ata-se ao que representa, de modo que se fala como se escreve, pensa-se como se o representado não fosse mais que sombra ou o reflexo do representante. Promiscuidade perigosa, nefasta cumplicidade entre o reflexo e o refletido que se deixa seduzir de modo narcisista (DERRIDA, 2004, p. 44).

Enquanto Saussure entende que a representação que damos ao mundo é separada dele próprio, Derrida coloca os dois em paralelo, ou seja, apenas através das representações é que o mundo ganha sentido e pode ser construído. Nesse sentido ele reforça o que chama de impossibilidade de presença pura. Qualquer representação é a própria realidade, pois se ela não existe em sua plenitude, é por intermédio das representações que o mundo ganha forma. O texto, portanto, é capaz de revelar como o mundo é interpretado. A construção da realidade para o pós-estruturalismo é simultânea, inerente e instável, e não uma ‘estrutura’.

Dizer que o significado é construído através da justaposição discursiva entre um signo privilegiado por um lado e um desvalorizado um por outro leva a uma conceituação de identidade em termos relacionais e como está sendo construído ao longo de duas dimensões (Laclau e Mouffe, 1985). Ele é construído por uma série de sinais justapostos [...] ⁷⁸ (HANSEN, 2006, p. 17, tradução nossa).

2.2.6 Análise de discurso pós-estruturalista

Uma análise de discurso que se propõe desconstrutivista deve, necessariamente, problematizar três aspectos: a possibilidade de separação entre mundo material e o mundo das ideias; a aceitação de um autor de discurso situado no espaço exterior do seu texto; e a

⁷⁸ Texto original em inglês: To say that meaning is constructed through the discursive juxtaposition between a privileged sign on the one hand and a devalued one on the other leads to a conceptualization of identity in relational terms and as being constructed along two dimensions (Laclau and Mouffe 1985). It is constructed through a series of juxtaposed signs.

necessidade de contextualização do discurso analisado.

O primeiro ponto trata de um pressuposto metafísico que supõe como dada a existência de um mundo material, exterior e independente da representação de quem o observa. A já citada relação entre significante e significado defendida por Saussure serve como exemplo para esta divisão. Ao se considerar um conceito passível de representação (significado), e que ele seria comunicável por meio de sua imagem acústica (significante), Saussure defende a presença de um mundo material objetivo a ser representado.

O pensamento desconstrutivista derridiano levanta algumas críticas que sustentam esse pensamento. Em primeiro lugar, a ideia de uma presença pura, de um mundo material, apenas se sustenta quando se aceita a dicotomia real/ilusório. A possibilidade de presença só existe a partir do momento em que a não-presença e, conseqüentemente, a ilusão também seja considerada. Nesses termos, a concretude material acarretaria uma dicotomia entre a verdade e a mentira, na qual tudo o que estivesse próximo do real, material, estaria mais próximo da verdade, ao passo que o que se aproxima do ilusório seria do âmbito da mentira. A produção de conhecimento, nessa visão tradicional, tenderia a considerar o mundo como dado, e apenas mediante a representação dele é que poderíamos compreender a realidade. Além disso, a dicotomia entre o que seria real e ilusório acarretaria uma divisão em dois polos, sendo o primeiro, real, sempre melhor que o ilusório. Em linguagem saussurreana, o significante seria menor que o significado.

No segundo ponto, o papel do autor, nos leva a considerar a assertiva de que todo texto possui um determinado autor, ou autores, em torno do qual podemos reivindicar a responsabilidade por determinado discurso apresentado. Esse viés logocêntrico acarreta a possibilidade de que a análise discursiva de um texto seja levada a considerar a autoria do mesmo um importante elemento para a compreensão dos seus significados. Em outras palavras, o perfil do autor nos ajudaria a esclarecer certos elementos, afinal, ele seria a fonte primária por trás da produção de sua obra. Na dúvida sobre o ‘real’ significado de um discurso, o autor teria legitimidade para esclarecer suas reais intenções em torno de sua produção.

A abordagem pós-estruturalista, no entanto, não compartilha da ideia de um autor logocêntrico, primário que, por intermédio da linguagem, seria capaz de legitimar seus discursos produzidos. Para Derrida, o autor é apenas mais um elemento retórico que tenta vincular uma unidade fictícia a uma entidade que seria responsável por ela. Ou seja, a relação entre o texto e seu suposto produtor apenas se torna possível no momento em que acreditamos numa presença metafísica, pura, passível de ser isolada e que representa a fonte legítima que emanaria toda a verdade de seu discurso. Na perspectiva derridiana, o autor é criação de seu

próprio discurso, e somente temos acesso a ele por meio de outros discursos que são feitos sobre o mesmo.

[...] o nome do autor não é simplesmente um elemento em um discurso (capaz de ser tampouco sujeito ou objeto, de ser substituído por um pronome, ou algo do tipo); ele atua em certo papel com consideração ao discurso narrativo, assegurando uma função classificatória. Tal nome permite um grupo juntar um certo número de textos, defini-los, diferencia-los de e contrasta-los com outros. Além disso, ele estabelece um relacionamento entre os textos⁷⁹ (RABINOW, 1991, p. 107, tradução nossa).

Para o pós-estruturalismo, o autor não pode ser localizado exteriormente ao discurso, nem manter com este uma relação de estabilidade. A figura do autor é intrínseca ao próprio discurso, e não apenas alguém que dá sentido ao texto. Ele faz parte do próprio discurso e mantém uma relação interdiscursiva com sua própria obra.

Finalmente, no terceiro ponto, temos a necessidade de contextualização como algo a ser problematizado numa AD pós-estruturalista. Tradicionalmente, toda AD deve balizar o texto analisado com seu contexto histórico e cultura em que foi inserido e produzido. Nesses termos, o sentido ‘verdadeiro’ do discurso apenas se torna passível de compreensão quando é confrontado com os elementos históricos presentes no texto. Em uma AD tradicional, a análise do texto é fadada à contextualização histórica que acarretaria na possibilidade de sua construção.

Em contraponto, Derrida infere que até mesmo o que se chama de ‘contexto histórico’ pode ser relativizado. A ideia de tempo seria apenas uma metáfora. Fazer história seria produzir discursos sobre o presente, a fim de que aquilo que chamamos de ‘presença’ seja visto com certa profundidade temporal. Para que um fenômeno tenha o status de presença, em termos metafísicos, faz-se necessário que se contraponha ao que é, no presente momento, ao que outrora foi em períodos históricos predecessores. Nesta perspectiva, contextualizar seria lançar novo olhar sobre o presente, haja vista ser possível separar contextos passados de suas características contextuais no presente. Desconstruir, por outro lado, significa evitar essa relação: o passado como estabilizador das estruturas.

Assim, a AD pós-estruturalista trata o discurso como sinônimo de realidade. Toda tentativa de separar concretude material do mundo das ideias seria conservador e teria, na própria relação dicotômica, motivo para ser desconsiderado.

⁷⁹ Texto original em inglês: [...] an author's name is not symple an element in a discourse (capable of being either subject or object, of being replaced by a pronoun, and the like); it performs a certain role with regard to narrative discourse, assuring a classificatory function. Such a name permits one to group together a certain number of texts, define them, differentiate them from and contrast them to others. In addition, it establishes a relationship among the texts.

Da mesma forma, a noção de autor é tratada de forma inversa às correntes positivistas. A invés do texto ser produto final de um autor, este último seria elemento formado pelo próprio texto. Nesse caso, em uma AD pós-estruturalista, o autor pode, ou não, ser ressaltado como elemento importante na análise.

O pós-estruturalismo, ao conferir lugar privilegiado ao discurso, promove uma verdadeira ruptura com as duas fases (AD-1 e AD-2). Nesta fase adota-se a perspectiva segundo a qual os múltiplos discursos não se constituem de forma independente uns dos outros para, posteriormente, serem colocados em relação, mas se formam de maneira entrecruzada com o chamado interdiscurso. Em virtude do advento do interdiscurso, o procedimento de análise anterior pautada em etapas, ordem fixa das coisas, literalmente desaparece (MUSSALIM, 2006).

Enquanto o sujeito, nas AD-1 e AD-2 obedece a certas regras que fixam o significado das coisas, na AD-3 o sujeito sofre um deslocamento radical. A ideia do sujeito deixa de ser estruturalista e passa a ser marcado pela heterogeneidade. Com o chamado interdiscurso e que não se reduz a meramente uma máquina reprodutora da realidade. Para a AD-3, o discurso passa a ser a própria realidade sendo construída através dele. Os autores pós-estruturalistas são radicais em relação a importância do discurso. Campbell (2013) afirma que:

A operação do [...] poder e as concepções de subjetividade e identidade [...] são originadas pelo discurso. O discurso se refere a séries específicas de representação e práticas em torno das quais os significados são produzidos, identidades constituídas, relações sociais estabilizadas e a política e ética se tornam [...] possíveis⁸⁰ (CAMPBELL, 2013, p. 234-235, tradução nossa).

Ora, se o discurso é própria realidade sendo construída, inferimos que nada existiria fora do discurso. Ele seria a única expressão pela qual o mundo se tornaria perceptível. Mas é importante destacar que o fato de o pós-estruturalismo considerar que: “[...] *nada existe fora do discurso* [e por isso] *não há realidade*”⁸¹ (CAMPBELL, 2013, p. 235, tradução nossa) não implica uma negação da ação e a ausência de posições políticas e instâncias éticas. O entrecruzamento entre discurso como envolvendo o mundo material e o ideacional significa que os discursos são performativos, ou seja, constituem os objetos do que se fala. Por exemplo: a existência dos Estados, bem como seu aparato, é possível graças a uma série de práticas discursivas que dão significado a políticas de imigração, aparato militar, estratégias estatais,

⁸⁰ Texto original em inglês: The operations of [...] power, and the conceptions of subjectivity and identity [...] take place within discourse. Discourse refers to a specific series of representations and practices through which meanings are produced, identities constituted, social relations established, and political and ethical outcomes [...] possible.

⁸¹ Texto original em inglês: [...] everything is language [...] there is no reality.

questões culturais, comportamento social, político, econômico, entre outros. O ideal e o material estão sempre interligados, pois seria mediante a prática discursiva que eles ganhariam significado. E o mais importante, essa relação coconstitutiva permite que o discurso estabilize o significado das coisas quando passa a ser a ‘realidade’ para as pessoas. O discurso não seria algo que os indivíduos usam apenas para descrever objetos; a constituição destes é que ocorre mediante a prática discursiva. A lógica, portanto, é inversa (CAMPBELL, 2013; WILLIAMS, 2005).

2.3 Pós-estruturalismo nas RI

A vertente pós-estruturalista não se limita apenas ao campo filosófico. Este tópico é dedicado à análise dos postulados elencados no campo disciplinar das Relações Internacionais. A começar pelo início do pós-estruturalismo em RI, veremos os primeiros trabalhos na área e como ele se fortaleceu mediante a capacidade de explicar fenômenos internacionais que as teorias tradicionais tinham dificuldade ou não conseguiam explicar. Depois analisamos a obra *Inside/outside* de R.B.J Walker, considerada clássica para a teoria das RI, e finalizamos levantando um dos assuntos mais importantes em qualquer análise internacional: a soberania estatal. Nosso objetivo é cimentar o caminho para a aplicação dos postulados analisados desde o início deste trabalho para analisar como se aplica, nas Relações Internacionais, as questões acerca da relativização dos fatos e o poder do discurso para se justificar determinada ação internacional.

2.3.1 Início do pós-estruturalismo nas RI

O papel que a linguagem exercia sobre a construção da realidade até meados da década de 1980 era praticamente ignorado das análises internacionais. A crença em uma realidade apriorística lançava para um lugar marginal qualquer tentativa de inserção relativista dos fatos internacionais. Pin-Fat (1997) lembra que a inserção de questões discursivas ocupava lugar marginal pelo fato de o neorealismo, teoria majoritária nas RI, entender que o intelecto do pesquisador era distinto do que ele desejava pesquisar.⁸² Haveria uma separação entre o pesquisador e o objeto pesquisado.

O fenômeno conhecido como ‘virada linguística’, iniciado desde a década de 1960

⁸² Fica claro aqui o que discutimos no início deste trabalho acerca dos pressupostos positivistas, entre eles, a separação entre pesquisador e objeto pesquisado.

através das críticas iniciais aos preceitos estruturalistas, no entanto, rompeu com o compromisso neorrealista e permitiu que o que outrora era marginal fosse para o centro das investigações. O giro linguístico, como também é conhecido, propiciou uma nova era nas análises teóricas, em especial aos autores pós-estruturalistas, por permitirem um novo espaço destinado ao papel das ideias e, em especial, ao discurso como construtor da realidade. O grande desafio da virada linguística estaria em mostrar que o discurso importa e está entrecruzado com as ações humanas, interferindo em suas decisões e também atuando com efeito na política externa das nações (HANSEN, 2006; RESENDE, 2011).

A linguagem passou a ser, então, o requisito por excelência para se compreender os discursos que geram nossas noções a respeito de quem somos e de quem o outro é. Nesse sentido, os autores pós-estruturalistas defendiam que a linguagem permitiria propor novas questões e, com isso, acabar expandindo o campo de atuação dentro das RI (RESENDE, 2011).

Os trabalhos de Richard Ashley (1981, 1984, 1988), James der Derian (1987), Michael Shapiro (1988) e Rob Walker (1987, 2013) durante a década de 1980 foram pioneiros e fizeram a abordagem pós-estruturalista despontar nas RI. Suas obras fazem uma grande crítica ao realismo e neorrealismo e buscam mostrar a pretensão das teorias tradicionais em representar o cenário político internacional. Ainda entendiam que o realismo havia marginalizado a importância dos atores transnacionais, e sequer davam atenção aos povos e perspectivas excluídas do arcabouço analítico tradicional. Dessa forma é que, segundo Campbell (2013), o pós-estruturalismo buscou inserir todos aqueles que haviam sido esquecidos pelas abordagens principais.

Resende (2011) ainda explica que o principal objetivo dos teóricos pós-estruturalistas é demonstrar como o discurso do poder estatal era utilizado pelas teorias dominantes, como o neorrealismo e neoliberalismo, no intuito de disciplinar e separar o que seria legítimo, ou não, para as análises internacionais. Sobretudo buscavam se libertar dos pressupostos racionais, positivistas e estruturalistas que concebiam a política externa como uma simples reação dos Estados, que possuiriam identidades pré-determinadas e um portfólio de interesses estáveis. As análises tradicionais estariam mais preocupadas em elaborar modelos explicativos e alcançar a previsibilidade e generalização do que propriamente as mais diversas interpretações que podem surgir das ações estatais. *“Dito de outra forma, as análises tradicionais ainda buscam o tal “ponto arquimediano” para ancorar análises e recomendações de policy, o que as torna deficientes, incompletas, insatisfatórias e fadadas a reproduzir desigualdades”* (RESENDE, 2011, p. 68-69).

Ainda segundo Campbell (2013), as análises pós-estruturalistas seriam capazes de

entender como o inside/outside⁸³ são mutuamente construídos nas Relações Internacionais. Para o neorrealismo, a necessidade de demarcar fronteiras é uma constante: inside/outside, soberania/anarquia, nós/eles, paz/guerra, cidadão/estrangeiro, ao passo que os pós-estruturalistas vão além e buscam entender como o Estado passou a ser considerado o ator mais importante da política internacional, não apenas demarcando fronteiras. O fato de buscar entender e considerar outros tantos atores, não minimiza a importância do papel do Estado para as análises, ao contrário, uma atenção especial é dada, uma vez que pós-estruturalistas não se limitam a considera-lo um ator de grande relevância, mas também inserem fatores históricos, políticos e econômicos como capazes de influenciar as suas decisões (CAMPBELL, 2013).

Outro grupo de autores, a partir da década de 1990 também trouxe contribuições ao estudo do pós-estruturalismo: Bleiker (2005) e Campbell (1998a, 1998b) com estudos a respeito da política externa norte-americana, Bósnia e coreana; Weber (1995) com estudos a respeito da soberania e intervenções norte-americanas; Doty (1996) com análises das relações norte-sul e as políticas de imigração, entre outros. Tanto os autores da década de 1980 quanto dos da década posterior baseiam suas análises políticas através de abstrações, representações e interpretações dos fatos. Acreditam que o mundo não se apresenta para nós de forma dada, mas passível de interpretação das formas mais variadas possíveis. Mesmo as teorias que aparentam ser objetivas não escapam da interpretação. A respeito disso, Campbell (2013) resume:

As interpretações dominantes do “mundo” foram estabelecidas pela disciplina de RI, que tradicionalmente fala de estados e seus tomadores de decisões políticas que perseguem interesses e proporcionam segurança, das relações econômicas e os seus efeitos materiais, e dos direitos daqueles que estão sendo maltratados. O “nós”, quando é dito desta forma, é feito a partir de um ponto de vista particular - muitas vezes branco, ocidental, rico e confortável. Essas representações são, então, relacionadas com as nossas identidades, e estabelecem um discurso da política de identidade, como o quadro de referência para a política mundial⁸⁴ (CAMPBELL, 2013, p. 224, tradução nossa).

Dessa forma, autores pós-estruturalistas permitiram uma ruptura com os preceitos universalistas trazidos pelo neorrealismo e suas ‘verdades’ absolutas. Não haveria análise tida como racional que não fosse passível de crítica e mudança (BEST; KELLNER, 1991; CAMPBELL, 2013). Campbell (2013) ainda completa:

⁸³ Dedicaremos um tópico específico ao Inside/Outside, daí o fato de não nos alongarmos nele agora.

⁸⁴ Texto original em inglês: The dominant interpretations of 'the world' have been established by the discipline of IR, which traditionally talks of states and their policy-makers pursuing interests and providing security, of economic relations and their material effects, and of the rights of those who are being badly treated. The 'we' who talk in this way do so from a particular vantage point - often white, Western, affluent, and comfortable. These representations, then, are related to our identities, and they establish a discourse of identity politics as the frame of reference for world politics.

[...] em ambas as ciências humanas e as ciências naturais - tem de se preocupar com as constituições sociais de significado, a construção linguística da realidade e da historicidade do conhecimento. Isso reafirma a indispensabilidade de interpretação, e sugere que todo conhecimento envolve uma relação com o poder em seu mapeamento do mundo⁸⁵ (CAMPBELL, 2013, p. 229, tradução nossa).

2.3.2 Inside/outside

R.B.J Walker (2013) é considerado um dos autores pós-estruturalistas mais importantes nas Relações Internacionais, e sua análise vai no sentido de analisar as condições fundacionais do campo disciplinar das RI. Ao propor uma desconstrução da dicotomia *inside/outside*, e como consequência uma relativização dessas fronteiras que sustentam as diferenças, Walker (2013) quer separar o campo da Ciência Política (CP) das Relações Internacionais. Em seu livro *Inside/outside: Relações Internacionais como teoria política*, Walker (2013) verifica as condições discursivas sobre o campo das RI a partir da dicotomia que seria capaz de separar os fenômenos localizados dentro dos limites territoriais do Estado-nação em contrapartida ao ambiente internacional, caracterizado pelas abordagens mainstream como ausentes de hierarquia e representação, pois é nessa dicotomia que se sustenta e se reproduz as diferenças entre as abordagens teóricas.

Apenas dentro dos limites territoriais estatais é que os indivíduos se tornariam cidadãos, e apenas nessa condição, munidos de direitos e deveres, é que eles poderiam se reafirmar como seres humanos. Ou seja, apenas mediante essa representação é que os indivíduos se sentiram partícipes de um Estado com localização definida dentro de um território soberano e demarcado por fronteiras. Daí advém sua crítica ao fato de que as teorias tradicionais procuram sempre produzir fronteiras e, com isso, incluir e excluir as práticas aceitáveis ou recusáveis por ele.

Referir-se às relações internacionais é sugerir que o que acontece entre os Estados é, em princípio, bem diferente do que ocorre dentro deles. As relações entre os Estados não oferecem a base de uma comunidade política centralizada para estabelecer uma forma de vida sujeita à orientação de princípios éticos consagrados (WALKER, 2013, p. 106).

Essa fronteira construída entre o ambiente doméstico e o internacional poderia ser amparada na discussão estruturalista presente em Saussure. O ambiente internacional apenas se sustenta mediante uma oposição binária que coloca, de um lado, as relações domésticas estatais,

⁸⁵ Texto original em inglês: [...] in both the human sciences and the natural sciences and the natural sciences - has to be concerned with the social constitutions of meaning, the linguistic construction of reality, and the historicity of knowledge. This reaffirms the indispensability of interpretation, and suggests that all knowledge involves a relationship with power in its mapping of the world.

e do outro as relações internacionais. É mediante esta dicotomia que haveria uma divisão qualitativa entre os dois ambientes, no qual o doméstico é harmônico, ao passo que o internacional seria ausente de harmonia, repleta de conflitos e sem autoridade. Esse pensamento chamado por ele de logocêntrico visa, na verdade, classificar os dois polos como positivo e negativo respectivamente.

De modo inverso, a reivindicação à universalidade dentro dos Estados se torna o terreno no qual uma tradição da teoria de RI pode ser construída pelo discurso da negação. Contra ordem, anarquia; contra paz, guerra; contra justiça e autoridade legítima, um mero poder e regras de acomodação; contra progresso e emancipação, mera contingência e eterno retorno. A única alternativa à negação, certamente, acaba sendo uma afirmação da esperança de que um dia, de algum modo, tudo o que é presumido como possível do lado de dentro possa ser estendido para o lado de fora - uma esperança constantemente protelada, e de fato, só especificada como uma condição de sua própria impossibilidade em tudo que não seja o espaço delimitado do Estado soberano (WALKER, 2013, p. 224).

Walker (2013) ainda reforça, e afirma que: *“Essa distinção entre nacional e internacional, seja de modo explícito como acontece na teoria de RI, ou de modo implícito como nos textos sobre teoria política, continua a influenciar nossos entendimentos de como e onde a prática política progressiva efetiva pode ser promovida”* (WALKER, 2013, p. 31). Ao reforçar esse argumento, o autor explica que esta construção do ambiente internacional só é possível quando se privilegia o *inside*, que seria regido pela relação de tempo, enquanto o *outside*, orientado pela noção de espaço. Ao criticar essa dicotomia, Walker (2013) lembra que o processo de globalização estaria encurralando essa visão, gerando uma tensão. A dicotomia entre um ambiente doméstico, regido por leis e dotado de hierarquia política, onde seria possível alcançar a paz e o progresso, em detrimento de um ambiente internacional, ausente destes e dominado pela anarquia estaria entrando em colapso. Chegaria o tempo em que essa dicotomia que se esforça para manter uma coerência seria saturada, e necessitaria de ser revista. No entanto, mesmo com a inevitável tensão, as teorias de RI continuariam a insistir em privilegiar essa característica no intuito de se preservarem contra um possível desgaste. É o medo de ser engolido por novas e atraentes perspectivas que seriam capazes de explicar melhor os fenômenos internacionais.

Walker (2013) então denuncia este discurso dominante que efetua uma constante separação entre as esferas. Esse divórcio entre o ambiente internacional como ausente de ética, enquanto internamente dotado de resolução pacífica de conflitos acabaria levando as RI para o seu contexto inicial: a teoria política. Com isso, a disciplina não transcende horizonte, mas viveria uma vida cíclica, presa às dicotomias para justificar sua própria existência. Ao ressaltar

como esse discurso dominante consegue separar as esferas (doméstico e internacional), Walker (2013) mostra como as RI nascem e sobrevivem das constantes dicotomias e exclusões. E o mais interessante: essa dicotomia seria justamente o que conferiria credibilidade e legitimidade à disciplina. A produção de saberes seria cíclica e dicotômica: realismo/utopia, dentro/fora, soberania/anarquia, identidade/diferença etc. Essas diferenças acabariam por inferiorizar as RI e conferir lugar privilegiado à teoria política, pois a ordem e progresso só existiriam numa comunidade política definida de acordos com os parâmetros domésticos, ao passo que externamente, devido a esta ausência, os Estados viveriam à própria sorte, buscando seus interesses em detrimento dos demais.

As teorias de RI são um contexto particularmente interessante para se examinar as implicações das suspeitas pós-estruturalistas quanto às tentativas de transcender os horizontes políticos e intelectuais herdados porque, ante qualquer outra disciplina intelectual moderna, elas se preocupam explicitamente com as políticas de fronteiras. As teorias buscam explicar e orientar quanto à segurança e à transgressão de fronteiras entre consagradas formas nacionais de ordem e comunidade e o âmbito internacional de perigo (insegurança, guerra) ou de uma humanidade concebida universalmente (paz, política mundial) (WALKER, 2013, p. 36-37).

E ao não transcender horizontes e se limitar basicamente a uma relação binária aos moldes estruturalistas, Walker (2013) aponta os três principais defeitos das RI, a saber: (1) considera eterna as categorias e dicotomias que seriam influenciadas pelas mudanças históricas, e assim passíveis de modificações; (2) não considera as mudanças acarretadas pela pós-modernidade no âmbito político, reforçando sempre, com isso, a relação doméstico-internacional; e (3) elimina teorias alternativas que poderiam trazer perspectivas até melhores para os seres humanos (RESENDE, 2011; WALKER, 2013).

O que Walker (2013) faz é desconstruir essa dicotomia. E a melhor maneira de fazer isto não seria através da negação total de sua existência, mas mostrando que sua sobrevivência depende de uma exclusão, em que determinadas características acabam sendo ignoradas em ambos os lados, tornando ainda mais visível as contradições nas quais essa dicotomia se sustenta. Somente somos capazes de adjetivar o ambiente doméstico como sendo melhor que o internacional quando ignoramos a existência de conflitos, ausência de soberania e hierarquia no interior, ao passo que também recusamos a existência de ordem, governança e paz no âmbito internacional. Ao não problematizar essas questões, a relação *inside/outside* acaba se tornando natural. A desconstrução inverte a lógica sob as quais se sustentam os julgamentos (MENDES, 2008; WALKER, 2013).

Se, em vez de reforçarmos a dicotomia entre o ambiente doméstico do internacional,

balizássemos os dois de forma paralela, buscando as semelhanças, a lógica da divisão não faria sentido e não se sustentaria. Basta que balizemos o doméstico como não necessariamente harmônico e o internacional como passível de harmonia e ética que a divisão deixa de existir, pois é nela que se sustenta os dois polos como irreconciliáveis.⁸⁶ A desconstrução aplicada por Walker (2013) consiste em revelar como essas categorias espaço-tempo são imaginadas e aplicadas para o ambiente doméstico e o internacional, cada um possuindo características e ética própria. É mediante a mútua exclusão das instâncias que as categorias doméstico/internacional se sustentam.

2.3.3 Soberania estatal

A soberania é frequentemente considerada, pelos teóricos de Relações Internacionais, um conceito fundamental e um dos assuntos mais importantes em um mundo repleto de autoridades constituídas e autônomas. É tida, por abordagens como o neorealismo e o neoliberalismo como um atributo inquestionável do Estado, servindo, nesses termos, para políticas de defesa e contendas jurídicas. A noção de Estado soberano permite a legitimação de seu exercício do poder em uma área de fronteiras delimitadas e essas duas concepções (interna e externa) faz com que se crie a noção de que internamente haveria justiça e paz possíveis devido à autoridade constituída para se governar, enquanto externamente haveria desordem e anarquia (HINSLEY, 1986; LAKE, 2003; PROKHOVNIK, 2007; WALKER, 2013). Investigações acerca dos Estados, bem como sua relação com os demais, levam em conta o fato de o Estado se fazer representar aos outros como soberano e legítimo em suas alegações e posições. Malmvig (2006) lembra que: “*A soberania do Estado é reproduzida como a fundação inquestionada da política internacional, que silenciosamente nos diz quem somos, onde nós pertencemos, e em quem as nossas responsabilidades e obrigações morais repousam [...]*”⁸⁷ (MALMVIC, 2006, p. xix, tradução nossa).

Por ser um conceito central, os teóricos pós-estruturalistas não fogem ao seu debate, ao contrário, a soberania estatal é o tema principal das análises em RI. Para este trabalho, destaco os escritos de Bartelson (1995, 2006, 2008, 2010, 2011), Thomson (1994), Ashley (1981, 1984, 1988, 1995, 1996, 1999), Walker (1987, 2013), Weber (1995), Hansen (1997, 2006) e Campbell

⁸⁶ Numa perspectiva nietzschiana, radical, diríamos que o inside/outside, assim como o bem/mal, certo/errado, amor/ódio são, no fim das contas, a mesma coisa.

⁸⁷ Texto original em inglês: State sovereignty is reproduced as the unquestioned foundation of international politics, which silently tells us who we are, where we belong, and with whom our responsibilities and moral obligations rest [...].

(1998a, 1998b, 2013), que tratam da problemática da soberania nas Relações Internacionais com aporte pós-estruturalista. Os autores não foram escolhidos de forma aleatória. Eles são considerados referência em estudos pós-estruturais e cuja temática acerca da soberania ocupa um lugar especial. As críticas residem sobretudo como as noções de soberania e anarquia nas RI permitiam que se criasse um modelo singular de comunidade política manifesta no Estado soberano. Analisaremos as obras do Ashley, Walker, Bartelson, Thomson e Weber, e como elas lidam com a problemática da soberania. As obras da Lene Hansen e Campbell serão exploradas no capítulo posterior, daí a razão de não nos alongarmos nela por agora.

No caso do Bartelson (1995), o autor realiza uma importante análise histórica acerca de como a soberania teve seu significado modificado através das práticas dos atores. Três períodos são analisados por ele: a *Renascença*, a *Era Clássica* e o *Estado moderno*. Enquanto no primeiro a soberania era vinculada a um soberano/monarca e, portanto, vinculado a uma crença em seres transcendentais como capazes de orientar suas ações na terra, na segunda, o ‘homem’ começou a emergir como um ser claramente social e político, dotado de capacidade de transformar o que outrora era imutável. De um sujeito passível e obediente, passou a ser ator e capaz de modificar as estruturas políticas a qual era subjugado.

Em primeiro lugar, a ideia de uma origem divina do poder e da autoridade é julgado um assunto de fé, em vez de uma ideia suscetível à prova racional. Os objetivos do estado são definidos teleologicamente como a preservação de sua estabilidade como um organismo de autossustentação e para o bem-estar das suas partes constituídas. O estado é feito pelo homem; seu propósito é puramente territorial, e sua existência desconectada das extremidades de um outro mundo. Por conseguinte, toda a autoridade flui do *legislador humano*, que é a causa eficiente e primária de toda a lei, e permissível para a separação das partes do estado. O Estado é uma unidade particular, não porque seja universal dentro de si mesmo, mas porque é classificado sob as leis da economia. A unidade no interior do estado é a unidade numérica, uma vez que é uma unidade de ordem; não é uma unidade absoluta, mas sim uma pluralidade [...] ⁸⁸ (BARTELSON, 1995, p. 103, tradução nossa).

A partir do fim do séc. XVIII e início do séc. XIX, considerado pelos historiadores como o início da teoria moderna do sistema internacional, é que as diversas formas de representação soberana passaram a ser consideradas como guia para as ações estatais. Não orientadas pelo ordenamento divino como na alta Idade Média (Renascença), nem por diferenciações

⁸⁸ Texto original em inglês: First, the idea of a divine origin of power and authority is dismissed as an article of faith rather than an idea susceptible to rational proof. The aims of the state are defined teleologically as the preservation of its health as a self-subsistent body and the well-being of its constituent parts. The state is man-made; its purpose is a purely terrestrial one, and its existence disconnected from otherworldly ends. Consequently, all authority flows from the *legislador humano*, who is the efficient and primary cause of all law, and who conditions the separation of the parts of the state. The state is a particular unity, not because it is universal within itself, but because it subsumed its parts under a law of economy. Unity within the state is numerical unity, since it is a unity of order; it is not an absolute unity, but rather a plurality [...].

dicotômicas como na Era Clássica. Segundo Bartelson (1995), o Estado moderno:

[...] é conceituado como um ser organizado, sendo composto de relações internas entre os seus componentes; é conhecido através de sua relação análoga total entre seus elementos. Dentro deste Estado profundamente conceituado, a soberania mantém sua indivisibilidade como sua propriedade fundamental, mas a soberania indivisível agora é também atribuída a um conjunto de relações que se constituem pela lógica dessa indivisibilidade. O estado soberano é orientado a partir da tabela de interesse, e é considerado como o resultado de um conflito dialético entre as forças subjacentes da história⁸⁹ (BARTELSON, 1995, p. 188, tradução nossa).

Os três períodos analisados por Bartelson (1995) mostram a constante evolução que o conceito de soberania passou, e continua a passar. Ao invés de buscar respostas sobre o que seja a soberania, o autor mostra que essa investigação dos períodos revela que, a depender das condições sob as quais seres humanos vivem, seus entendimentos reproduzem na prática o que pensam ser coerente. Cada período possui sua particularidade, e nada além do que esteja ao alcance pode ser esperado. Toda história baseada em conceitos estruturados tende a ser falha e limitada (BARTELSON, 1995).

Janice Thomson (1994), através de uma análise histórica, mostra como a soberania estatal foi tratada ao longo dos séculos. Sobretudo, a autora foca sua análise na desconstrução e revelação das instabilidades contidas na premissa weberiana do Estado como portador do monopólio legítimo do uso da força sobre um determinado território.⁹⁰ Em sua narrativa histórica, Thomson (1994) mostra que nos períodos anteriores à era moderna, mais precisamente até 1900, o Estado não era o único detentor do uso da força sobre um território delimitado. A violência era tida como uma commodity, de modo que: “*milícias urbanas, exércitos privados, agentes fiscais, exércitos regionais de senhores [...] forças policiais, e o exército estatal, todos alegavam o direito do exercício da violência*”⁹¹ (THOMSON, 1994, p.

⁸⁹ Texto original em inglês: [...] is conceptualized as an organized being made up of internal relations between its components; it is knowable as a totality of analogous relation between its elements. Within this profoundly reconceptualized state, sovereignty retains indivisibility as its defining property, but indivisible sovereignty now is attributed to a totality of relations, themselves constituted by the logic of this indivisibility. The sovereign state is released from the table of interest, and is regarded as the outcome of a dialectical conflict between underlying forces in history.

⁹⁰ A autora faz uma importante explanação a respeito da concepção weberiana de soberania e a divergência trazida por Charles Tilly e Anthony Giddens em relação à legitimidade do uso da força. Weberianos convencionalmente definem o Estado, em parte, em termos de seu controle sobre os mecanismos de coerção. De acordo com Weber, essa característica é essencial para que o Estado possa, com sucesso, reivindicar o monopólio do uso legítimo da força física sobre um determinado território. Tilly inclui o ‘controle dos principais meios de coerção sobre um território’ em sua definição de Estado. Já Giddens define o Estado, em parte, como tendo o ‘controle direto dos meios da violência interna e externa em um território’. A diferença é que Tilly não inclui a legitimidade, como Weber o faz. Além disso, Weber fala da monopolização do uso da força enquanto Tilly fala do controle dos principais meios, e Giddens do controle direto dos mecanismos internos e externos da violência.

⁹¹ Texto original em inglês: Urban militias, private armies, fiscal agents, armies of regional lords [...] police

3, tradução nossa). Tanto o controle da força quanto a autoridade eram dispersas e democratizadas. A mão de obra advinda da força, do exercício militar, era uma prática internacionalizada, e não limitada à autoridade estatal. A ‘contratação’ de mercenários, corsários, era uma maneira que eles (os Estados soberanos) encontravam para alcançar seus objetivos sem empregar muitos recursos. Por ser uma atividade relativamente barata, se tornava atrativa aos Estados a utilização temporária até que o objetivo fosse alcançado. Da mesma forma, as fronteiras que hoje as nações alegam como sendo de domínio e responsabilidade, não eram nem evidentes e tampouco naturais. Daí resulta a importância da análise de Thomson (1994) para se compreender como as relações entre os Estados se davam e de que forma a utilização da violência não-estatal foi deslegitimada, além de entendermos como a evolução do conceito de soberania, até então tida como pré-determinada, não consegue resistir a uma análise das práticas estatais no que concerne ao uso da força como recurso (THOMSON, 1994).

Tamanha era a utilização de forças mercenárias, que durante o séc. XVIII, boa parte das nações europeias possuíam o mesmo quantitativo em comparação ao número de tropas oficiais.

O controle do Estado sobre o uso da violência no sistema internacional, hoje, é substancialmente maior do que era recentemente em meados do século XIX. No século XVIII, todos os grandes exércitos europeus dependiam fortemente de mercenários estrangeiros para as suas tropas. Metade do exército prussiano era composta de mercenários. Estrangeiros constituíam um terço do exército francês. A Grã-Bretanha utilizou 18.000 mercenários na Guerra Americana de Independência e 33.000 mercenários em sua guerra 1793 com a França. A presença de um grande número de mercenários nos exércitos do século XVIII sugere que o aparato militar era internacionalizado. Mercenarismo foi uma prática legítima no sistema estadual por cerca de três séculos. Hoje em dia, a grande maioria de exércitos são compostas de soldados cidadãos⁹² (THOMSON, 1994, p. 10, tradução nossa).

Os números impressionam, a ponto de metade do exército prussiano ser de estrangeiros alistados para a batalha. Essas práticas, tão comuns até o final do séc. XIX, sugerem que o monopólio do uso legítimo da força é recente se comparado aos últimos seis séculos de forte utilização de recursos não-estatais para missões bélicas. O fato de o alistamento por parte dos Estados ocorrer de forma ampla, sem a necessidade de pertencimento e origem local, nos leva a compreender que a nacionalidade não era um critério para o serviço militar. Como uma

forces, and state armies all claimed the right to exercise violence.

⁹² Texto original em inglês: State control over the use of violence in the international system today is substantially greater than it was as recently as the mid-nineteenth century. In the eighteenth century, all the major European armies relied heavily on foreign mercenaries for troops. Half the Prussian army was comprised of mercenaries. Foreigners constituted one-third of the French army. Britain used 18000 mercenaries in the American War for Independence and 33000 mercenaries in its 1793 war with France. The presence of large numbers of mercenaries in eighteenth-century armies suggests that military labor was internationalized. Mercenarism was a legitimate practice in the state system for about three centuries. Today, the vast majority of armies are composed of citizen soldiers.

verdadeira lei da oferta e demanda, os mercenários eram alistados, não possuindo os critérios modernos do aparato estatal do uso da força (THOMSON, 1994).

Thomson (1994), em virtude da crítica ao conceito weberiano - tido como natural - e, conseqüentemente à soberania, também não poupa críticas à teoria neorrealista, uma vez que trata a soberania como um atributo dado dos Estados, que são, por definição, externamente soberanos pelo fato de não haver nenhuma autoridade superior que possa constrange-los no sistema internacional. Seriam internamente soberanos porque deteriam o monopólio da força e, conseqüentemente, autoridades autossuficientes na tomada de decisões, chegando ao ponto de negar que haja qualquer interdependência entre os Estados, mas apenas relações de interesse. A incapacidade de explicar mudanças, e entender como os Estados soberanos, através de suas práticas, modificaram os referenciais de soberania, explicariam o fato da constante pretensão universalista advinda das abordagens tradicionais das Relações Internacionais, nas quais tanto o neorrealismo quanto o neoliberalismo se enquadram. A soberania é variável, social e constituída através das práticas estatais. Não seria um princípio permanente na ordem internacional, ao contrário, é construída e modificada constantemente no curso da história (THOMSON, 1994). Seria socialmente construída mediante as regras que são criadas pelos Estados. A soberania é capaz de organizar o espaço da política global em fronteiras territoriais. Seria baseada em pretensões de absoluta exclusão (THOMSON, 1994).

No mundo moderno, há uma tendência acentuada para aceitar limites como dado, permanente, e até mesmo natural. Nós tomamos como certo essas distinções, tais como aquelas entre política interna e internacional, economia e da política, e público e privado. Ainda, os teóricos críticos argumentam que esses limites não são fixos, e não há nada de natural neles. Pelo contrário, eles são arbitrários, impugnados, e em constante mudança. Eles são artefatos da prática humana⁹³ (THOMSON, 1994, p. 13, tradução nossa).

A teoria neorrealista interpreta o monopólio do uso legítimo da força como um produto do séc. XX quando, na verdade, faz parte de uma sequência de fatos analisados pela autora desde séculos anteriores. Sua análise permite entender que a soberania não é absoluta, atemporal e invariável. Pelo menos mais de 300 anos foram necessários para que o Estado adquirisse essa categoria, não como irrefreável e natural, mas resultante das práticas entre atores - individuais e estatais. Ao contrário de algo fixo e estável, a soberania estatal deve ser pensada

⁹³ Texto original em inglês: In the modern world, there is a marked tendency to accept boundaries as given, permanent, and even natural. We take for granted such distinctions as those between domestic and international politics, economics and politics, and public and private. Yet, as critical theorists argue, these boundaries are not fixed, and there is nothing natural about them. On the contrary, they are arbitrary, contested, and ever changing. They are artifacts of human practice.

como resultado da interação, e não produto desta (THOMSON, 1994).

No caso das críticas desferidas por Richard Ashley (1984, 1988), o autor problematiza o conhecimento teórico e a prática do poder por parte do Estado, considerado pelo neorrealismo como racional e capaz de realizar as suas atividades em campo privilegiado de ação. Para o autor, tratar o Estado soberano como logocêntrico⁹⁴ torna o ambiente propício para o desenvolvimento de duas esferas - a doméstica e a internacional - que seriam, por natureza, impossíveis de se entender de maneira conjunta - seriam irreconciliáveis. Daí residiria a fixação do conceito de soberania como sendo interno, e anarquia como sendo tudo o que não está sob a égide e poderio estatal. Haveria uma constante necessidade e disposição por parte dos neorrealistas em territorializar, disciplinar, dividir e constituir, dessa forma, um local que possa ser aclamado de seu por parte dos Estados (ASHLEY, 1984).

Pelo fato de o autor não creditar qualquer valor às bases neorrealistas, o autor não poupa críticas ao que considera um verdadeiro: “*planetário de erros*”⁹⁵ (1984, p. 233, tradução nossa). O neorrealismo estaria imerso em profundas contradições. Na visão teórica neorrealista, o Estado é fechado em si mesmo, ao passo que se auto afirma estatista, utilitário, positivista e de compromissos estruturalistas.

Outro ponto fundamental das críticas de Ashley (1984, 1995) seria o fato de que, para o neorrealismo, o poder gera ordem, e a ordem, por sua vez, requer poder para ser aplicada. O uso de poder é capaz de manter o Estado soberano a salvo das ameaças externas. O mundo está constantemente envolvido em crises, guerras e toda sorte de ameaças; sendo assim, o Estado precisa constantemente se reafirmar e manter sua posição contra tudo o que está lá fora (anarquia). E esse esforço não é algo considerado insignificante, mas digno de um: “*ato heroico*”⁹⁶ (ASHLEY, 1984, p. 233, tradução nossa), amparado em astúcia e ousadia contra tudo o que pode ser visto como ameaça. Por outro lado, espera-se submissão dos indivíduos ao Estado, que garante sua proteção contra os males externos e a incerteza em troca da dita ordem (ASHLEY, 1984).

Ao criticar esses atos heroicos, o autor retira as características de imutabilidade, estabilidade e homogeneidade do Estado, pois é nelas que se sustenta a problemática anarquia/soberania como irreconciliáveis. Nesses termos, a soberania não seria dada naturalmente, mas reproduzida através de uma construção histórica.

⁹⁴ O logocentrismo parte do pressuposto de que o *logos*, a razão, como centro das ações humanas. Segundo Derrida (1973) essa é a característica que permeia toda a história da civilização ocidental.

⁹⁵ Texto original em inglês: An orrery of errors.

⁹⁶ Texto original em inglês: Paltry act.

O neorrealismo está vinculado ao Estado. É “estatocêntrico”, [...] o Estado é o ator modelo para o mundo. Para fins de teoria, é preciso ver o Estado como sendo uma unidade sem problemas: uma entidade cuja existência, limites, estruturas, círculos eleitorais, legitimações, interesses e capacidades para ter o auto respeito das decisões pode ser tratado como dado, independente dos interesses humanos, e indiscutível (exceto por outros estados). [...] A teoria neorrealista é preparada para reconhecer os problemas do Estado apenas na medida em que o próprio Estado, no âmbito de suas próprias legitimações, pode ser preparado para reconhecer problemas e mobilizar recursos para sua solução⁹⁷ (ASHLEY, 1984, p. 238, tradução nossa).

A dificuldade em reconhecer aspectos históricos faz com que o neorrealismo permaneça estático e não propício a mudanças. Os indivíduos não possuiriam qualquer importância, pois a soberania estatal estaria acima de todos. A história seria um mero monólogo: o que é escrito deve ser compreendido apenas no contexto em que o autor escreveu como sendo um fato consumado e perdido no tempo. Uma narrativa é fixa e autossuficiente em seus significados (ASHLEY, 1999).

Finalmente, Ashley entende que o Estado soberano, quando considerado aos moldes neorrealistas (racional, neutro, objetivo, soberano e autossuficiente) sem considerar o discurso como construtor de todos os conceitos mediante um contexto, não passa de uma ficção (ASHLEY, 1996). As práticas estatais é que representam seus poderes e o alcance que ele possui, e as percepções de cada nação a respeito das ações que ele emite aos demais é que orientará e criará o relacionamento entre os Estados. Daí a referência ao fato de que o ambiente seria construído e não dado.

Seguindo a mesma linha argumentativa de Ashley, Rob Walker (2013)⁹⁸ foca suas críticas aos princípios básicos da disciplina de RI que dota o ambiente doméstico (Inside) de progresso e resolução pacífica de conflitos, ao passo que o internacional (Outside) seria dominado pela violência, anarquia e repetição. O autor entende que a chave para se entender essa dicotomia consiste em compreender como a relação internalidade/externalidade foi convertida em uma distinção irreconciliável e diferente: o Estado-nação e o sistema internacional desses Estados, cada um possuindo características e ética própria (WALKER, 2013).

Em sua crítica, Walker (2013) entende que as teorias tradicionais de RI estão mais

⁹⁷ Texto original em inglês: Neorealism is bound to the state. Neorealist theory is "state centric" or "statist" [...] "state-as-actor" model of the world. Thus, for purposes of theory, the state must be treated as an unproblematic unity: an entity whose existence, boundaries, identifying structures, constituencies, legitimations, interests, and capacities to make self-regarding decisions can be treated as given, independent of class and human interests (except, perhaps, by other states). [...] neorealist theory is prepared to acknowledge problems of the state only to the extent that the state itself, within the framework of its own legitimations, might be prepared to recognize problems and mobilize resources toward their solution.

⁹⁸ Não nos prolongaremos na análise da obra de Walker (2013) pelo fato de já termos feito em tópicos anteriores (2.3.3).

preocupadas em explicar características do ambiente internacional do que trazer explicações sobre a política mundial contemporânea. Dessa maneira se cria um ambiente propício para uma constante alusão ao fato de que tudo o que está do lado de fora é perigoso, ao passo que seria seguro analisar o ambiente em um local que esteja sob delimitação territorial e fronteiras definidas. A anarquia das relações internacionais seria entendida como a condição que torna possível todas as alegações sobre a universalidade dentro dos Estados. A violência externa permitiria a paz e justiça do lado de dentro (WALKER, 2013). E seria mediante a constante dicotomia presente entre o *Inside* e o *Outside* que permitiria entender como a noção de soberania é vista pelas RI. Dentro dos Estados (*Inside*), aspirações universalistas ao bem poderiam se concretizar, mas apenas dentro do território delimitado espacialmente (WALKER, 2013).⁹⁹

Apesar das aparências, a soberania não é um princípio permanente da ordem política; a aparência de permanência é simplesmente um efeito de práticas complexas que afirmam continuidades e marginalizam desordens e perigos. Nem se pode dizer que a soberania está simplesmente ultrapassada, como se hoje ela estivesse aqui, mas amanhã não mais. É verdade que trabalhar com o princípio da soberania estatal é se envolver com discursos bastante arraigados sobre a vida política nos quais a análise da mudança estrutural contemporânea é formulada muitas vezes como se a soberania fosse permanente ou extinta (WALKER, 2013, p. 242).

Em sua concepção, a soberania não é algo que está dada aos Estados, nem é uma característica que eles possuem de forma imutável. É através das práticas estatais que se cria a soberania. Dessa forma, fatores outros como identidade e subjetividade são levadas em consideração para se caracterizar o que deve ser tomado como próprio ou do outro (WALKER, 2013).

Finalmente, é de suma importância analisarmos as críticas realizadas por Cynthia Weber (1995) em relação à soberania estatal e a intervenção militar. Para a autora, essas duas unidades são construídas mediante referenciais simulados, ou seja, através do discurso, a noção de soberania se molda, podendo ser justificável intervenções em nações de acordo com a interpretação que é dada pelo país interventor em relação ao que é atacado (WEBER, 1995).

A autora lembra que divergências políticas entre as nações existem, bem como disparidades econômicas, mas a soberania permanece imutável, silenciosa e considerada natural a todos os países chamados “soberanos”. A soberania é relacionada tanto a países democráticos

⁹⁹ Nesse sentido, Walker (2013) explica que “Referir-se às relações internacionais é sugerir que o que acontece entre os Estados é, em princípio, bem diferente do que ocorre dentro deles. As relações entre os Estados não oferecem a base de uma comunidade política centralizada para estabelecer uma forma de vida sujeita à orientação de princípios éticos consagrados” (WALKER, 2013, p. 106).

quanto autoritários, socialistas ou capitalistas, do primeiro ou terceiro mundo. E essa estabilidade permite a fixação de sentidos e a consideração de um conceito inerente a qualquer autoridade legitimamente constituída.

Tomando estas observações sobre a soberania a sério, alguns estudiosos sugerem que, embora a palavra soberania indique um estado de ser - um status ontológico - a soberania de fato expressa uma característica em que pode ser inferida ao Estado soberano a partir de suas práticas. Não é possível falar sobre o Estado como um ser ontológico - como uma identidade política - sem se envolver na prática política de constituição do Estado. Em outras palavras, falar de um Estado soberano em tudo requer a execução da prática política de estabilização do significado deste conceito. Pensado desta forma, a soberania marca não a localização da entidade fundacional das teorias de relações internacionais, mas um local de luta política. Esta luta é a luta para fixar o significado de soberania, de tal forma que se constitua um estado particular - para se escrever o Estado - com limites especiais, competências e legitimidades à sua disposição. O fato de se tentar fixar o sentido da soberania não ocorre de forma única, mas em todos os tempos e lugares. É uma luta que se repete em várias formas e em diversos lugares, espaciais e temporais¹⁰⁰ (WEBER, 1995, p. 3, tradução nossa).

A estabilidade e imutabilidade do conceito, segundo Weber (1995), dá-se em razão das práticas diplomáticas e teóricas. Práticas intervencionistas, por exemplo, revelariam o fato de que há algo delimitado e que foi violado por um outro Estado, constituindo um claro referencial de algo definido por fronteiras e que pertenceria ao governo constituído com o dever de protegê-lo. Da mesma forma, para que um Estado seja respeitado e tenha suas opiniões reconhecidas pelos demais, faz-se necessário que seja reconhecido e aclamado de soberano por outras nações. Para ser soberano, precisa possuir legitimidade interna e, assim, representar, em âmbito externo, seus interesses, daí resultando a dicotomia internalidade/externalidade como natural à organização política do estado. Soberania, portanto, significa contestar algo como sendo de propriedade do estado (WEBER, 1995).

Em sentido oposto à noção neorrealista de soberania, Weber (1995) analisa alguns fatos históricos¹⁰¹ que revelariam como a soberania foi relativizada e, assim, justificada a intervenção por parte dos Estados Unidos. Ao justificar a intervenção em Granada no ano de 1983, o então

¹⁰⁰ Texto original em inglês: Taking these observations about sovereignty seriously, some scholars suggest that while the word sovereignty denotes a state of being - an ontological status - sovereignty in fact expresses a characteristic way in which being or sovereign statehood may be inferred from doing or practice. It is not possible to talk about the state as an ontological being - as a political identity - without engaging in the political practice of constituting the state. Put differently, to speak of the sovereign state at all requires one to engage in the political practice of stabilizing this concept's meaning. Thought of in this way, sovereignty marks not the location of the foundational entity of international relations theory but a site of political struggle. This struggle is the struggle to fix the meaning of sovereignty in such a way as to constitute a particular state - to write the state - with particular boundaries, competencies and legitimacies available to it. This is not a one-time occurrence, which fixes the meaning of sovereignty and statehood for all time in all places; rather, this struggle is repeated in various forms at numerous spatial and temporal locales.

¹⁰¹ Em toda a sua obra, a autora se dedica a analisar exemplos que serviriam para justificar a relativização da soberania. Citaremos apenas alguns que servem para ilustrar o nosso objeto de estudo.

Presidente Ronald Reagan alegou da necessidade de restaurar a ordem democrática na ilha, ao passo que a participação militar americana: *“protegeria os inocentes, incluindo mais de 1000 americanos residentes, evitaria o caos social e daria suporte à restauração das instituições governamentais da ilha de Granada”*¹⁰² (Public papers: Ronald Reagan apud WEBER, 1995, p. 93, tradução nossa). Ao alegar que a real intenção dos americanos seria o da restauração de um possível caos advindo das condições políticas sob as quais a população passaria, o ex-Presidente Reagan relativiza a intervenção militar, excluindo o foco de “violação” para o de “restauração”.

A relativização e mudança dos significados que permitem a ação faz com que se crie uma instabilidade conceitual. A depender da reverberação e respaldo que os discursos oficiais têm, tanto para com a população ou com os demais estados, as ações estatais se legitimam e não são tidas como impróprias. Weber (1995) ressalta, no entanto, que não apenas a soberania foi simulada, mas as pessoas também foram. Os discursos de Ronald Reagan não representavam as pessoas, mas simulava uma ampla aceitação por parte da população que, por acreditar ser positiva a ação, acabava por legitimar da mesma forma (WEBER, 1995).

Ao analisar inúmeros outros casos, Weber (1995) critica as pretensões universalistas das abordagens tradicionais em RI em relação a estabilização dos conceitos como soberania e Estado, alegando que são construídos e modificados constantemente. Dessa forma é que não haveria uma ontologia e essência conceitual em relação aos significados sem que seja levado em conta o contexto em que foi praticado. O sentido é inverso: mediante o contexto é que os sentidos e significados se adaptam (WEBER, 1995).

Práticas discursivas, segundo Weber (1995), é que dão significado à soberania. Há uma necessidade, por parte dos Estados, em estabilizar conceitos, ao passo que buscam exercer o controle efetivo da representação, tanto política quanto simbólica. Se um Estado se mostra incapaz de representar de forma eficaz o seu povo, tanto política quanto simbolicamente, corre o risco de ter sua fonte de autoridade soberana contestada. O risco e o medo advindo dessa possibilidade de perder a legitimidade internacional é que faz com se busque estabilizar conceitos, pois a variação pode pressupor instabilidade e falta de controle. Apenas quando consegue manter a ordem interna é que um estado encontraria respaldo internacional para defender seus interesses. Também a soberania, tida aos moldes tradicionais, ao permitir a demarcação de fronteiras e a separação entre o que está “dentro” do que está “fora”, legitima

¹⁰² Texto original em inglês: to protect innocent lives, including up to 1000 Americans [...] to forestall further chaos [...] and to assist in the restoration of conditions of law and order and of governmental institutions to the island of Grenada.

que se trace fronteiras e se crie uma jurisdição específica para o território aclamado (WEBER, 1995).

Ora, se partirmos do pressuposto de que é necessária a manutenção da ordem interna e bom funcionamento das instituições, teríamos a justificação das ações americanas ao ser alegado que os territórios não estavam sob devida representação política. Em virtude dessa contestação é que a autora justifica as relações internacionais como uma verdadeira: “*arena de contestação de significados*” (WEBER, 1995, p. 13, tradução nossa),¹⁰³ onde a soberania pode tomar várias formas, a depender de como ela é representada ou simulada e em que circunstâncias isto ocorre.

Finalmente, a autora afirma que o Estado é um signo sem referência, mas que, em virtude da necessidade de possuir soberania, as referências são constantemente criadas e reforçadas. Ao citar Foucault, Weber (1995) mostra como se dá a relação entre poder e a produção de significados fundadores. Ainda que o Estado não detenha total monopólio e representação política em âmbito interno, acaba por criar a “representação simbólica”, mesmo aparato utilizado pelos americanos para intervir externamente. O que um Estado deve fazer para ser considerado soberano, segundo Weber (1995), é utilizar bem os recursos que permitem a simulação (lógica da representação) e controle dos elementos simulados, a fim de representar autoridade e simular fronteiras. Analisar a soberania estatal seria, dessa forma, investigar como os Estados são simulados e soberanamente representados (WEBER, 1995).

A breve análise de alguns autores aqui apresentados nos leva a questionar seguinte: muito se falou a respeito da soberania estatal, mas nenhuma definição precisa foi dada sobre o que ela seja? De fato, todos os autores analisados, bem como qualquer um que se utilize do aporte pós-estrutural não se atreve a definir conceitos, pois como afirma Bartelson (1995):

A análise conceitual normalmente começa fechando o conceito, enquanto abre seu campo de aplicação às interpretações divergentes. Começa-se por isolar as instâncias ideais do conceito a ser definido a fim de fazer uma “marca distintiva” [...] sem a possibilidade de referência empírica, não há nenhum significado claro. [...] O discurso não é um meio principal para representar o mundo com mais ou menos precisão, ou para expressar os hábitos impensados de um assunto. Em vez disso, o discurso - seja político ou científico - está ativamente envolvido na construção da realidade [...]¹⁰⁴ (BARTELSON, 1995, p. 14-19, tradução nossa).

¹⁰³ Texto original em inglês: [...] international relations was and is an arena for the contestation of meanings [...].

¹⁰⁴ Texto original em inglês: Conceptual analysis typically begins by closing the concept, while opening up its field of application to divergent interpretations. One begins by isolating ideal instances of the concept to be defined, in order to make a 'distinguishing mark' [...]. Without the possibility of empirical reference, there is no clear-cut meaning. [...] discourse is not primarily a medium for representing the world more or less accurately, or to express the unthought habits of a subject. Instead, discourse - whether political or scientific - is actively involved in the construction of reality [...].

É importante ressaltar, contudo, que a indefinição conceitual não impede o consenso dos autores em alguns pontos, em especial a soberania. Foi observado que, embora não tenhamos encontrado definições precisas e rígidas sobre o que ela seja, há uma convergência no fato de que a soberania seja uma prática discursiva. E como tal, pode se manifestar de diversas formas e com significados diferentes. Entender a prática dos atores e como eles dão significado a ela torna a análise muito mais rica do que se tratarmos de conceitos fechados e limitados, ignorando as mudanças e interações constantes dos atores.

3 O ‘PERIGO’ SOB A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

*Perigo não é uma condição objetiva*¹⁰⁵ (CAMPBELL, 1998a, p. 1, tradução nossa).

A relação amizade/inimizade entre os povos não é um fenômeno novo. Desde os tempos antigos a civilização tem a necessidade de identificar algumas pessoas como aliados e outros como inimigos (MURRAY; MEYERS, 1999). Essa necessidade é considerada por Volkan (1985) como um: “[...] fenômeno [...] inescapável”¹⁰⁶ (VOLKAN, 1985, p. 219, tradução nossa). A necessidade de se ter inimigos envolve um profundo sentimento de autoproteção de si mesmo, que pode ser experimentado através de questões éticas, da nacionalidade ou qualquer outra circunstância que possa diferenciar e justificar que há uma clara diferença entre si mesmo e o outro (FINLAY; HOLSTI; FAGEN, 1967). E é sobre isto que trata este capítulo. Inicialmente analisamos a virada pós-estruturalista nos estudos de segurança internacional, enfatizando o poder do discurso nas questões de segurança e a subjetividade conferida pelo pós-estruturalismo ao perigo. Posteriormente, expomos como a teoria pós-estruturalista analisa a criação da identidade, e a importância central do discurso nesse processo.

3.1 A virada pós-estruturalista nos estudos de segurança internacional

Questões de segurança são, segundo Burke (2013) um dos assuntos mais importantes na política. Seu entendimento é capaz de acarretar uma série de ideias poderosas e ricas em significado, e esses significados se tornam importantes para orientar os atores nas suas ações, tais como mobilização de recursos, controle de agenda, utilização da violência, mas também para fazer o bem. A segurança, bem como o seu significado, nunca se esgota e se completa.

Essas questões, em especial a análise da construção de ameaças tem estado, segundo Buzan e Hansen (2009), intimamente ligada às questões de Segurança Internacional, em especial no estudo das relações de paz e resolução de conflitos. E esse estudo se entrecruza com as RI desde a década de 1950. Mas a partir de meados da segunda metade da década de 1980 é que as abordagens com teor sociológico e linguístico passaram a incorporar, dentre muitos outros temas, esses estudos. O argumento central dessa perspectiva é que a utilização de diversos elementos gramaticais como metáforas, adjetivos, eufemismos ou analogias tinham consequência direta na forma como a “realidade” era entendida pelos atores. E isso seria capaz

¹⁰⁵ Texto original em inglês: Danger is not an objective condition.

¹⁰⁶ Texto original em inglês: [...] inescapable [...] phenomenon.

de orientar suas ações e a adoção de políticas sobre determinado assunto.

Os primeiros trabalhos, ainda na década de 1980 que levantaram essa temática - até então ignorada dos estudos de segurança foram Richard Ashley,¹⁰⁷ Michael Shapiro e James Der Derian,¹⁰⁸ e R.B.J Walker.¹⁰⁹ Juntas, as obras publicadas permitiram o que Peoples e Vaughan-Williams (2010) chamam de virada pós-estrutural (PEOPLES E VAUGHAN-WILLIAMS, 2010) nos estudos de Segurança. Para esses autores, proeminentes no estudo acerca da relação discurso-realidade e amparados em Derrida e Foucault, nenhuma materialidade poderia se apresentar fora da representação discursiva. Buzan e Hansen (2009) alertam para o fato de que, em princípio, essa visão era marginalizada em detrimento de uma “Agenda positiva da Paz”,¹¹⁰ ao passo que o aporte linguístico era lançado à margem analítica (BUZAN; HANSEN, 2009).

A linguagem seria capaz de representar a própria realidade. Segundo Peoples e Vaughan-Williams (2010):

Isto ocorre pelo fato de que chamamos de ‘o mundo’ sempre depender de representações ‘dele’, o que, por sua vez, não são separados, mas, fundamentalmente, uma parte desse mundo. Neste contexto, então, o papel da linguagem é essencial, pois qualquer conhecimento ou experiência do ‘mundo’ é a interpretação outrora impensável¹¹¹ (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 63, tradução nossa).

Na relação entre amizade/inimizade, paz/guerra entre as nações, os pós-estruturalistas viam as questões de segurança como entrecruzadas com o próprio discurso. Isto implicava uma mudança na percepção de que a relação de segurança entre os atores nem era propícia à paz como defendiam os teóricos de estudos da paz internacional nem tampouco à guerra como sugeriam os teóricos da vertente realista. Essa relação não era algo que poderia ser avaliada através de uma análise objetiva dos perigos que os atores se confrontavam, mas sim um

¹⁰⁷ Ashley (1988) publicou o artigo: Untying the Sovereign State: a double-reading of the anarchy problematique.

¹⁰⁸ Shapiro e Der Derian (1989) publicaram uma coleção intitulada: International/Intertextual Relations: postmodern reading of the postmodern world.

¹⁰⁹ Sua obra, já discutida neste trabalho foi Inside/outside: Relações Internacionais como teoria política (2013).

¹¹⁰ Teóricos da Agenda positiva da paz argumentavam que a bipolaridade ocasionada em virtude da Guerra Fria representa um perigo para as nações e deveria ser alterada pelo temor de uma guerra nuclear entre as duas potências. Embora os pós-estruturalistas compartilhassem de algumas premissas com esses teóricos, a epistemologia analítica divergia consideravelmente. Teóricos da paz argumentavam que o aparato material representava um perigo, enquanto os pós-estruturalistas faziam uso do aporte filosófico e linguístico para defender a ideia de que nenhuma materialidade representava perigo, mas a percepção construída discursivamente em torno do aparato militar é que moldava a percepção dos atores (BUZAN, HANSEN, 2009).

¹¹¹ Texto original em inglês: This is because what we might mean by ‘the world’ always already depends upon representations of ‘it’, which, in turn, are not separate from but fundamentally a part of that world. In this context, then, the role of language is essential, because any knowledge or experience of ‘the world’ is unthinkable outside interpretation.

processo pelo qual vieram a ser discursivamente produzidos e reproduzidos com características particulares. De forma simples, o que se quer dizer é que, partindo do pressuposto de que os perigos não são objetivos e não fazem parte de um portfólio de ameaças que o Estado deve enfrentar, seria mediante a prática discursiva que essas ameaças tomariam forma. Elas eram, portanto, discursivas, e constituíam os chamados ‘discursos de perigo e segurança’. Nesse sentido, Buzan e Hansen (2009) completam: “*A segurança não pode ser definida em termos objetivos*”¹¹² (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 33, tradução nossa). Não haveria qualquer objetividade na identificação dos perigos a serem enfrentados.

Baseando-se em Michel Foucault,¹¹³ os pós-estruturalistas foram além, enfatizando a importância da relação poder-conhecimento nos discursos de segurança e perigo. O conhecimento não seria livre dos juízos de valor, questionando, com isso, a pretensão clássica positivista de que a objetividade poderia ser aplicada às questões de segurança e aos perigos enfrentados pelos Estados. As políticas de segurança eram sempre diferentes e variavam radicalmente entre si, afinal dependiam da perspectiva dos atores envolvidos. Os pós-estruturalistas defendiam uma análise crítica das formas pelas quais a política, conquanto moldada discursivamente, era importante para análises de estudos estratégicos e a própria coesão social em torno dos temas levantados (BUZAN; HANSEN, 2009; FOUCAULT, 1996).

3.1.1 A subjetividade do perigo

David Campbell (1998a), um dos autores da abordagem pós-estruturalista, em seu livro *Writing Security*, explica que: “*Perigo não é uma condição objetiva. Não é algo que exista independente de quem deseja tornar algo em uma ameaça*”¹¹⁴ (CAMPBELL, 1998a, p. 1, tradução nossa). Ou seja, os perigos não se apresentam a priori como tal, e nenhum deles existe de forma dada, pré-determinada, sem a ação constante das pessoas criando e recriando as ameaças a serem combatidas.¹¹⁵ Para Campbell (1998a), a interpretação exerce importante

¹¹² Texto original em inglês: security cannot be defined in objective terms.

¹¹³ Para Foucault, o poder não é algo que possa ser considerado uma posse. O poder deve ser pensado sempre como envolvido nas relações pessoais. E onde quer que haja essa relação, lá estará, também, algum tipo de relação de poder, bem como a resistência a este (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010).

¹¹⁴ Texto original em inglês: Danger is not an objective condition. It is not a thing that exists independently of those to whom it may become a threat.

¹¹⁵ É importante destacar que, embora Campbell (1998a) seja um autor da abordagem pós-estruturalista, algumas afirmações dele se aproximam do construtivismo. Por exemplo, autor faz uma importante distinção entre risco e perigo que serve para percebermos como esses termos são usados no intuito de legitimar e convencer os que são alcançados por ele (pelo discurso) a respeito da importância que determinada ação deve tomar. Risco pressupõe algo objetivo, uma ameaça concreta, ao passo que perigo é construído para que se firme como uma ameaça, um possível risco. Perigo é, portanto, algo subjetivo e pressupõe elementos discursivos para se legitimar, podendo se tornar um risco. Mas se já mostramos que não há qualquer materialidade fora da

função para tornar algo “perigoso” e, conseqüentemente, uma ameaça ‘real’. O que é identificado como ameaçador, segundo o autor, não é pré-definido, dado, mas faz parte da noção de perigo que é construída através de contrapontos e oposições ao que, por outro lado, não seria ameaçador ou passível de ameaças. Ora, se não há plena objetividade na relação entre amizade/inimizade, inferimos que essa relação sofre constantemente profundas transformações, podendo ser apagadas e reconstituídas de acordo com as constantes mudanças contextuais.

Considerando essa assertiva, Ewald (1991) completa: “*Nada é um risco em si mesmo; não existe nenhum risco na verdade. Mas por outro lado, qualquer coisa pode ser um risco; tudo depende de como alguém analisa o perigo, considera o evento*”¹¹⁶ (EWALD, 1991, p. 199, tradução nossa). Nesses termos, o perigo seria um efeito da interpretação dos atores envolvidos. Não possuiria qualquer relação necessária com algo sem que parta de alguma motivação, um desejo que o derivaria.¹¹⁷ O que é considerado ameaçador para um, pode não ser considerado por outro. Campbell (1998a) completa: “*Esses eventos ou fatores que nós identificamos como perigosos vieram a ser apenas mediante uma interpretação de suas várias dimensões de periculosidade*”¹¹⁸ (CAMPBELL, 1998a, p. 2, tradução nossa).

Esta compreensão interpretativa do que é perigoso, segundo Campbell (1998a) acarreta implicações importantes para as Relações Internacionais. No entanto, o que se quer destacar é o fato de que nem todos os riscos são exatamente iguais, e nem todos são tidos como perigosos. Os eventos que são considerados perigosos podem vir a ser através de uma interpretação acerca da sua periculosidade. Além disso, não há a necessidade de fatos ‘objetivos’ para que sua periculosidade seja ratificada (CAMPBELL, 1998a).

Por exemplo, a infecção pelo HIV é considerada por muitos como um importante problema de saúde pública dos Estados Unidos, ainda a pneumonia e a influenza, diabetes, suicídio e doença hepática crônica foram todos (em 1987) individualmente responsáveis por muitas mortes. De igual modo, uma interpretação do perigo permitiu uma ‘guerra contra as drogas (ilegais)’ nos Estados Unidos, apesar do fato de que tanto o nível de consumo, bem como o número de mortes que resultam de drogas lícitas exceder em ordem considerável de magnitude se relacionado com as drogas ilícitas. E o “terrorismo” que é frequentemente citado como uma das principais ameaças para a segurança nacional, embora a sua ocorrência nos Estados Unidos seja mínima (não obstante os atentados em Oklahoma City e do World Trade Center em Nova York)¹¹⁹ (CAMPBELL, 1998a, p. 2, tradução nossa).

representação discursiva, como, então, conceber algo concreto e ameaçador? Apesar disso, a obra do autor nos é de suma importância, pois em grande parte de sua análise ele se encaixa com a relativização analítica.

¹¹⁶ Texto original em inglês: Nothing is a risk in itself; there is no risk in reality. But on the other hand, anything can be a risk; it all depends on how one analyzes the danger, considers the event.

¹¹⁷ Ou seja, o que é considerado ‘perigoso’ jamais se apresenta como tal.

¹¹⁸ Texto original em inglês: Those events or factors that we identify as dangerous come to be ascribed as such only through an interpretation of their various dimensions of dangerousness.

¹¹⁹ Texto original em inglês: For example, HIV infection is considered by many to be America's major public health issue, yet pneumonia and influenza, diabetes, suicide, and chronic liver disease were all (in 1987)

Nesse contexto, é importante ressaltar que não há a real necessidade de uma ação ou evento que forneça os elementos para uma interpretação de perigo. Daí entendemos o fato de, nas relações internacionais, um determinado evento ser considerado inofensivo para uns e muito perigoso para outros. O perigo é, portanto, a consequência do que é considerado ameaça por quem está direta ou indiretamente envolvido no evento.

É importante destacar que a interpretação do perigo não é limitada ao simples fato de alguns considerarem um risco e outros não. A maneira pela qual o perigo é representado cristaliza a referência em torno de seu significado. Ou seja, o evento ocorre, mas a representação, o significado atribuído a ele, e o local onde ele ocorre é que orienta a percepção dos indivíduos. Um atentado terrorista no Oriente Médio (OM) tem um significado, mas se um atentado terrorista ocorre nos EUA acaba recebendo um outro significado completamente diferente, a despeito da natureza do evento ser o mesmo: o atentado terrorista. E nesse sentido é que as relações constantes entre nativo/estrangeiro, são/doente, oriental/ocidental têm servido para representar os fenômenos e articular acerca do que pode ser perigoso (CAMPBELL, 1998a).

Ora, se partirmos do pressuposto de que a interpretação dada aos fenômenos orienta a percepção dos atores envolvidos, então podemos inferir que não há nem mesmo a necessidade de um determinado evento ou ação que possa fornecer os fundamentos para uma interpretação de perigo para que ele seja assim considerado. O simples fato de um governo, por exemplo, entender que uma futura possível implementação de determinada medida por outro governo possa vir a afeta-lo, isto pode servir de motivo para que seja considerado uma ameaça. Ainda que o evento não tenha de fato ocorrido.

A não-necessidade de elementos objetivos para configurar algo como perigoso nos leva a considerar a inexistência da prioridade do discursivo sobre o não-discursivo. Não apenas palavras, mas imagens, ações, sentimentos, valores, ou simplesmente a ausência de todos eles, tudo isto habita no próprio reino do discursivo. Longe de ser apenas um fato isolado, o discurso é a própria realidade sendo construída, moldando a relação amizade/inimizade entre os povos (HANSEN, 2006; MILLIKEN, 1999).

Não apenas Campbell (1998a) analisa a relativização do perigo. A obra *Security: a new*

individually responsible for many more deaths. Equally, an interpretation of danger has licensed a 'war on (illegal) drugs' in the United States despite the fact that both the consumption level of, and the number of deaths which result from, licit drugs exceeds by a considerable order of magnitude that associated with illicit drugs. And 'terrorism' is often cited as a major threat to national security even though its occurrence within the United States is minimal (notwithstanding the bombings in Oklahoma City and the World Trade Center in New York).

framework for analysis, escrita por Buzan, Waever e Wilde (1998), explica que as questões de segurança não podem ser definidas analiticamente. O significado das coisas não está no que as pessoas pensam conscientemente que elas sejam, mas na forma como elas implicitamente consideram determinado evento. Quando um Estado designa algo como uma questão de segurança, pode-se argumentar que esta questão seja mais importante que as outras, e por isso deve ser dotada de prioridade absoluta. E se é uma prioridade, poderia ter o direito de quebrar as regras para eliminar o perigo. No entanto, este evento considerado ameaçador, perigoso, é subjetivo. Os autores afirmam que uma questão de segurança não se torna por causa de uma real ameaça existencial, mas porque a questão foi representada como uma ameaça.¹²⁰

A definição exata e os critérios de securitização de algo, explicam Buzan et al (1998), é constituída por um estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com possibilidade suficiente de provocar possíveis danos. Não há a necessidade de indicadores probatórios no processo de securitização. Estudar a securitização, para os autores, é estudar o discurso envolvido em torno do assunto securitizado. Por sua vez, um discurso que torna algo perigoso não é suficiente, por si só, para se firmar como tal. Isso significa que esse discurso deve ser convincente e capaz de convergir em consenso com os que estiverem nesse processo. A legitimação das narrativas é o que torna um tema uma questão de segurança. E esse convencimento, por sua vez, não ocorre de forma objetiva,¹²¹ mas essencialmente discursiva.¹²² Nesse sentido, Buzan et al (1998) afirmam:

¹²⁰ Na obra *Security: a new framework for analysis*, Buzan, Waever e de Wilde nos apresentam três elementos de segurança: ameaça existencial, situação de emergência, e possibilidade de quebra de regras. Em suma, o autor explica que numa questão de segurança, algo deve estar sendo ameaçado, não necessariamente uma pessoa. E ao se confirmar tal situação, a questão de segurança vai para o topo da agenda de um governo. Se, com a legitimidade do governo e suas ações a paz não for alcançada, deve-se quebrar as regras. Uma regra não pode prever sua exceção. Se ela prevê, deixa de ser exceção e fica inserido nas regras.

¹²¹ A insistência do pós-estruturalismo em ressaltar a influência do discurso nas questões de segurança atraiu, naturalmente, algumas críticas, tanto por parte dos realistas quanto dos pesquisadores de estudos sobre a paz entre as décadas de 1980 e 1990. As críticas convergiam nos pressupostos sobre a materialidade (realidade) das coisas e o mundo das ideias. Peoples e Vaughan-Williams (2010) enumeram algumas delas: (1) Keohane afirmava que os pós-estruturalistas falhavam em sua ausência de caráter científico e o rigor em uma agenda clara de pesquisa; (2) outros afirmavam que os pós-estruturalistas eram relativistas demais e nihilistas; (3) enquanto outros criticavam o teor antifundacionista dessas pesquisas. Essas críticas, porém, eram problemáticas, pois segundo Peoples e Vaughan-Williams (2010) elas revelavam a ausência de leitura e estudo por parte desses críticos aos pressupostos pós-estruturais. Em outras palavras, a crítica era justamente o que os pós-estruturalistas tinham como características centrais. Eles permitiam justamente a ampliação do campo de pesquisa na área de segurança, e isso era ignorado pelos teóricos realistas e neoliberais, no caso do Keohane. O próprio Campbell (1998b) em seu livro *National deconstruction*, defendeu a relativização e subjetividade dos perigos, e afirmou que os discursos dominantes das relações internacionais faziam essas críticas, porém eram dependentes de uma série de conceitos epistemológicos. As abordagens racionalistas seriam incapazes de entender a relação de poder que permite a problematização das questões de segurança. O fim da Guerra Fria, no entanto, acabou reforçando os argumentos pós-estruturalistas, pois o término do conflito não poderia ser explicado meramente por fatores objetivos e materiais.

¹²² Se não houver consenso, há apenas um movimento securitizador, mas não um objeto realmente a ser securitizado.

Nosso argumento é que a securitização, como politização, tem de ser entendida como um processo essencialmente intersubjetivo. Mesmo que se queira tomar uma abordagem mais objetivista, não fica claro como isso poderia ser feito, exceto em casos em que a ameaça é clara e imediata. (Um exemplo seria tanques hostis que atravessam uma fronteira; mesmo aqui, “hostil” é um atributo não do veículo, mas de uma relação socialmente constituída. Um tanque externo poderia ser parte de uma força de manutenção da paz)¹²³ (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 30, tradução nossa).

3.2 A criação da identidade estatal

Questões identitárias são inescapáveis à existência de qualquer pessoa. É possível encontrarmos alguém que não se identifique com determinada cultura ou identidade, mas não é possível que se julgue “sem qualquer identidade”. Apesar desta assertiva, ela não pode nos fazer entender a identidade como uma posse ou algo inerente à existência de cada um e carregada consigo por onde quer que se vá. Segundo Campbell (1998a): “[...] *[a identidade] não é fixada pela natureza, dada por Deus, ou planejada através de um comportamento intencional. A diferença é constituída em relação com a identidade*”¹²⁴ (CAMPBELL, 1998a, p. 9, tradução nossa). Mas apesar disso, a identidade não tem uma origem, uma fundação. Onde quer que se fale de grupos sociais ou Estados, a identidade estará sempre presente de forma dinâmica, construída através de fronteiras e demarcações que servem para separar o *inside* do *outside*, o *si mesmo* do *outro*, o *doméstico* do *estrangeiro* (CAMPBELL, 1998a).

Mas se a identidade estatal pressupõe uma dinâmica, como é possível uma estabilidade identitária? Campbell (1998a) explica que essas fronteiras criadas são tenuamente mantidas pelos elementos que estão constantemente envolvidos nela. Em outras palavras, o que se faz é buscar não se contaminar com o *other*, de forma a manter estável o *self* que estabiliza a identidade e aglutina o sentimento das pessoas em torno daquele ideal. E este processo de manutenção é obtido através das práticas discursivas que estabilizam o significado das coisas, seja questões de gênero, sexo, cor, raça, entre outros e neutralizam o que é estranho e ameaçador (CAMPBELL, 1998a).

Nesse ponto, e amparado em Foucault, o autor chama atenção ao fato de que essa estabilização conseguida por intermédio da exclusão do que é estranho, gera uma

¹²³ Texto original em inglês: Our argument is that securitization, like politicization, has to be understood as an essentially intersubjective process. Even if one wanted to take a more objectivist approach, it is unclear how this could be done except in cases in which the threat is unambiguous and immediate. (An example would be hostile tanks crossing the border; even here, “hostile” is an attribute not of the vehicle but of the socially constituted relationship. A foreign tank could be part of a peacekeeping force.)

¹²⁴ Texto original em inglês: [...] is not fixed by nature, given by God, or planned by intentional behavior. Difference is constituted in relation to identity.

disciplinarização identitária.¹²⁵ Ou seja, uma delimitação do que é aceito ou não como característica particular da identidade estatal. Há uma normalização da identidade, ela ganha forma, corpo, e passa a ser o referencial para as ações estatais. Se um Estado, por exemplo, discursivamente cria uma imagem de pacífico e contra a existência de guerras, ele vai refletir essa característica em votações que tenham que decidir acerca de intervenções militares ou qualquer ação beligerante por parte de outros Estados. Campbell (1998a) ainda completa: “*A necessidade de disciplinar e de conter a ambiguidade e a contingência do ambiente “doméstico” é uma fonte vital de externalização e totalização de ameaças a esse ambiente através de discursos de perigo*”¹²⁶ (CAMPBELL, 1998, p. 64, tradução nossa).

Em outras palavras, a constituição identitária dos Estados não possui sentido primário, originário, o Estado não surgiu com uma identidade inerente a ele. A sua presença soberana na política mundial é formada pela sua relação com os demais, e os discursos arrolados a ele acabam por manter estável uma identidade que lhe seria particular. Nas palavras de Campbell (1998a) essa fixação é: “[...] *tenuamente constituída no tempo [...] mediante uma repetição estilizada de seus atos [...] e não através de atos fundadores, mas mediante um regular processo de repetição*”¹²⁷ (CAMPBELL, 1998a, p. 10, tradução nossa). Ao se disciplinar e normalizar as práticas, a sociedade e o Estado protegem o seu conteúdo interno. Ao fazê-lo, legitima certas orientações e deslegitima outras, num processo que nunca se completa.

Campbell (1998a) ainda ressalta o fato de que essa diferença construída pela oposição não está apenas vinculada ao ambiente doméstico do Estado. A política externa, através de sua articulação de perigos, é capaz de gerar certas características que seriam próprias de sua identidade.¹²⁸ E se as relações de poder sofrem com a contínua mudança temporal, quem hoje é amigo, amanhã pode ser inimigo, e vice-versa.

¹²⁵ No intuito de exemplificar como se dá a relação entre diferença e disciplinarização identitária, Judith Butler (2006) analisa as questões de gênero, em especial como se construiu a diferença entre homens e mulheres. Para a autora, não existe qualquer status ontológico na realidade. A ideia de gênero, ou a identidade do corpo foi discursivamente construída no intuito de disciplinar a sexualidade. Nesse sentido, não haveria sexo ‘verdadeiro’ ou ‘falso’, nem ‘normal’ ou ‘anormal’. Essas diferenças seriam produzidas no intuito de legitimar e disciplinar algo para que seja estável. E esse processo foi construído de forma tênue ao longo do tempo, não como uma origem natural, mas através de um processo regulador de constante repetição para que firme como tal.

¹²⁶ Texto original em inglês: The need to discipline and contain the ambiguity and contingency of the 'domestic' realm is a vital source of the externalization and totalization of threats to that realm through discourses of danger.

¹²⁷ Texto original em inglês: [...] tenuously constituted in time [...] through a stylized repetition of acts, not [through] a founding act, but rather a regulated process of repetition.

¹²⁸ E se relacionarmos ao exemplo de gênero dado anteriormente por Judith Butler (2006), se não há gênero masculino ou feminino longe do discurso, não haveria, também, em âmbito estatal, amigo ou inimigo que não fosse discursivamente construído.

Nesse sentido é importante refletirmos a respeito de alguns pontos problemáticos. Se não há identidade primária e estável em âmbito estatal, como podemos então falar de conceitos fundamentais como “Estado”, “segurança”, “guerra”, “soberania” e “perigo”? Isso porque muitos teóricos das RI entendem que não é possível falar em segurança de um Estado soberano se não se pressupor que haja, de fato, alguma ameaça iminente. Afinal, apenas se protege quem tem a certeza de que há um risco real. Sendo assim, como podemos lidar com essas categorias sem reconhecer a essência, a existência de um perigo?

De fato, a grande maioria da literatura acerca da segurança estatal vai no sentido de que há sempre uma essência primária que orienta a ação dos Estados. A identidade de um “povo”, por exemplo, seria capaz de dar uma base sólida para as práticas posteriores do Estado. Porém, o aporte sociológico e histórico que ganhou força a partir do fim da década de 1980 tem trazido um questionamento a respeito dessa assertiva tradicional, argumentando que qualquer significado atribuído a uma nação faz parte de uma construção histórica. Benedict Anderson (2008), ao analisar as comunidades políticas e o nacionalismo, entende que elas são imaginadas, ou seja, só existem mediante um artefato cultural que é representado e reproduzido.

O meu ponto de partida é que tanto a nacionalidade - ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional (nation-ness) - quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda (ANDERSON, 2008, p. 30).

A linha argumentativa de Anderson (2008) nos leva a considerar que toda identificação estatal está alinhada com alguma construção anterior. O autor prossegue:

Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre [...] a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. [...] qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estudo em que são imaginadas (ANDERSON, 2008, p. 32-33).

A análise proposta por Anderson (2008) nos é relevante, pois permite compreender os Estados nacionais como entidades antagonistas, incoerentes; sem identidade estável e pré-discursiva. E nesse ponto relembramos Foucault, quando trata da tensão inerente ao processo

de construção identitária a qual todos os Estados passam. De forma simples, o que se quer dizer é que os Estados nunca se esgotam, a tensão é permanente, e essas práticas discursivas que dão significado nunca se acabam. Campbell (1998a), nesse sentido, afirma que se um Estado elimina as práticas de representação que constroem a sua identidade, decreta a sua própria morte. Nesses termos, ao tratarmos das questões de segurança, se o Estado não tem nada o que temer, e nem cria perigos constantes que sejam aglutinadores sociais e contra os quais se deva temer e empregar forças contra, o sentido de sua existência se esgota. Quanto mais práticas que reforcem sua razão de existência, ainda que de forma imaginária, mais sentido a identidade estatal ganha. Campbell (1998a) completa: *“A articulação constante de perigo através de política externa não é, portanto, um ameaça para a identidade ou a existência de um Estado; é sua condição de possibilidade”*¹²⁹ (CAMPBELL, 1998, p. 13, tradução nossa).

Campbell (1998a) ainda explica que a representação do perigo e seu vínculo com a formação da identidade estatal é sempre vinculada a algo que está lá fora, na fronteira, à espreita, esperando o momento certo para atacar. *“O que tem sido central, e assim permanece, é que a lógica do discurso sócio médico não é sobre a natureza da doença, mas um senso de que ela [a doença] está sempre no outro”*¹³⁰ (CAMPBELL, 1998a, p. 86, tradução nossa). O perigo pode envolver a pressão sobre os limites externos, causando uma necessidade sempre maior de proteger as fronteiras e expulsar o que é estranho. Afinal, se a diferença é condição para perigo, onde todos são iguais não haveria o que temer. Essa afirmativa, no entanto, está em desacordo com a própria lógica de formação identitária do Estado. Se as diferenças são condições necessárias para a formação da identidade estatal, o perigo é inerente a esse relacionamento. Onde não há diferenças, não há também formação alguma de significados, pois é nas diferenças que eles surgem. O perigo não seria apenas externo, mas entrecruzado com todas as relações humanas no mundo.

E se os perigos, ou percepções de perigos estão entrecruzados com as ações humanas, eles podem ser interpretados de forma positiva e negativa. A questão necessária a ser analisada é: como se relacionar com o perigo? O que ele representa para nós? Em quais domínios ele é potencialmente ameaçador? E qual deve ser a nossa atitude em relação a ele? Se partirmos do pressuposto de que é pelo contraponto que a identidade estatal se forma, na ausência de perigos, então, a identidade se torna ausente de referenciais que possam se contrapor.

Vale a pena chamarmos para esta discussão a obra *Inside/Outside* do Walker (2013) já

¹²⁹ Texto original em inglês: The constant articulation of danger through foreign policy is thus not a threat to a state's identity or existence; it is its condition of possibility.

¹³⁰ Texto original em inglês: What has been and remains central to the logic of socio-medical discourse is thus not the biological nature of disease, but a sense that disease is always from somewhere else.

discutida nesta pesquisa. Ao tratar da relação entre soberania, identidade e diferença, o autor explica que tradicionalmente a formação da identidade estatal é sempre vinculada ao ambiente doméstico. Se externamente não há hierarquia, mas anarquia, as aspirações universais e comunitárias só existiriam dentro das fronteiras soberanas.

A resolução primordial é repetida em discursos análogos sobre a vida dentro e fora do Estado. Dentro de qualquer componente particular do sistema de Estados, dentro dos confins seguros de Estados particulares, é possível aspirar ao universal. De fato, assim como ao ler a maioria dos textos clássicos do pensamento político moderno, é possível quase se esquecer da particularidade da comunidade mostrada como capaz de razão e justiça, democracia e liberdade. Aquelas referências marginais a problemas externos que encontraram um pequeno espaço nos textos canônicos da teoria política têm de ser adotadas por outros, por teóricos de RI, que perdem por sua vez a percepção à qual a sua descrição da desordem internacional é influenciada por aspirações positivas consideradas legítimas dentro dos Estados (WALKER, 2013, p. 258).

A possibilidade de universalidade interna em contraponto à violência externa leva os teóricos políticos a considerarem apenas as condições internas como propícias à formação identitária da sociedade. Walker (2013), por outro lado, entende que a resposta presença/ausência, espaço/tempo, soberania/anarquia são limítrofes para analisar a diversidade e os desafios modernos enfrentados pelas comunidades políticas. Essas afirmações expressam uma concepção particular e específica. A dificuldade de pensar sobre identidades no âmbito político advém justamente da certeza que a moralidade, presente apenas em âmbito interno, seria desejável em contrapartida ao incerto, encontrado externamente.

O princípio da soberania estatal é a clara expressão desses padrões, que nos levam a acreditar numa unidade e convergência interna. Walker (2013), no entanto, não considera essa criação identitária como natural, e tampouco eterna e universal.

3.2.1 A relação entre política externa e identidade

Lene Hansen (2006), ao analisar a relação entre a formação identitária dos grupos políticos e sua relação com a política externa dos Estados entende ser esse o centro da agenda pós-estruturalista em termos de análise internacional. É através da formulação da política externa que as identidades são produzidas, e não o contrário, ao passo que o discurso passa a ser a base central para se entender como determinada política foi articulada no sentido de justificar alguma ação estatal. Campbell (1998a), nesse sentido, afirma: “[...] a Política Externa serve para reproduzir a constituição das identidades feitas possíveis mediante uma ‘política

externa' e conter os desafios à identidade resultante dessa interação''¹³¹ (CAMPBELL, 1998a, p. 69, tradução nossa).

Não haveria, segundo Hansen (2006), como separar o discurso da própria elaboração das políticas, nem o contexto em que ele é proferido. O discurso político também seria social, pois é legitimado na esfera pública por atores que possuem legitimidade para impor uma interpretação a respeito dos fatos. Dessa forma, a representação política dos fatos está ligada a um conceito de identidade cunhado discursivamente em um contexto social que se está inserido.

O pós-estruturalismo foca nos discursos como articulados nos textos escritos e falados, além de uma atenção especial a metodologia de leitura (como são as identidades identificadas dentro textos de política externa e como deve ser entendida a relação articulação entre discursos opostos a seres estudados?) E a metodologia de seleção textual (que fóruns e tipos de texto deve ser escolhida e quantas devem ser incluídos?)¹³² (HANSEN, 2006, p. 2, tradução nossa).

Para se entender como o caráter discursivo se estabelece e reproduz ao longo do tempo, a autora explica que a construção de alguma coisa pressupõe o seu próprio oposto para ser legitimada. Dizer que algo é, ou que elementos característicos possui, seria, ao mesmo tempo, dizer o que ele não é, negando todas as outras características. Sendo assim, a concepção de identidade não seria dada, mas construída discursivamente de forma oposta ao que algo *é* ou *não é*. Falar em *Americanos, Europeus, bárbaros* ou *subdesenvolvidos* é constituir uma série de identidades arroladas ao que, por outro lado, seria o *não-Americano, não-Europeu, civilizado* e *desenvolvido*. Ou seja, há uma relação entre o discurso e o não-discurso. Nesse sentido é que os conceitos de identidade elaborados discursivamente e que orientam a política externa de uma nação implicam sempre em articular o *self* e uma série de *others*. Discursos de segurança, por exemplo, explica Hansen (2006), seriam elaborados tendo em vista o *self* nacional como sendo diferente do outro que ofereça um possível risco. No entanto, não apenas as questões identitárias serviriam como base para se construir o *other*: questões geográficas, tribais, terroristas, mulheres ou qualquer outra característica que denote diferença pode servir como base para se justificar uma questão de segurança.¹³³

¹³¹ Texto original em inglês: Foreign Policy serves to *reproduce* the constitution of identity made possible by 'foreign policy' and to *contain* challenges to the identity which results.

¹³² Texto original em inglês: Poststructuralism's focus on discourses as articulated in written and spoken text calls in addition for particular attention to the methodology of reading (how are identities identified within foreign policy texts and how should the relationship between opposing discourses be studied?) and the methodology of textual selection (which forums and types of text should be chosen and how many should be included?).

¹³³ Para exemplificar, Hansen (2006) ilustra a construção identitária da mulher durante o séc. XIX. Através de uma série de signos e elementos discursivos é que se chegou a uma diferenciação que seria capaz de mostrar as diferenças entre o homem e a mulher pelas suas características identitárias. A mulher seria inferior ao homem, emocional, enquanto o homem seria racional; seria materna, enquanto o homem intelectual. O homem

A análise proposta por Hansen (2006) nos leva a criticar o pensamento de autores construtivistas como Wendt, que entende ser a identidade algo passível de posse. Para o construtivismo, os Estados possuem características identitárias dadas, anteriores à sua ação. No entanto, para o pós-estruturalismo, o sentido é inverso: o comportamento democrático de um ator político, por exemplo, não forma sua identidade como democrata, mas seria causada por ela. Os fatores ideacionais é que exercem influência sobre o comportamento (HANSEN, 2006). Daí resulta o entendimento de que o comportamento destes não seria dado de forma racional, mas moldado mediante o aporte discursivo e as características em que ele está inserido. Ao citar Waever, Hansen (2006) afirma: “*Estados não possuem identidades que operem longe das práticas discursivas e da linguagem como um sistema de referenciais, [...] identidades sempre serão construídas através de processos de diferenciação e vínculos*”¹³⁴ (HANSEN, 2006, p. 21, tradução nossa; WAEVER, 2002).

David Campbell (1998a, 1998b) também analisa o entrecruzamento entre política externa e a formação da identidade estatal. Para o autor, as identidades dos Estados nunca são dadas, mas reproduzidas em relação com outros Estados mediante a repetição constante de suas práticas e códigos, que acabam por conferir um sentido às mesmas. Nessa visão, o Estado não existe fora de suas práticas que acabam gerando sua própria identidade. Em outras palavras, Estados e suas identidades são mutuamente constituídos. Sendo assim, a identidade estatal nunca se esgota, nunca termina, mas deve sempre ser considerada como um: “*trabalho em progresso*”¹³⁵ (PEPOLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 68, tradução nossa).

As práticas estatais e sua produção em relação a identidade buscam afirmar uma clara diferença em relação aos demais. A política externa, mediante suas práticas de diferenciação, implica um confronto entre o *self* e o *other* (abrangendo tanto questões positivas, quando as práticas se assemelham, quanto negativas, quando se repelem). Nesses termos, a política externa atua em nome de quem a opera, e depende dos discursos de medo e perigo que são construídos (CAMPBELL, 1998a).

O perigo é mais do que um limite espacial demarcado; ele é construído mediante um fechamento em torno da comunidade que supostamente é ameaçada. A relação entre o que

seria apto para a política, enquanto à mulher caberia cuidar de assuntos caseiros. A autora, no entanto, lembra que os significados atribuídos a ambos não foram dados, mas construídos através das práticas linguísticas que colocaram o homem em uma posição privilegiada em detrimento da mulher, que ocuparia um cargo inferior. A construção discursiva da mulher durante o séc. XIX era, portanto, negativa, e o oposto materializado através do homem, necessitaria de características positivas para justificar a diferenciação.

¹³⁴ Texto original em inglês: States do not have identities operating underneath discursive articulations and as language is a referential system, identities will always be constructed through processes of differentiation and linking.

¹³⁵ Texto original em inglês: work in progress.

“nós” somos traz um sentimento intrínseco acerca do que “nós” devemos temer. Ou seja, há uma série de valores morais implícitos nessa relação espacial. A construção do espaço social surge das práticas de diferenciação que são associadas a um determinado local. A noção de soberania estatal, nesses termos, excede a divisão geográfica simples: ela resulta de espaços morais divergentes. Em outras palavras, a relação espacial dentro/fora só é possível quando a relação moral superior/inferior sustenta essa relação (CAMPBELL, 1998a).

Considerando que a relação espacial que definirá o que é perigoso do que é seguro é carregada de valores morais intrínsecos, inferimos que as questões identitárias são muito profundas, a ponto de não poderem ser limitadas a uma divisão territorial. Em outras palavras, a linha divisória, caracterizada como um ponto forte da noção de soberania estatal na visão clássica¹³⁶ não é capaz de definir identidades. Elas não se limitam a uma divisão cartesiana. Como tal, a identidade é uma condição que não pode ser catalogada mediante um ponto de origem ou condição que sirva como timoneiro para todas as ações estatais de forma perene. Nas palavras de Campbell (1998a):

A identidade é, portanto, mais do que algo que deriva o seu significado unicamente através de uma posição em contraposição à diferença; a identidade é uma condição profunda, composta por multicamadas, possui textura, e compreende muitas dimensões [...] os ingredientes que compreendem a identidade não podem ser reduzidos a qualquer fonte única espacial ou temporal¹³⁷ (CAMPBELL, 1998a, p. 74, tradução nossa).

O que Campbell (1998a) quer chamar atenção na relação entre a política externa e a identidade é que ela não seria caracterizada como as ações de um Estado para com os demais, mas como parte de sua própria existência. Não apenas em momentos específicos é que seria explícita qual a política a ser aplicada e em que momento, mas a produção constante de fronteiras e discursos ideológicos já se constitui como política externa, não através de algo pré-definido nem construído episodicamente com o que se objetiva alcançar, mas de forma constante e mutável.¹³⁸

¹³⁶ A visão clássica seria a vertente neorrealista e neoliberal.

¹³⁷ Texto original em inglês: Identity is therefore more than something which derives its meaning solely from being positioned in contradistinction to difference; identity is a condition that has depth, is multi-layered, possesses texture, and comprises many dimensions [...] ingredients that comprise a settled identity cannot be reduced to any single spatial or temporal source.

¹³⁸ Ao transpor essa afirmação para o caso norte-americano, por exemplo, Campbell (1998a) explica que, historicamente, a identidade americana foi construída sempre através de algo a que se deva temer: nativos, coroa britânica, espanhóis, mexicanos, comunistas e traficantes de drogas. Diferentes perigos em diferentes ocasiões permitiram a criação de conceitos característicos dos americanos como contrapartida ao que eles não seriam; ao invés de comunistas, traficantes e bárbaros, seriam brancos, livres, puritanos, cristãos e democráticos

4 A CONSTRUÇÃO DO ‘INIMIGO’ DURANTE OS GOVERNOS DE GEORGE W. BUSH (2001-2008)

*A América foi alvo do ataque porque nós somos o farol mais brilhante para a liberdade e oportunidade no mundo*¹³⁹ (BUSH, 2001a, tradução nossa).

*Nós estamos em guerra Dick [Cheney] e nós vamos encontrar quem fez isso e vamos chutar a bunda deles*¹⁴⁰ (BUSH, 2001b, tradução nossa).

Este último capítulo é dedicado a uma análise dos discursos do ex-presidente George W. Bush (2001-2009) e sua relação com a construção do ‘inimigo’. Na primeira parte, apresento o modelo analítico da pesquisa, revelando a importância que a metodologia de pesquisa tem para a abordagem pós-estruturalista. Também levanto três pontos fundamentais para uma pesquisa discursiva com aporte pós-estruturalista: (1) estabilidade e instabilidade das estruturas; (2) impossibilidade de fixação conceitual; e (3) a questão da autoria. Na segunda parte analiso como os discursos anteriores ao 11 de setembro de 2001 caracterizavam o ‘inimigo’. Essa breve análise é importante para entendermos as mudanças ocorridas quando os atentados vieram. Na terceira parte, analiso os discursos posteriores ao 11/9 divididos em quatro pilares que percorreram todo o mandato de Bush: (1) o terrorismo e a construção identitária dos terroristas, (2) a democracia como aspiração universal; (3) a narrativa a respeito de Saddam Hussein e Osama bin Laden; e (4) o perigo das armas de destruição em massa.

4.1 Os discursos de Bush e a abordagem pós-estruturalista

Início este tópico lembrando o fato de que uma abordagem pós-estruturalista não concebe a validade de uma afirmação mediante a interpretação vinculada a uma realidade material. Sobre isto, o próprio Jacques Derrida já demonstrara, em sua crítica ao ‘logocentrismo’, que a concepção tradicional do ‘real’ está sempre carregada de um valor hierárquico. Sendo assim, aquilo que chamamos de interpretação da realidade acaba sendo a própria realidade em si.

Isto, no entanto, não nos deve levar a considerar a ausência de métodos em relação aos trabalhos de pesquisa. Ao contrário, justamente por isso há necessidade de um rigor ainda maior. Quanto maior a relativização dos fatos, maior cuidado é levado em relação às análises,

¹³⁹ Texto original em inglês: America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world.

¹⁴⁰ Texto original em inglês: We're at war Dick and we're going to find out who did this and we're going to kick their ass.

uma vez que estamos lidando com aspectos subjetivos, ao passo que elas nunca são consenso por parte dos analistas acadêmicos.

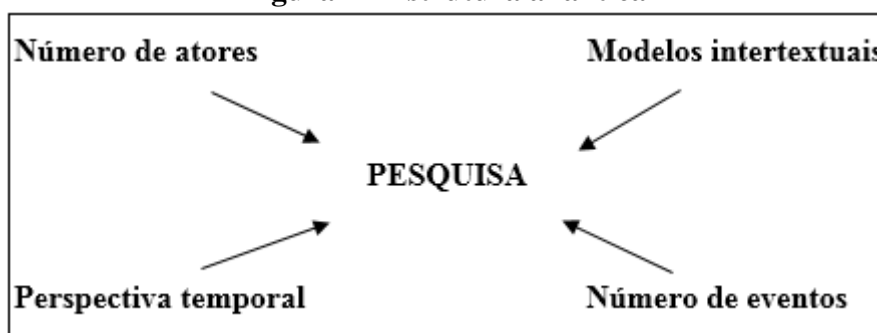
Ainda sobre a questão metodológica deste trabalho, é importante ressaltar, em consonância com a teoria pós-estruturalista, que a análise de discurso é o instrumento analítico por excelência de uma abordagem pós-estruturalista. Nesses termos, a análise de discurso não é meramente uma alternativa metodológica, mas a única opção plausível para se compreender o mundo por intermédio deste paradigma. Convém lembrar que, a despeito de a análise de discurso ser dividida em três diferentes tipos de abordagem, no caso de uma análise pós-estruturalista, mobilizaremos a AD-3, já explanada anteriormente no tópico sobre análise de discurso (tópico 2.2.6).

Hansen (2006), ao concordar e reafirmar a centralidade do discurso, fornece um aporte analítico que pode ser utilizado por qualquer pesquisa, sobretudo aquelas em que o discurso seja relevante, como no caso desta pesquisa. Em suma, embora a metodologia seja essencialmente a análise de discurso, o aporte fornecido pela autora é útil e passível de utilização nesta pesquisa. A autora propõe quatro pontos que podem ser definidos em relação a um modelo de análise textual, a saber:

- 1) **Número de atores** - Trata do número de agentes envolvidos na análise. Pode ser: a) único ator; b) comparativo, quando mais de um agente tem seus discursos analisados; e c) encontro discursivo de identidades.
- 2) **Modelos intertextuais** - Trata da seleção de textos que serão utilizados. Podem ser: a) discursos oficiais (órgãos de estado, agências, ou diretamente pelos próprios autores); b) debate político amplo (partidos políticos, mídia, corporações); c) representações culturais; e d) discursos políticos marginais.
- 3) **Perspectiva temporal** - O discurso pode ter três perspectivas: a) evento específico ou período; b) momentos distintos para serem comparados; c) desdobramento histórico, analisando como um evento progrediu.
- 4) **Número de eventos** - Eventos abordados pelo discurso. Podem ser: a) evento único; b) múltiplos eventos; c) eventos múltiplos que se desdobram ao longo do tempo.

Transpondo o modelo analítico de Hansen (2006) teríamos o seguinte:

Figura 4 - Estrutura analítica



Fonte: Adaptado de HANSEN, 2006, p. 67.

Ao serem aplicados para este estudo, podemos classifica-lo da seguinte maneira: em primeiro lugar, o número de atores será unitário, ou seja, analisaremos basicamente os discursos de Bush e sua relação com a construção do inimigo.

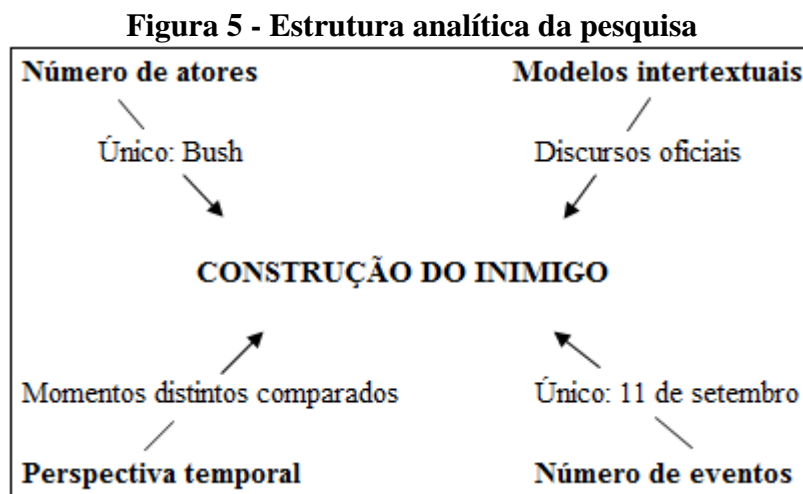
Quanto aos modelos intertextuais, optamos pelo estudo dos discursos oficiais. O governo norte-americano disponibiliza todos os discursos presidenciais, de modo que fizemos um levantamento dos que estão em consonância com o que pretendemos pesquisar. O contexto histórico, bem como as reações, positivas ou negativas em relação a eles não serão levadas em consideração. Para o pós-estruturalismo, o que se chama de 'contexto' também foi discursivamente criado. Além disso, contextualizar é estruturar e acarretar, naturalmente, uma relação de causa e efeito, ou seja, determinado evento ocorreu pelo contexto predecessor que o permitiu. Esse pressuposto é excluído de uma análise desconstrutivista, bem como a insistência em significados ontológicos das coisas. Em concordância com o pós-estruturalismo, que entende o discurso possuir sua própria lógica e coerência argumentativa, consideramos que o discurso seja autossuficiente para esta análise.

A respeito da perspectiva temporal, optamos por momento distintos para serem comparados: discursos proferidos antes e depois do 11 de setembro de 2001. Essa relação nos é importante para verificarmos se houve uma continuidade ou mudança em relação aos elementos discursivos utilizados para caracterizar o inimigo.

Finalmente, em relação ao número de eventos, o 11 de setembro de 2001 foi escolhido como referência para a análise discursiva. A importância deste evento como divisor de águas nos leva a encaixa-lo plenamente em nossa análise. Lene Hansen (2006), a respeito dos eventos-chave explica: “O termo ‘eventos-chave’ refere-se àquelas situações em que ‘fatos importantes’ se manifestam sobre a política e/ou a agenda da mídia e influenciam a constelação oficial

identidade-política ou forçam o discurso oficial a se envolver com a oposição política e a crítica da mídia”¹⁴¹ (HANSEN, 2006, p. 28, tradução nossa).

Tendo em vista o modelo proposto por Hansen (2006), ao aplicarmos à nossa pesquisa em relação aos quatro elementos levantados pela autora, teríamos o seguinte:



Fonte: Adaptado de HANSEN, 2006, p. 73.

A respeito da análise de discurso que se pretende fazer, é ainda relevante destacarmos três elementos: (1) estabilidade e instabilidade das estruturas; (2) ausência de fixação conceitual; e (3) a questão da autoria. A relevância desses pontos para o pós-estruturalismo já foi discutida, em especial no cap.2, de modo que não nos alongaremos nesta explanação. Em suma, no primeiro ponto, Derrida (1973a) explica que, apesar de os discursos se sustentarem através de uma estrutura lógica, elas apenas se sustentam, permanecem estáveis, quando há o apagamento de suas instabilidades. O excesso de repetição é justamente o que permite transparecer as contradições e instabilidades outrora não notadas. Nesses termos, quanto mais determinado tema se aproxima do centro da agenda política, mais repetições são encontradas sobre este tema, e mais visível se torna as contradições. O mesmo pode ser aplicado no sentido oposto: quanto menos relevante é determinado tema na agenda política, mais periférico se torna e mais ausente de repetição o mesmo é dotado.

No segundo ponto, Derrida já concordara com Nietzsche (2008) quando afirmou: “[...] apenas o que não tem história pode ser passível de uma definição”¹⁴² (NIETZSCHE, 2008, p. 53, tradução nossa). Nesta perspectiva, qualquer tentativa de se definir fenômenos, e até mesmo

¹⁴¹ Texto original em inglês: The term ‘key events’ refers to those situations where ‘important facts’ manifest themselves on the political and/or the media agenda and influence the official policy-identity constellation or force the official discourse to engage with political opposition and media criticism.

¹⁴² Texto original em inglês: [...] only something which has no history can be defined.

conceitos, estaria fadada ao fracasso, pois não há correlação automática entre o significante e a suposta realidade. Essa relação é ilusória e representativa. Definições de terrorismo, por exemplo, estão sempre abertas a novas definições, pois o seu sentido nunca se completa em si mesmo.

No terceiro ponto, temos uma crítica ao ‘logocentrismo’. Para o positivismo, o autor representa uma presença pura, um fator material que ratifica a existência de algo como produtor e responsável pelos textos. Para o pós-estruturalismo, a questão da autoria é apenas um elemento unificador, e não final. Características pessoais de quem emite o discurso são irrelevantes para este estudo, pois não há separação entre o discurso de quem o emite. Se o discurso é a própria realidade, ele não pode ser visto separado ou em outra instância por parte de quem o emitiu. Isto significa que, para o pós-estruturalismo, não importa se foi Bush quem escreveu os discursos. Tendo sido ele o emissor, o mesmo torna-se responsável pelo discurso, ao passo que a autoria recebe lugar secundário.

4.2 A construção do ‘inimigo’ nos discursos de Bush

Conforme discutido no tópico anterior, os eventos-chave são relevantes para uma análise por permitirem mostrar como os discursos foram adaptados antes e depois de tal evento (HANSEN, 2006). No caso desta pesquisa, consideraremos o 11 de setembro de 2001 como um evento-chave para analisarmos a construção do ‘inimigo’ nos discursos do ex-presidente Bush

Em primeiro lugar, contudo, é importante destacarmos o fato de que Bush foi presidente entre 2001-2009. O fato de os atentados terroristas terem ocorrido logo no primeiro ano do seu mandato nos oferece muito mais elementos discursivos sobre temas como terrorismo, armas de destruição em massa (ADM) e democracia posteriores ao 11/9 do que antes.

4.2.1 A caracterização do ‘inimigo’ antes do 11 de setembro

A análise dos discursos anteriores ao 11 de setembro nos mostrou que, em termos de caracterização do inimigo, já havia uma preocupação por parte do ex-presidente com alguns elementos. Todavia, a potencialização destes se restringia mais a uma preocupação e prevenção a futuras ameaças do que com um perigo real. Nesse sentido, é importante destacar que os principais elementos em questões de segurança pairavam sobre: (1) a proteção contra possíveis ataques terroristas; e (2) a preocupação com as armas de destruição em massa, conforme mostram os discursos a seguir:

Eu estou aqui hoje com uma mensagem para os aliados dos EUA. Nós cooperaremos neste trabalho pela paz. [...]. Por causa da América, a OTAN e os nossos aliados tornaram o mundo mais seguro, nós temos uma oportunidade hoje como tiveram poucas nações na história, de preparar o futuro, de pensar o novo. [...]. **Nós não temos nenhuma prioridade mais elevada que não seja a defesa do nosso povo contra ataques terroristas.** Para ter sucesso nisto, a América sabe que tem que trabalhar com nossos aliados. [...]. Primeiro, devemos preparar nossas nações contra os perigos de uma nova era. **A grave ameaça das armas nucleares, biológicas e químicas não desapareceu com a Guerra Fria.** Ele evoluiu para muitas ameaças separadas, algumas delas mais difíceis de ver e responder. E os adversários que procuram essas ferramentas de terror são menos previsíveis e mais diversificada. Com o avanço tecnológico, temos de enfrentar as ameaças que vêm com mísseis. Com inteligência compartilhada e de execução, devemos enfrentar as ameaças que vêm transportadas em um container de navio ou numa mala¹⁴³ (BUSH, 2001c, tradução nossa, grifo nosso).

Os Estados Unidos e a União Soviética foram trancados em uma rivalidade hostil. A União Soviética era o nosso inimigo inquestionável; uma ameaça fortemente armada contra a liberdade e a democracia. [...]. Hoje, o sol surge em um mundo muito diferente. [...]. A Rússia de hoje não é a União Soviética de ontem. Seu governo não é mais comunista. O seu presidente é eleito. A Rússia de hoje não é nosso inimigo [...]¹⁴⁴ (BUSH, 2001d, tradução nossa).

Quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait em 1990, o mundo uniu forças para transformá-lo de volta. Mas a comunidade internacional teria enfrentado uma situação muito diferente se Hussein tivesse sido capaz de chantagear com armas nucleares. Como Saddam Hussein, alguns dos tiranos de hoje estão tomados por um ódio implacável contra os Estados Unidos da América. Eles odeiam os nossos amigos, eles odeiam os nossos valores, eles odeiam a democracia e a liberdade individual. Muitos poucos se importam com a vida de seu próprio povo. Em tal mundo, a dissuasão da Guerra Fria já não é suficiente¹⁴⁵ (BUSH, 2001d, tradução nossa).

Nós vamos combater as armas de destruição em massa, de modo que um novo século seja poupado de novos horrores. [...]. Os inimigos da liberdade e de nosso país não devem errar [...]¹⁴⁶ (BUSH, 2001e, tradução nossa).

¹⁴³ Texto original em inglês: I'm here today with a message for America's allies. We will cooperate in the work of peace. [...]. Because America, NATO and our allies have made the world more secure, we have an opportunity today given to few nations in history, to prepare for the future, to think anew. [...]. We have no higher priority than the defense of our people against terrorist attack. To succeed, America knows we must work with our allies. [...]. First, we must prepare our nations against the dangers of a new era. The grave threat from nuclear, biological and chemical weapons has not gone away with the Cold War. It has evolved into many separate threats, some of them harder to see and harder to answer. And the adversaries seeking these tools of terror are less predictable, more diverse. With advance technology, we must confront the threats that come on a missile. With shared intelligence and enforcement, we must confront the threats that come in a shipping container or in a suitcase.

¹⁴⁴ Texto original em inglês: The United States and the Soviet Union were locked in a hostile rivalry. The Soviet Union was our unquestioned enemy; a highly-armed threat to freedom and democracy. [...]. Today, the sun comes up on a vastly different world. The Wall is gone, and so is the Soviet Union. Today's Russia is not yesterday's Soviet Union. Its government is no longer Communist. Its president is elected. Today's Russia is not our enemy [...].

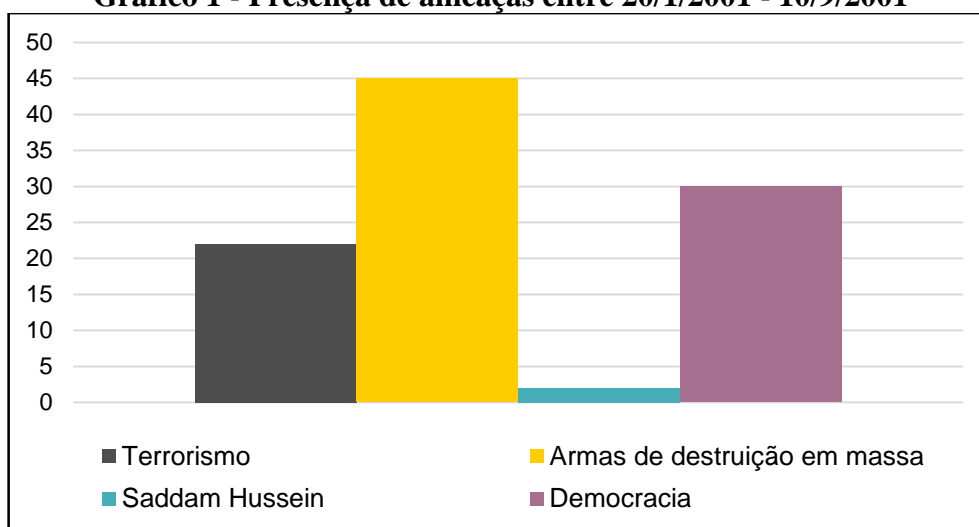
¹⁴⁵ Texto original em inglês: When Saddam Hussein invaded Kuwait in 1990, the world joined forces to turn him back. But the international community would have faced a very different situation had Hussein been able to blackmail with nuclear weapons. Like Saddam Hussein, some of today's tyrants are gripped by an implacable hatred of the United States of America. They hate our friends, they hate our values, they hate democracy and freedom and individual liberty. Many care little for the lives of their own people. In such a world, Cold War deterrence is no longer enough.

¹⁴⁶ Texto original em inglês: We will confront weapons of mass destruction, so that a new century is spared new horrors. [...]. The enemies of liberty and our country should make no mistake [...].

Nota-se que já havia uma clara preocupação por parte de Bush com as armas de destruição em massa, porém o maior temor, em questões de segurança, era com possíveis ataques terroristas, conforme afirmou o ex-presidente: *“Nós não temos nenhuma prioridade mais elevada que não seja a defesa do nosso povo contra ataques terroristas”*¹⁴⁷ (BUSH, 2001c, tradução nossa, grifo nosso).

Apesar da relevância dada ao terrorismo, a representação gráfica (gráfico 1) nos mostra que outros temas como armas de destruição em massa e o papel da democracia também permeavam os discursos em questões de segurança, chegando até mesmo a serem mais citados em seus discursos do que o terrorismo. De janeiro de 2001 até 10 de setembro de 2001, um dia antes dos ataques às torres gêmeas, analisamos 73 discursos para verificarmos, por meio de uma análise quantitativa, a aparição desses elementos nos discursos de Bush. No caso do terrorismo, expandimos a seleção para sinônimos do termo que estejam de acordo com o contexto analisado (ex. atos de terror, grupos terroristas, terroristas). Já no caso das armas de destruição em massa, efetuamos a mesma análise (ex. armas químicas, armas biológicas, armas nucleares). No caso de Saddam Hussein, embora praticamente não tenha havido referência, a presença deste elemento será importante quando compararmos com os discursos posteriores para verificarmos se houve uma continuidade ou mudança narrativa. E, finalmente, no caso da democracia, o ex-presidente procurava sempre reforçar que ela seria imprescindível para que qualquer nação alcance uma paz duradoura e combata ataques terroristas e o surgimento de governos autoritários e antidemocráticos. Em outras palavras, a democracia é incompatível com o terrorismo e governos tirânicos. O gráfico 1 resume os pontos discutidos.

Gráfico 1 - Presença de ameaças entre 20/1/2001 - 10/9/2001

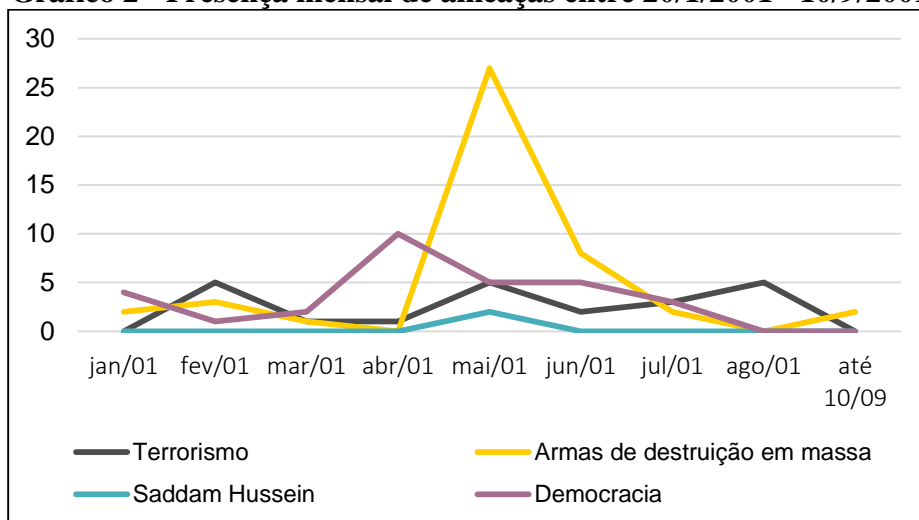


Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos discursos de Bush entre 20/1/2001 - 10/9/2001

¹⁴⁷ Texto original em inglês: We have no higher priority than the defense of our people against terrorist attack.

O gráfico 1 ilustra a explanação anterior revelando a presença dos principais elementos de segurança no período analisado. Já o gráfico 2 nos detalha como cada elemento se comportou ao longo dos meses, até antes do 11 de setembro.

Gráfico 2 - Presença mensal de ameaças entre 20/1/2001 - 10/9/2001



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos discursos de Bush entre 20/1/2001 - 10/9/2001

É interessante notar que, embora todos os elementos se façam representar nos discursos, o gráfico 2 ilustra a importância dada por Bush ao combate às armas de destruição em massa nos primeiros meses de seu mandato, sobretudo destacando a grande quantidade desse elemento nos meses de maio e junho de 2001. O discurso de 1 de maio de 2001, onde se encontra a maior parte das citações sobre o assunto, revela que Bush buscava fazer um ligação entre a Guerra Fria e o seu governo. Para ele, esse período havia sido o mais profícuo na proliferação das armas, o que poderia ocorrer novamente caso os EUA e seus aliados não buscassem impedir um retorno ao passado. Nota-se, com isso, que esse elemento é relevante na caracterização do inimigo antes mesmo do 11 de setembro.

A segurança dos Estados Unidos e da União Soviética foi baseada em uma premissa sombria: que **nenhum lado poderia disparar armas nucleares para o outro**, porque isso significaria o fim de ambas as nações. [...]. **Naquele mundo, poucas outras nações tinham armas nucleares** e a maioria daqueles que possuíam eram aliados responsáveis, como a Grã-Bretanha e a França. **Nós nos preocupávamos com a proliferação de armas nucleares para outros países, mas a maioria era uma ameaça distante, ainda não era uma realidade.** [...]. O mais preocupante de tudo, a lista desses países inclui alguns dos estados menos responsáveis do mundo. Ao contrário da Guerra Fria, a ameaça mais urgente de hoje não decorre de milhares de mísseis balísticos nas mãos dos soviéticos, mas a partir de um pequeno número de mísseis nas mãos desses estados, para quem terror e chantagem são um modo de vida. **Eles [terroristas] buscam armas de destruição em massa para intimidar seus vizinhos, e para manter os Estados Unidos e outras nações responsáveis por ajudar aliados e amigos em partes estratégicas do mundo.** [...]. O mundo de hoje

exige uma nova política, uma ampla e ativa estratégia de não-proliferação, e defesas. Temos de trabalhar em conjunto com outras nações que pensam como nós, e negar aos que pretendem adquiri-la. Temos de trabalhar com aliados e amigos que desejam se juntar a nós para se defender contra os danos que podem causar. E, juntos, devemos impedir qualquer um seja contemplado com a sua utilização. [...]. Este novo quadro deve encorajar ainda novas reduções nas armas nucleares. **As armas nucleares ainda têm um papel vital a desempenhar na nossa segurança e na dos nossos aliados.** Nós podemos, e vamos mudar o tamanho, a composição, a natureza de nossas forças nucleares de uma forma que reflita a realidade de que a Guerra Fria acabou. [...]. **Eu já deixei claro desde o início que eu iria consultar estreitamente sobre este importante tema com nossos amigos e aliados que também estão ameaçados por mísseis e armas de destruição em massa**¹⁴⁸ (BUSH, 2001d, tradução nossa, grifo nosso).

Tanto o gráfico 1 quanto o gráfico 2 nos mostram que, com o advento dos ataques terroristas em 11 de setembro, o ex-presidente já possuía certa legitimidade para lidar com temas como terrorismo e armas de destruição em massa. No entanto, analisaremos se houve uma continuidade em temas periféricos, como no caso de Saddam Hussein, e se a importância da democracia passou a ser mobilizada de forma mais intensa em questões de segurança.

4.3 A caracterização do ‘inimigo’ após o 11 de setembro

Para este tópico, faz-se necessário informar que as categorias analisadas serão as mesmas elencadas antes dos atentados, a saber: (1) terrorismo; (2) democracia; (3) Saddam Hussein; e (4) armas de destruição em massa. Os discursos analisados anteriormente serão importantes para verificarmos se houve uma continuidade ou ruptura nesses elementos. Por fim, dedicaremos um subtópico comparando essas categorias antes e depois do 11 de setembro.

¹⁴⁸ Texto original em inglês: Security of both the United States and the Soviet Union was based on a grim premise: that neither side would fire nuclear weapons at each other, because doing so would mean the end of both nations. [...]. In that world, few other nations had nuclear weapons and most of those who did were responsible allies, such as Britain and France. We worried about the proliferation of nuclear weapons to other countries, but it was mostly a distant threat, not yet a reality. [...]. Most troubling of all, the list of these countries includes some of the world's least-responsible states. Unlike the Cold War, today's most urgent threat stems not from thousands of ballistic missiles in the Soviet hands, but from a small number of missiles in the hands of these states, states for whom terror and blackmail are a way of life. They seek weapons of mass destruction to intimidate their neighbors, and to keep the United States and other responsible nations from helping allies and friends in strategic parts of the world. [...]. Today's world requires a new policy, a broad strategy of active nonproliferation, counterproliferation and defenses. We must work together with other like-minded nations to deny weapons of terror from those seeking to acquire them. We must work with allies and friends who wish to join with us to defend against the harm they can inflict. And together we must deter anyone who would contemplate their use. [...]. This new framework must encourage still further cuts in nuclear weapons. Nuclear weapons still have a vital role to play in our security and that of our allies. We can, and will, change the size, the composition, the character of our nuclear forces in a way that reflects the reality that the Cold War is over. [...]. I've made it clear from the very beginning that I would consult closely on the important subject with our friends and allies who are also threatened by missiles and weapons of mass destruction.

4.3.1 O terrorismo e a construção identitária dos terroristas: *self* e *other*

A centralidade do terrorismo nos discursos de Bush se constitui no principal elemento de construção do inimigo que permeou seus discursos após o 11 de setembro. Quatro categorias em relação ao terrorismo foram verificadas, e é em torno delas que sequenciamos este tópico: (1) a distinção entre ameaça/perigo real; (2) ato terrorista como ato de guerra; (3) a indefinição do inimigo; e (4) o contraponto aos valores americanos.

Já discutimos que mesmo antes dos atentados havia uma preocupação com a possibilidade de ataques terroristas contra os Estados Unidos (tópico 4.2.1), mas após o evento esse elemento se potencializou e tomou forma, sofrendo uma drástica mudança. O que antes era apenas uma ameaça passou a ser considerado um perigo real, podendo estar em qualquer lugar, e de forma constante investir contra os Estados Unidos.

Os atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001 foram, a princípio, considerados por Bush como atos terroristas, atos de terror, ataques terroristas, atos malignos. No entanto, pouco tempo depois dos ataques houve uma mudança discursiva, e o que antes era um ato de terror passou a ser um ato de guerra. Os discursos a seguir destacam essa mudança:

Hoje, os nossos concidadãos, o nosso modo de vida, a nossa própria liberdade foi atacada em uma série de atos terroristas deliberados e mortais [...] **atos de terror** [...] **ataques terroristas** [...] **atos malignos** [...] ¹⁴⁹ (BUSH, 2001f, tradução nossa, grifo nosso).

Foram atos de guerra [...] **uma luta do bem contra o mal** [...]. Mas nós não permitiremos que este inimigo **ganhe a guerra** ¹⁵⁰ (BUSH, 2001g, tradução nossa, grifo nosso).

Contudo, é importante ressaltar que, em princípio, a guerra ocorre em âmbito estatal, ou seja, guerra é contra Estados. ¹⁵¹ Os discursos de Bush, no entanto, revelam uma relativização desse pressuposto. O que a princípio era um ato de terror/terrorista, não tardou a ser considerado um ato de guerra, mais do que terrorista, mesmo o inimigo não se tratando de um Estado.

¹⁴⁹ Texto original em inglês: Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts [...] acts of terror [...] terrorist attacks [...] evil acts. Este discurso data de 11 de setembro de 2001, mesmo dia dos ataques.

¹⁵⁰ Texto original em inglês: [...] acts of war [...] struggle of good versus evil [...]. But we will not allow this enemy to win the war. Este discurso data de 11 de setembro de 2001, mesmo dia dos ataques.

¹⁵¹ Silberstein (2002) reforça este entendimento, e explica que é necessária uma análise discursiva para se entender essa mudança narrativa. Assim diz a autora: “Esse evento foi denominado primeiro um ato de “terror” e, em seguida, tornou-se um ato de “guerra”. “Atos de guerra” são normalmente retribuídos com outros “atos da guerra” - mas guerra contra quem? Para fazer essas perguntas é necessário fazer uma análise linguística crítica do 11/9, para perguntar como a linguagem pode ser empregada para unir a política nacional num senso comum” (SILBERSTEIN, 2002, p. xi, tradução nossa).

A guerra tem sido travada contra nós [...]¹⁵² (BUSH, 2001h, tradução nossa, grifo nosso).

Nós estamos em guerra. Esse tem sido um ato de guerra declarado contra a América pelos terroristas, e nós responderemos de acordo. [...]. Mas essas pessoas **declararam guerra contra nós** e nós faremos o que for preciso para termos certeza que estamos a salvo internamente¹⁵³ (BUSH, 2001i, tradução nossa, grifo nosso).

Os ataques deliberados e mortais que foram realizados ontem contra nosso país foram mais do que atos de terror. **Foram atos de guerra**¹⁵⁴ (BUSH, 2001j, Tradução nossa, grifo nosso).

Ao criar um contexto de guerra, os discursos de Bush construíram a relação amigo/inimigo para justificar o clima bélico criado e contra quem os Estados Unidos estariam empregando forças. Nesse sentido é que o ‘novo inimigo’ é citado, criando um ambiente favorável aos EUA e suas ações: *“A segurança da América também enfrenta uma nova ameaça, que é a ameaça do terror”*¹⁵⁵ (BUSH, 2001s, tradução nossa, grifo nosso). Tendo os Estados Unidos como capazes de delimitar quem e onde está o inimigo, é que o ex-presidente Bush relativiza a objetividade de algo a ser combatido, podendo estar em qualquer lugar e se materializar das mais diversas formas, conforme afirma no documento National Strategy for Combating Terrorism (NSCT):¹⁵⁶ *“O inimigo não é uma pessoa. Não é um único regime político. Certamente não é uma religião. O inimigo é o terrorismo [...]”*¹⁵⁷ (NSCT, 2003, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Em outro documento publicado em 2002, o National Security Strategy (NSS), Bush reforça essa característica e o fato de haver uma obscuridade em relação ao tipo de inimigo que deveria ser combatido. Enquanto no passado ele se apresentava de forma direta, o novo momento exigia cautela, porém, ações precisas e orquestradas para se identificar e punir aqueles que estariam trazendo o caos. Assim diz um trecho do documento:

Defender nossa nação contra seus inimigos é o primeiro e fundamental compromisso do Governo Federal. **Hoje, essa tarefa mudou dramaticamente. Inimigos no passado precisavam de grandes exércitos e grandes capacidades industriais para**

¹⁵² Texto original em inglês: War has been waged against us by stealth and deceit and murder.

¹⁵³ Texto original em inglês: We’re at war. It has been an act of war declared upon America by terrorists, and we will respond accordingly. [...]. But these people have declared war on us and we will do whatever it takes to make sure that we’re safe internally.

¹⁵⁴ Texto original em inglês: The deliberate and deadly attacks which were carried out yesterday against our country were more than acts of terror. They were acts of war.

¹⁵⁵ Texto original em inglês: The safety and security of America also faces a new threat, and that is the threat of terror.

¹⁵⁶ A National Strategy for Combating Terrorism (Estratégia Nacional para Combate ao Terrorismo) foi um documento publicado pelo governo federal norte-americano em 2003 no intuito de definir os parâmetros a serem utilizados pelos Estados Unidos no combate ao “terrorismo”.

¹⁵⁷ The enemy is not one person. It is not a single political regime. Certainly it is not a religion. The enemy is terrorism [...].

pôr a América em perigo. Agora, redes sombrias dos indivíduos podem trazer grande caos e sofrimento para as nossas costas por menos do que custa para comprar um único tanque. Os terroristas estão organizados para penetrar sociedades abertas e para transformar o poder das tecnologias modernas contra nós¹⁵⁸ (NATIONAL..., 2002, p. [1], tradução nossa, grifo nosso).

Bush entendia que os ataques ao WTC e ao Pentágono, embora não tivessem sido reivindicados em sua autoria por algum Estado, partiram de um inimigo, sem face, que personificava o mal. E contra esse mal, os EUA iniciariam um ‘novo tipo de guerra’: a guerra contra o terrorismo. Assim afirmou Bush: *“A liberdade foi atacada esta manhã por um covarde sem face, e a liberdade será defendida. Não se enganem: os Estados Unidos vão caçar e punir os responsáveis por esses atos covardes”*¹⁵⁹ (BUSH, 2001o, tradução nossa, grifo nosso).

E no intuito de delimitar e enquadrar quem seriam os responsáveis pelos ataques, Bush define as características que seriam naturais dos ‘terroristas’ em contrapartida ao que seria dos americanos. Essas características se mantiveram desde o 11 de setembro até o final do seu mandato, revelando uma estabilidade identitária em relação aos terroristas. Nessa construção do *self*, alguns elementos são importantes destacar: (1) como uma verdadeira comunidade imaginada,¹⁶⁰ Bush afirma constantemente haver uma união do povo americano contra os terroristas. A unidade nacional seria natural, pois as características americanas naturalmente destoariam das terroristas; (2) há um constante reforço das qualidades americanas: liberdade, bondade, equilíbrio, pacifismo, racionalidade e unidade, em contrapartida aos terroristas, que seriam opostas aos americanos; e (3) por diversas vezes Bush afirma ser tamanha a diferença entre ambos, a ponto de não existir meio-termo: ou se está do lado da América ou com os terroristas.

Toda nação, em toda região, tem agora que tomar uma decisão. **Ou se está conosco, ou se está com os terroristas.** [...]. Deste dia em diante, qualquer país que continue abrigando ou apoiando o terrorismo será considerado pelos Estados Unidos como um regime hostil¹⁶¹ (BUSH, 20011, tradução nossa, grifo nosso).

¹⁵⁸ Defending our Nation against its enemies is the first and fundamental commitment of the Federal Government. Today, that task has changed dramatically. Enemies in the past needed great armies and great industrial capabilities to endanger America. Now, shadowy networks of individuals can bring great chaos and suffering to our shores for less than it costs to purchase a single tank. Terrorists are organized to penetrate open societies and to turn the power of modern technologies against us.

¹⁵⁹ Texto original em inglês: Freedom itself was attacked this morning by a faceless coward, and freedom will be defended [...]. Make no mistake: The United States will hunt down and punish those responsible for these cowardly acts.

¹⁶⁰ O tópico 3.3 explana a respeito das comunidades imaginadas, sobretudo através da obra de Benedict Anderson.

¹⁶¹ Texto original em inglês: Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.

Bush não oferece alternativa intermediária, de modo que nenhuma nação seria neutra nesse processo. Nem mesmo Deus seria neutro nessa guerra.

Nenhuma nação pode ser neutra nesse conflito, pois nenhuma nação civilizada pode estar segura em um mundo ameaçado pelo terror¹⁶² (BUSH, 2001p, tradução nossa, grifo nosso).

Liberdade e medo, justiça e crueldade, sempre estiveram em guerra, **e nós sabemos que Deus não é neutro entre eles**¹⁶³ (BUSH, 2001l, tradução nossa, grifo nosso).

Em seu discurso proferido em 11 de outubro de 2001, Bush também reforça as características positivas dos americanos.

Temos demonstrado grande amor por nosso país, e grande tolerância e respeito por todos os nossos compatriotas. Fiquei impressionado com isso: que em muitas cidades, quando as mulheres cristãs e judaicas descobriram que as mulheres muçulmanas - mulheres cobertas - tinham medo de sair de suas casas sozinhas, que elas foram fazer compras com eles, que eles mostraram a verdadeira amizade e apoio - **um ato que mostra ao mundo a verdadeira natureza da América**. [...]. Um mês após grande sofrimento e tristeza, **a América é forte e determinada e generosa**. Estou honrado em liderar tal país, e eu sei que nós estamos prontos para os desafios futuros. [...]. Esta grande nação, **uma nação amante da liberdade, uma nação compassiva, uma nação que compreende valores da vida**. [...] como posso responder quando vejo que, em alguns países islâmicos há ódio virulento para com a América? Eu vou te dizer como eu respondo: Eu fico espantado. Estou surpreso que exista tal incompreensão do que o nosso país é, por parte das pessoas que nos odeiam. Eu sou, eu sou - como a maioria dos americanos, eu simplesmente não posso acreditar. **Porque eu sei o quão bom somos** [...]. [...] **uma das armas mais verdadeiras que temos contra o terrorismo é mostrar ao mundo a verdadeira força de caráter e bondade do povo americano**¹⁶⁴ (BUSH, 2001m, tradução nossa, grifo nosso).

Nota-se, então, uma representação identitária do *self* e do *other* já discutida anteriormente (cap. 3). Tanto Walker (2013), Campbell (1998a) e Hansen (2006) nos mostram a constante necessidade de separar essa dicotomia no intuito de não se assemelhar ao *other* e,

¹⁶² Texto original em inglês: No nation can be neutral in this conflict, because no civilized nation can be secure in a world threatened by terror.

¹⁶³ Texto original em inglês: Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them.

¹⁶⁴ Texto original em inglês: We've shown great love for our country, and great tolerance and respect for all our countrymen. I was struck by this: that in many cities, when Christian and Jewish women learn that Muslim women - women of cover - were afraid of going out of their homes alone, that they went shopping with them, that they showed true friendship and support - an act that shows the world the true nature of America. [...]. One month after great suffering and sorrow, America is strong and determined and generous. I'm honored to lead such a country, and I know we are ready for the challenges ahead. [...]. this great nation, a freedom-loving nation, a compassionate nation, a nation that understands values of life [...]. [...] how do I respond when I see that in some Islamic countries there is vitriolic hatred for America? I'll tell you how I respond: I'm amazed. I'm amazed that there is such misunderstanding of what our country is about, that people would hate us. I am, I am - like most Americans, I just can't believe it. Because I know how good we are [...]. [...] one of the truest weapons that we have against terrorism is to show the world the true strength of character and kindness of the American people.

com isso, manter estável o *self*, que estabiliza a identidade e aglutina o sentimento das pessoas em torno de um determinado ideal. A relação entre o que “nós” somos implica, por outro lado, um sentimento acerca do que “nós” também devemos temer. Essas variáveis compreendem uma importante análise da identidade nacional, e sua relevância nos serve para ilustrarmos as maneiras como eles (os interesses nacionais) podem ser moldados e definidos em uma perspectiva pós-estruturalista.

A narrativa de Bush ilustra essa dicotomia no caso civilização/barbárie. Enquanto a civilização é associada à cultura, progresso, valores e amor à família, os bárbaros (terroristas) são cruéis, odiosos, assassinos de crianças e criadores de órfãos. Como consequência, os bárbaros (terroristas) acabam sendo caçados e banidos pela civilização; são menos que sub-humanos, são animais. Bush sugere que haveria uma clara linha demarcatória entre civilizados e selvagens, e que os terroristas estão no segundo campo. Mais do que reforçar e traçar uma linha divisória, o objetivo é justificar a necessidade das ações por parte dos americanos na ‘guerra contra o terrorismo’ como algo necessário e inevitável. Em 20 de setembro de 2001, Bush também usou a dicotomia civilização/barbárie em seu discurso no Congresso Nacional: *“Esta não é, no entanto, uma guerra apenas americana. E o que está em jogo não é apenas a liberdade da América. Esta é uma luta mundial. Este é um conflito da civilização. Esta é a guerra de todos que acreditam no progresso e pluralismo, tolerância e liberdade”*¹⁶⁵ (BUSH, 2001l, tradução nossa, grifo nosso). Um mês depois, em 20 de outubro de 2001, em Shanghai, utilizando esses mesmos elementos, Bush afirma que essa guerra era: *“[...] uma guerra para salvar o mundo civilizado”*¹⁶⁶ (BUSH, 2001k, tradução nossa).

Em todo o mundo, as pessoas valorizam suas famílias - e **em nenhum lugar civilizado as pessoas se alegram com o assassinato de crianças ou a criação de órfãos**. Por sua crueldade, os terroristas escolheram viver à margem da humanidade. Por seu ódio, **eles se divorciaram a partir dos valores que definem a civilização**, em si¹⁶⁷ (BUSH, 2001k, tradução nossa, grifo nosso).

A constante repetição dessa dicotomia permitiu que Bush criasse uma separação entre o que seria correto do que seria errado, além de alcançar uma estabilidade discursiva. O objetivo do ex-presidente era mostrar que havia uma clara diferença entre os EUA e aqueles que estariam

¹⁶⁵ Texto original em inglês: This is not, however, just America's fight. And what is at stake is not just America's freedom. This is the world's fight. This is civilization's fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom.

¹⁶⁶ Texto original em inglês: [...] a fight to save the civilized world.

¹⁶⁷ Texto original em inglês: Throughout the world, people value their families -- and nowhere do civilized people rejoice in the murder of children or the creation of orphans. By their cruelty, the terrorists have chosen to live on the margin of mankind. By their hatred, they have divorced themselves from the values that define civilization, itself.

representando o mal e personificando o perigo no mundo. Por diversas vezes, expressões que mostrassem a existência real do mal foram empregadas. Assim, a assimilação das características ruins aos terroristas se tornam fixas e facilmente identificáveis.

É importante notar que a construção do outro não se completa em si mesmo, ou seja, é necessário que o *other* seja diferente do *self*. Se os terroristas são os inimigos a serem combatidos, é necessário que nessa oposição binária as qualidades do povo americano sejam ressaltadas e a dos terroristas inferiorizadas. Com isso, entendemos que a criação da dicotomia *self* e *other* não foi natural devido aos ataques, ou seja, os fatos não falaram por si só, mas foram narrados e interpretados pela perspectiva dos atores. Nesses termos, ainda que em algum momento os EUA tenham que cometer algo parecido com as ações terroristas, a justificativa acaba sendo diferente. Se os terroristas morrem, o motivo é pelo fato de serem ruins, e merecerem, mas se os americanos morrem, seria por um ato de bravura, sacrifício, em favor de uma causa.

Nesta provação, fomos lembrados, e o mundo tem visto, que os **nossos compatriotas americanos são generosos e bondosos, engenhosos e corajosos**. Vemos nosso caráter nacional em equipes de resgate que trabalham em grande exaustão; em longas filas de doadores de sangue; em milhares de cidadãos que pediram para trabalhar e servir de qualquer maneira possível. [...]. **E nós vimos nosso caráter nacional em atos eloquentes de sacrifício**. Dentro do World Trade Center, um homem que poderia ter salvo a si mesmo permaneceu até o final ao lado de seu amigo tetraplégico. Um padre amado morreu ao dar os últimos sacramentos a um bombeiro. Dois trabalhadores de escritório, ao encontrarem um estranho debilitado, levaram-no para baixo sessenta e oito andares em segurança. [...]. **Nestes atos, e em muitos outros, os americanos mostraram um profundo compromisso com o outro, e um amor duradouro para o nosso país**¹⁶⁸ (BUSH, 2001h, tradução nossa, grifo nosso). É difícil expressar a minha gratidão em palavras adequadas para as pessoas que estão dispostas a se sacrificar pela liberdade. [...]. **E eu quero assegurar os entes queridos que os soldados morreram em uma causa que é justa e certa, e que nós vamos prevalecer**. [...]. Vamos usar os recursos de nosso país, todos os recursos de nosso país [...]. Estou satisfeito que estamos obtendo excelentes progressos. Estamos desmantelando as defesas militares do Taliban. Estamos destruindo esconderijos terroristas. Estamos, lentamente, mas com certeza, circundando os terroristas, para que possamos trazê-los à justiça. [...]. **A única coisa que, para mim, é importante dizer ao povo americano, é que estes soldados não morreram em vão. Esta é uma causa justa. É uma causa importante**. [...]. Temos de ter sucesso - e vamos conseguir¹⁶⁹ (BUSH, 2001k, tradução nossa, grifo nosso).

¹⁶⁸ Texto original em inglês: In this trial, we have been reminded, and the world has seen, that our fellow Americans are generous and kind, resourceful and brave. We see our national character in rescuers working past exhaustion; in long lines of blood donors; in thousands of citizens who have asked to work and serve in any way possible. [...]. And we have seen our national character in eloquent acts of sacrifice. Inside the World Trade Center, one man who could have saved himself stayed until the end at the side of his quadriplegic friend. A beloved priest died giving the last rites to a firefighter. Two office workers, finding a disabled stranger, carried her down sixty-eight floors to safety. [...]. In these acts, and in many others, Americans showed a deep commitment to one another, and an abiding love for our country.

¹⁶⁹ Texto original em inglês: It is hard to express my gratitude in proper words for people that are willing to sacrifice for freedom. [...]. And I want to assure the loved ones that the soldiers died in a cause that is just and right, and that we will prevail. [...]. we will use the resources of our country, all the resources of our country

Por outro lado, se os terroristas matam, o motivo é pelo fato de serem ruins, mas se os americanos iniciam a guerra, seria para libertar aqueles que vivem sob o jugo terrorista. Em outras palavras, Bush constrói um discurso para mostrar que mesmo causando mortes, a América estaria fazendo isso pelo bem do mundo.

Para derrotar esta ameaça temos de fazer uso de cada ferramenta de nosso arsenal - o poder militar, melhores defesas da pátria, aplicação da lei, inteligência e esforços vigorosos para cortar o financiamento ao terrorismo. A guerra contra terroristas de alcance global é um empreendimento global de duração incerta. **A América vai ajudar nações que precisam de nossa ajuda no combate ao terror.** E a América vai responsabilizar as nações que estão comprometidas com o terror, incluindo aqueles que abrigam terroristas - porque os aliados do terror são os inimigos da civilização. Os Estados Unidos e países que cooperam conosco não devem permitir que os terroristas desenvolvam novas bases. [...]. Iremos cooperar com outras nações para negar, conter e reduzir os esforços de nossos inimigos para adquirir tecnologias perigosas¹⁷⁰ (NATIONAL..., 2002, p. 2-4, tradução nossa, grifo nosso).

A causa da nossa nação tem sido sempre maior do que a nossa defesa. Lutamos, como sempre lutamos, por uma paz justa - uma paz que favorece a liberdade humana. Defenderemos a paz contra ameaças de terroristas e tiranos. Nós vamos preservar a paz construindo boas relações entre as grandes potências. E nós estenderemos a paz encorajando sociedades livres e abertas em todos os continentes¹⁷¹ (BUSH, 2002b, tradução nossa).

A dicotomia criada discursivamente entre o *self* e o *other* nos revela a importância da construção identitária como capaz de orientar ações políticas de alcance global. A ‘guerra ao terror’ é um exemplo de como percepções justificam ações e implicam em sérias consequências para as questões de segurança entre as nações. Nessa construção, as principais características identitárias elencadas por Bush em contrapartida aos terroristas foram: (1) civilizados/bárbaros; (2) livres/opressores; (3) bons/maus; (4) heróis/vilões; (5) vítimas/culpados; (6) pacíficos/bélicos; (7) benevolentes/diabólicos; (8) trabalhadores/parasitas; (9) com face/sem face; (10) generosos/infames; (11) amorosos/malvados; (12) bondosos/cruéis; (13)

[...]. I am satisfied we're making very good progress. We are dismantling Taliban defenses, Taliban military. We are destroying terrorist hideaways. We are, slowly, but surely, encircling the terrorists so that we can bring them to justice. [...]. The thing that's important for me to tell the American people, that these soldiers will not have died in vain. This is a just cause. It's an important cause. [...]. We must succeed - and we will succeed.

¹⁷⁰ Texto original em inglês: To defeat this threat we must make use of every tool in our arsenal - military power, better homeland defenses, law enforcement, intelligence, and vigorous efforts to cut off terrorist financing. The war against terrorists of global reach is a global enterprise of uncertain duration. America will help nations that need our assistance in combating terror. And America will hold to account nations that are compromised by terror, including those who harbor terrorists - because the allies of terror are the enemies of civilization. The United States and countries cooperating with us must not allow the terrorists to develop new home bases. [...]. We will cooperate with other nations to deny, contain, and curtail our enemies' efforts to acquire dangerous technologies.

¹⁷¹ Texto original em inglês: Our nation's cause has always been larger than our nation's defense. We fight, as we always fight, for a just peace - a peace that favors human liberty. We will defend the peace against threats from terrorists and tyrants. We will preserve the peace by building good relations among the great powers. And we will extend the peace by encouraging free and open societies on every continent.

pedosos/impiedosos.

É importante, todavia, ressaltar que não é necessária a explícita narrativa dos dois elementos para que seja contemplada a dicotomia entre o *self* e o *other*. O significado implícito de um, pressupõe o oposto do outro, afinal, onde ambos se assemelham, não se constitui em diferença. A seguir citamos todos os discursos onde verificamos tais características e, por fim, elaboramos um quadro resumindo todas as dicotomias.

- 1 **[...] estamos diante de um novo tipo de inimigo, alguém tão bárbaro que eles voariam de aviões para edifícios cheios de pessoas inocentes.** [...]. Precisamos voltar a trabalhar amanhã e nós o faremos. Mas precisamos estar alerta para o fato de que esses malfeitores ainda existem. Nós não temos visto este tipo de barbárie em um longo período de tempo¹⁷² (BUSH, 2001q, tradução nossa, grifo nosso).

Os Estados Unidos da América são inimigos daqueles que ajudam os terroristas e os criminosos bárbaros que profanam uma grande religião para cometer assassinato em seu nome¹⁷³ (BUSH, 2001r, tradução nossa, grifo nosso).

- 2 **Os americanos estão perguntando, por que eles nos odeiam?** Eles odeiam o que vemos aqui nesta câmara - um governo democraticamente eleito. Seus líderes são nomeados. **Eles odeiam nossas liberdades - nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, a liberdade de voto e de montar e discordam entre si**¹⁷⁴ (BUSH, 2001l, tradução nossa, grifo nosso).

Nossos inimigos são engenhosos, e eles são incrivelmente cruéis. Eles se escondem, e têm como alvo a liberdade. Eles não podem suportar o que América representa. Eles devem se incomodar muito em saber que somos um lugar livre e maravilhoso - um lugar onde todas as religiões podem prosperar; um lugar onde as mulheres são livres; um lugar onde as crianças podem ser educadas. [...] **Oito terroristas, oito pessoas que odeiam a liberdade estão agora na prisão** [...]. A nossa terra é grande, e nós sempre valorizamos a liberdade. Nós somos uma sociedade aberta. Mas estamos em guerra. O inimigo declarou guerra contra nós. Terroristas estrangeiros nunca devem mais ser autorizados a utilizar as nossas liberdades contra nós¹⁷⁵ (BUSH, 2001s, tradução nossa, grifo nosso).

¹⁷² Texto original em inglês: we're facing a new kind of enemy, somebody so barbaric that they would fly airplanes into buildings full of innocent people. [...]. We need to go back to work tomorrow and we will. But we need to be alert to the fact that these evil-doers still exist. We haven't seen this kind of barbarism in a long period of time.

¹⁷³ Texto original em inglês: The United States of America is an enemy of those who aid terrorists and of the barbaric criminals who profane a great religion by committing murder in its name.

¹⁷⁴ Texto original em inglês: Americans are asking, why do they hate us? They hate what we see right here in this chamber - a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms - our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other.

¹⁷⁵ Texto original em inglês: Our enemies are resourceful, and they are incredibly ruthless. They hide and they plot, and they target freedom. They can't stand what America stands for. It must bother them greatly to know we're such a free and wonderful place - a place where all religions can flourish; a place where women are free; a place where children can be educated. [...] eight terrorists, eight people who hate freedom are now in jail [...]. Ours is a great land, and we'll always value freedom. We're an open society. But we're at war. The enemy has declared war on us. Foreign terrorists and agents must never again be allowed to use our freedoms against us.

- 3 Eu estou, eu estou - como a maioria dos americanos, eu simplesmente não posso acreditar. **Porque eu sei o quão bom nós somos**¹⁷⁶ (BUSH, 2001m, tradução nossa, grifo nosso).

Qualquer um que tente afetar as vidas de nossos bons cidadãos é mau. [...] Mas o mau pode vir bom¹⁷⁷ (BUSH, 2001t, tradução nossa, grifo nosso).

- 4 O povo americano respondeu magnificamente, com coragem e compaixão, força e determinação. **Como eu conheci os heróis, abracei as famílias, e olhei para os rostos cansados das equipes de resgate, eu fiquei admirado com o povo americano**¹⁷⁸ (BUSH, 2002a, tradução nossa, grifo nosso).

- 5 O perigo é claro: usando armas químicas, biológicas ou, um dia, armas nucleares, obtidas com a ajuda do Iraque, os terroristas poderiam cumprir as suas ambições declaradas e **matar milhares ou centenas de milhares de pessoas inocentes em nosso país, ou qualquer outro**¹⁷⁹ (BUSH, 2003a, tradução nossa, grifo nosso).

- 6 **Somos uma nação pacífica.** No entanto, como temos aprendido, tão de repente e tão tragicamente, não pode haver paz em um mundo de terror repentino. Em face da nova ameaça de hoje, a única maneira de buscar a paz é perseguir aqueles que ameaçam¹⁸⁰ (BUSH, 2001r, tradução nossa, grifo nosso).

Esta é uma nação pacífica. Esta é uma nação que não quer nada mais do que um mundo mais livre e mais pacífico. [...] Nós acreditamos na paz, na manutenção da paz¹⁸¹ (2003l, tradução nossa, grifo nosso).

- 7 Nossos inimigos se escondem e tramam em muitas nações. **Eles são diabólicos e impiedosos**¹⁸² (BUSH, 2001u, tradução nossa, grifo nossa).

- 8 Eu avisei de forma muito clara, inequívoca, que, no intuito de evitar punições, **eles devem entregar os parasitas que se escondem em seu país**¹⁸³ (BUSH, 2001m, tradução nossa, grifo nosso).

- 9 Nossa visão se opõe a dos terroristas e tiranos que atacam um mundo que nunca podem inspirar. **Essa visão também é ameaçada por inimigos sem rosto**¹⁸⁴ [...] (BUSH, 2001v, tradução nossa, grifo nosso).

¹⁷⁶ Texto original em inglês: I am, I am -- like most Americans, I just can't believe it. Because I know how good we are [...].

¹⁷⁷ Texto original em inglês: Anybody who tries to affect the lives of our good citizens is evil. [...] out of evil can come good.

¹⁷⁸ The American people have responded magnificently, with courage and compassion, strength and resolve. As I have met the heroes, hugged the families, and looked into the tired faces of rescuers, I have stood in awe of the American people.

¹⁷⁹ Texto original em inglês: The danger is clear: using chemical, biological or, one day, nuclear weapons, obtained with the help of Iraq, the terrorists could fulfill their stated ambitions and kill thousands or hundreds of thousands of innocent people in our country, or any other.

¹⁸⁰ Texto original em inglês: We're a peaceful nation. Yet, as we have learned, so suddenly and so tragically, there can be no peace in a world of sudden terror. In the face of today's new threat, the only way to pursue peace is to pursue those who threaten it.

¹⁸¹ Texto original em inglês: this is a peaceful nation. This is a nation that wants nothing more than the world to be more free and more peaceful. [...] We believe in the peace, in keeping the peace.

¹⁸² Texto original em inglês: Our enemies hide and plot in many nations. They are devious and ruthless.

¹⁸³ I made it very clear to them, in no uncertain terms, that in order to avoid punishment, they should turn over the parasites that hide in their country.

¹⁸⁴ Texto original em inglês: Our vision is opposed by terrorists and tyrants who attack a world they can never inspire. This vision is also threatened by the faceless enemies [...].

- 10 Neste momento fomos lembrados, e **o mundo tem visto que os nossos compatriotas americanos são generosos** e bondosos, engenhosos e corajosos¹⁸⁵ (BUSH, 2001h, tradução nossa, grifo nosso).
- 11 **Temos demonstrado grande amor por nosso país**, e grande tolerância e respeito por todos os nossos compatriotas. [...]. A América é forte, determinada e generosa. [...]. E é meu dever como Presidente dos Estados Unidos usar os recursos desta grande nação, uma nação amante da liberdade, uma nação compassiva, uma nação que compreende valores da vida, e o terrorismo é extirpado onde quer que exista¹⁸⁶ (BUSH, 2001m, tradução nossa, grifo nosso).
- 12 **Nossos inimigos são engenhosos, e eles são incrivelmente cruéis**¹⁸⁷ (BUSH, 2001s, tradução nossa, grifo nosso).
- 13 Muitas nações e muitas famílias têm vivido nas sombras do terrorismo por décadas - **anos contínuos de matança sem sentido e piedade**¹⁸⁸ (BUSH, 2002l, tradução nossa, grifo nosso).

Quadro 4 - Diferenças entre americanos e terroristas - *self* e *other*

	AMERICANOS	TERRORISTAS
1	Civilizados	Bárbaros / Selvagens / Cruéis
2	Livres	Opressores
3	Bons	Maus
4	Heróis	Vilões
5	Vítimas	Culpados
6	Pacíficos	Bélicos
7	Benevolentes	Diabólicos
8	Trabalhadores	Parasitas
9	Com face	Sem face
10	Generosos	Infames
11	Amorosos	Malvados
12	Bondosos	Cruéis
13	Piedosos	Impiedosos

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos discursos de George W. Bush entre 2001-2008

4.3.2 Democracia como aspiração universal

A importância que a democracia recebeu durante os dois mandatos, mas sobretudo depois do 11 de setembro, também se constitui em um dos principais elementos que permearam os discursos do ex-presidente. Em suma, quatro elementos foram observados como norteadores

¹⁸⁵ Texto original em inglês: In this trial, we have been reminded, and the world has seen, that our fellow Americans are generous and kind, resourceful and brave.

¹⁸⁶ Texto original em inglês: We've shown great love for our country, and great tolerance and respect for all our countrymen. [...]. America is strong and determined and generous. [...]. And it's my duty as the President of the United States to use the resources of this great nation, a freedom-loving nation, a compassionate nation, a nation that understands values of life, and rout terrorism out where it exists.

¹⁸⁷ Texto original em inglês: Our enemies are resourceful, and they are incredibly ruthless.

¹⁸⁸ Texto original em inglês: Many nations and many families have lived in the shadows of terrorism for decades - enduring years of mindless and merciless killing.

dos discursos de Bush em relação à democracia: (1) a adoção de um governo democrático deveria ser o principal objetivo alcançado por todas as nações indistintamente; (2) a democracia é incompatível com governos tirânicos e grupos terroristas; (3) a ausência de legitimidade soberana no Iraque como justificadora da intervenção militar; (4) o povo iraquiano como desejoso da democracia e amigo dos Estados Unidos.

No primeiro ponto, Bush revela a necessidade da adoção de um governo democrático para as nações. A democracia é apresentada como sinônimo de liberdade e esperança. Tamanha relevância pode ser notada tanto na NSS de 2002 quanto na de 2006.

Finalmente, os Estados Unidos utilizarão esta oportunidade para estender os benefícios da liberdade em todo o mundo. **Nós vamos trabalhar ativamente para levar a esperança da democracia, do desenvolvimento, dos mercados livres e do livre comércio para todos os cantos do mundo**¹⁸⁹ (NATIONAL..., 2002, p. [2], tradução nossa, grifo nosso).

Os Estados Unidos defenderão a liberdade e a justiça, porque estes princípios são certos e verdadeiros para todas as pessoas em todos os lugares. **Estas exigências não negociáveis da dignidade humana são protegidas mais firmemente nas democracias.** [...]. Porque países democráticos são os membros mais responsáveis do sistema internacional, **a promoção da democracia é a medida de longo prazo mais eficaz para o reforço da estabilidade internacional**; redução de conflitos regionais; luta contra o terrorismo e o suporte ao terror; e estende-se à paz e a prosperidade¹⁹⁰ (NATIONAL..., 2006, p. 2-3, tradução nossa, grifo nosso).

Bush constrói a imagem de um governo democrático como o objetivo final a ser alcançado pelas nações, sobretudo espelhadas no modelo de democracia liberal aplicado pela América. A garantia da paz no mundo, em outras palavras, estaria vinculada naturalmente à adoção da democracia. Onde há democracia, não há conflito, mas onde não há, ele é inevitável,¹⁹¹

¹⁸⁹ Texto original em inglês: Finally, the United States will use this moment of opportunity to extend the benefits of freedom across the globe. We will actively work to bring the hope of democracy, development, free markets, and free trade to every corner of the world.

¹⁹⁰ Texto original em inglês: The United States must defend liberty and justice because these principles are right and true for all people everywhere. These nonnegotiable demands of human dignity are protected most securely in democracies. [...]. Because democracies are the most responsible members of the international system, promoting democracy is the most effective long-term measure for strengthening international stability; reducing regional conflicts; countering terrorism and terror-supporting extremism; and extending peace and prosperity.

¹⁹¹ Neste ponto, é importante destacar a referência à ‘Teoria da paz democrática’, bem como seus críticos. O argumento de Bush se sustenta nos defensores de que quando dois ou mais Estados se percebem como democracias liberais, não fazem guerra entre si. Haveria uma incompatibilidade entre os princípios liberais e as motivações bélicas. Algumas razões são elencadas nesse argumento: (1) cidadãos e elites são sensíveis aos custos da guerra; (2) o aprofundamento da cooperação e a responsabilidade institucional adquirida nesse processo cooperativo inviabilizaria a guerra, tornando muito mais prejudicial do que benéfico; (3) países democráticos se comportariam de forma qualitativamente diferente dos não democráticos. Em suma, a democracia liberal causa uma cultura de paz, gerada pelas ideias e normas defendidas pela democracia (OWEN, 1994). Por outro lado, os críticos da paz democrática alegam que o cálculo em relação aos custos da guerra também é feito por países não democráticos, não sendo exclusividade destes. Os argumentos centrais são: (1) a racionalidade estatal, presente em democracias, seria capaz de relativizar a cultura

conforme afirmou: “*Democracias são países pacíficos*”¹⁹² (BUSH, 2005a, tradução nossa).

O segundo ponto revela um constante argumento do ex-presidente: a incompatibilidade entre tirania e democracia. Nas democracias, há espaço para a dignidade humana, os cidadãos têm o direito de escolher seus líderes através do voto, há ordem interna mediante a aplicação da justiça, o combate à corrupção é mais efetivo em governos democráticos e as múltiplas associações civis são protegidas. Por outro lado, regimes tirânicos são opressores de sua própria população, sem dar-lhes o direito à livre expressão, ao passo que criariam uma falsa propaganda de bem-estar que seria, na verdade, ilusória.

Nesses termos, um dos elementos mais utilizados por Bush para explicar o motivo pelo qual os atentados ocorreram estaria justamente no entendimento de que países onde o regime político não seja a democracia e a aplicação da justiça é falha, torna-se um campo e reduto fértil para o surgimento e proliferação de ameaças terroristas. Bush entendia que a adoção da democracia liberal seria a melhor forma de combater governos opressores e tirânicos¹⁹³ e prevenir o fenômeno do terrorismo.

Deve ficar claro que **o avanço da democracia conduz à paz**, porque os governos que respeitam os direitos de seus povos também respeitam os direitos de seus vizinhos. [...]. **Quando uma ditadura controla a vida política de um país, a oposição responsável não pode se desenvolver, e a dissidência é impulsionada em direção ao extremo.** [...] Ditadores jogam a culpa em outros países e outras raças, e agitam o ódio que leva à violência¹⁹⁴ (BUSH, 2005c, tradução nossa, grifo nosso).

O primeiro pilar é promover a liberdade, a justiça e a dignidade humana - trabalhando para acabar com a tirania, e promover democracias eficazes, e para estender a prosperidade por meio de políticas de desenvolvimento mediante um comércio livre e justo. **Governos livres são responsáveis para com os seus povos, governam seu território de forma eficaz, e prosseguem com políticas econômicas para beneficiar seus cidadãos.** Governos livres não oprimem seu povo [...]. A paz e a estabilidade internacional são mais confiáveis quando construídas sobre a fundação de liberdade¹⁹⁵ (NATIONAL..., 2006, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

democrática; (2) poder e estratégia devem ser levados em conta na relação entre países democráticos; (3) motivos que explicam a guerra são muito melhor explicados pela vertente realista do que pela paz democrática; (4) para fazerem a guerra, os Estados precisam de oportunidade e razão. Vários Estados democráticos não fazem pela ausência destas condições; e (5) a aceitação da paz democrática levaria a uma negligência por parte da nação aos perigos externos e sua relação com grandes potências confiando que, em sendo democracias, não entrarão em conflito (LAYNE, 1994).

¹⁹² Texto original em inglês: Democracies are peaceful countries.

¹⁹³ A relação entre Estados falidos e a proliferação de ameaças tem sido amplamente debatida na literatura sobre segurança internacional. Dentre os autores que concordam com essa relação, cito: Patrick (2006, 2007), Howard (2010), Rotberg (2002), Piazza (2008) e Mantzikos (2011). Dentre os que discordam dessa relação causal, cito: Mair (2008), Krueger; Malecková (2003), Coggins (2015) e Simons; Tucker (2007).

¹⁹⁴ Texto original em inglês: It should be clear that the advance of democracy leads to peace, because governments that respect the rights of their people also respect the rights of their neighbors. [...]. When a dictatorship controls the political life of a country, responsible opposition cannot develop, and dissent is driven underground and toward the extreme. [...] dictators place blame on other countries and other races, and stir the hatred that leads to violence.

¹⁹⁵ Texto original em inglês: The first pillar is promoting freedom, justice, and human dignity - working to end

Nos dois discursos, notamos o contraponto democracia/terrorismo. Naturalmente que o ex-presidente, mais uma vez, mostra a clara diferença dos Estados Unidos, caracterizados pela liberdade e democracia, enquanto os países de onde surgiriam os terroristas seriam ditatoriais, reforçando a dicotomia *self e other* anteriormente citadas. Os ataques não foram contra os EUA em si, mas contra o modo de vida americano. Os terroristas odiariam a liberdade, o livre mercado, o direito de escolher regularmente seus líderes, características que se encontrariam em governos democráticos.

Liberdade e democracia estão sob ataque¹⁹⁶ (BUSH, 2001j, tradução nossa, grifo nosso).

[...] estamos falando de uma campanha contra pessoas que odeiam a liberdade¹⁹⁷ (BUSH, 2001n, tradução nossa).

Hoje, os nossos concidadãos, o nosso modo de vida, a nossa própria liberdade foi atacada em uma série de atos terroristas deliberados e mortais¹⁹⁸ (BUSH, 2001f, tradução nossa).

Ainda segundo Bush, a ausência de democracia seria um passo importante para a existência de Estados párias, ou seja, aqueles cuja conduta estaria fora das normas e comportamentos internacionais, sobretudo as normas criadas e mantidas pelos Estados Unidos. Ao citar diversas vezes o Afeganistão e o Iraque como Estados párias, Bush reforça a relação entre ausência de democracia e a emergência de ameaças como sua consequência:

Buscamos o avanço da democracia [...] porque **as democracias não suportam terroristas ou ameaçam o mundo com armas de destruição em massa**. [...] **A liberdade ainda tem inimigos no Afeganistão e no Iraque**. Todos os terroristas baathistas e talibãs sabem que se a democracia chegar, a violência seria minada - bem como suas esperanças com a violência e a morte de inocentes. [...]. E todos veriam, no Afeganistão e no Iraque, o sucesso de instituições livres no coração de todo o Médio Oriente¹⁹⁹ (BUSH, 2004b, tradução nossa, grifo nosso).

Haveria, portanto, um vínculo entre a ausência de democracia e a proliferação de

tyranny, to promote effective democracies, and to extend prosperity through free and fair trade and wise development policies. Free governments are accountable to their people, govern their territory effectively, and pursue economic and political policies to benefit their citizens. Free governments do not oppress their people [...]. Peace and international stability are most reliably built on a foundation of freedom.

¹⁹⁶ Texto original em inglês: Freedom and democracy are under attack.

¹⁹⁷ Texto original em inglês: [...] we are talking about a campaign against people who hate freedom.

¹⁹⁸ Texto original em inglês: Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts.

¹⁹⁹ Texto original em inglês: We seek the advance of democracy [...] because democracies do not support terrorists or threaten the world with weapons of mass murder. [...] Freedom still has enemies in Afghanistan and Iraq. All the Baathists and Taliban and terrorists know that if democracy were to be, it would undermine violence - their hope for violence and innocent death. [...]. And all would see, in Afghanistan and Iraq, the success of free institutions at the heart of the greater Middle East.

ameaças. O solo fértil para os regimes hostis seria encontrado na ausência de liberdade que existe na democracia liberal.

No terceiro ponto, verificamos que os discursos de Bush tratavam o Iraque como ausente de legitimidade soberana, característica que seria encontrada em governos democráticos. Se a soberania estatal é geralmente caracterizada pela ordem hierárquica interna, no Iraque haveria um vácuo representativo ocasionado pela crença de que Saddam Hussein seria uma ameaça à paz, e, conseqüentemente, à plena representação soberana iraquiana.

[...] as justas exigências da paz e da segurança serão atendidas - ou ação será inevitável. **E um regime que perdeu a sua legitimidade perderá também o seu poder**²⁰⁰ (BUSH, 2002e, tradução nossa, grifo nosso)

Há um reconhecimento universal de que **Saddam Hussein é uma ameaça à paz mundial**. Há uma clara compreensão de que ele deve se desarmar em nome da paz²⁰¹ (BUSH, 2002g, tradução nossa, grifo nosso).

Por esses e outros motivos, Saddam Hussein não estaria sendo dotado de legitimidade soberana, partindo do pressuposto de que somente em governos democráticos é que a verdadeira legitimidade se sustenta. O vácuo de representação se daria, portanto, em todos os níveis: tanto internamente com seu povo quanto externamente, não sendo reconhecido por seus vizinhos e pela comunidade internacional por sua hostilidade. Se tradicionalmente, para que um Estado seja soberano, ele deve encontrar a fonte de sua autoridade soberana nas pessoas que representa, o fato de o governo iraquiano não estar fornecendo as devidas condições necessárias para uma efetiva representação acarretava num vácuo e, conseqüentemente, uma permissão intervencionista pelos EUA. E essa permissão seria justamente embasada na certeza de que, se o regime iraquiano não é dotado de legitimidade soberana, os EUA o são. *“Os Estados Unidos da América possuem a autoridade soberana para usar a força e assegurar sua própria segurança nacional”*²⁰² (BUSH, 2003a, tradução nossa, grifo nosso).

Contudo, é importante destacar que o governo americano, embora inicialmente tenha usado palavras como “guerra” e “intervenção”, após o início das ações militares, em março de 2003, o discurso passou a ser: *“Operação para a libertação do Iraque”*²⁰³ (BUSH, 2003c, tradução nossa). Essa mudança discursiva retira o foco militar, a ideia de invasão, modificando-

²⁰⁰ Texto original em inglês: [...] the just demands of peace and security will be met - or action will be unavoidable. And a regime that has lost its legitimacy will also lose its power.

²⁰¹ Texto original em inglês: There is universal recognition that Saddam Hussein is a threat to world peace. There's clear understanding that he must disarm in the name of peace

²⁰² Texto original em inglês: The United States of America has the sovereign authority to use force in assuring its own national security.

²⁰³ Texto original em inglês: Operation Iraqi Freedom.

a para uma restauração. E se o objetivo é a restauração de um Estado ausente de soberania legítima, a intervenção não é negativa, mas positiva e necessária. Não seria uma violação da soberania, pois ela não existiria enquanto Saddam Hussein estivesse à frente do poder no Iraque. Para que o Iraque fosse liberto e passasse a gozar de plena legitimidade soberana, a remoção de Saddam Hussein do poder era necessária.

O regime iraquiano será desarmado e removido do poder. **O Iraque será livre**²⁰⁴ (BUSH, 2003e, tradução nossa, grifo nosso).

As nações de nossa coalizão estão determinadas a ajudar o povo iraquiano a se recuperar de anos de tirania. **E estamos determinados a ajudar a construir uma nação livre, soberana e democrática**²⁰⁵ (BUSH, 2003f, tradução nossa, grifo nosso).

Após a intervenção militar, e remoção de Saddam Hussein do poder, Bush entende que a plena soberania iraquiana se daria com a criação de uma constituição amparada pelos valores democráticos. Essa constituição deveria valorar as eleições regulares e a vontade popular, em contrapartida aos anos de opressão e tirania sofridos pelos iraquianos.

O primeiro desses passos ocorrerá no próximo mês, quando a nossa coligação irá transferir plena soberania a um governo de cidadãos iraquianos que preparam o caminho para eleições nacionais [...]. Em preparação para a soberania, muitas funções do governo já foram transferidas. Doze ministérios governamentais estão atualmente sob o controle direto dos iraquianos [...]. A transferência de soberania em 30 de junho é um compromisso essencial de nossa estratégia [...]. E a plena soberania dará iraquianos uma participação direta no sucesso do seu próprio governo²⁰⁶ (BUSH, 2004a, tradução nossa, grifo nosso).

O estabelecimento do Conselho de Governo no Iraque é um passo importante no processo de transição em curso da ditadura impiedosa para um Iraque livre e democrático com os iraquianos determinando seu próprio futuro. Estamos ansiosos para trabalhar com o Conselho na medida em que ele se move em direção a um Iraque democrático e próspero, em paz com seus vizinhos²⁰⁷ (BUSH, 2003g, tradução nossa, grifo nosso).

Finalmente, o quarto ponto nos mostrou que, nos discursos de Bush, o povo iraquiano

²⁰⁴ Texto original em inglês: The Iraqi regime will be disarmed and removed from power. Iraq will be free.

²⁰⁵ Texto original em inglês: The nations in our coalition are determined to help the Iraqi people recover from years of tyranny. And we are determined to help build a free, and sovereign, and democratic nation.

²⁰⁶ Texto original em inglês: The first of these steps will occur next month, when our coalition will transfer full sovereignty to a government of Iraqi citizens who will prepare the way for national elections. [...] In preparation for sovereignty, many functions of government have already been transferred. Twelve government ministries are currently under the direct control of Iraqis. [...] The June 30th transfer of sovereignty is an essential commitment of our strategy. [...] And full sovereignty will give Iraqis a direct interest in the success of their own government.

²⁰⁷ Texto original em inglês: The establishment of the Iraqi Governing Council is an important step forward in the ongoing transition from ruthless dictatorship to a free and democratic Iraq with Iraqis determining their own future. We look forward to working with the Council as it moves toward a democratic and prosperous Iraq, at peace with its neighbors.

era ilustrado como desejoso da democracia e liberdade, indo de encontro aos interesses de seu próprio líder Saddam Hussein.

Em primeiro lugar, Bush separa o povo de sua liderança, mostrando uma relação entre vítimas e seu opressor. A estratégia discursiva visava mostrar que o povo não seria livre para expressar suas opiniões, pois correria o risco de ser retaliado pelo governo ditatorial. Há sempre uma alusão ao fato de que a intervenção não estaria ocorrendo contra as pessoas, mas contra o governo, que não as representava legitimamente. Nesses termos, os Estados Unidos teriam a obrigação de ajudar o povo iraquiano contra a tirania, pois eles estariam desejosos da liberdade e da democracia.

Nessas circunstâncias, **nós temos uma solene obrigação de ajudar o povo iraquiano a construir um novo Iraque em paz consigo mesmo e seus vizinhos. O povo iraquiano merece ser liberto da insegurança e tirania, e liberado para determinar por si mesmo o futuro do seu país.** Prevemos um Iraque unificado com sua integridade territorial respeitada. Todo o povo iraquiano - a sua rica mistura de árabes sunitas e xiitas, curdos, turcomanos, assírios, caldeus, e todos os outros - devem desfrutar de liberdade, prosperidade e igualdade em um país unido. **Vamos apoiar as aspirações do povo iraquiano para um governo representativo que respeite os direitos humanos e do Estado de direito como pedras angulares da democracia**²⁰⁸ (BUSH, 2003h, tradução nossa, grifo nosso).

Nota-se uma clara referência, onde o ex-presidente faz um vínculo entre os americanos e o povo iraquiano. A obrigação americana de ajudar seria amparada justamente no valor que o povo iraquiano não possuía: liberdade. A democracia seria a pedra angular a ser implantada. Ora, se não há uma representação legítima e nem liberdade, infere-se que o povo sequer tinha um governo soberano. A intervenção acaba sendo relativizada neste ponto também, pois o foco passa a ser uma entrega ao povo daquilo que eles desejavam ter e não podiam.

É interessante notar que, embora não explicitamente, algumas passagens feitas sobre o povo iraquiano foram feitas em relação aos direitos que estariam sendo violados, e nesse sentido, eles tinham os mesmos objetivos que o povo americano, ou seja, substituir a tirania pela democracia. E, finalmente, as pessoas estariam enxergando nesta intervenção uma grandiosa oportunidade para que esse objetivo fosse alcançado. Além disso, ao tratar a intervenção como desejosa pelos iraquianos, ela passa a ser moralmente justificada e

²⁰⁸ Texto original em inglês: In these circumstances, we would undertake a solemn obligation to help the Iraqi people build a new Iraq at peace with itself and its neighbors. The Iraqi people deserve to be lifted from insecurity and tyranny, and freed to determine for themselves the future of their country. We envisage a unified Iraq with its territorial integrity respected. All the Iraqi people - its rich mix of Sunni and Shiite Arabs, Kurds, Turkomen, Assyrians, Chaldeans, and all others - should enjoy freedom, prosperity, and equality in a united country. We will support the Iraqi people's aspirations for a representative government that upholds human rights and the rule of law as cornerstones of democracy.

desinteressada, uma vez que o objetivo seria o de dar ao povo o que eles sonhavam.

Diversas outras características foram associadas ao povo iraquiano nos discursos de George W. Bush. O constante vínculo tende a manter uma ‘proximidade’ com o povo, que naturalmente o estaria apoiando, em contrapartida ao ditador Saddam Hussein. Nessas características criadas sobre o povo iraquiano, verificamos algumas: (1) o governo do Iraque sacrifica / envenena seu povo; (2) o povo iraquiano pede socorro aos EUA, e os americanos escutam a voz de clamor deles. Os EUA são amigos do Iraque; (3) os iraquianos são vítimas da opressão de Saddam Hussein; (4) os iraquianos são qualificados e instruídos; (5) os iraquianos estão aprendendo as responsabilidades advindas com a liberdade; (6) o maior aliado da intervenção americana é o próprio povo iraquiano; (7) atacar o povo iraquiano é atacar os americanos; (8) o povo iraquiano está experimentando a liberdade; (9) o povo iraquiano está comprometido com a democracia.

- 1 Esses governos, como o Iraque, que **recompensam seus pais pelo sacrifício de seus filhos** são culpados de incentivar o assassinato da pior espécie²⁰⁹ (BUSH, 2002i, tradução nossa, grifo nosso).

Eu os descrevi como o eixo do mal uma vez. Eu os descrevi como um inimigo até que provem o contrário. Eles, obviamente, vocês sabem, desejam armas de destruição em massa. Eu presumo que ele ainda nos vê como um inimigo. Eu tenho dito constantemente que devemos isso aos nossos filhos e os filhos dos nossos filhos para o mundo livre de armas de destruição em massa nas mãos daqueles que odeiam a liberdade. **Este é um homem que envenenou o seu próprio povo, quero dizer que ele tinha uma história de tirania**²¹⁰ (BUSH, 2002j, tradução nossa, grifo nosso).

- 2 **Este governo está determinado a ouvir o chamado dos iraquianos**, e a chamada é que eles querem uma sociedade em que os seus filhos possam ir à escola, onde eles possam obter bons cuidados de saúde, onde eles sejam capazes de **viver uma vida pacífica**²¹¹ (BUSH, 2003i, tradução nossa, grifo nosso).

[...] **nós também servimos aos interesses e as esperanças do povo iraquiano**. Elas são pessoas grandes e talentosas, com uma cultura antiga e admirável, e eles não escolheriam serem governados por violência e terror. **O povo do Iraque é vítima diária da opressão de Saddam Hussein**. Eles serão os primeiros a beneficiar, se forem satisfeitas as exigências do mundo [países aliados]. Os americanos acreditam que todos os homens e mulheres merecem ser livres. [...]. Nós vamos trabalhar com outras nações para ajudar o povo

²⁰⁹ Texto original em inglês: Those governments, like Iraq, that reward parents for the sacrifice of their children are guilty of soliciting murder of the worst kind.

²¹⁰ Texto original em inglês: I described them as the axis of evil once. I described them as an enemy until proven otherwise. They obviously, you know, desire weapons of mass destruction. I presume that he still views us as an enemy. I have constantly said that we owe it to our children and our children's children to free the world from weapons of mass destruction in the hands of those who hate freedom. This is a man who has poisoned his own people, I mean he's had a history of tyranny.

²¹¹ Texto original em inglês: This government is determined to hear the call from the Iraqis, and the call is they want a society in which their children can go to school, in which they can get good health care, in which they're able to live a peaceful life.

iraquiano a formar um governo justo e um país unificado²¹² (BUSH, 2002k, tradução nossa, grifo nosso).

Os primeiros a se beneficiarem de um Iraque livre serão o povo iraquiano, eles mesmos. Hoje eles vivem em escassez e medo, sob um ditador que lhes trouxe nada além de guerra e miséria, e tortura. Suas vidas e sua liberdade importa pouco para Saddam Hussein - mas vidas iraquianas e liberdade importa muito para nós²¹³ (BUSH, 2003d, tradução nossa, grifo nosso).

Quando os civis iraquianos olharam para os rostos dos nossos militares e mulheres, eles viram a força, a bondade e a boa vontade. [...] Nas imagens de iraquianos comemorando, vimos também o apelo intemporal da liberdade humana. Décadas de mentiras e intimidação não foram capazes de fazer o povo iraquiano amar seus opressores ou desejarem sua própria escravização. Homens e mulheres em todas as culturas precisam de liberdade como eles precisam de comida e água e ar. Em todos os lugares que a liberdade chega, a humanidade se alegra; e em todos os lugares que a liberdade toca, deixa os tiranos com medo²¹⁴ (BUSH, 2003c, tradução nossa, grifo nosso).

Eu enviei tropas americanas ao Iraque para defender nossa segurança, não para ficar como uma potência ocupante. **Enviei tropas americanas ao Iraque para fazer seu povo livre, não para torná-los americanos.** Os iraquianos vão escrever sua própria história, e encontrar seu próprio caminho. Como eles fazem, os iraquianos podem ter certeza, um Iraque livre terá sempre um amigo nos Estados Unidos da América²¹⁵ (BUSH, 2004a, tradução nossa, grifo nosso).

- 3 Nós não temos nenhuma desavença com o povo iraquiano. **Eles são vítimas diárias de opressão de Saddam Hussein** [...] ²¹⁶ (BUSH, 2002f, tradução nossa, grifo nosso).
- 4 Os iraquianos são qualificados e instruídos. Vamos insistir o mais rápido possível para que uma autoridade interina iraquiana descubra os talentos de pessoas do Iraque e reconstruam sua nação²¹⁷ (BUSH, 2003b, tradução nossa).
- 5 [...] **o povo iraquiano agora está livre e aprendendo os hábitos da liberdade**

²¹² Texto original em inglês: [...] we also serve the interests and the hopes of the Iraqi people. They are a great and gifted people, with an ancient and admirable culture, and they would not choose to be ruled by violence and terror. The people of Iraq are the daily victims of Saddam Hussein's oppression. They will be the first to benefit when the world's demands are met. Americans believe all men and women deserve to be free. [...] We'll work with other nations to help the Iraqi people form a just government and a unified country.

²¹³ Texto original em inglês: The first to benefit from a free Iraq would be the Iraqi people, themselves. Today they live in scarcity and fear, under a dictator who has brought them nothing but war, and misery, and torture. Their lives and their freedom matter little to Saddam Hussein - but Iraqi lives and freedom matter greatly to us.

²¹⁴ Texto original em inglês: When Iraqi civilians looked into the faces of our servicemen and women, they saw strength and kindness and goodwill. [...] In the images of celebrating Iraqis, we have also seen the ageless appeal of human freedom. Decades of lies and intimidation could not make the Iraqi people love their oppressors or desire their own enslavement. Men and women in every culture need liberty like they need food and water and air. Everywhere that freedom arrives, humanity rejoices; and everywhere that freedom stirs, let tyrants fear.

²¹⁵ Texto original em inglês: I sent American troops to Iraq to defend our security, not to stay as an occupying power. I sent American troops to Iraq to make its people free, not to make them American. Iraqis will write their own history, and find their own way. As they do, Iraqis can be certain, a free Iraq will always have a friend in the United States of America.

²¹⁶ Texto original em inglês: We have no quarrel with the Iraqi people. They are the daily victims of Saddam Hussein's oppression.

²¹⁷ Texto original em inglês: Iraq's people are skilled and educated. We'll push as quickly as possible for an Iraqi interim authority to draw upon the talents of Iraq's people to rebuild their nation.

e as responsabilidades que vêm com a liberdade²¹⁸ (BUSH, 2003j, tradução nossa, grifo nosso).

- 6 O regime de Saddam Hussein passou mais de três décadas oprimindo as pessoas do Iraque, atacando os vizinhos do Iraque, e ameaçando a paz do mundo. O regime torturava em casa, promovia terror no exterior, e se armava em segredo. [...] **O nosso maior aliado na obra vital de estabilizar e reconstruir um Iraque democrático e próspero é o povo iraquiano**²¹⁹ (BUSH, 2003f, tradução nossa, grifo nosso).
- 7 Aqueles que tentam minar a reconstrução do Iraque não estão apenas atacando nossa coalizão, eles estão atacando o povo iraquiano. E nós vamos ficar com o povo iraquiano, fortemente, para que eles construam um futuro de esperança. [...]. As pessoas do Iraque estarão seguras, e as pessoas do Iraque irá construir seu próprio país²²⁰ (BUSH, 2003k, tradução nossa).
- 8 **Pela primeira vez em décadas, o povo iraquiano está desfrutando o sabor da liberdade.** Os iraquianos estão começando a reconstruir o seu país e podem olhar para um futuro mais brilhante²²¹ (BUSH, 2003k, tradução nossa, grifo nosso).
- 9 **Em grandes números, e sob grande risco, os iraquianos têm demonstrado o seu compromisso com a democracia.** Ao participar de eleições livres, o povo iraquiano rejeitou firmemente a ideologia antidemocrática dos terroristas. Eles se recusaram a ser intimidados por bandidos e assassinos. E eles têm demonstrado o tipo de coragem que é sempre o fundamento da auto governança²²² (BUSH, 2005b, tradução nossa, grifo nosso).

A simulação da soberania, e do próprio povo, colocando-os como paralelos aos interesses do povo dos Estados Unidos, só é possível quando os significados atribuídos a ambos são semelhantes, em especial a aspiração pela democracia. Ao afirmar que o povo do Iraque estaria pedindo socorro aos americanos, Bush consegue modificar o foco intervencionista para o de restauração e auxílio, em resposta ao suposto pedido do povo iraquiano por ajuda.

²¹⁸ Texto original em inglês: [...] Iraqi people are now free and learning the habits of freedom and the responsibilities that come with freedom.

²¹⁹ Texto original em inglês: Saddam Hussein's regime spent more than three decades oppressing Iraq's people, attacking Iraq's neighbors, and threatening the world's peace. The regime tortured at home, promoted terror abroad, and armed in secret. [...] Our greatest ally in the vital work of stabilizing and rebuilding a democratic and prosperous Iraq is the Iraqi people, themselves.

²²⁰ Texto original em inglês: Those who try to undermine the reconstruction of Iraq are not only attacking our coalition, they are attacking the Iraqi people. And we will stand with the Iraqi people, strongly, as they build a hopeful future. [...] People of Iraq will be secure, and the people of Iraq will run their own country.

²²¹ Texto original em inglês: For the first time in decades, the Iraqi people are enjoying the taste of freedom. Iraqis are starting to rebuild their country and can look to a brighter future.

²²² Texto original em inglês: In great numbers, and under great risk, Iraqis have shown their commitment to democracy. By participating in free elections, the Iraqi people have firmly rejected the anti-democratic ideology of the terrorists. They have refused to be intimidated by thugs and assassins. And they have demonstrated the kind of courage that is always the foundation of self-government.

4.3.3 A narrativa sobre Saddam Hussein

A terceira categoria analisada nos mostrou que dois elementos foram contemplados por Bush após o 11 de setembro em relação à Saddam Hussein: (1) as características identitárias de Saddam Hussein como opostas às americanas; e (2) o vínculo entre Saddam Hussein e Osama bin Laden.

No primeiro ponto, verificamos que imediatamente após os atentados, Saddam Hussein ainda não é apresentado como um real perigo aos Estados Unidos. Em 29 de novembro de 2001, Bush revela sua preocupação com a possibilidade de o Iraque estar desenvolvendo armas de destruição em massa. Todavia, no intuito de mostrar ao mundo que Saddam Hussein não estaria desenvolvendo arsenal nuclear, o então presidente cita a ida de inspetores internacionais ao país no desejo de eliminar essa possibilidade.²²³

Saddam Hussein concordou em permitir que inspetores fossem ao seu país. E, para provar ao mundo que ele não está desenvolvendo armas de destruição em massa, ele deve deixar que os inspetores voltem novamente. [...]. Todos aqueles que usam armas de destruição em massa que são usadas para aterrorizar as nações serão responsabilizados. **E, no caso do Sr. Saddam Hussein, ele precisa deixar que os inspetores voltem em seu país, para nos mostrar que ele não está desenvolvendo armas de destruição em massa**²²⁴ (BUSH, 2001x, tradução nossa, grifo nosso).

No entanto, após sucessivos fracassos nesse processo de inspeção internacional no Iraque, o discurso de Bush se modifica, e Saddam Hussein passa a ser considerado um partidário do terrorismo e um perigo aos Estados Unidos. Já em 29 de janeiro de 2002, Bush ponderou:

O Iraque continua a exibir a sua hostilidade em relação aos Estados Unidos e apoiar o terror. O regime iraquiano tem conspirado para desenvolver antraz, gás asfíxiante, e armas nucleares há mais de uma década. Este é um regime que já usou gás venenoso para matar milhares de seus próprios cidadãos - deixando corpos de mães se debruçando sobre seus filhos mortos. **Este é um regime que concordou com as inspeções internacionais - em seguida, chutou para fora os inspetores. Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado**²²⁵ (BUSH, 2002a, tradução nossa, grifo nosso).

²²³ É importante lembrarmos o fato de que essas armas de destruição em massa nunca foram encontradas. Apesar do esforço feito pelo governo no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na Assembleia Geral da ONU, a invasão no Iraque não comprovou o que o governo americano afirmava como um dos principais motivos para a intervenção.

²²⁴ Texto original em inglês: Saddam Hussein agreed to allow inspectors in his country. And in order to prove to the world he's not developing weapons of mass destruction, he ought to let the inspectors back in. [...]. If they develop weapons of mass destruction that will be used to terrorize nations, they will be held accountable. And as for Mr. Saddam Hussein, he needs to let inspectors back in his country, to show us that he is not developing weapons of mass destruction.

²²⁵ Texto original em inglês: Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens - leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections - then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world.

A mudança narrativa levou Bush a vincular cada vez mais Saddam Hussein a um perigo não apenas aos Estados Unidos, mas a todo o mundo. E nesse processo, grande parte da análise de Bush em relação ao Iraque focou na personalidade de Saddam Hussein. Em outras palavras, o Iraque representava, em sua política, as características de seu líder. Em sua narrativa após o 11 de setembro, Saddam Hussein é apresentado como um: (1) ditador homicida; (2) irracional/mentalmente perturbado; (3) torturador; (4) treinador de terroristas; e (5) perigoso.

- 1 Concordamos que o ditador iraquiano não deve ser autorizado a ameaçar os Estados Unidos [...] **Saddam Hussein é um ditador homicida que é viciado em armas de destruição em massa** [...] O ditador do Iraque é um estudante de Stalin, utilizando o assassinato como uma ferramenta do terror [...] ²²⁶ (BUSH, 2002c, tradução nossa, grifo nosso).

Um ditador brutal, com uma história de agressão imprudente, com laços com o terrorismo [...] **O ditador do Iraque não está se desarmando.** Ao contrário; ele está iludindo. [...]. O ditador que está preparando as armas mais perigosas do mundo [...] ²²⁷ (BUSH, 2003m, tradução nossa, grifo nosso).

Saddam Hussein [...] **um ditador cruel** que teve um histórico de perseguir e até mesmo usar armas de destruição em massa [...] ²²⁸ (NATIONAL STRATEGY FOR VICTORY IN IRAQ, 2005, tradução nossa, grifo nosso).

- 2 Confiar na sanidade e contenção de Saddam Hussein não é uma estratégia, e não é uma opção ²²⁹ (BUSH, 2002c, tradução nossa).
- 3 O regime iraquiano pratica o estupro de mulheres como um método de intimidação; e a **tortura de dissidentes e seus filhos** ²³⁰ (BUSH, 2002d, tradução nossa, grifo nosso).
- 4 E, não só isso, ele é - **não gostaria de nada mais além de se envolver com uma dessas redes terroristas sombrias como a Al Qaeda, fornecer algumas armas e dar treinamento para eles** [...]. Não, ele é uma ameaça ²³¹ (BUSH, 2002m, tradução nossa, grifo nosso).
- 5 Pessoas de boa vontade também devem reconhecer que **permitir que um ditador perigoso desafie o mundo e porte armas de assassinato em massa e terror não significa ter paz** ²³² (BUSH, 2003n, tradução nossa, grifo nosso).

²²⁶ Texto original em inglês: We agree that the Iraqi dictator must not be permitted to threaten America [...] Saddam Hussein is a homicidal dictator who is addicted to weapons of mass destruction [...] The dictator of Iraq is a student of Stalin, using murder as a tool of terror and control [...].

²²⁷ Texto original em inglês: A brutal dictator, with a history of reckless aggression, with ties to terrorism [...] The dictator of Iraq is not disarming. To the contrary; he is deceiving. [...]. The dictator who is assembling the world's most dangerous weapons [...].

²²⁸ Texto original em inglês: Saddam Hussein [...] a ruthless dictator who had a history of pursuing and even using weapons of mass destruction [...].

²²⁹ Texto original em inglês: Trusting in the sanity and restraint of Saddam Hussein is not a strategy, and it is not an option.

²³⁰ Texto original em inglês: The Iraqi regime practices the rape of women as a method of intimidation; and the torture of dissenters and their children.

²³¹ Texto original em inglês: And, not only that, he is - would like nothing better than to hook-up with one of these shadowy terrorist networks like al Qaeda, provide some weapons and training to them [...]. No, he's a threat.

²³² Texto original em inglês: People of goodwill must also recognize that allowing a dangerous dictator to defy the world and harbor weapons of mass murder and terror is not peace at all.

Vale a pena lembrar a importância da construção identitária para o pós-estruturalismo. Já discutimos que as identidades não são fixas e nem pré-determinadas, mas construídas discursivamente de acordo com a interpretação e perspectiva dos atores. No caso de Saddam Hussein, essa explanação se torna ainda mais clara quando verificamos a mudança discursiva ocorrida antes e depois das inspeções internacionais.

E se aplicarmos aos eventos de 11/9, não foram os ataques que geraram em Bush um sentimento automático em relação à Saddam Hussein. Antes, as características arroladas partiram de uma interpretação acerca das diferenças entre o que foi aceito por Bush como correto, em contrapartida às ações do então líder iraquiano, que seriam opostas. Como exemplo, Bush constantemente ressalta o fato do perigo que o regime iraquiano representara ao possuir armas de destruição em massa; por outro lado, os Estados Unidos poderiam possuí-las sem que, com isso, representasse perigo ao mundo. Embora o elemento material fosse o mesmo, a interpretação de perigo advindo dele mudava drasticamente.

No segundo ponto, verificamos que, após os atentados, Bush vinculou, constantemente, a imagem de Saddam Hussein à de Osama bin Laden. Essa conexão se aprofundou após março de 2003 quando se iniciou a invasão no Iraque pelos Estados Unidos. A noção de uma relação colaborativa entre o regime iraquiano e o grupo terrorista al Qaeda, liderado por bin Laden foi amplamente aceita pelos países aliados dos EUA e serviu como justificativa para a intervenção militar. O governo Bush se esforçou para mostrar evidências que ambos, embora estivessem em categorias políticas diferentes, eram complementares em suas ações.

A ligação entre o Iraque e a al Qaeda pôde ser encontrada em vários discursos de Bush. Todavia, um discurso-chave, que iniciou esse vínculo foi proferido pelo ex-presidente em 7 de outubro de 2002 em Cincinnati, Ohio. Sob a aprovação do Congresso para utilizar a força, Bush descreve a lógica de seu governo em relação à guerra, detalhando uma visão da identidade dos Estados Unidos, de seus amigos e inimigos no mundo, bem como a natureza do sistema internacional em que esses atores interagem. Na linha inimiga, o regime iraquiano, sob o comando de Saddam Hussein estaria investindo e conspirando contra os EUA e, com isso, sendo um aliado do terror internacional.

E essa é a fonte da nossa preocupação urgente sobre as **ligações de Saddam Hussein com grupos terroristas internacionais**. Ao longo dos anos, o Iraque forneceu refúgio aos terroristas como Abu Nidal, cuja organização terrorista levou a cabo mais de 90 ataques terroristas em 20 países que mataram ou feriram cerca de 900 pessoas, incluindo 12 americanos. O Iraque também forneceu refúgio a Abu Abbas, que foi responsável pela apreensão do Achille Lauro e matando um passageiro americano. **E nós sabemos que o Iraque continua a financiar o terror** e dar assistência a grupos que usam o terrorismo para minar a paz no Oriente Médio. **Sabemos que o Iraque e**

a rede terrorista al Qaeda rede compartilham um inimigo comum - os Estados Unidos da América. Sabemos que o Iraque e a Al Qaeda tiveram contatos de alto nível que se estendem há mais de uma década. **Alguns líderes da Al Qaeda que fugiram do Afeganistão foram para o Iraque.** Estes incluem um líder da Al Qaeda, que recebeu tratamento médico em Bagdá neste ano, e que tem sido associado com o planejamento de ataques químicos e biológicos. **Aprendemos que o Iraque tem treinado membros da Al Qaeda na fabricação de bombas, venenos e gases mortais.** E nós sabemos que após o 11 de Setembro, o regime de Saddam Hussein alegremente celebrava os ataques terroristas nos Estados Unidos. **A aliança com os terroristas poderia permitir que o regime iraquiano para atacar a América, sem deixar impressões digitais.** [...]. **Saddam Hussein está abrigando terroristas** e seus instrumentos de terror, os instrumentos de morte e destruição em massa. E ele não é confiável²³³ (BUSH, 2002c, tradução nossa, grifo nosso).

Os laços criados entre Saddam Hussein e a al Qaeda liderada por bin Laden se tornam complementares: o Iraque de um lado como fonte potencial de apoio a organizações não estatais, servindo de refúgio e abrigo, e do outro a al Qaeda como a beneficiária do apoio dado pelo Iraque. Em 25 de setembro de 2002, o ex-presidente afirmou que sequer conseguia distinguir entre Saddam Hussein e a al Qaeda:

[...] **você não consegue distinguir entre a Al Qaeda e Saddam quando fala sobre a guerra contra o terror.** [...]. **Eu não consigo distinguir entre os dois,** porque ambos são igualmente tão ruins, igualmente tão malvados, e igualmente destrutivos. [...]. **O perigo é que a Al Qaeda se torna uma extensão da loucura de Saddam** e seu ódio e sua capacidade de utilizar as armas de destruição em massa em todo o mundo²³⁴ (BUSH, 2002n, tradução nossa, grifo nosso).

Já convencido de que a guerra contra o regime iraquiano era necessária, Bush mostra que a maior operação militar de seu governo estaria prestes a ocorrer. A guerra, no entanto, é minimizada e considerada como parte da ‘guerra ao terrorismo’ e não apenas contra um regime político ou país. A tática discursiva de Bush, já explanada inicialmente neste capítulo,

²³³ Texto original em inglês: And that is the source of our urgent concern about Saddam Hussein's links to international terrorist groups. Over the years, Iraq has provided safe haven to terrorists such as Abu Nidal, whose terror organization carried out more than 90 terrorist attacks in 20 countries that killed or injured nearly 900 people, including 12 Americans. Iraq has also provided safe haven to Abu Abbas, who was responsible for seizing the Achille Lauro and killing an American passenger. And we know that Iraq is continuing to finance terror and gives assistance to groups that use terrorism to undermine Middle East peace. We know that Iraq and the al Qaeda terrorist network share a common enemy - the United States of America. We know that Iraq and al Qaeda have had high-level contacts that go back a decade. Some al Qaeda leaders who fled Afghanistan went to Iraq. These include one very senior al Qaeda leader who received medical treatment in Baghdad this year, and who has been associated with planning for chemical and biological attacks. We've learned that Iraq has trained al Qaeda members in bomb-making and poisons and deadly gases. And we know that after September the 11th, Saddam Hussein's regime gleefully celebrated the terrorist attacks on America. Alliance with terrorists could allow the Iraqi regime to attack America without leaving any fingerprints. [...]. Saddam Hussein is harboring terrorists and the instruments of terror, the instruments of mass death and destruction. And he cannot be trusted.

²³⁴ Texto original em inglês: [...] you can't distinguish between al Qaeda and Saddam when you talk about the war on terror. [...]. I can't distinguish between the two, because they're both equally as bad, and equally as evil, and equally as destructive. [...]. The danger is that al Qaeda becomes an extension of Saddam's madness and his hatred and his capacity to extend weapons of mass destruction around the world.

funcionou na base do apagamento das diferenças entre o regime iraquiano e o grupo terrorista al Qaeda.²³⁵ Ao se ressaltar as similitudes, as diferenças são ignoradas no intuito de legitimar o discurso. A ideia era mostrar que ambos eram equivalentes, complementares e faziam parte da mesma instância que estaria colocando em risco a segurança dos EUA e do mundo.

Onze anos atrás, como uma condição para o fim da Guerra do Golfo Pérsico, o regime iraquiano foi obrigado a destruir as suas armas de destruição em massa, para cessar todo o desenvolvimento de tais armas, e para parar todo o apoio a grupos terroristas. O regime iraquiano violou todas essas obrigações. **Ele possui e produz armas químicas e biológicas. Ele está buscando armas nucleares. Ele tem dado abrigo e apoio ao terrorismo, e pratica terror contra seu próprio povo**²³⁶ (BUSH, 2002c, tradução nossa, grifo nosso).

Significados implícitos são usados no discurso para revelar conexões entre o passado e o presente. A retórica presidencial nesse caso cria uma imagem paralela entre ‘grupos terroristas’ e ‘armas de destruição em massa’ como inseparáveis. E o mais importante, o potencial do Iraque na produção dessas armas. Ora, se interessa aos grupos terroristas a posse de tais armas, e se o governo iraquiano é justamente aquele que as produz, há uma clara conexão entre o governo de Saddam Hussein e o terrorismo internacional.

A mesma ameaça representada pela al Qaeda (através do 11/9) e a ameaça representada pelo Iraque (através da produção de armas de destruição em massa) são construídas como paralelas e relevantes para serem combatidas. Nota-se que a espécie do perigo é a mesma, o que muda é o grau de diferença, ou seja, as ADM possuem um potencial de destruição muito maior.

Os ataques de 11 de setembro mostraram ao nosso país que vastos oceanos já não nos protegem do perigo. **Antes dessa data trágica, tivemos apenas indicações dos planos e projetos da al Qaeda. Hoje no Iraque, vemos uma ameaça cujos contornos são muito mais claramente definidos, e cujas consequências poderiam ser muito mais mortais.** As ações de Saddam Hussein nos colocaram em observação, e não há refúgio para as nossas responsabilidades²³⁷ (BUSH, 2002c, tradução nossa, grifo nosso).

²³⁵ O apagamento das diferenças para se justificar as características similares são analisadas por autores como Walker (2013), Campbell (1998a) e Hansen (2006). O próprio Derrida (1995) também abordou essa questão quando analisou a dicotomia fala / escritura.

²³⁶ Texto original em inglês: Eleven years ago, as a condition for ending the Persian Gulf War, the Iraqi regime was required to destroy its weapons of mass destruction, to cease all development of such weapons, and to stop all support for terrorist groups. The Iraqi regime has violated all of those obligations. It possesses and produces chemical and biological weapons. It is seeking nuclear weapons. It has given shelter and support to terrorism, and practices terror against its own people.

²³⁷ Texto original em inglês: The attacks of September the 11th showed our country that vast oceans no longer protect us from danger. Before that tragic date, we had only hints of al Qaeda's plans and designs. Today in Iraq, we see a threat whose outlines are far more clearly defined, and whose consequences could be far more deadly. Saddam Hussein's actions have put us on notice, and there is no refuge from our responsibilities.

Notamos que os planos e projetos da al Qaeda são equiparados a ameaças claramente definidas e encaixadas no Iraque. A diferença é que os planos da al Qaeda já foram executados por intermédio do 11 de setembro, enquanto as consequências da ameaça iraquiana ainda estariam em plena germinação para serem aplicadas contra os Estados Unidos. Mais uma vez notamos o apagamento das diferenças e reforço das similitudes, tornando o discurso pedagógico e de fácil compreensão. Neste caso, as semelhanças acabam se tornando tão próximas que não haveria qualquer necessidade de comprovação ‘real’ das ameaças para se justificar a intervenção. O que Bush quer ressaltar é que os elementos advindos do Iraque seriam suficientes para justificar uma intervenção, como a que de fato ocorreu. O paralelismo provocado por Bush entre a al Qaeda e o Iraque diferem apenas em local e hora, ou seja, ambos se complementam na mesma ameaça, porém um já a efetivou, enquanto o outro está na iminência de efetivar. Em outro trecho, Bush resalta este fato e apaga as diferenças entre o regime político iraquiano e o grupo terrorista, como afirmou: “[...] **tudo o que é necessário é um pequeno local e um terrorista ou agente da inteligência iraquiana para entregá-lo. E essa é a fonte da nossa preocupação urgente sobre as ligações de Saddam Hussein com grupos terroristas internacionais**”²³⁸ (BUSH, 2002c, tradução nossa, grifo nosso).

O trecho citado mostra que Bush coloca em paralelo ‘um terrorista’ com um ‘agente da inteligência iraquiana’. O intuito é mostrar que há uma semelhança e possibilidade de executarem as mesmas ações e sob as mesmas motivações. Embora a categoria formal entre ambos seja diferente, o discurso constrói as similitudes para reforçar as ações americanas contra ambos. Mais do que isso, se um terrorista faz parte da al Qaeda, e o governo iraquiano tem atitudes similares às dos terroristas, ambos acabam sendo, também, semelhantes: Saddam Hussein e os grupos terroristas compartilhando da mesma identidade. Nota-se uma clara manipulação identitária para justificar as ações americanas.

4.3.4 O perigo das armas de destruição em massa

O quarto elemento a ser analisado nos mostrou que, em questões de segurança, as armas de destruição em massa já estavam presentes nos discursos de Bush antes mesmo dos ataques de 11 de setembro de 2001 (ver gráficos 1 e 2), chegando, inclusive, a superar temas como terrorismo e democracia. Após os atentados, a posição de Bush em relação às ADM era

²³⁸ Texto original em inglês: [...] all that might be required are a small container and one terrorist or Iraqi intelligence operative to deliver it. And that is the source of our urgent concern about Saddam Hussein's links to international terrorist groups.

constantemente vinculada ao perigo que elas representariam nas mãos dos terroristas e dos Estados párias. A irresponsabilidade destes para com a comunidade internacional poderia levá-los a afrontar os EUA e se fazer num grande perigo ao mundo em face do poder destrutivo de um arsenal bélico. Nesses termos, dois elementos permeiam os discursos de Bush após o 11/9: (1) o perigo que representaria a posse das armas de destruição em massa nas mãos dos terroristas e Estados párias; e (2) a posse de armas de destruição em massa pelo Iraque como justificadora para a intervenção militar naquele país. Sendo este segundo elemento o mais relevante para este tópico.

No primeiro ponto, notamos que os discursos de Bush acerca das armas de destruição em massa revelavam uma preocupação em países que as possuem. Duas semanas após o 11 de setembro, Bush já externa esse sentimento: “[...] nós queremos estabilidade em países que possuam armas nucleares”²³⁹ (BUSH, 2001z, tradução nossa). Essa preocupação se dava pelo fato de que o potencial bélico de uma ADM poderia causar um desequilíbrio nas relações entre os países, acarretando um cenário apocalíptico.

A maior preocupação, no entanto, seria que essas armas nucleares fossem desenvolvidas por Estados párias, considerados, por Bush, como inimigos dos Estados Unidos:

Nossos inimigos têm declarado abertamente que eles estão buscando armas de destruição em massa [...]. [...] devemos evitar que os nossos inimigos possam ameaçar-nos, nossos aliados e nossos amigos, com armas de destruição em massa [...]. **Nosso foco imediato será aquelas organizações terroristas de alcance global e qualquer Estado pária patrocinador do terrorismo, que tente ganhar ou usar armas de destruição em massa.** [...] Outros regimes desonestos buscar armas nucleares, biológicas e armas químicas também. Esses Estados, através do comércio mundial de armas, se tornaram uma ameaça para todas as nações. **Temos de estar preparados para parar os Estados párias e os seus clientes terroristas antes que eles sejam capazes de ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos**²⁴⁰ (NATIONAL..., 2002, tradução nossa, grifo nosso).

O entendimento de Bush era de que se esses países não possuem qualquer responsabilidade para com a comunidade internacional, a posse de ADM por eles seria uma forma de afrontar os EUA e seus aliados. É interessante, neste ponto, retomarmos a discussão

²³⁹ Texto original em inglês: [...] we want stability in countries that may have nuclear weapons.

²⁴⁰ Texto original em inglês: Our enemies have openly declared that they are seeking weapons of mass destruction [...] prevent our enemies from threatening us, our allies, and our friends, with weapons of mass destruction [...] Our immediate focus will be those terrorist organizations of global reach and any terrorist or state sponsor of terrorism which attempts to gain or use weapons of mass destruction. [...]. Other rogue regimes seek nuclear, biological, and chemical weapons as well. These states' pursuit of, and global trade in, such weapons has become a looming threat to all nations. We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends.

teórica feita a respeito da subjetividade do perigo feita com amparo na obra de Campbell (1998a). Embora a condição material fosse a mesma (armas de destruição em massa), a percepção de perigo se modificou. No caso dos Estados Unidos e seus aliados, a posse delas não representaria perigo, mas no caso dos ‘inimigos’ americanos, elas seriam prejudiciais ao mundo. Esse fato nos leva a considerar a assertiva pós-estruturalista de que nenhuma materialidade possui significado longe dos limites discursivos e da interpretação dos fatos.

É interessante notar que, embora o 11/9 tenha sido associado aos terroristas e suas características homicidas, os Estados párias também encarnariam as mesmas características que seriam associadas aos terroristas. E essa certeza levou o ex-presidente a categorizar alguns regimes no ‘eixo do mal’, que seriam opostos ao ‘eixo do bem’, liderado pelos EUA. Entre esses estava a Coreia do Norte, acusada por Bush de estar se armando com mísseis e armas de destruição em massa, o Irã, que estaria almejando arsenal nuclear, dando suporte aos terroristas e promovendo o terror, ao mesmo tempo que impedia as liberdades de seu povo, e o Iraque, que estaria investindo constantemente em sua hostilidade contra a América e dando suporte ao terror. Ao almejar possuir ADM, esses países representariam uma crescente ameaça. Eles poderiam prover tais armas para grupos terroristas, dando-lhes os mecanismos para investir em outro ataque contra os EUA.

Estados como estes, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armados para ameaçar a paz do mundo. Ao buscar armas de destruição em massa, estes regimes representam um perigo grave e crescente. **Eles poderiam fornecer estas armas aos terroristas, dando-lhes os meios que combinem com seu ódio.** Eles poderiam atacar os nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer destes casos, o preço de indiferença seria catastrófico. [...]. Milhares de assassinos perigosos, educados nos métodos de assassinato, muitas vezes apoiados por regimes ilegais, estão agora espalhados por todo o mundo e se armando com bombas-relógio [...]. **[T]emos de impedir que os terroristas e regimes que buscam armas químicas, biológicas ou nucleares ameacem os Estados Unidos e o mundo.** [...]. Os Estados Unidos da América não permitirão que os regimes mais perigosos nos ameacem com as armas mais destrutivas do mundo²⁴¹ (BUSH, 2002, tradução nossa, grifo nosso).

No segundo ponto, notamos que os discursos que antecedem o 11 de setembro, tratam Saddam Hussein de forma periférica e praticamente ausente dos discursos (ver gráfico 1). As

²⁴¹ Texto original em inglês: States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic. [...]. Thousands of dangerous killers, schooled in the methods of murder, often supported by outlaw regimes, are now spread throughout the world like ticking time bombs, set to go off without warning.[...]. we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world. [...]. The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons.

referências ao ex-líder iraquiano eram pontuais e se limitavam à posse de armas de destruição em massa por aquele país. Todavia, os discursos revelavam mais a necessidade de esforços para inspeções internacionais, ao passo que a intervenção militar não era, nos discursos analisados, aventada como uma alternativa concreta. Saddam Hussein também não era, até então, diretamente tido como um partidário do terrorismo internacional.

Essa percepção, no entanto, se modifica. As atitudes consideradas irresponsáveis e em favor de um projeto de armas de destruição em massa levou Bush a considerar o regime iraquiano uma ameaça, a ponto de se fazer necessário o uso da força para barrar os planos do ditador Saddam Hussein.

Com esta resolução, o Congresso autorizou o uso da força. Eu não ordenei o uso da força. **Espero que o uso da força não se torne necessário. No entanto, ao enfrentar a ameaça representada pelo Iraque, ela é necessária [...]. Ou o regime iraquiano desiste de suas armas de destruição em massa, ou, em prol da paz, os Estados Unidos vão liderar uma coalizão global para desarmar esse regime.** Se há alguma dúvida em relação à determinação de nossa nação, eles seriam imprudentes em nos testar. O regime iraquiano é uma ameaça grave e crescente para a paz. Sob os comandos de um ditador, **o regime é armado com armas biológicas e químicas, possui mísseis balísticos, promove o terror internacional e busca armas nucleares**²⁴² (BUSH, 2002h, tradução nossa, grifo nosso).

No Iraque, um ditador está a construir e esconder armas que poderiam permitir-lhe dominar o Oriente Médio e intimidar o mundo civilizado - e nós não vamos permitir isso. Este mesmo tirano tem laços estreitos com organizações terroristas, e poderia fornecer-lhes os terríveis meios para atacar este país [os EUA] - e a América não vai permitir isso. **O perigo representado por Saddam Hussein e suas armas não pode ser ignorado ou afastado. O perigo deve ser confrontado.** Esperamos que o regime iraquiano atenda às demandas da Organização das Nações Unidas e se desarme, totalmente e de forma pacífica. Se isso não acontecer, estamos preparados para desarmar o Iraque pela força. De qualquer forma, este perigo será removido²⁴³ (BUSH, 2003d, tradução nossa, grifo nosso).

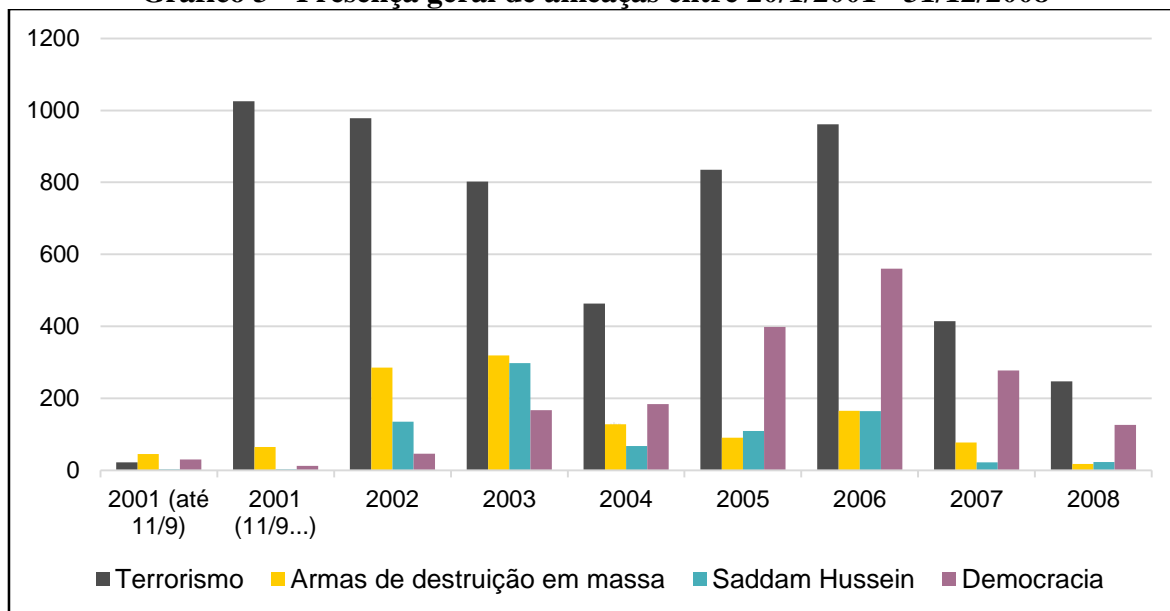
²⁴² Texto original em inglês: With this resolution, Congress has now authorized the use of force. I have not ordered the use of force. I hope the use of force will not become necessary. Yet, confronting the threat posed by Iraq is necessary [...]. Either the Iraqi regime will give up its weapons of mass destruction, or, for the sake of peace, the United States will lead a global coalition to disarm that regime. If any doubt our nation's resolve, our determination, they would be unwise to test it. The Iraqi regime is a serious and growing threat to peace. On the commands of a dictator, the regime is armed with biological and chemical weapons, possesses ballistic missiles, promotes international terror and seeks nuclear weapons.

²⁴³ Texto original em inglês: In Iraq, a dictator is building and hiding weapons that could enable him to dominate the Middle East and intimidate the civilized world - and we will not allow it. This same tyrant has close ties to terrorist organizations, and could supply them with the terrible means to strike this country - and America will not permit it. The danger posed by Saddam Hussein and his weapons cannot be ignored or wished away. The danger must be confronted. We hope that the Iraqi regime will meet the demands of the United Nations and disarm, fully and peacefully. If it does not, we are prepared to disarm Iraq by force. Either way, this danger will be removed.

4.3.5 Comparação entre antes e depois do 11 de setembro

O 11 de setembro de 2001, enquanto evento-chave para esta análise, provocou mudanças na utilização e na estabilidade/instabilidade das estruturas discursivas de George W. Bush. Inicialmente, notamos um deslocamento de temas até então periféricos para o centro da agenda discursiva do ex-presidente. Questões ligadas ao terrorismo e às armas de destruição em massa, embora já fossem um forte motivo de preocupação por parte de Bush, se potencializaram, ocupando espaço central. Por outro lado, Saddam Hussein, praticamente ausente dos discursos, passou a ser considerado um grande inimigo a ser combatido. O gráfico 3 nos mostra como cada elemento se comportou antes e depois do 11 de setembro.

Gráfico 3 - Presença geral de ameaças entre 20/1/2001 - 31/12/2008

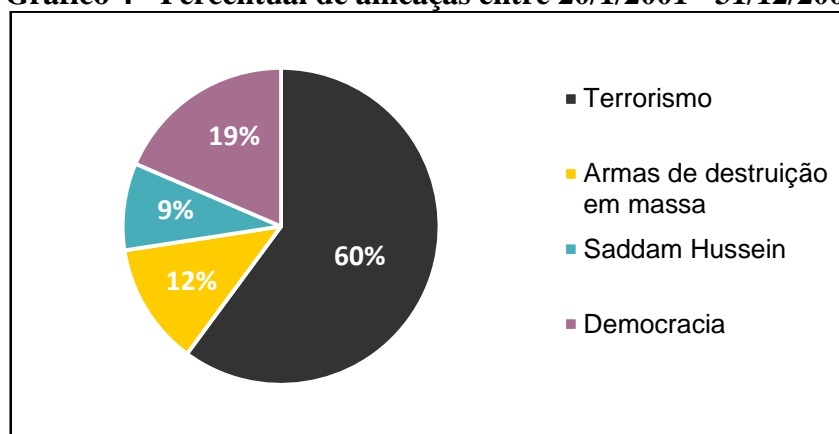


Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos discursos de Bush entre 20/1/2001 - 31/12/2008

O primeiro elemento, terrorismo, ocupa espaço central em praticamente todo o mandato. Contudo, notamos que em 2004, período eleitoral, a intensidade desse elemento se reduz, cedendo espaço a outros temas domésticos como saúde, educação, emprego etc. Mas isso não significa uma diminuição na importância do tema, haja vista a guerra contra o Iraque ter iniciado em 2003 e ocupado amplo espaço na agenda de segurança do país. Ainda no caso do terrorismo, notamos a constante dicotomia discursiva entre a identidade dos terroristas em choque com a dos americanos. A centralidade desse elemento nos ajudou a verificar a relação estabilidade/instabilidade na comparação entre o antes e depois dos atentados. O gráfico 4 revela a centralidade do terrorismo nos discursos durante praticamente os dois mandatos,

ocupando mais da metade percentual.

Gráfico 4 - Percentual de ameaças entre 20/1/2001 - 31/12/2008



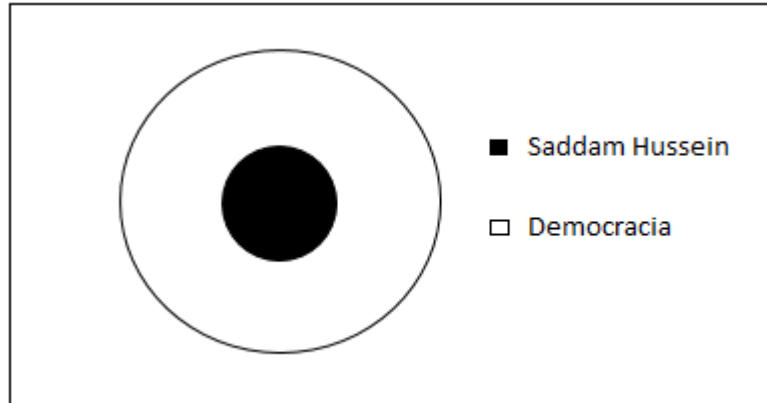
Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos discursos de Bush entre 20/1/2001 - 31/12/2008

No caso das armas de destruição em massa, embora tenha tido importante espaço antes do 11 de setembro (ver tópico 4.2.1), teve sua percepção ampliada, sendo vinculada aos Estados párias e grupos terroristas. Já no caso de Saddam Hussein, sua aparente ausência antes dos eventos nos revelou um importante deslocamento. Nesse caso, questões identitárias foram amplamente contempladas em relação às características do ex-líder iraquiano como opostas às americanas. E, finalmente, no caso da democracia, a forte presença do elemento antes mesmo do 11/9 se aprofundou. Os discursos nos mostraram que o objetivo final a ser alcançado pelas nações seria a democracia. Daí o fato de sua presença apenas ter crescido nos discursos, diminuindo apenas nos dois últimos anos. Sobretudo destaco sua crescente presença a partir de 2003, pois com o avanço da guerra no Iraque e a destituição de Saddam Hussein do poder, a democracia passou a ocupar importante espaço nos discursos, sendo o modelo a ser implantado em substituição à tirania.

Os eventos de 11 de setembro de 2001 provocaram mudanças tanto na utilização quanto nas estabilidades das estruturas discursivas de Bush. Em primeiro lugar, notamos um crescente deslocamento de temas do centro para a periferia da agenda discursiva do ex-presidente. Temáticas como a democracia apenas se intensificaram nos dois mandatos (ver gráfico 4), ao passo que Saddam Hussein, bastante presente entre 2002-2003 foi sendo deslocado à periferia discursiva. Notamos que, na medida em que a Guerra no Iraque avançava e Saddam Hussein era combatido, sendo destituído e morto posteriormente, a temática da democracia ocupa o lugar deixado: a derrubada do regime ditatorial abria espaço para um novo momento - a implantação da democracia. A figura 9 e 10 ilustram esse movimento entre o centro e a periferia discursiva. A área central representa uma maior utilização do tema, enquanto a área externa

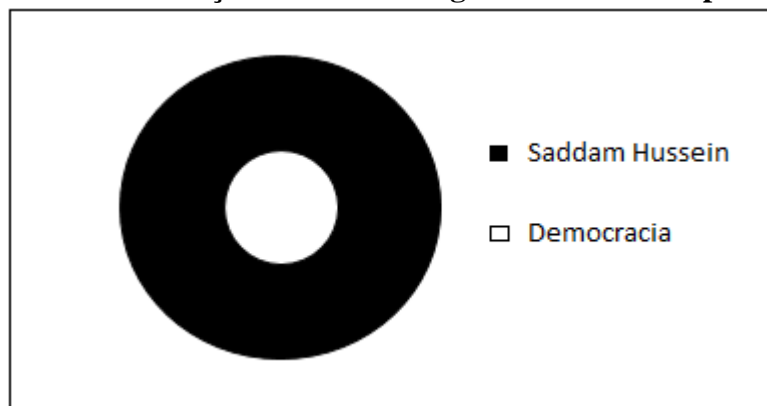
significa um menor número de referências ao mesmo.

Figura 6 - Localização de temas na agenda discursiva anterior ao 11/9



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos discursos de Bush anteriores ao 11/9

Figura 7 - Localização de temas na agenda discursiva após o 11/9



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos dos discursos de Bush posteriores ao 11/9

Outro tema até então estável eram as armas de destruição em massa. Esporadicamente citadas como um perigo mais do passado do que no presente (principalmente durante o período da Guerra Fria), após os atentados passou a ser um perigo real e grande ameaça à segurança dos EUA e dos países aliados.

A frequência e intensidade na utilização dos temas revelam que a repetição dos mesmos acaba por gerar um processo de abertura de sentidos relativos a cada conceito ou lógica argumentativa. Nesses termos, as estabilidades verificadas nos discursos de Bush somente se sustentariam uma vez que os temas em questão estivessem situados na periferia dos seus discursos. Enquanto a repetição de conceitos e temáticas estiver relativamente preservada ao excesso de exposição, as estruturas lógicas que as sustentam conseguiriam manter a coerência necessária na produção de sentidos. Por outro lado, quando os temas são focados na agenda discursiva, uma maior repetição deles pode ser verificada, fazendo com que as instabilidades

até então apagadas se revelem e sofram um processo de sobrecarga de sentidos e tenham, naturalmente, que conviver com as aberturas das estruturas antes ocultadas.

Esta relação entre a centralidade de um tema e sua maior instabilidade acarreta na necessidade de o produtor dos discursos buscar estratégias que consigam relativizar as aberturas que foram geradas pelo excesso de exposição e repetição dos conceitos. No caso de Bush, a política adotada em relação às instabilidades, sejam as que estavam situadas antes ou depois ao 11 de setembro, buscava relativizá-las mediante as características do seu contexto. A contemporização e especificidade de cada situação, por exemplo, serviu para relativizar e mudar o foco de alguns elementos que poderiam colocar em cheque a lógica discursiva criada em torno de determinado assunto. Em outras palavras, alegar a unicidade de determinados acontecimentos, como o 11 de setembro, serviu para legitimar ações que, em contrapartida, seriam necessárias também em virtude de um contexto particular e único na história dos Estados Unidos.

CONCLUSÃO

De acordo com o principal argumento desta pesquisa, o discurso não é meramente um reprodutor de significados e tampouco uma expressão intermediária entre concretude material e mundo ideacional: o discurso é a própria realidade. Não há, portanto, qualquer realidade material longe dos limites discursivos. Em torno dessa assertiva, e amparado em autores pós-estruturalistas como Derrida, Foucault, Bartelson, Hansen, Campbell, Walker e Cynthia Weber, aplicamos o aporte teórico fornecido para verificarmos como se deu a construção do inimigo durante o governo de George W. Bush (2001-2008). Sobretudo fomos motivados a analisar o antes e depois do 11 de setembro de 2001, e se os discursos do ex-presidente revelavam uma continuidade ou mudança nos elementos analisados: terrorismo, democracia, Saddam Hussein e armas de destruição em massa.

Então, o que podemos concluir a partir desta análise de discurso sobre os oito anos de mandato presidencial em relação a esses elementos?

Nesta pesquisa, fomos levados a considerar a relação entre identidade e política externa e suas consequências para o modus operandi dos Estados Unidos para com os demais. No caso do governo Bush, notamos que uma série de elementos identitários foram usados para justificar suas ações e convencer a comunidade internacional delas. Nos anos posteriores ao 11/9, Bush cunhou uma agenda ideológica especificando uma série de prescrições políticas amparadas em uma interpretação particular sobre a identidade americana e todas as demais. E com base em tais prescrições, o discurso criado encontrou guarida e amplo apoio para as ações de combate ao terrorismo e derrubada do governo iraquiano sob a liderança de Saddam Hussein. As principais premissas que serviram para amparar suas ações políticas após o 11/9 foram a de que a promoção da democracia deveria ser a meta central para a política externa americana; que a América era vulnerável a inimigos visíveis e invisíveis; que o mundo era dividido entre as forças da ‘civilização’ e da ‘barbárie’ ou ‘terroristas’; a de que os grupos terroristas eram irracionais e, em virtude da rejeição deles às normas internacionais, eles não eram totalmente ‘humanos’; que a guerra contra o terrorismo era uma missão, um chamado que caberia aos americanos enfrentar; e que outras democracias deveriam se unir aos EUA para combater governos autoritários, ressaltando, todavia, que por uma questão moral os Estados Unidos poderiam agir sozinhos se necessário.

Em seus discursos, Bush constantemente reforçava o perigo que o terrorismo representava ao mundo, frequentemente fazendo alusão a números (dezenas ou milhares) de terroristas, invisíveis, porém presentes em grande parte do mundo. Ao rejeitarem as normas da

civilização, eles viveriam nas sombras, em cavernas, longe do mundo civilizado e das grandes cidades. Eles seriam irracionais, malvados, assassinos e capazes de matar sem qualquer constrangimento ou remorso. Seriam parasitas que tentariam destruir a liberdade encontrada no mundo ocidental. Sua sanidade mental não poderia, portanto, ser creditada. Na visão de Bush, os ataques de 11 de setembro de 2001 representariam a última grande batalha entre ‘liberdade e medo’ que seria travada na história. E nessa guerra ao terror, nem mesmo Deus seria neutro.

O aporte teórico fornecido por Campbell (1998a), Walker (2013) e Lene Hansen (2006) nos ajudou a compreender a relação entre o *Inside/outside* aplicada à dicotomia entre americanos e terroristas. Ao separar constantemente os ‘americanos’ dos ‘terroristas’, o ex-presidente cria uma linha demarcatória entre o *self* e o *other*, o correto e o errado. Já na análise acerca da democracia, o aporte fornecido por Bartelson (1995) e Cynthia Weber (1995) foi crucial para verificarmos como Bush, discursivamente, relativizou a soberania iraquiana para justificar a intervenção. Ao alegar que o próprio povo iraquiano estaria desejoso da intervenção, Bush conseguiu alegar da necessidade de ‘libertar’ o povo iraquiano do jugo ditatorial de Saddam Hussein.

O governo Bush com sucesso conseguiu criar uma identidade americana e orientar suas ações políticas em torno dela no sistema internacional. A guerra no Iraque, em particular, externou esse ideal. Verificamos que, embora a guerra seja considerada uma violação às expectativas de uma busca pela paz entre as nações, Bush conseguiu reverter o foco de ‘violação’ para o de ‘restauração’. Ao argumentar que o Iraque não estava sendo legitimamente representado, e com isso cedendo espaço à proliferação de ameaças terroristas (vinculando, inclusive, o governo iraquiano com o grupo terrorista al Qaeda) e a produção de armas de destruição em massa, as forças americanas seriam a grande libertadora do Iraque. A simulação de pessoas, criando a imagem desejosa do próprio povo iraquiano pela intervenção, serviu para justificar uma ação militar americana. Além disso, Bush argumentou que os povos árabes do Oriente Médio tinham sofrido muito sob regimes opressivos e que gostariam de receber a libertação advinda com a democracia. Nesses termos, os EUA seriam benevolentes, e não agressivos ao iniciarem uma intervenção militar.

No que diz respeito aos elementos discursivos criados, é interessante notar que a profundidade com que eles foram utilizados fez com que o governo Bush se tornasse prisioneiro de seu próprio discurso, de sua construção identitária e, conseqüentemente, de suas políticas. Daí entendemos a importância exercida pelo discurso e suas conseqüências para as ações estatais. Diversas vezes as características elencadas eram tidas como naturais, ou seja, a própria essência americana era oposta aos ‘terroristas’.

Pós-estruturalismo: teoria e prática

A implicação da teoria pós-estruturalista na condução da política internacional pode e deve ser mais explorada. Como arcabouço teórico, o pós-estruturalismo sugere a importância de se compreender como as questões subjetivas e percepções dos atores importa e é refletida na política internacional. Os ataques de 11 de setembro nos revelaram que uma série de políticas cunhadas por percepções na relação entre o *self* e o *other* podem ser reverberadas na política externa. Há, portanto, uma grande necessidade de uma maior compreensão do subjetivo, do relativo e suas implicações na política internacional ao longo da história. Para efeito de análise de política externa, a identidade nacional deve ser entendida como sendo construída discursivamente, envolvendo questões identitárias que são enquadradas dentro dos limites retóricos de identidade nacional.

A teoria pós-estruturalista sugere, também, que nada há que seja atemporal e fixo no tempo e espaço. Isso não significa que a mudança seja necessariamente imediata após uma mudança discursiva, mas que o discurso é capaz de moldar percepções e modificar ações no âmbito político. No caso do governo Bush notamos que as características negativas associadas à Saddam Hussein não foram construídas imediatamente após os ataques, mas através de uma constante construção e vínculo com Osama bin Laden e os grupos terroristas é que o ex-presidente modificou as características que, até então, eram associadas ao ex-líder iraquiano.

Há muitos exemplos de como perspectivas acarretam em sérias consequências para as sociedades ao longo da história. A teoria pós-estruturalista permite uma ampla análise na política externa do Estado e as múltiplas práticas presentes na reinterpretação da identidade nacional. Nesse processo, considero que a maior contribuição seja a ausência de imutabilidade no âmbito político. A limitação de conceitos impede a análise de questões periféricas que são capazes de influenciar e acarretar em profundas modificações no que, até então, era tido como dado e pré-determinado.

Esta dissertação analisou um caso relevante e específico da política norte-americana ocorrido nos últimos anos, mas que sugere uma prescrição para futuras análises também. Compreender a realidade social e política, bem como os atores que nesse ambiente interagem, nos mostra a importância de entender o universo político e seu entrecruzamento com as questões identitárias e subjetivas. Tal relevância nos mostra como o discurso pode ser uma poderosa ferramenta para se analisar questões políticas e as mudanças narrativas nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. **European Journal of International Relations**, n. 3, v. 3, p. 319-363, 1997.
- ADLER, Emanuel. Constructivism in International Relations: Sources, Contributions, and Debates. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. London: SAGE Publications Ltd, Cap. 5, p. 112-144, 2013.
- ALLISON, David B. Translator's Introduction. In: DERRIDA, Jacques. **Speech and phenomena and other essays on Husserl's theory of signs**. Evanston: Northwestern University Press, p. xxxi-xlii, 1973b.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASHLEY, Richard. Political Realism and human interests. **International Studies Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 204-236, 1981.
- ASHLEY, Richard. The Poverty of Neorealism. **International Organization**, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.
- ASHLEY, Richard. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique. **Millenium Journal of International Studies**, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1988.
- ASHLEY, Richard. The Powers of Anarchy: Theory, Sovereignty, and the Domestication of Global Life. In: DER DERIAN, James (Ed.). **International Theory: Critical Investigations**. Basingstoke: Macmillan, Cap. 6, p. 94-128, 1995.
- ASHLEY, Richard. The achievements of post-structuralism. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken. **International theory: positivism and beyond**. New York: Cambridge University Press, 1996. Cap. 11, p. 240-253.
- ASHLEY, Richard. Living on the border lines: Man, poststructuralism, and War. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. **International/Intertextual relations. Postmodern readings of the world politics**. New York: Ed. Lexington books, 1999. Cap. 13, p. 259-322.
- AXELROD, Robert. **The evolution of cooperation**. New York: Basic books, 1984.
- AYER, Alfred Jules. **Logical positivism**. New York: Free press, 1959.
- AYER, Alfred Jules. **The foundations of empirical knowledge**. London: Macmillan, 1940.
- BALDWIN, David A. Neoliberalism, Neorealism, and World Politics. In: BALDWIN, David A. (Ed.). **Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate**. New York: Columbia University Press, Cap. 1, p. 3-28, 1993.
- BARTELSON, Jens. **A genealogy of sovereignty**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BARTELSON, Jens. The Concept of Sovereignty Revisited. **The European Journal of International Law**, v. 17, n. 2, p. 463-474, 2006.

BARTELSON, Jens. Sovereignty before and after the linguistic turn. In: ADLER-NISSEN, Rebecca; GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas. **Sovereignty games: instrumentalizing state sovereignty in Europe and beyond**. New York: Palgrave, Cap. 3, p. 33-46, 2008.

BARTELSON, Jens. Double binds: sovereignty and the just war tradition. In: KALMO, Hent. (Ed.); SKINNER, Quentin. **Sovereignty in fragments: the past, present and future of a contested concept**. Cambridge: Cambridge University Press, Cap. 4, p. 81-95, 2010.

BARTELSON, Jens. On the indivisibility of sovereignty. **Republics of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics, and the Arts**. v. 2, n. 2, p. 85-94, 2011.

BARTHES, Roland. **Image, Music, Text**. London: Fontana Press, 1977.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **The social construction of reality: a treatise in the Sociology of Knowledge**. London: Penguin Books, 1966.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda, 1986.

BERNSTEIN, Richard. **The restructuring of Social and Political Theory**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1976.

BEST, Steven; KELLNER, Douglas. **Postmodern theory: critical interrogations**. New York: The Guilford Press, 1991.

BIERSTEKER, Thomas J.; WEBER, Cynthia. **State sovereignty as social construct**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BLEIKER, R. **Divided Korea: Toward a Culture of Reconciliation**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1986.

BOULDING, Kenneth. **Conflict and defense: A general theory**. New York: Harper and Row, 1962.

BRAMS, Steven. **Superpower games: applying game theory to superpower conflict**. Boulder: Lynne Rienner, 1985.

BRANCH, Jordan. **The cartographic state: maps, territory and the origins of sovereignty**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BROWN, Chris.; AINSLEY, Kirsten. International Relations Theory Today. In: BROWN, Chris.; AINSLEY, Kirsten. **Understanding International Relations**. New York: Palgrave Macmillan, Cap. 3, p. 40-62, 2005.

BRYANT, Christopher. **Positivism in Social Theory and research**. London: Macmillan, 1985.

BULL, Heddley. **International Theory: the case for a classical approach**. *World Politics*, v. 18, p. 361-377, 1966.

BURKE, Anthony. Post-structural security studies. In: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). **Critical Approaches to Security: an introduction to theories and methods**. London: Routledge, Cap. 7, p. 79-88, 2013.

BUSH, George W. **Statement by the President in Address to the Nation**. Washington DC, 11 set. 2001a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>>. Acesso em: 26 out. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Former W.H. Press Secretary Remembers Bush On 9/11: 'We're Going To Kick Their Ass'**. Washington DC, 11 set. 2001b. Disponível em: <<http://www.nationalmemo.com/former-w-h-press-secretary-remembers-bush-on-911-were-going-to-kick-their-ass/>>. Acesso em 30 out. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the President to the Troops and Personnel**. Virginia, 13 fev. 2001c. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/02/20010213-1.html>>. Acesso em 17 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the President to Students and Faculty at National Defense University**. Washington D.C, 1 maio 2001d. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/05/20010501-10.html>>. Acesso em 17 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President George W. Bush's Inaugural Address**. Washington D.C, 20 jan. 2001e. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/inaugural-address.html>>. Acesso em 17 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Statement by the president in his address to the nation**. Washington D.C, 11 set. 2001f. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>>. Acesso em 18 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the president in photo opportunity with the national security team**. Washington D.C, 11 set. 2001g. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010912-4.html>>. Acesso em 18 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President's Remarks at National Day of Prayer and Remembrance**. Washington DC, 14 set. 2001h. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010914-2.html>>. Acesso em 02 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President urges readiness and patience**. Maryland, 15 set. 2001i. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010915-4.html>>. Acesso em 02 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the president in photo opportunity with the national security team.** Washington D.C, 12 set. 2001j. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010912-4.html>>. Acesso em 18 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President says terrorists tried to disrupt world economy.** Shanghai, 20 out. 2001k. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011021-5.html>>. Acesso em 03 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Address to a joint session of Congress and the American people.** Washington D.C, 20 set. 2001l. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>>. Acesso em: 03 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President holds prime time news conference.** Washington, 11 out. 2001m. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011011-7.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President freezes terrorists' assets.** Washington D.C, 24 set. 2001n. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010924-4.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Bush spoke from Barksdale Air Force Base in Louisiana.** Louisiana, 11 set. 2001o. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/bushtext2_091101.htm>. Acesso em: 4 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush: "No Nation Can Be Neutral in This Conflict".** Varsóvia, 6 nov. 2001p. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011106-2.html>>. Acesso em: 6 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the President upon arrival.** Washington D.C, 16 set. 2001q. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010916-2.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **Presidential address to the nation.** Washington D.C, 7 out. 2001r. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011007-8.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the President to U.S. Attorneys Conference.** Washington D.C, 29 nov. 2001s. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011129-12.html>>. Acesso em: 7 jan. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Discusses Stronger Economy and Homeland Defense.** Maryland, 24 out. 2001t. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011024-2.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **Radio Address by the President To the Nation.** Washington D.C, 24 nov. 2001u. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011124.html>>. Acesso em 7 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President Delivers Commencement Address at Coast Guard.** Connecticut, 21 maio 2001v. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/05/20030521-2.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President Welcomes Aid Workers Rescued from Afghanistan.** Washington D.C, 26 nov. 2001x. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011126-1.html>>. Acesso: 14 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by President Bush and Prime Minister Koizumi of Japan in Photo Opportunity.** Washington D.C, 25 set. 2001z. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010925-1.html>>. Acesso em: 18 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President delivers State of the Union Address.** Washington D.C, 29 jan. 2002a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush delivers graduation speech at West Point.** New York, 1 jun. 2002b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush outlines Iraqi threat.** Cincinnati, 7 out. 2002c. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021007-8.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush Discusses Iraq with Congressional Leaders.** Washington D.C, 26 set. 2002d. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/09/20020926-7.html>>. Acesso em: 22 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the President in address to the United Nations General Assembly.** New York, 12 set. 2002e. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/09/20020912-1.html>>. Acesso em: 22 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President: Iraqi regime danger to America if “Grave and Growing”.** Washington D.C, 5 out. 2002f. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021005.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush, President Havel discuss Iraq, NATO.** República Tcheca, 20 nov. 2002g. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/11/20021120-1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President signs Iraq resolution.** Washington D.C, 16 out. 2002h. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021016-1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President to Send Secretary Powell to Middle East.** Washington D.C, 4 abr. 2002i. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/04/20020404-1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush Discusses Iraq.** Texas, 10 ago. 2002j. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/08/20020810-3.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President, House Leadership Agree on Iraq Resolution.** Washington D.C, 2 out. 2002k. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021002-7.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Thanks World Coalition for Anti-Terrorism Efforts.** Washington D.C, 11 mar. 2002l. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/03/20020311-1.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **Remarks by the President in South Dakota Welcome.** South Dakota, 3 nov. 2002m. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/11/20021103-3.html>>. Acesso em: 15 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush, Colombia President Uribe Discuss Terrorism.** Washington D.C, 2002n. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/09/20020925-1.html>>. Acesso em: 15 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President says Saddam Hussein must leave Iraq within 48 hours.** Washington D.C, 17 mar. 2003a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html>>. Acesso em 23 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush: Monday “moment of truth” for world in Iraq.** Portugal, 16 mar. 2003b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html>>. Acesso em: 16 mar. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush announces major combat operations in Iraq have ended.** California, 1 maio 2003c. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/05/20030501-15.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President discusses the future of Iraq.** Washington D.C, 26 fev. 2003d. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Discusses Iraqi Freedom Progress in Radio Address.** Washington D.C, 29 mar. 2003e. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030329.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush Discusses Progress in Iraq.** Washington D.C, 23 jul. 2003f. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/07/20030723-1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Statement on the Iraqi Governing Council.** Washington D.C, 14 jul. 2003g. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/07/20030714-5.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **Statement of the Atlantic Summit: A Vision for Iraq and the Iraqi People.** Washington D.C, 16 mar 2003h. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030316-1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush, Ambassador Bremer Discuss Progress in Iraq.** Washington D.C, 27 out 2003i. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/10/20031027-1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Discusses Middle East, Iraq and the Dollar in Cabinet Meeting.** Washington D.C, 9 jun. 2003j. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/06/20030609-4.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Discusses Progress in Afghanistan.** Washington D.C, 1 jul. 2003k. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/07/20030701-9.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Discusses National, Economic Security in California.** California, 2 maio 2003l. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/05/20030502-7.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President Delivers "State of the Union".** Washington D.C, 28 jan. 2003m. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>>. Acesso em: 15 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President George Bush Discusses Iraq in National Press Conference.** Washington D.C, 6 mar. 2003n. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030306-8.html>>. Acesso em: 15 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President Outlines Steps to Help Iraq Achieve Democracy and Freedom.** Pennsylvania, 24 maio 2004a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/05/20040524-10.html>>. Acesso em 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Bush Discusses Importance of Democracy in Middle East.** Washington D.C, 4 fev. 2004b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/02/20040204-4.html>>. Acesso em: 11 jan. 2016. [LINK]

BUSH, George W. **President congratulates Iraqis on successful elections.** Washington D.C, 16 out. 2005a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/10/20051016-2.html>>. Acesso em 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President congratulates Iraqis on election.** Washington D.C, 30 jan. 2005b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/01/20050130-2.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015. [LINK]

BUSH, George W. **President Discusses War on Terror.** Washington D.C, 8 mar. 2005c. Disponível: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/03/20050308-3.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016. [LINK]

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** London: Routledge, 2006.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. The Cold War challenge to national security. In: BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, Cap. 5, p. 101-155, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998a.

CAMPBELL, David. **National Deconstruction: violence, identity, and justice in Bosnia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998b.

CAMPBELL, David. Poststructuralism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations theory: discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press. Cap. 12, p. 223-246, 2013.

CARR, Edward. **Vinte anos de crise. 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. Interacionismo simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 1, p. 146-161.

CHECKEL, Jeffrey. The Constructivist Turn in International Relations Theory. **World Politics**, v. 50, n. 2, p. 324-348, 1998.

CHRISTIANSEN, Thomas; JORGENSEN, Erik Knud; WIENER, Antje. The social construction of Europe. **Journal of European Public Policy**, v. 6, n. 4, p. 528-544, 1999.

COGGINS, Bridget L. Does State Failure Cause Terrorism? An Empirical Analysis (1999-2008). **Journal of Conflict Resolution**, v. 59, n. 3, p. 455-483, 2015.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

COMTE, Auguste. **A general view of positivism**. Tradução J. H. Bridges. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COPELAND, Dale C. The constructivist challenge to structural realism: a review essay. In: GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. **Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics**. Oxfordshire: Routledge, Cap. 1, p. 1-20, 2006.

COX, Wayne S.; SJOLANDER, Claire Turenne. **Beyond Positivism: critical reflections on international relations**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994.

CULLER, Jonathan. **On deconstruction: theory and criticism after structuralism**. New York: Cornell University Press, 1983.

CULLER, Jonathan. **Saussure**. Sussex: The Harvester Press, 1976.

DAALDER, Ivo H; LINDSAY, James M. **America unbound: the Bush revolution in foreign policy**. Washington D.C: Brookings Institution Press, 2003.

DER DERIAN, James. **On Diplomacy: A Genealogy of Western Estrangement**. Oxford: Blackwell, 1987.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Ianini Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973a.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectivas, 1995.

DESCARTES, René. **Discourse on Method and Meditations on First Philosophy**. 4. ed. Tradução de Donald A. Cress. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc, 1998.

DOTY, Roxanne L. **Imperial encounters: the politics of representation in North-South relation**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

EDKINS, Jenny. **Poststructuralism and international relations: bringing the political back in**. London: Lynne Rienner Publishers, Inc, 1999.

ELSTER, Jon. Introduction. In: ELSTER, Jon. (Ed.). **Rational choice**. New York: New York University Press, Introdução, p. 1-33, 1986.

EPSTEIN, Charlotte. **The Power of Words in International Relations: birth of an anti-whaling discourse**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2008.

EWALD, François. Insurance and risk. In: BURCHELL, Graham (Ed.); COLIN, Gordon (Ed.); MILLER, Peter (Ed.). **The Foucault effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, Cap. 10, p. 197-210, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. **Teoria social do discurso**. In: FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Cap. 3, p. 89-131, 2001.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 5-24, 2001.

FIERKE, K. M. Constructivism. In: DUNNE, Tim.; KURKI, Milja.; SMITH, Steve. **International Relations Theory: discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, Cap. 10, p. 187-204, 2013.

FINLAY, David J; HOLSTI, Ole; FAGEN, Richard. **Enemies in politics**. Chicago: Randy McNally, 1967.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Tópicos).
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GANE, Mike. **Auguste Comte**. New York: Routledge, 2006.
- GILBOA, Itzhak. **Rational Choice**. Massachusetts: The MIT Press, 2010.
- GLOSSÁRIO de Derrida. Desconstrução. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO/ Departamento de Letras (Org.). **Glossário Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A, 1976. p. 17.
- GLOSSÁRIO de Derrida. Jeu. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO/ Departamento de Letras (Org.). **Glossário Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A, 1976. p. 53.
- GLOSSÁRIO de Derrida. Logocentrismo. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO/ Departamento de Letras (Org.). **Glossário Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A, 1976. p. 56.
- GROFF, Ruth. **Critical Realism, Post-positivism and the Possibility of Knowledge**. London: Routledge, 2004.
- GUZZINI, Stefano. **Power, realism and constructivism**. New York: Routledge, 2013.
- HANSEN, Lene. **Security as Practice**: discourse analysis and the Bosnian war. New York: Routledge, 2006.
- HINSLEY, F. H. **Sovereignty**. 2. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- HOOKER, Clifford. Surface Dazzle, Ghostly Depths: An Exposition and Critical Evaluation of van Fraassen's Vindication of Empiricism against Realism. In: CHURCHLAND, Paul M. (Ed.); HOOKER, Clifford A. (Ed.). **Images of Science: Essays on Realism and Empiricism**. Chicago: Chicago University Press. Cap. 8, p. 153-196, 1985.
- HALFPENNY, Peter. **Positivism and Sociology**. London: Allen & Unwin, 1982.
- HOLSTI, K. J. **The dividing discipline**: hegemony and diversity in International Theory. Winchester: Allen & Unwin, 1985.
- HOPF, Ted. The promise of constructivism in International Relations theory. **International Security**, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.
- HOPF, Ted. Constructivism all the way down. **International Politics**, n. 3, v. 37, p. 369-378, 2000.

HOWARD, Tiffany. Failed States and the Spread of Terrorism in Sub-Saharan Africa. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 33, p. 960-988, 2010.

JACKSON, Richard. **Writing the war on terrorism: language, politics and counter-terrorism**. Manchester: Manchester University Press, 2005.

KAPLAN, Morton. The New Great Debate: Traditionalism vs. Science in International Relations. **World Politics**, v. 19, n. 1, p. 1-20, 1966.

KEAT, Russell; URRY, John. **Social Theory as Science**. London: Routledge, 1975.

KARASEK, Felipe Szyszka. O conceito de pós-modernidade em Lyotard e a possibilidade da influência nietzschiana. **Revista Conhecimento Científico**, n. 23, p. 79-86, 2010.

KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**. New York: Blackwell Publishing on Behalf of the International Studies Association, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KEOHANE, Robert. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2001.

KEOHANE, Robert; AXELROD, Robert. Achieving cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, v. 38, n. 1, p. 226-254, 1985.

KOLAKOWSKI, Leszek. **Positivist Philosophy**. Harmondsworth, Penguin Books, 1972.

KRASNER, Stephen D. **International Regimes**. New York: Cornell University Press, 1983.

KRASNER, Stephen D. **Structural conflict**. Berkeley: University of California Press, 1985.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organizations**, v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982.

KRATOCHWIL, Friedrich. **Rules, norms and decisions: On the conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KRATOCHWIL, Friedrich; RUGGIE, John. **International Organization: a state of the art on an art of the State**. **International Organization**, v. 40, p. 753-775. 1986.

KRUEGER, Alan B; MALEČKOVÁ, Jitka. Education, Poverty and Terrorism: Is There a Causal Connection? **The Journal of Economic Perspectives**, v. 17, n. 4, p. 119-144, 2003.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção Debates, 115).

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics.** London: Verso, 1985.

LAKE, David A. The New Sovereignty in International Relations. **International Studies Review**, v. 5, n. 3, p. 303-323, 2003.

LAPID, Yosef. The third debate: On the prospects of International Theory in a Post-Positivist era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LAYNE, Christopher. Kant or Cant: the myth of democratic peace. **International Security**, v. 19, n. 2, p. 5-49, 1994.

LICHBACH, Mark Irving. **Is rational choice theory all of social science?** Michigan: University of Michigan Press, 2003.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da História.** Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-Moderna.** Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MAIR, Stefan. A New Approach: The Need to Focus on Failing States. **Harvard International Review**, p. 52-55, 2008.

MALMVIG, Helle. **State sovereignty and Intervention: a discourse analysis of interventionary and non-interventionary practices in Kosovo and Algeria.** Oxfordshire and New York: Routledge, 2006.

MANTZIKOS, Ioannis. Somalia and Yemen: The Links between Terrorism and State Failure. **Digest of Middle East Studies**, v. 20, n. 2, p. 242-260, 2011.

MARCUSE, Herbert. **One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society.** Massachusetts, Beacon Press, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Edipro - Edições Profissionais Ltda, 1998.

MEARSHEIMER, John J. The false promise of International Institutions. **International Security**, v. 19, n. 3, p. 5-49, 1995.

MEARSHEIMER, John. **A tragédia da política das grandes potências.** Lisboa: Gradiva, 2007.

MENDES, Cristiano Garcia. **A construção do conceito de terrorismo. Análise dos discursos do ex-Primeiro-Ministro Tony Blair.** 2008. 233 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em Relações Internacionais, Brasília.

MILLIKEN, Jennifer. The study of discourse in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 5, n. 2, p. 225-254, 1999.

MILNER, Helen. The assumption of anarchy in International Relations Theory: a critique. In: BALDWIN, David A. (Ed.). **Neorealism and Neoliberalism: The contemporary debate**. New York: Columbia University Press, 1993. Cap. 6, p. 143-169.

MORGENTHAU, Hans. Positivism, Functionalism, and International Law. **The American Journal of International Law**, v. 34, n. 2, p. 260-284, abr. 1940.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações: A luta pelo Poder e pela Paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília - UnB, 2003.

MURRAY, S. K; MEYERS, J. Do people need foreign policy enemies? American leaders' belief after the soviet demise. **Journal of Conflict Resolution**, v. 43, n. 5, p. 555-569, 1999.

MUSSALIM, Fernanda. Análise de discurso. In: MUSSALIM, Fernanda (ed.); BENTES, Anna Christina (ed.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, Cap. 4, p. 101-141, 2006.

NEUFELD, Mark A. **The restructuring of International Relations theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NICHOLSON, Michael. The continued significance of positivism? In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory: positivism and beyond**. New York: Cambridge University Press, Cap. 6, p. 128-145, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. **The will to power**. Tradução de Walter Kaufmann e R.J Hollingdale. New York: Vintage, 1968.

NIETZSCHE, Friedrich. **The gay science**. Tradução de Josefine Nauckhoff. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **On the genealogy of morality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS). 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015. [LINK]

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS). 2006. Disponível em: <<http://www.comw.org/qdr/fulltext/nss2006.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015. [LINK]

NATIONAL STRATEGY FOR COMBATING TERRORISM (NSCT). 2003. Disponível em: <https://www.cia.gov/news-information/cia-the-war-on-terrorism/Counter_Terrorism_Strategy.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2015. [LINK]

NATIONAL STRATEGY FOR VICTORY IN IRAQ. 2005. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/packages/pdf/international/20051130military-text.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016. [LINK]

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ONUF, Nicholas Greenwood. Constructivism: a user's manual. In: ONUF, Nicholas Greenwood. **Making sense, making worlds. Constructivism in social theory and international relations**. Oxford: Routledge. Cap 1, p. 3-30, 2013.

OUTHWAITE, William. **New Philosophies of Social Science: Realism, Hermeneutics and Critical Theory**. Basingstone: Macmillan, 1987.

OWEN, John M. How liberalism produces democratic peace. **International Security**, v. 19, n. 2, p. 87-125, 1994.

PECCORARO, Rossano. **Niilismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2007. (Coleção Passo-a-passo 77).

PEOPLES, Colomba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Poststructuralism and international political sociology. In: PEOPLES, Colomba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical Security Studies: an introduction**. Oxfordshire: Routledge, Cap. 4, p. 62-74, 2010.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PICKERING, Mary. **Auguste Comte: an intellectual biography**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 1, 1993.

PIAZZA, James A. Incubators of Terror: Do Failed and Failing States Promote Transnational Terrorism? **International Studies Quarterly**, v. 52, p. 469-488, 2008.

PIN-FAT, Véronique. Why Aren't We Laughing?: Grammatical Investigations in World Politics. **Politics**, v. 17, n. 2, p. 79-86, 1997.

PORTER, Tony. Postmodern Political Realism and International Relations Theory's Third Debate. In: SJOLANDER, Claire Turenne; COX, Wayne S. **Beyond Positivism: critical reflections on International Relations**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994.

POULIOT, Vincent. The essence of constructivism. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, n. 3, p. 319-336, 2004.

PROKHOVNIK, Raia. **Sovereignties: contemporary theory and practice**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Krieger Publishing Company, 1982.

RABINOW, F. **O que é um autor**. UK: Penguin, 1991.

RAPOPORT, Anatol. **Fights, Games, Debates**. Michigan: Michigan University Press, 1974.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **A crítica pós-moderna / pós-estruturalista nas relações internacionais**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2011.

REUS-SMITH, Christian. Constructivism. In: BURCHILL, Scott. et al. **Theories of international relations**. New York: Palgrave Macmillan, Cap. 8, p. 188-212, 2005.

RITCHIE, Stephen M.; RIGANO, Donna L. Researcher-participant positioning in classroom research. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 14, p. 741-756, 2001.

ROGERS, Katrina Suzanne. **Toward a postpositivist world: hermeneutics for understanding international relations, environment, and other important issues of the twenty-first century**. New York: Peter Lang Publishing, Inc, 1996.

ROSENAU, Pauline. **Post-modernism and the social sciences: insights, inroads, and intrusions**. New Jersey: Princeton University Press, 1992.

ROTBURG, Robert I. Failed states in a world of terror. **Foreign Affairs**, v. 81, n. 4, p. 127-140, 2002.

RYAN, Anne B. Post-Positivist Approaches to Research. In: **Researching and Writing your thesis: a guide for postgraduate students**. MACE: Maynooth Adult and Community Education, p. 12-26, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALMOS. In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in general linguistics**. Tradução de W. Baskin. New York: McGraw Hill, 1959.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHELLING, Thomas. **The strategy of conflict**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1960.

SCHONBERG, Karl K. **Constructing 21st century U.S. foreign policy: identity, ideology, and America's world role in a new era**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

SEARLE, John R. **The construction of social reality**. New York: Simon & Schuster Inc, 1995.

SHAPIRO, Michael. **The Politics of Representation: Writing Practices in Biography, Photography and Policy Analysis**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

SILBERTEIN, Sandra. **War of words: Language, Politics and 9/11**. London: Routledge, 2002.

SIMONS, Anna; TUCKER, David. The Misleading Problem of Failed States: a ‘socio-geography’ of terrorism in the post-9/11 era. **Third World Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 387-401, 2007.

SKYWALKER, Anakin. In: GEORGE, Lucas. **Star Wars Episode III: Revenge of the Sith**. Lucasfilm, 2005.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory: positivism and beyond**. New York: Cambridge University Press. Cap. 1, p. 11-44, 1996.

SMITH, Steve. The discipline of International Relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 2, n. 3, p. 374-402, 2000.

SNIDAL, Duncan. Rational choice and International Relations. In: CARLSNAES, Walker; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth. **Handbook of International Relations**. London: SAGE, Cap. 4, p. 85-111, 2013.

SSAR, Martin. Genealogy and subjectivity. **European Journal of Philosophy**, v. 10, n. 2, p. 231-245, 2002.

STERLING-FOLKER, Jennifer. Neoliberalism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theory: discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, Cap. 6, p. 114-131, 2013.

STEWART, Patrick. Weak States and Global Threats: Assessing Evidence of “Spillovers”. **Center for Global Development**, n. 73, p. 1-31, 2006.

STEWART, Patrick. “Failed” States and Global Security: Empirical Questions and Policy Dilemmas. **International Studies Review**, v. 9, p. 644-662, 2007.

STOCKER, Barry. **Routledge philosophy guidebook to Derrida on deconstruction**. London: Routledge, 2006.

STURROCK, John. **Structuralism**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2003.

TAYLOR, Bryan C. Postmodern theory. In: MAY, Steve; MUMBYS, Dennis K. **Engaging Organizational Communication Theory and Research**. California: SAGE Publications, Inc. Cap. 6, p. 113-140, 2005.

TEIXEIRA, Elizabeth. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 30, n. 2, p. 286-290, 1996.

THOMSON, Janice. **Mercenaries, pirates and sovereigns: state-building and extraterritorial violence in early modern Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

VASQUEZ, John A. The Post-positivist debate: reconstructing scientific enquiry and International Relations theory after enlightenment’s fall. In: BOOTH, Ken (Ed.); SMITH, Steve (Ed.). **International Relations Theory Today**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press. Cap. 10, p. 217-240, 1995.

VOLKAN, Vamik D. The need to have enemies and allies: a developmental approach. **Political Psychology**, v. 6, n. 2, p. 219-247, 1985.

VUCETIC, Sdrjan. Genealogy as a research tool in International Relations. **Review of International Studies**, n. 37, p. 1295 - 1312, 2011.

WAEVER, Ole. Figures of international thought: introducing persons instead of paradigms. In: NEUMANN, Iver B; WAEVER, Ole. **The Future of International Relations. Masters in the making?** London: Routledge, Cap 1, p. 1-37, 1997.

WAEVER, Ole. Identity, communities and foreign policy: discourse analysis as foreign policy theory. In: HANSEN, Lene (Ed.); WAEVER, Ole (Ed.). **European Integration and National Identity: The challenge of the Nordic states.** London: Routledge, Cap. 2, p. 20-49, 2002.

WALDROP, Mitchell M. **Complexity: the emerging science at the edge of order and chaos.** New York: Simon & Schuster, 1992.

WALKER, R.B.J. Realism, Change and International Political Theory. **International Studies Quarterly**, v. 31, n. 1, p. 65-86, 1987.

WALKER, R.B.J. **Inside / Outside: Relações Internacionais como teoria política.** Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2013.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics.** California: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEBER, Cynthia. **Simulating Sovereignty: Intervention, the State and Symbolic Exchange** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: WEBER, Max. **Metodologias das ciências sociais.** Parte 1. São Paulo: Cortez editor, Cap 2, p. 107-154, 2001.

WENDT, Alexander. “The Agent-Structure problem in International Relations Theory”. **International Organization**, v. 88, n. 2, p. 384-370, 1987.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2. p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander. Identity and structural change in International Politics. In: LAPID, Yosef (ed.); KRATOCHWIL, Friedrich (ed.). **The return of culture and identity in IR theory.** London: Lynne Rienner Publishers, Cap. 3, p. 47-64, 1996.

WIENER, Antje. Constructivism: the limits of bridging gaps. **Journal of International Relations and development**, v. 6, n. 3, p. 252-275, 2003.

WIENER, Antje. Constructivist Approaches in International Relations Theory: Puzzles and Promises. **Webpapers on Constitutionalism & Governance beyond the State**, n .5, p. 1-27, 2006.

WILLIAMS, James. **Understanding poststructuralism**. Chesham: Acumen, 2005.

ZAMMITO, John. **A nice derangement of epistemes: Post-positivism in the study of science from Quine to Latour**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism and identity: a dangerous liaison. **European Journal of International Relations**, n. 3, v. 7, p. 315-348, 2001.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations. The politics of reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ZEHFUSS, Maja. Critical Theory, Poststructuralism, and Postcolonialism. In: CARLSNAES, Walter (ed.); RISSE, Thomas (ed.); SIMMONS, Beth (ed.). **Handbook of International Relations**. London: SAGE Publications, Cap. 6, p. 145-169, 2013.